

15

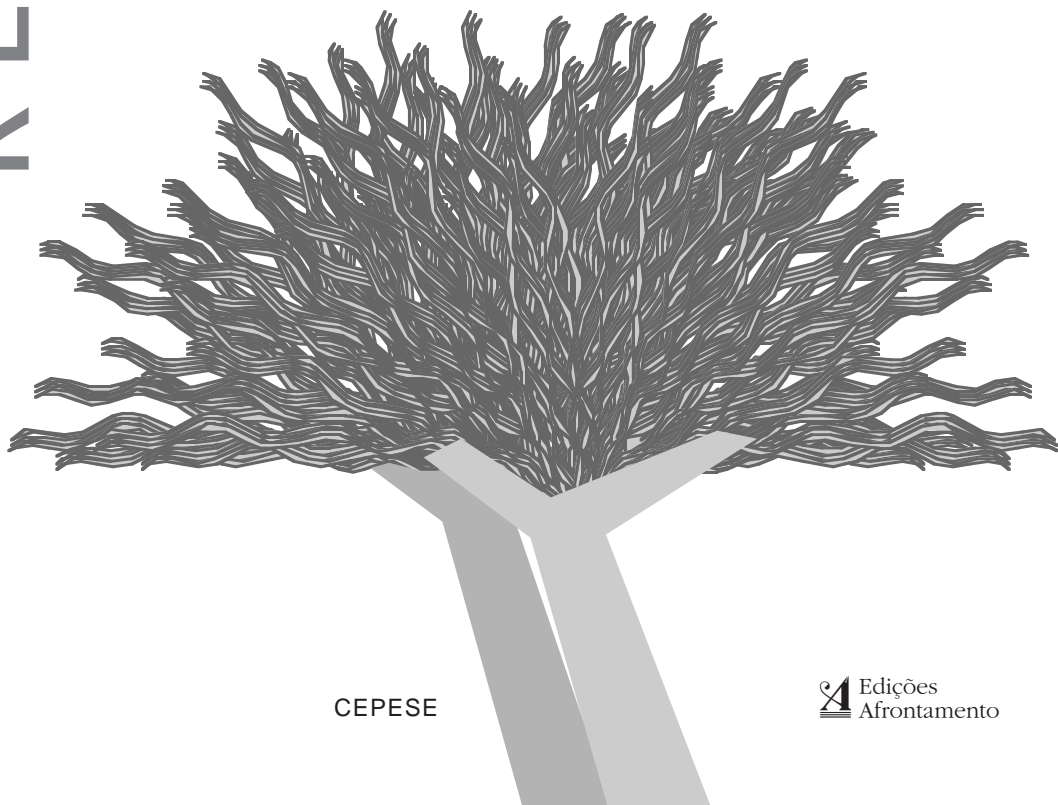
CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO
ECONOMIA E SOCIEDADE

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL

PARTE II



CEPESE

Edições
Afrontamento

Título

POPULAÇÃO E SOCIEDADE – n.º 14/15 – Parte II / 2007

Edição

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento

Rua do Campo Alegre, 1055 – 4169-004 Porto

Telef.: 22 609 53 47 / 22 600 15 13

Fax: 22 543 23 68

E-mail: cepese@cepese.pt

www.cepese.pt

Edições Afrontamento

Rua de Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

Telef.: 22 507 42 27

Fax: 22 507 42 29

E-mail: geral@edicoesafrontamento.pt

www.edicoesafrontamento.pt

Fundadores

Universidade do Porto

Fundação Eng. António de Almeida

Fernando Alberto Pereira de Sousa – Universidade do Porto e Universidade Lusfada do Porto

Joaquim Manuel Pantoja Nazareth – Universidade Nova de Lisboa

Jorge Carvalho Arroiteia – Universidade de Aveiro

Director

Maria da Conceição Meireles Pereira

Conselho de Redacção

Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves

Paula Marques dos Santos

Teresa Rodrigues

Secretariado

Paula Barros / Ricardo Rocha

Comissão de Aconselhamento Científico

Carlos Lessa – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Celso Almuíña – Universidade de Valladolid

Darc Costa – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Esther Martínez Quinteiro – Universidade de Salamanca

Jorge Carvalho Arroiteia – Universidade de Aveiro

Lorenzo López Trigal – Universidade de León

Comissão Científica

Alberto Jorge Estima / Ana Maria Martins / Ana Paula Guimarães / Ângelo Vítor Patrício / António
Andréa Godinho / António José Queirós / António Matos Reis / António Vilarinho Mourato / Armando
Carvalho Homem / Artur Villares Oliveira / Carla Sofia Queirós / Carlos Diogo Moreira / Carlos Motta /
César Urbino Rodrigues / Cristina Anico / Eurico Figueiredo / Fausto Sanches Martins / Fernanda
Paula Maia / Fernando de Almeida / Fernando de Sousa / Francisco Cepeda / Frederico Magalhães /
Helena Cristina Abreu / Isabel Babo Lança / Isabel Cantista Gomes / Isabel Luísa Silva / Isilda dos
Santos Monteiro / João Pedro Mendonça / Joel Ferreira Mata / Jorge Manuel Pinto / José Carlos
Rodrigues / José da Cruz Lopes / José Francisco Queiroz / José Lynce Pavia / José Manuel Chorão /
José Marques / José Sotto Mayor Pizarro / Judite Gonçalves de Freitas / Lúcia Cardoso Rosas / Luís
Adão da Fonseca / Luís Alberto Casimiro / Luís Alexandre Rodrigues / Manuel Moreira da Rocha /
Manuel Nazareth / Manuel Pinto Teixeira / Maria Antónia Jardim / Maria Cristina Cunha / Maria
Cristina Pimenta / Maria da Conceição Nunes / Maria da Graça Morais / Maria de Fátima Eusébio /
Maria do Céu Pinto / Maria Elsa Peralta / Maria de Fátima Amante / Maria Isabel Ferreira / Maria
João Moreira / Maria Júlia Rodrigues / Maria Paula Campos / Maria Regina Gouveia / Mário Cameira
Serra / Marta Matos / Natália Ferreira-Alves / Orlando Pereira / Paula Cardona / Paula Cristina
Rodrigues / Paula Pinto Costa / Paulo Cruz Bessa / Pedro Miranda Nunes / Rute Meneses / Sérgio
Vieira da Silva / Teresa Cierco Gomes / Virgílio Barbosa Tavares

Capa: João Machado Design

Execução gráfica: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

Tiragem 500 exemplares

Depósito legal n.º 94133/95

ISSN 0873-1861

Impresso em Outubro de 2007

A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL

ORGANIZADORES:

Conceição Meireles Pereira
Fernando de Sousa
Ismênia de Lima Martins

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM SÃO PAULO: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÃO

Maria Izilda Santos de Matos

*Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas
mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!*

Fernando Pessoa

BRAÇOS PARA A LAVOURA PAULISTA

A expansão da economia cafeeira pela Província/Estado de São Paulo gerou uma ampla demanda de braços para a lavoura que coincidiu com o momento em que a crise do escravismo já se manifestava, gerando a questão do trabalho.

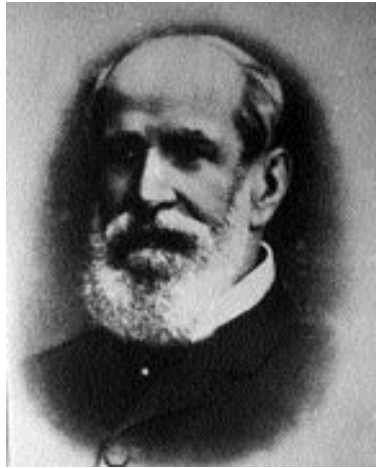
A luta pela imigração em São Paulo se iniciou antes do final da escravidão, desde 1871 que o Governo Provincial paulista empreendeu esforços para formar a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, tendo por finalidade facilitar aos cafeicultores o acesso aos trabalhadores imigrantes.

As pressões da elite paulista tornaram-se crescentes, na Assembléia Provincial projetos relacionados com a questão do trabalho eram propostos e discutidos, dando origem a todo um conjunto de leis provinciais que propunha implementar a ajuda financeira aos fazendeiros que buscassem atrair imigrantes, auxiliando-os nas despesas de viagem (1884); assim, abriram-se as portas para Imigração Subvencionada.

Em 1886, sob os auspícios do então Presidente da Província João Alfredo, fundou-se a Sociedade Promotora da Imigração, encabeçada por Martinho da Silva Prado Junior, Nicolau de Sousa Queirós e Rafael Aguiar Pais de Barros. A essa Sociedade cabia difundir, propagandear, atrair e recrutar trabalhadores na Europa, estabelecendo contratos e racionalizando os custos de tal empreitada.

As ações da Sociedade foram iniciadas pelas atividades de divulgação, editando folhetos (oitenta mil, em português, italiano e alemão) que difundiam as vantagens de emigrar para o Brasil. Nos folhetos eram apregoadas as facilida-

des da imigração para São Paulo, com destaque para o transporte ferroviário, hospedagem, alimentação e tratamento médico gratuito. Além do empenho na divulgação, a Sociedade se responsabilizou pela administração efetiva de todo um programa de imigração (estabelecido por lei de 3/2/1887).



Martinho Prado

Em 1887, Martinho Prado viajou para a Europa buscando estabelecer contatos para viabilizar as propostas criando um escritório em Gênova, que deveria fazer a propaganda e selecionar os imigrantes, já com subsídios do governo, que aprovou fundos para essas ações.

“A Promotora fazia o contrato com o governo para trazer os trabalhadores. Desta maneira, os fundos públicos eram canalizados quer para companhias de navegação, quer individualmente para imigrantes, visando pagar os custos do transporte”¹.

Com a divulgação pelos recrutadores do programa de transporte gratuito pelo governo paulista, a atração de imigrantes foi grande, conseguindo arregimentar muitos estrangeiros, geralmente os que tinham menos recursos. Para receber a passagem subsidiada, o pretendente tinha que satisfazer certos critérios definidos como idade, sexo, estrutura familiar e ocupação. Não poderiam ser financiados imigrantes solteiros ou os que declarassem intenção de se estabelecer em outro estado, também os que já anteriormente tivessem recebido passagem paga para o Brasil e depois retornado a sua terra².

Apesar do advento da República em 1889, as ações da Sociedade mantiveram continuidade. A constituição republicana deu autonomia aos estados, incluindo entre as várias atividades da recém-criada Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas – o serviço de imigração.

“Em 1894, a Secretaria de Agricultura de São Paulo concluiu o primeiro de muitos contratos diretos com Companhias de navegação. Em 1895, a Sociedade Promotora recebeu os últimos grupos de europeus, e a Secretaria de Agricultura. Tomou a si uma parte maior do programa. Completada a transição administrativa, alcançados seus propósitos, a Promotora se desfez no curso de 1895”³.

Gradativamente, a política de subvenção foi ampliada, incluindo hospedagem e transporte dos imigrantes para as fazendas. Todos esses subsídios propiciaram ao Estado um controle sobre as ocupações, atividades e destino dos imigrantes chegados a São Paulo. Destacando que entre 1908 e 1921, dos imigrantes subsidiados que entraram pelo porto de Santos, 98% passaram pela hospedaria, dos não subsidiados, só de 23% se encontra o registro nos livros da Hospedaria, isso quer dizer que a maioria deles atuou autonomamente.

Os defensores da política imigrantista consideravam esse meio o ideal para o abastecimento de trabalhadores nas fazendas de café. A cafeicultura paulista foi efetivando seu projeto de uma política imigrantista, nesse processo percebe-se a passagem de ações e interesses do grupo para uma política do Estado⁴, inicialmente provincial e depois pelo governo federal, através de uma política imigrantista. Dessa forma, a elite agrária conseguiu impor sua proposta para a questão da mão-de-obra – uma política imigrantista em massa, contínua⁵ e subvencionada pelo governo⁶.

O sistema implantado optou preferencialmente pela introdução de europeus⁷ e em unidades familiares, o que permitiu aos cafeicultores obter um suprimento de trabalho complementar barato, fornecido pela mão-de-obra feminina e infantil, garantindo o abastecimento de braços durante a colheita, enquanto ao colono, através da cooperação da unidade familiar, se tornava possível um melhor aproveitamento das oportunidades de ganho.

A saga dos imigrantes na atividade cafeeira é descrita nos relatórios da época, que estão repletos de denúncias: os baixos salários eram reduzidos pelas multas lançadas; a impontualidade e as fraudes nos pagamentos, confiscos, pesos e medidas ilegais, os endividamentos nos armazéns das fazendas somavam-se à disciplina coercitiva e à violência física contra os colonos.

HOSPEDARIA DOS IMIGRANTES

Em finais de 1881, a Assembléia Provincial de São Paulo organizou um comitê (encabeçado por Nicolau de Sousa Queirós) para estudar a recepção dos imigrantes e planejar uma hospedaria. Em 1882, foi adquirido para tal fim um prédio no bairro do Bom Retiro, apesar das ações de remodelação, tinha como limite a acomodação de 500 pessoas. Essa primeira hospedaria era pequena, com graves problemas de epidemias e localização incômoda distante das ferrovias existentes.



Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo

Não tardaria (Março de 1885) a Assembléia autorizou a construção de uma nova hospedaria. A Comissão encarregada escolheu como lugar para a construção, um ponto de junção das linhas ferroviárias que conectavam a capital paulista a Santos e Rio de Janeiro.

A construção da nova hospedaria foi iniciada em 1886 e já em 1887, ainda em obras, recebeu os primeiros imigrantes. Pronta em 1888, a hospedaria tinha a capacidade para 4 000 pessoas, tornando o prédio ponto central do programa de imigração paulista, nos seus dez primeiros anos de funcionamento foi coordenada pela Sociedade Promotora da Imigração. Em certos momentos chegou a abrigar cerca de 10 000, suas condições de alimentação e higiene tornavam-se precárias.



Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo

Depois da viagem transoceânica de 3 a 5 semanas, em porões úmidos e mal ventilados, a chegada dos imigrantes ocorria no porto de Santos, aonde se tomava o trem até a cidade de São Paulo, desembarcando na própria hospedaria. Aos recém chegados era permitido permanecer na hospedaria por 4 a 8 dias, tendo um lugar para dormir, duas refeições diárias e tratamento médico.

O prédio era uma construção ampla, ocupando quase um quarteirão, possuía um desvio ferroviário com plataforma própria para a chegada dos trens⁸.



Estação de trem da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo

Num andar térreo localizavam-se os escritórios, casa de cambio, setor médico, cozinhas, refeitórios e estoques.



Dependências internas da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo

No andar superior localizavam-se os dormitórios. Numa construção à parte, no próprio terreno, encontrava-se instalado o setor aonde os imigrantes se encontravam com os cafeicultores para estabelecer o contrato. Assinado o contrato, o imigrante tomava um trem para o interior.



Dormitórios da Hospedaria

Havia controle de vigias nos prédios dia e noite, buscava-se evitar roubos, mas também os aliciadores que poderiam desviar os braços ou iludir os recém-chegados.

De 1892 a 1905, a Hospedaria esteve vinculada à Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, passando para a Diretoria de Terras, Colonização e Imigração em 1905-11 que, em 1906, reformou as instalações, buscando melhorias nas áreas sanitárias, cozinha, refeitórios e dormitórios. Também os contratos foram reajustados para evitar fraudes e abusos.

A partir de 1911, a instituição esteve sob a gerencia do Departamento Estadual do Trabalho, retornando para o Serviço de Imigração e Colonização, em 1939. Recebeu o último grupo de imigrantes em 1978. Calcula-se que chegou a hospedar 3 milhões de imigrantes, de mais de 70 nacionalidades.



Memorial do Imigrante

Em torno da Hospedaria dos Imigrantes gravitaram outros Departamentos e organismos envolvidos nas questões e serviços da imigração, também da colonização e terras, com destaque para: Agência Oficial de Imigração do porto de Santos, Hospedaria de Campinas, Agência Oficial de Imigração de Cachoeira Paulista e a Hospedaria Provisória de São Bernardo.

No início da República, a Hospedaria esteve vinculada à Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração (ITCI) da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas (1892-1905)⁹.

Já em 1905, a Hospedaria passou à subordinação da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração (DTCI – 1905-11) que gestava as questões relativas à terra, núcleos coloniais, imigração, fiscalização do trabalho de colonização e também a Inspetoria de Imigração do Porto de Santos (IIPS criada em 1907).

Criado em 1911 (até 1930), o Departamento Estadual do Trabalho (DET) passou a subordinar a Hospedaria, a Inspetoria de Imigração do Porto de Santos (a partir de 1924) e a Diretoria de Terras, Minas e Colonização (1926-1935 órgão criado em substituição da DTCI)¹⁰.

Em 1935, foi recriada a Diretoria de Terras, Colonização e Imigração (DTCI – 1935-39) que incorporou a Hospedaria. Posteriormente, com a reorganização da Secretaria de Agricultura foi estabelecido o Serviço de Imigração e Colonização (SIC – 1939-46) estando a Hospedaria e a Inspetoria de Santos subordinadas a ele.

Durante a Segunda Grande Guerra (1943-45), a Hospedaria manteve sob-guarda imigrantes japoneses e alemães enviados pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), por serem considerados de alta periculosidade.

Num quadro de amplas mudanças políticas, em 1946, a nova Secretaria dos Negócios da Agricultura criou o Departamento de Imigração e Colonização (DIC), que funcionou até 1968; quando os Serviços de Imigração e Recepção de Estrangeiros (SIE) e Migrantes (DM) foram incorporados na Secretaria de Estado da Promoção Social.

Em 1967, a maioria dos abrigados chegava do próprio país, eram trabalhadores do Norte e Nordeste brasileiro que vinham tentar a vida na grande capital, assim, a Hospedaria tornou-se dos Migrantes.

O conjunto arquitetônico da Hospedaria dos Imigrantes foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), em 1982. O Centro Histórico do Imigrante (1986) e o Museu da Imigração (1993) foram transformados em Memorial do Imigrante (1998), que tem como objetivos: resgatar, registrar e preservar a memória da imigração.

O Memorial inclui:

- Centro de pesquisa e documentação;
- Museu da imigração;
- Núcleo Histórico dos transportes;
- Núcleo de estudos e tradições;
- Hospedaria dos Imigrantes.

HOSPEDARIA DE IMIGRANTES: PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

A memória construída pelos sujeitos históricos e pelos grupos, deve ser observada como um campo complexo de disputas e instrumentos de poder. Nesse sentido, o conceito de patrimônio encontra-se atrelado às questões de

identidade-memória, gerando preocupações e cuidados: com a preservação e com o direito à memória.

Cabe destacar que o patrimônio cultural inclui os vestígios e documentos de um grupo, que ancoram suas memórias e envolve suas questões simbólicas e valores afetivos. Sendo necessário reconhecer e afirmar o significado desse patrimônio histórico, e assim preservar, identificar, e conservar os documentos como bens culturais de inegável valor histórico.

Dessa forma, no Memorial do Imigrante pode-se encontrar vasta documentação sobre a Política de Terras e Colonização e Política de Mão de Obra, recepção e encaminhamento de trabalhadores imigrantes e migrantes.

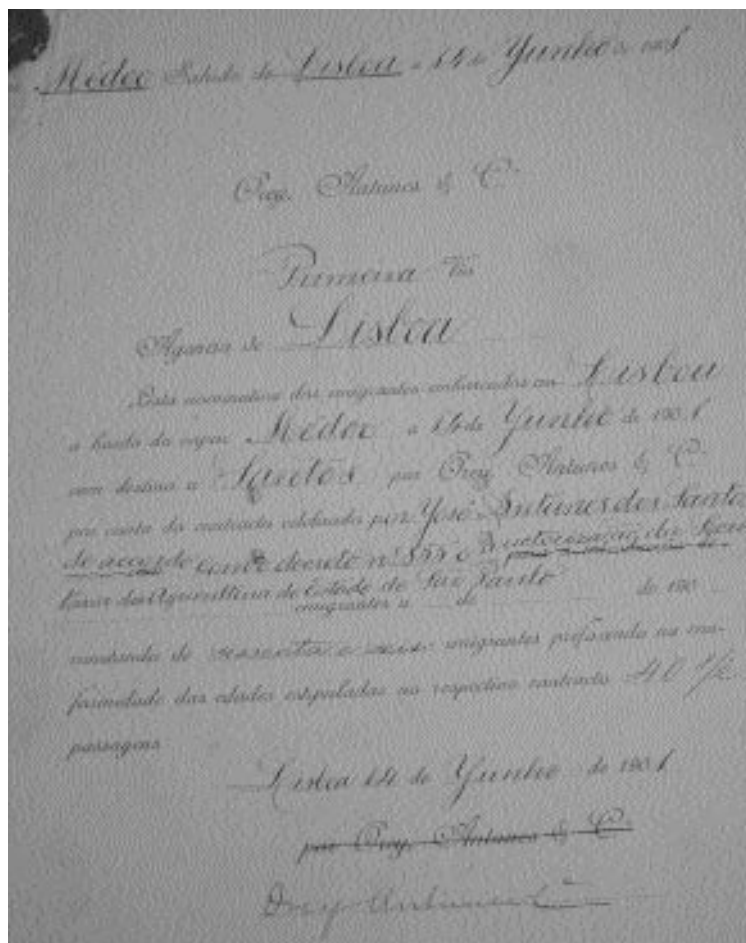
Esses documentos encontram-se reunidos em vários fundos documentais, além dos da Hospedaria do Bom Retiro e Hospedaria do Brás, também das várias Secretarias, Departamentos, Inspetorias e Serviços do Estado de São Paulo que estiveram relacionados ou mantiveram relações com a Hospedaria, como:

Secretaria dos Negócios do Governo;
Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas;
Departamento de Terras, Colonização e Imigração;
Departamento Estadual do Trabalho;
Departamento de Imigração e Colonização;
Departamento de Amparo a Integração Social;
Diretoria de Terras, Colonização e Imigração;
Instituto Nacional de Imigração e Colonização;
Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração;
Inspetoria de Imigração do Porto de Santos;
Terras Imigração e Colonização;
Serviço de Imigração e Colonização.

Dois fundos merecem destaque:

- documentação da Inspetoria de Imigração do Porto de Santos e os documentos produzidos pelas Companhias Armadoras, como as listas de bordo de Navios que aportaram em Santos.
- livros de registro de imigrantes e migrantes alojados nas Hospedarias do Bom Retiro e do Brás.

LISTAS DE BORDO



Lista Geral de Passageiros

Listas de Bordo, em grande parte, se encontram micro filmadas, podendo-se identificar os imigrantes entrados (1888-1978), com séries completas entre 1908-1978, período em que a Inspeção de Santos esteve subordinada à Hospedaria. As listas dos imigrantes saídos vão de 1900-1950.

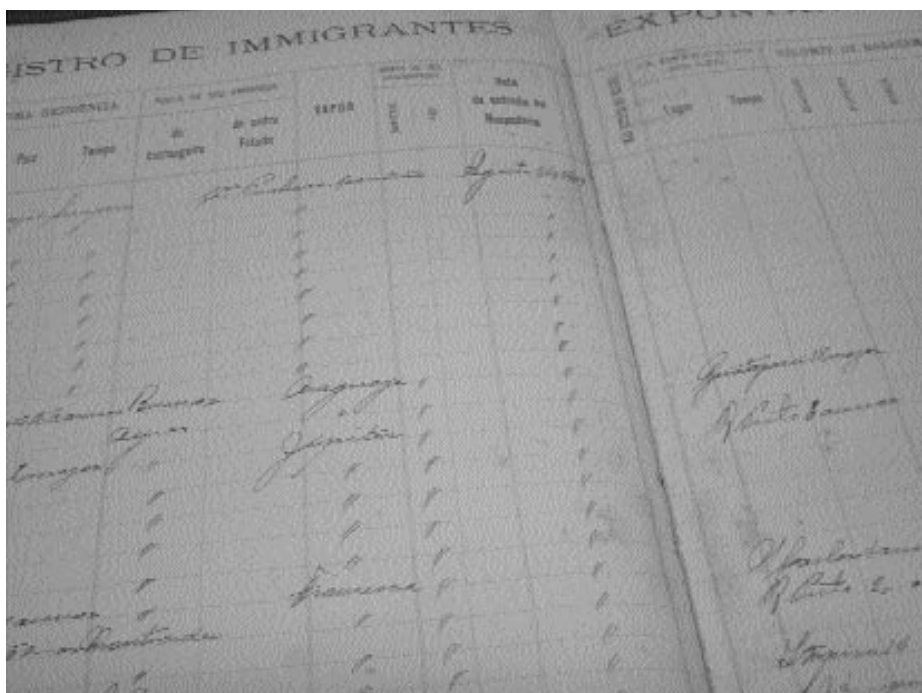
Nome da Companhia *Real Inglesa*
LISTA GERAL DE PASSAGEIROS.

NOME DO CAPITÃO	NOME DO MEDICO		CAPACIDADE EM TONELADAS	FORÇA EM HOMENS	VELOCIDADE EM NÓZES	TEMPERATURA DO AR	TEMPERATURA DA ÁGUA	TEMPERATURA DO VENTO
	Nome	Profissão						
NOME DO PASSAGEIRO	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	NACIONALIDADE	PROFISSÃO	RELIGIÃO	ÚLTIMA RESIDÊNCIA	
							País	Localidade
<i>1</i>	<i>20</i>	<i>M</i>	<i>solteiro</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Comerciante</i>	<i>Catholica</i>	<i>Portugal</i>	<i>Lisboa</i>
<i>2</i>	<i>25</i>	<i>F</i>	<i>casada</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Costureira</i>	<i>Catholica</i>	<i>Portugal</i>	<i>Lisboa</i>
<i>3</i>	<i>30</i>	<i>M</i>	<i>solteiro</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Comerciante</i>	<i>Catholica</i>	<i>Portugal</i>	<i>Lisboa</i>
<i>4</i>	<i>35</i>	<i>F</i>	<i>casada</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Costureira</i>	<i>Catholica</i>	<i>Portugal</i>	<i>Lisboa</i>
<i>5</i>	<i>40</i>	<i>M</i>	<i>solteiro</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Comerciante</i>	<i>Catholica</i>	<i>Portugal</i>	<i>Lisboa</i>
<i>6</i>	<i>45</i>	<i>F</i>	<i>casada</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Costureira</i>	<i>Catholica</i>	<i>Portugal</i>	<i>Lisboa</i>
<i>7</i>	<i>50</i>	<i>M</i>	<i>solteiro</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Comerciante</i>	<i>Catholica</i>	<i>Portugal</i>	<i>Lisboa</i>
<i>8</i>	<i>55</i>	<i>F</i>	<i>casada</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Costureira</i>	<i>Catholica</i>	<i>Portugal</i>	<i>Lisboa</i>
<i>9</i>	<i>60</i>	<i>M</i>	<i>solteiro</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Comerciante</i>	<i>Catholica</i>	<i>Portugal</i>	<i>Lisboa</i>
<i>10</i>	<i>65</i>	<i>F</i>	<i>casada</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Costureira</i>	<i>Catholica</i>	<i>Portugal</i>	<i>Lisboa</i>
<i>11</i>	<i>70</i>	<i>M</i>	<i>solteiro</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Comerciante</i>	<i>Catholica</i>	<i>Portugal</i>	<i>Lisboa</i>
<i>12</i>	<i>75</i>	<i>F</i>	<i>casada</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Costureira</i>	<i>Catholica</i>	<i>Portugal</i>	<i>Lisboa</i>
<i>13</i>	<i>80</i>	<i>M</i>	<i>solteiro</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Comerciante</i>	<i>Catholica</i>	<i>Portugal</i>	<i>Lisboa</i>
<i>14</i>	<i>85</i>	<i>F</i>	<i>casada</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Costureira</i>	<i>Catholica</i>	<i>Portugal</i>	<i>Lisboa</i>
<i>15</i>	<i>90</i>	<i>M</i>	<i>solteiro</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Comerciante</i>	<i>Catholica</i>	<i>Portugal</i>	<i>Lisboa</i>
<i>16</i>	<i>95</i>	<i>F</i>	<i>casada</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Costureira</i>	<i>Catholica</i>	<i>Portugal</i>	<i>Lisboa</i>
<i>17</i>	<i>100</i>	<i>M</i>	<i>solteiro</i>	<i>Portuguez</i>	<i>Comerciante</i>	<i>Catholica</i>	<i>Portugal</i>	<i>Lisboa</i>

Lista geral de passageiros

Por essas listas de bordo recuperam-se as seguintes informações: Identificação do vapor, Porto de embarque, Número de ordem, Classe, Nome, Parentesco com o chefe da família, Sexo, Estado civil, Nacionalidade, Profissão, Religião, Instrução, Última residência (país e localidade), Destino, Bagagem (volumes).

LIVROS DE MATRÍCULA DOS IMIGRANTES ENTRADOS NA HOSPEDARIA



Registro de imigrantes da Hospedaria de São Paulo

Os registros de imigrantes e migrantes alojados na Hospedaria do Bom Retiro e na Hospedaria do Brás totalizam 109 livros (1882-1930), aproximadamente 2 milhões e 500 mil registros de imigrantes, entre: espontâneos ou subsidiados, com ou sem contrato, além de conter anotações sobre o cotidiano da hospedaria.

Esses livros de matrícula têm no seu conteúdo as seguintes informações: número de ordem, nome, idade, filiação, nacionalidade, sexo, estado civil, família e número de membros, profissões, instrução, religião, parentesco, última residência, porto de embarque/vapor/data da saída, porto de desembarque/vapor/data da chegada, data da entrada na hospedaria, se já esteve no Brasil, volumes de bagagens, destino (estação, Município, fazendeiro, núcleos coloniais, outros estados), repatriados/rejeitados, falecidos e outras observações.

OUTROS DOCUMENTOS



Passaporte de imigrante portuguesa

No patrimônio documental do Memorial dos Imigrantes podem ser encontrados: Processos Administrativos da Secretaria de Agricultura, Processos do Serviço de Registro de Estrangeiros, Fichas de registro de Imigrantes e Migrantes. Além de documentos pessoais: Passaportes, Cartas de Chamada, Carteiras de Trabalho, Correspondência Pessoal, Periódicos, Fotografias, Mapas e Plan-tas. Um banco de entrevistas e vídeos está sendo constituído.

IMIGRANTES PORTUGUESES EM SÃO PAULO

Apesar da origem rural da maioria dos portugueses que emigraram, alguns vieram diretamente para a cidade de São Paulo e outros (subsidiados ou não) após uma rápida passagem pela lavoura, migravam à procura de melhores perspectivas. Grande parte da entrada desses portugueses poderá ser localizada na documentação disponível nos arquivos do Memorial do Imigrante.



Imigrantes portugueses na Hospedaria de São Paulo

A emigração portuguesa foi a princípio prioritariamente masculina, mas o contingente feminino cresceu gradativamente, verifica-se um aumento no número de mulheres casadas, ampliando a emigração familiar de acordo com a política imigrantista paulista. Assim, a imigração caracterizada até então como individual, masculina e temporária, tornou-se tendencialmente familiar e permanente.

Cabe destacar que não houve um único padrão de deslocamento, muitos imigrantes eram chefes de família, vieram bem antes de seus familiares que ficaram aguardando em Portugal; outros vieram ainda quando crianças ou jovens, sem a família nuclear; em outros casos, a família nuclear veio junta, mas em alguns deles não permaneceram unidas no novo contexto ou nunca se encontraram e/ou não voltaram a se constituir, gerando toda uma complexidade de situações vivenciadas.

A imigração portuguesa para São Paulo foi um processo contínuo que envolveu experiências múltiplas e diversificadas, diferentes levas, alguns vieram subsidiados, outros por conta própria; alguns que chegaram no início do processo de imigração (nos anos finais do século XIX e nos inícios do XX), outros logo após a Primeira Grande Guerra e também os que vieram durante o governo de Salazar.

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA SÃO PAULO: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÃO

A historiografia contemporânea tem trazido à luz uma diversidade de documentos, um mosaico de pequenas referências esparsas, a dificuldade do historiador está mais na fragmentação do que na ausência da documentação, o que requer uma paciente busca de indícios, sinais e sintomas, uma leitura detalhada para esmiuçar o implícito e o oculto, para descortinar o objeto.

Assim, o acervo do Memorial dos Imigrantes apresenta amplo manancial de possibilidades para os estudos sobre a Imigração portuguesa para São Paulo. Com a incorporação de evidências históricas orais, visuais e textuais poder-se-á, mais amplamente, revelar as experiências de sujeitos de diferentes tempos, espaços, relações sociais e culturais.

Lidar com essa diversidade de fontes, cruzando-as continuamente, é captar os sinais que dela se emitem, é, portanto, estabelecer com elas uma relação dialógica. Travar esse diálogo com o que propositadamente se ausenta das fontes, formular hipóteses e problematizações é primordial, cabendo examinar exaustivamente essa documentação, ampliando-a e interpretando-a, na expectativa de que os sujeitos sociais envolvidos nessas tramas possam ser resgatados¹¹.

FONTES

Introdução à História da Hospedaria de imigrantes em seus aspectos institucionais, 2000, série resumos 6, Memorial do Imigrante, São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

- BOSI, Ecléa (1987), *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*, São Paulo: T. A. Queiroz-Edusp.
- FEBVRE, Lucien (1985), “Viver a história”, in *Combates pela História*, Lisboa: Presença.
- HOLLOWAY, Thomas H. (1984), *Imigrantes para o Café: Café e Sociedade em São Paulo (1886-1934)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LOBO, Eulália Maria L. (2001), *Imigração portuguesa no Brasil*, São Paulo: Hucitec.
- MATOS, M. Izilda S. de (2002), *Cotidiano e Cultura*, Bauru: EDUSC.
- PEREIRA, M. Halpern (2002), *A política portuguesa de Emigração (1850-1930)*, Bauru: EDUSC.
- SALLES, Iraci G. (1986), *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada*, São Paulo: Hucitec.
- SAYAD, A. (2000), “O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante”, in *Travessia, Revista do Migrante*, vol. 13, São Paulo: Centro de Estudos Migratórios.
- STOLCKE, Verena (1986), *Cafeicultura – Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*, São Paulo: Brasiliense.

NOTAS

- 1 HOLLOWAY, 1984: 66.
- 2 HOLLOWAY, 1984: 82.
- 3 HOLLOWAY, 1984: 67.
- 4 SALLES, 1986: 110.
- 5 A imigração contínua visava manter braços disponíveis frente a alta rotatividade dessa mão-de-obra, ao final dos contratos grande parte não permanecia nas propriedades, havendo uma contínua necessidade de braços.
- 6 A partir de 1914, a política de subsídio à imigração declinou, sendo finalmente encerrada em 1927 quando do governo de Júlio Prestes.
- 7 Esperava-se que o trabalhador imigrante reabilitasse o ato de trabalhar e que sua atividade não só regenerasse, mas que imprimisse uma característica civilizadora ao trabalho, ocupação enobrecedora e pressuposto para o progresso. O imigrante laborioso, inteligente, vigoroso e que aspirava à fortuna representaria o progresso e a civilização (SALLES, 1986).
- 8 Os hóspedes podem ser agrupados em três grandes categorias: recém-chegados subsidiados e não subsidiados, estrangeiros e nacionais que vinham de outros estados.
- 9 *Introdução à História da Hospedaria...*, 2000, série resumos 6, Memorial do Imigrante.
- 10 O DET foi inicialmente extinto em 1930, mas reativado entre 1933-35.
- 11 FEBVRE, 1985.

CARTAS DE CHAMADA: A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL, NO CONCELHO DE SERNANCELHE (1900-1920)

Brasilina Assunção Pereira da Silva

É no concelho beirão de Sernancelhe onde, no quadro de uma peculiar investigação, se situam os episódios de emigração para o Brasil que, entre 1900 e 1920, produziram esses impressionantes testemunhos de sociabilidade que são as cartas de chamada. Os 90 documentos de que extraímos hoje, decerto, uma parcelar lição acerca da compreensão, ao tempo, da família nuclear, carece, para entendimento daquilo que pretendemos aduzir, de duas breves notas que caracterizem, em simultâneo, a sua geografia física e humana.

Orlando Ribeiro situa a maior parte do seu actual território nesse quadro físico que ele designa «Beira Transmontana». O centeio, alternando com o pousio, a cultura mais recente da batata emparceirada com manchas de extensos soutos e alguns frutos hortícolas, a coincidente criação de gado bovino, lanígero e suíno e o exercício de alguns ofícios de apoio à actividade agropastoril, constituíam o suporte de uma economia pouco aberta. Se a isto juntarmos um território de escasso povoamento, organizado em aldeias presas de tradições comunitárias, encontramos na emigração o suplemento dos recursos em falta.

O resto do território dobra-se para o mais fecundo vale do rio Vouga, mas as terras altas a que, historicamente, ficou confinada esta parte do concelho, designou-as Aquilino Ribeiro como Terras do Demo, somente porque se tornava duro viver numa terra agra de penedais, onde apenas vingava centeio e algum gado.

Os forais antigos, os do séc. XII, os da fundação do espaço administrativo e o foral de Sernancelhe de 1514, estabelecem apenas foros e rendas a pagar em cereal e caça, algum vinho produzido nas encostas do rio Távora, cujo vale não quebrou suficientemente o altiplano que corre sobre o Nordeste. No séc. XV, algumas das terras do actual concelho pagavam rendas de pão à Comenda de Malta e, nesse mesmo século, a Universidade de Coimbra recebia também rendas de pão que ampliou ao séc. XVI. Fidalgos de Província garantiram a sua suficiência de viver com o pão dos seus rendeiros.

Este é ainda o retrato que se pode colher nas informações dos párocos que em 1758 geraram as Memórias Paroquiais e que não se alterou ao longo do séc. XIX e do princípio do séc. XX, a não ser por uma mais extensa partilha, ainda que discutível, das terras que haviam sido senhorio de nobres e de igreja.

Os dados fornecidos nas duas primeiras décadas do séc. XX pelos *Boletins Mensais Agrícolas* da Administração do Concelho e os mapas elaborados pelas *Estatísticas Agrícolas* da Repartição da Estatística Agrícola testemunham a persistência de quadros económicos assentes numa agricultura rotineira, pouco produtiva, talhada sobre um regime de pequena propriedade que se tornava incapaz de sustentar a população, mesmo de lento crescimento.

As migrações internas e sazonais para o Douro, quer fossem para as ceifas da Terra Quente, quer fossem para as vindimas e a apanha da azeitona nas Quintas que ficavam entre a Régua e o Pinhão colmatavam, por algum tempo, uma carência de pão da gente mais necessitada. Mas, foi a emigração, realizada quase totalmente para o Brasil durante as duas décadas referidas, que se ofereceu àquela gente como a mais eficaz tentativa de escapar a horizontes de mediania.

Os dados por mim recolhidos no concelho de Sernancelhe referem uma relativa equivalência de saídas de solteiros e casados, uma percentagem equivalente de homens e mulheres solteiros que se alterna no tocante aos casados, onde os homens representam uma percentagem bem superior a 50%. Se considerássemos os que, em termos de profissão, se referenciam como ligados à terra (lavradores, agricultores, jornaleiros...) ou domésticas, teríamos uma percentagem próxima dos 70%, o que traduz a especificidade de uma cultura de matriz camponesa com características próprias, forçosamente reflectida nas cartas de chamada que são o objecto mais directo da presente comunicação.

As cartas ditas de chamada, constituídas inicialmente como cartas privadas, eram o mais eficaz instrumento de comunicação que havia entre quem partia e quem ficava. Ganhavam posteriormente o valor de documento oficial requerido para a obtenção de passaporte, particularmente de mulheres e de crianças.

É enquanto documento privado que nos interessa aqui a sua análise. Elas são, no dizer de René Salinas Meza e Igor Goicovic Donoso, autores da entrada “Cartas Privadas”, no pequeno e excelente *Diccionario de Fuente para la Historia de la Familia*, a fonte qualitativa mais importante para o estudo da família.

Nelas se justificam atitudes e comportamentos, nelas se equacionam as relações entre o homem e a mulher (o casal), entre pais e filhos e entre membros da família com mais lato parentesco.

As cartas de chamada traduzem também relações de compadrio ou meros laços de amizade com pessoas fora do sangue de quem as escreveu. Reflectem os conflitos no interior da família ou da comunidade, registam sentimentos, valoram positiva ou negativa a intervenção cívica, expressam a marca da religiosidade que atravessa profundamente a alma camponesa.

Das 90 cartas de chamada que se reservam entre a documentação que integra o pedido de passaporte de mais de 2000 emigrantes, 63 são dirigidas pelo marido à sua mulher e é o discurso intimista, às vezes inocente, aquele que melhor expressa a identidade de um viver familiar. Por sua vez, esse viver familiar espelha ou faz eco do viver da comunidade aldeã mais alargada e até das relações desta com comunidades vizinhas onde se estabelecem laços por casamento ou outros, por exemplo, de crédito financeiro.

Rasteando esse universo extenso de elementos que estruturam o conteúdo mais genérico das cartas salienta-se, de imediato, o domínio da afectividade, o qual se oferece aqui de uma forma mais liberta e explícita do que habitualmente se revela no quotidiano do viver na aldeia, onde os gestos e as palavras de carinho raramente ultrapassam a porta do quarto de casal.

É na expressão mais habitual da “invocação” – *minha querida mulher* – e no “formulário de saudação” ao encerrar a missiva, o encontro de expressões como esta: *e tu, minha querida esposa, recebe um saudoso, apertado abraço e um beijo deste teu querido esposo que dá a vida por ti*. É num e noutro lado que na recorrência destas formas de dizer se encontra a substância da relação amorosa que se revela também de outro modo nos mais extensos textos de algumas cartas. Às vezes apenas convocam uma esposa porque se tornara impossível a solidão ou, como diz um, mais pragmático: *um em uma parte, um em outra, isto não dá certo*.

Outro aspecto que parece revelar-se com algum vigor é o de um autoritarismo masculino manifesto que talvez possa ser considerado mais aparente do que real. É que o marido que emigra ou que emigra primeiro que a sua esposa, transporta para o lugar de destino o estigma da autoridade patriarcal que assume na aldeia de origem.

A forma como se dirige à mulher parece ser um discurso revelador de um comportamento, se não despótico, pelo menos autoritário. Vários são os exemplos: *Saberás que estou resolvido a mandar-te vir*; ou: *porque eu quero que tu aqui estejas*; ou ainda, no que toca às mútuas relações com os filhos: *Traz a nossa menina (...) que se me vieres cá sem ela tornas pelo mesmo caminho*; ou neste outro: *Mas quero que os meus filhos mais novos fiquem com a avó*; e por fim, agora referido ao governo doméstico: *Alexandrina, vende tudo quanto é nosso*.

Todavia, não era assim que acontecia na aldeia, onde a voz pública censurava comportamentos opressores. E isso era quanto bastava, não raro, para alterar comportamentos eventualmente menos correctos. A frase da carta que a seguir transcrevemos, indiciadora desse papel integrador que a voz do povo representa e que transporta para o espaço da comunidade emigrante, é exemplo curioso! Diz: *Assim que esta recebas [quero] que venhas, porque aqui é tudo cheio que eu não me dava contigo. Pois eu nunca te tratei mal*.

Aliás, muitas cartas de chamada revelam a parceria na resolução dos negócios familiares, toquem eles acertos quanto a viagens, relação com as terras, destino dos filhos, etc. E casos há, em que a atitude da mulher se torna preva- lecente sobre o registo supostamente autoritário do marido, como pode ver-se neste caso: *Eu pensei que devias estar aí mais um ano, mas visto ao que tu me dizias na tua carta que queres vir e queres vir, pois vem*.

No dizer das cartas reserva-se à mulher, enquanto permanece na aldeia, um substancial papel no quadro da vida doméstica, o qual tem a ver com os cuidados da casa, da educação dos filhos e dessa vigilância apertada sobre a manutenção do património familiar que se obtivera fruto da herança ou através de compra.

Reconhece-se-lhe, normalmente, a ausência de escolaridade e muitas vezes a incapacidade para o movimento de assuntos burocráticos, como a obtenção de passaporte, onde deverá ser ajudada pelo pai, sogro ou compadre. É claro o seguinte exemplo a este respeito, que poderia multiplicar-se: *pede ao teu pai que te acompanhe até embarcares e que te ajude a arranjar os papéis para vires mais depressa.*

Esta *sui generis* interiorização de supremacia masculina toma bastas vezes as características do conselho no que toca à preparação da mala de viagem e à forma como proceder durante a travessia e até no desembarque.

E, uma vez junto do marido, a mulher cumprirá funções domésticas no espaço do lar ou terá como destino, se entrar no mercado de trabalho, o exercício de idênticas tarefas, só que exercidas em casa de outrem.

A relação entre pais e filhos que, no tradicional quadro de viver aldeão, se caracteriza pela ausência de particulares manifestações de carinho, encontra nas cartas que o marido dirige à esposa ecos de insuspeita ternura. A maior parte das vezes requerem os filhos por razões de saudade, mas também para poderem dar-lhes a sua educação. Quanto aos mais velhos, requerem-nos para os ajudar a encontrar o seu trabalho. Quando são deixados com a mãe (se esta nunca parte) ou com os avós ou padrinhos é porque a vida *lá longe* não está ainda a correr bem.

Há filhos que reclamam velhos pais para junto de si; outros, a maior parte, que pensa um dia regressar, confia-os a irmãos que não partiram e enviam, quando podem, dinheiros para a ajuda do sustento.

As relações de compadrio passam, vigorosas, nas cartas de chamada. Há maridos que confiam aos compadres as casas e as terras que deixaram para venda ou aluguer; confiam-lhes o abono da passagem para a mulher ou as voltas para com elas tratar do passaporte e da viagem no vapor. Confiam-lhes, às vezes, a educação dos afilhados. Os exemplos são significativos, como os que se seguem: *E o compadre que te escolha um vapor que seja bom!* Ou estes: *Mas quero que os meus filhos fiquem (...) a mais velha se a quiser a madrinha! (...) Deixa as terras ao padrinho por causa dos pequenos.* E estas figuras de parentesco de natureza espiritual quase sempre são lembradas no formulário de saudações ao encerrar das cartas: *Lembranças a meus compadres! Faz muitas lembranças a (...) não esquecendo as nossas comadres.*

Na família nuclear ou nessa família alargada que é a comunidade aldeã, propícia à solidariedade, geram-se muitas vezes conflitos, a maior parte por razões de amor, de águas e de partilhas. Nas cartas de chamada que analisámos temos exemplos de um filho descontente com o aparente esquecimento do pai, um homem que não confia no seu cunhado, notícia de ódios antigos e promessas de vingança.

Com Deus, estes homens e mulheres que escrevem, parecem estar sempre de boa relação.

Trazem da aldeia sentimentos de profunda religiosidade, mesmo que nem sempre ponham em acto as velhas práticas da antiga catequese. Mas na “aber-

tura” das suas cartas eles mencionam de forma recorrente o nome de Deus como agente tutelar. Exemplo: *Estimo que ao receber desta minha carta estejam gozando de perfeita saúde pois a minha e de nossos filhos é boa, graças a Deus para sempre.*

Nas cartas lembram o Natal, a Páscoa e as festas dos oragos. Mandam fazer o pagamento dos seus votos – *Peço-te que dês quinhentos réis ao sagrado coração de Jesus* – recomenda um homem a sua mulher, agradecendo a cura de qualquer doença. Da precariedade da saúde vão também as cartas noticiando. Os exemplos são vários. Dá-se um: *Desculpa em te não ter escrito (sic)* – diz para a mulher certo marido – *porque tem sido a minha pouca sorte, têm sido doenças, nem te digo nada.*

Referimo-nos ao longo deste texto aos conteúdos das cartas de chamada enviadas pelos maridos a suas mulheres, o que perfaz 70% das cartas do *corpus* por nós investigado. As restantes, escritas por mães a suas filhas que ficaram, por irmãos e cunhados aos irmãos e demais familiares que não partiram, ou dirigidas a amigos e compadres, desenham, como as primeiras, sem a natural intimidade daquelas, a teia complexa das relações destes quadros de família mais extensa. É o mando, a saudade, a solidariedade, o conflito, a saúde e a doença, os outros homens, Deus e os respectivos lugares que ocupam na dimensão familiar que as cartas de chamada testemunham com uma tão fantástica verdade.

IMIGRANTES PORTUGUESES EM SÃO PAULO (A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL) NOS INÍCIOS DO SÉCULO XX

Zeila de Brito Fabri Demartini

Sempre que se faz referências à Primeira República (1889-1930), e especialmente à cidade de São Paulo, a presença de estrangeiros é mencionada e a incorporação dos mesmos como objeto de reflexão é importante para a compreensão dos problemas abordados neste período. Entretanto, é preciso anotar que os imigrantes portugueses praticamente são ignorados enquanto estrangeiros, surgem como um grupo quase “invisível” que se agrega à população, embora tivessem entrado no estado de São Paulo em número relativamente elevado (362 156), chegando a superar outras correntes fortes de imigração como as dos italianos, espanhóis e japoneses se considerarmos o período de 1910 a 1929¹.

Sabe-se que a maior parte daqueles que para cá vieram neste período estavam em difícil situação econômica em Portugal, que passava neste período por graves crises que atingiam fortemente as populações rurais². Este fluxo atendia tanto aos interesses econômicos portugueses³, como aos interesses paulistas, em especial às demandas do setor agrário⁴. Entretanto, não foram só as fazendas do interior que atraíram os imigrantes portugueses: a cidade de São Paulo exercia, por seu desenvolvimento perceptível, forte atração sobre os imigrantes de vários grupos, como já se constatou em vários estudos⁵. Em São Paulo podiam contar com um mercado de trabalho mais diversificado e usufruir serviços que naquele período eram extremamente precários no interior (educação, saúde etc.), especialmente para populações rurais⁶. Aos olhos do imigrante português, São Paulo poderia ser um bom “espaço” de destino. É preciso lembrar que segundo alguns autores, para estes imigrantes que vinham para o Brasil,

“a cidade, e não o campo, parecia capaz de realizar os seus desejos de autonomia e enriquecimento. Expulsos do campo e vindos de regiões pauperizadas, como bem demonstrou Ann Marie Pescatello, na sua tese de doutoramento intitulada: *Both ends of the journey: an historical study of migration and change in Brazil and Portugal, 1889-1914*. (Universidade da Califórnia, 1970), a busca da autonomia guiava os seus atos”⁷.

Já chamamos a atenção em outros estudos para a complexidade das relações entre os vários grupos sociais que se estabeleceram na sociedade paulis-

tana neste período⁸; em pesquisa atual⁹, focalizamos nossa atenção na imigração portuguesa, ainda pouco estudada neste contexto metropolitano, visando apreender as representações de integrantes de famílias de imigrantes sobre seus cotidianos, as vivências e estratégias que desenvolveram no contexto da pluralidade de grupos sociais e das transformações ocorrentes neste espaço, assim como conhecer as instituições ligadas aos mesmos, seu funcionamento e estruturação neste período. Ao mesmo tempo, verificar o processo de construção de novas identidades de portugueses e seus descendentes que vieram para a região metropolitana de São Paulo nas primeiras décadas deste século, trabalhando aqui em atividades industriais, agrárias, comerciais e em serviços em geral.

A partir desta problemática ampla, julgamos importante destacar alguns aspectos das relações entre a imigração portuguesa e o campo educacional, em virtude das especificidades que apresentam.

Dada a escassez de estudos sobre a educação entre estes imigrantes em São Paulo, trataremos aqui de algumas observações que a pesquisa, recorrendo a fontes diferenciadas, tem permitido aventar. Constituem portanto uma primeira aproximação a este tema que se tem configurado para nós, como uma problemática instigante; pretendemos evidenciar como as relações estabelecidas pelos imigrantes portugueses e suas famílias em São Paulo não parecem se assemelhar, em grande parte, ao que já constatamos entre outros grupos de imigrantes, especialmente os japoneses, neste mesmo contexto¹⁰. Para discutir algumas destas especificidades, pautamo-nos na análise de publicações do próprio grupo, em documentos oficiais sobre a imigração e também em material por nós coletado junto a famílias de imigrantes portugueses que chegaram a São Paulo durante este período.

No tocante às publicações, estas nos pareceram fundamentais para a compreensão do campo educacional, ao evidenciarem a forma como estes imigrantes se referiam ao novo contexto e às relações, sentimentos e representações com relação a Portugal¹¹. Verificamos que todas elas se iniciaram em São Paulo no período analisado, que pareceu assim propício à proliferação de publicações de imigrantes portugueses, com diferentes vinculações políticas e interesses: enquanto a *Revista Portugal e Brasil* declarava-se como “Órgão do Centro Republicano Português”, totalmente contrária à monarquia portuguesa, as demais não pareciam querer assumir declaradamente o apoio à Monarquia, embora este possa ser percebido nas entrelinhas, especialmente em *A Bandeira Portuguesa*. Sabemos que neste período considerado a situação política no Brasil passava por grandes mudanças e tensões, a nova experiência republicana colocava aos cidadãos novas demandas, especialmente em um país também recém-saído da escravidão. Entretanto, nenhuma das publicações analisadas faz qualquer referência ao Estado brasileiro, suas especificidades e problemas enfrentados neste período de forte nacionalismo; todos se referem à Pátria Portuguesa, “a nossa pátria”, criticando os atos do governo monárquico, propondo medidas que poderiam fortalecê-lo, ou, ao contrário, propondo sua extinção. Para os que escreviam, o fato de estarem no Brasil não os diferenciava da popu-

lação residente em Portugal quanto aos interesses pelos destinos deste último país, único a lhes preocupar.

A imagem do Brasil nestes órgãos da “colônia” portuguesa era a do “outro” com o qual esta não se identificava, era o “povo irmão”, o “país grande” que os acolheu e no qual podiam melhorar de vida, mas não “sua pátria” (grifo nosso). Os imigrantes portugueses se relacionavam com Portugal enquanto “cidadãos portugueses” e o ressentimento por não serem sempre entendidos e aceitos como cidadãos portugueses que lutam pela pátria também é expresso em várias publicações. Em nome da colônia portuguesa residente em São Paulo, considerada por muitos como “não ilustrada”, os jornalistas demandavam assim atenção do governo português, que, como eles próprios assinalavam, não estava conseguindo resolver os problemas em seu próprio país. Entretanto, mais que aguardar um apoio do governo português, para ajudá-los no Brasil, os imigrantes, ao contrário, tentavam auxiliar o país de origem e a população lá residente. Assim é que no campo educacional, criticavam o sistema educacional português e propunham medidas para melhorá-lo, tanto republicanos como monarquistas. O Órgão do Centro Republicano Português criticava o salário dos professores:

“A ignorância de Portugal, caros compatriotas, é uma vergonha. Com o fim de a exterminar, a monarchia paga apenas 300 e 400 reais diarios aos professores primarios. (...) É assim que os reaes mandões querem que Portugal siga a marcha civilisadora das nações cultas!” (*Revista Portugal e Brasil*, n.º 7, 1908, p. 103).

A *Revista Portuguesa* noticiava e destacava em 1929, quando a colônia aqui já era numerosa, a criação de uma associação para cuidar da educação em Portugal:

“Aos cinco dias do mês de Janeiro de 1925 fundou-se na Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo a Liga Propulsora da Instrução em Portugal. Beneficente lhe tem chamado uns. Altruísta lhe tem chamado todos. Fonte de vida lhe chamaremos nós (...). A Liga Propulsora da Instrução em Portugal, que muito deve ao poder criador, ao esforço orientado, à visão clara e à lúcida inteligência de Antônio da Silva Parada, é uma grande obra”. (1929, p. 234) (grifo nosso)

Para entender este fato, é preciso também observar que grande parte dos imigrantes, quando para cá vieram, não romperam os fortes vínculos familiares. As estatísticas oficiais mostram que a maioria eram homens e vinham sozinhos, deixando mulheres e filhos em Portugal. A preocupação com o país de origem não tinha assim só razões de fundo patriótico-nacionalista, mas concretas na medida em que os familiares lá continuavam morando em situação geralmente precária, necessitando do apoio dos que imigravam. Como já foi muito bem analisado por Monteiro¹², a vontade de retornar (o “mito do retorno”),

especialmente no caso da imigração portuguesa, era estimulada pelo próprio governo como forma de garantir o envio dos recursos obtidos pelos imigrantes para suas famílias. Acompanhando este fato de que muitos vieram “avulsos” (53% dos que vieram entre 1908 e 1936), a distribuição dos imigrantes por idade evidencia que a maior parte tinha mais de 12 anos de idade. Era portanto, uma imigração de mão-de-obra em faixa produtiva e daqueles que já deveriam ter tido acesso à escolarização básica em Portugal, em grande parte. Quanto à instrução, a distribuição era mais equilibrada: 57,48% eram analfabetos e 42,52% alfabetizados, indicando que não eram só portugueses sem instrução que entravam no território paulista, mas também que havia muitos analfabetos em Portugal¹³. Levando em conta estes aspectos, é possível compreender a especificidade de algumas medidas tomadas pela “colônia” portuguesa em São Paulo, como a criação, em Janeiro de 1925, desta citada Liga Propulsora da Instrução em Portugal, cujos objetivos eram bem claros:

“A Liga Propulsora da Instrução em Portugal tem como seus fins principais: cooperar, em nome do princípio da igualdade para pôr ao alcance de todos a instrução primária em Portugal; dotar as aldeias, vilas e cidades do país, começando pelas mais afastadas dos centros principais e pelas menos beneficiadas em relação àquele ensino, com edifícios escolares higiênicos e modernos”. (*Revista Portuguesa*, 1929, p. 341) (grifo nosso)

Esta tinha certamente sua razão de ser para os que vieram para o Brasil e já tinham conseguido certos recursos, mas que continuavam estreitamente ligados ao país de origem e preocupados com o sistema educacional precário que atingia grande parte dos imigrantes e seus familiares.

Segundo informações de outra fonte, a Liga construiu “cinco belos edifícios escolares” em Portugal, pretendendo construir outros mais. Para tanto, contou com donativos da colônia portuguesa de São Paulo, que totalizaram em 1925 o montante de seis mil e quinhentos contos de réis, “uma grande fortuna nesse tempo”. Não há, infelizmente, qualquer informação sobre em que aldeias ou vilas foram erguidas¹⁴. A Liga publicava nas revistas da época apelos para conseguir a contribuição dos compatriotas; na *Revista Portuguesa* de 1930, por exemplo:

“Quereis concorrer para a educação do vosso conterrâneo? De vosso irmão? De vosso filho? Quereis dotar a vossa aldeia, a vossa terra querida, de um grande e real melhoramento? Quereis colaborar eficazmente na obra de engrandecimento de Portugal? Quereis provar por actos incontestáveis que sabeis ser um cidadão útil à Pátria? Quereis mostrar o amor que tendes à vossa terra, mostrando também a grandeza do vosso coração? Inscrevei-vos, hoje mesmo, na Liga Propulsora da Instrução em Portugal cuja caderneta patriótica é o mais belo atestado de civismo”. (*80 Anos*, 1992, p. 103).

Se as grandes propostas eram voltadas para Portugal, encontramos também iniciativas mais pontuais voltadas para as famílias portuguesas residentes em

São Paulo. Pudemos constatar que algumas associações criaram escolas, alguns professores mantinham escolas particulares, assim como havia uma atividade cultural em diferenciadas instituições. Não conseguimos até o momento informações detalhadas sobre as mesmas, mas arrolamos aqui alguns aspectos que julgamos importantes para indicar que a “colônia” portuguesa em São Paulo procurava ampliar sua participação no campo educacional e cultural¹⁵.

Ainda em 1912, quando da criação da Câmara Portuguesa do Comércio, há menção à necessidade de se promover aulas para instrução de empregados comerciais e à criação da Escola de Cultura Portuguesa agregada a esta Câmara¹⁶. Parece que esta iniciativa não foi avante.

Quanto a escolas portuguesas reconhecidas oficialmente com esta marca étnica, só encontramos menção nos documentos oficiais do governo estadual a quatro escolas portuguesas no Anuário do Ensino de 1917, mas sem que houvesse especificação de sua localização, características, etc. O quadro abaixo, mostra que as escolas portuguesas eram em número muito inferior ao número de escolas de várias outras colônias da cidade, contando com apenas 304 alunos.

Tabela 1: Escolas não-brasileiras na cidade de São Paulo – 1917

ESCOLAS NÃO-BRASILEIRAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	NÚMERO DE ALUNOS
Escolas italianas	49	6 882
Escolas alemãs	37	3 387
Escolas norte-americanas	6	1 676
Escolas portuguesas	4	304
Escolas suíças	2	62
Escolas francesas	2	399
Escolas inglesas	1	185

Fonte: *Anuário do Ensino* de 1917, in DEMARTINI e ESPÓSITO, 1989: 981-995.

Há nos jornais já citados algumas indicações de professores e de escolas que publicavam anúncios voltados para os leitores “portugueses”. Assim, no *Echo Portugues*, em 1897: “Esplicador de mathematica, phisica e chimica. Prepara para o curso anexo e para o curso preliminar da Polytechnica. Informa-se nesta redacção”¹⁷.

Na *Revista Portugal e Brasil*, em 1908:

“Cursos diurnos e nocturnos. Dirigidos por Ferreira de Carvalho (Professor no Gymnasio Sylvio de Almeida e Collegio João de Deus). Habilitação para exames de todas as materias de instrucção secundaria, admissão aos Gymnasios, Escola Normal e Escola de Commercio. Cursos theoreticos e praticos de calligraphia, escripturação e contabilidade comercial. Cursos especiaes de desenho e musica. Rua Riachuelo, n.º 59 (p. 103)”.

De qualquer modo, no campo da educação escolar voltada especificamente para os imigrantes portugueses e seus descendentes em São Paulo, os dados parecem indicar que esta recebia menor atenção que a que encontramos entre outros grupos de imigrantes e que aquela manifestada com relação ao sistema educacional para os que estavam na “pátria” (Portugal). Em grande parte, como já vimos, este fato parecia se dever a que os imigrantes deixavam lá seus filhos em idade escolar, em muitos casos. Além disso, quando residentes em áreas urbanas como São Paulo, podiam enviar seus filhos para as escolas públicas, estas já em expansão neste período¹⁸ e também para as escolas católicas das várias ordens religiosas, que atendiam a meninos e meninas, pois o problema da língua não se colocava para as crianças, no Brasil. Em pesquisa realizada com professores que se formaram durante o período considerado, também pudemos constatar que alguns deles eram filhos de imigrantes portugueses que se inseriram no magistério público oficial; suas biografias não indicam qualquer vinculação ou preocupação com a numerosa “colônia” portuguesa existente em São Paulo¹⁹.

Uma análise sobre as escolas freqüentadas pelas crianças de famílias portuguesas que aqui chegaram ainda durante a 1.ª República, por nós entrevistadas, indicou-nos que muito poucas passaram por escolas particulares “portuguesas”, freqüentando geralmente escolas particulares religiosas ou grupos escolares públicos, na cidade de São Paulo; observamos que muitos descendentes da segunda geração já conseguiram concluir o ensino superior em escolas paulistas.

Por outro lado, pudemos verificar que alguns imigrantes que tinham uma formação superior obtida em Portugal, desempenharam aqui atividades como professores e responsáveis pela manutenção de escolas particulares, procuradas tanto por portugueses como pela população local, evidenciando uma forte inserção no campo educacional paulistano. Um caso exemplar é o do professor José Marques da Cruz, que tendo se formado em direito pela Universidade de Coimbra, em 1912, dedicou-se em São Paulo quase exclusivamente ao magistério, tanto público como particular²⁰. Também Ricardo Severo, imigrante português com grande influência na colônia paulista, foi não só um dos maiores incentivadores da Liga Propulsora da Educação em Portugal, como também atuante junto ao ensino profissionalizante em São Paulo (Liceu de Artes e Ofícios). Ainda participou de associações ligadas à questões educacionais, durante a década de 1920 (foi membro da Associação Brasileira de Educação).

O que se pode verificar é que, durante o período considerado, se havia uma preocupação dos imigrantes portugueses em melhorar a educação em Portugal, havia também alguns destes imigrantes inseridos na constituição do campo educacional paulista, criando escolas, exercendo o magistério e participando de associações educacionais. Aprofundar estas questões sobre as várias facetas das relações imigração-educação parece-nos fundamental (apoio do CNPq).

FONTES

- 80 Anos Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, 1912/1992, São Paulo, Gráfica Brasiliense.
- Echo Portuguez: Semanario Portuguez*, 1897, São Paulo, ano 1, n.º 11 (27 de Junho de 1897).
- I.C.C. – *Estatística de Imigração*, 1937, São Paulo Departamento de Imigração e Colonização/Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.
- Revista Portugal e Brasil*, 1908, S. I., Órgão do Centro Republicano Portuguez, n.º 6/7 (Outubro de 1908).
- Revista Portuguesa*, 1929, S.I., s.ed. (data provável).

BIBLIOGRAFIA

- CAMARGO, José F. de (1952), *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*, São Paulo: FFCL/USP.
- CRUZ, Sérgio M. da (1988), *José Marques da Cruz, o meu pai*, São Paulo: s.ed.
- DEMARTINI, Zeila de B. F. (1997), *Viagens vividas, viagens sonhadas: japoneses em São Paulo na primeira metade deste século*, São Paulo: Humanitas, Coleção Textos, série 2; n.º 7.
- DEMARTINI, Zeila de B. F.; ANTUNES, M. de Fátima (1991), *Magistério primário no contexto da Primeira República*, São Paulo: CERU/ Fundação Carlos Chagas.
- DEMARTINI, Zeila de B. F.; ESPÓSITO, Yara L. (1989), “São Paulo no início do século e suas escolas diferenciadas”. *Ciência e Cultura*, vol. 41, n.º 10, Campinas: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
- FAUSTO, Boris (1976), *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, São Paulo: Difel, Coleção Corpo e Alma do Brasil.
- FAUSTO, Boris (1991), *Historiografia da imigração para São Paulo*, São Paulo: Sumaré/ FAPESP, série Imigração.
- LOBO, Eulalia M. L. (1994), *Portugueses em Brasil en el Siglo XX*, Madrid: Mapfre.
- MILLIET, Sergio (1982), *O roteiro do café e outros ensaios*, São Paulo: Hucitec/INL-Fundação Pró-Memória.
- MONTEIRO, Paulo. F. (1994), *Emigração: o eterno mito do retorno*, Oeiras: Celta Editora.
- NASCIMENTO, Terezinha A. Q. R. do; et al. (1999), *Memórias da educação campineira (1850-1960)*, Campinas: CMU/UNICAMP.
- PETRONE, M. Teresa S. (1967), “Imigração assalariada”, in *História geral da civilização brasileira*, dir. Sérgio B. de Holanda, II Volume, n.º 3.
- RIBEIRO, Gladys S. (1990), *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*, São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é História, n.º 129.
- SOUZA, R. F. (1998), *Templos de civilização a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*, São Paulo: Editora da UNESP.

NOTAS

- 1 I.C.C. – *Estatística de Imigração*, 1937.
- 2 LOBO, 1994.
- 3 MONTEIRO, 1994.
- 4 MILLIET, 1982; CAMARGO, 1952; PETRONE, 1967: 274-296, 285-286.
- 5 DEMARTINI e ESPÓSITO, 1989: 981-995; FAUSTO, 1991; FAUSTO, 1976.
- 6 DEMARTINI e ANTUNES, 1991.
- 7 RIBEIRO, 1990.

- ⁸ DEMARTINI e ESPÓSITO, 1989.
- ⁹ Sub-projeto: *Famílias portuguesas na metrópole de São Paulo (1890-1930)*.
- ¹⁰ DEMARTINI, 1997: 77-95.
- ¹¹ Não foram muitas as localizadas, embora se saiba que outras tivessem existido. Assim, conseguimos alguns raros exemplares de: *Echo Portuguez* (1897), *O Gaiato* (1905), *A Bandeira Portuguesa* (1908), *Revista Portugal e Brasil* (1908) e *Revista Portuguesa* (1929).
- ¹² MONTEIRO, 1994.
- ¹³ I.C.C. – *Estatística de Imigração*, 1937.
- ¹⁴ *80 Anos...*, 1992: 103.
- ¹⁵ As Sociedades Portuguesas de caráter econômico, beneficente e artístico existentes no distrito consular de São Paulo em 1929 eram já numerosas, várias delas realizando atividades culturais: Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo, Sociedade Portuguesa Vasco da Gama, Caixa Portuguesa de Repatriação, Sociedade protetora dos Portugueses Desvalidos, Liga Propulsora da Instrução em Portugal, Associação Socorros Mútuos Sacadora Cabral Gago Coutinho, Portugal Clube, Clube Português, Centro Republicano Português, Liga Monárquica Dom Manoel II, Grêmio Português de Beneficência, Sociedade Portuguesa de Beneficência, Sociedade Portuguesa Beneficente, Sociedade Beneficente Portuguesa, Caridade Portuguesa Maria Pia, Sociedade Portuguesa de Beneficência Campinas (*Revista Portuguesa*, 1929, p. 319).
- ¹⁶ *80 Anos...*, 1992: 50.
- ¹⁷ *Echo Portuguez*, 1897: 2.
- ¹⁸ SOUZA, 1998; NASCIMENTO, 1999.
- ¹⁹ DEMARTINI e ANTUNES, 1991.
- ²⁰ Anti-monarquista, chegou ao Brasil logo depois de formar-se, ainda no final de 1912, com intenções de praticar a advocacia. Não lhe sendo permitido legalmente, começou a lecionar no “Ginásio Macedo Soares” e depois em muitos outros: “Colégio Stafford” (1914 a 1948); “Instituto Mackenzie” (1915 a 1918); “Instituto Ciências e Letras”; “Escola Técnica de Comércio Álvares Penteado” (1919 a 1912); “Escolas da Colônia Portuguesa de São Paulo (onde ensinava gratuitamente), de 1931 a 1936; “Ginásio Oswaldo Cruz” (de que, com os consagrados mestres Colombo de Almeida e Aldelino Leal, foi diretor e fundador, em 1915); “Colégio Pindorama” (1916); “Ginásio Renascença”, que também fundou, e “Liceu Rio Branco” (1941). Ver CRUZ, 1988: 32. Também no período de 1921 a 1926 criou um colégio com seu nome, o “Externato Marques da Cruz”, por onde passaram paulistas famosos. Consta que, quando lhe sobravam algumas horas de trabalho diário, à noite, tributava-as às “Escolas da Colônia Portuguesa” junto ao Clube Republicano Português, na rua Quintino Bocaiuva. Dava, ainda, aulas particulares a filhos das mais tradicionais famílias paulistas. Lecionando português, latim, história geral, história do Brasil e francês, além de poeta, lançou também vários livros, que tiveram várias edições, já a partir de 1914. Ver CRUZ, 1988: 33-34.

A EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE VISEU PARA O BRASIL ENTRE AS DUAS GUERRAS MUNDIAIS (1918-1940)

*Paula Marques dos Santos
Jenifer Ferreira*

INTRODUÇÃO

O distrito de Viseu, situado entre a região norte e centro do país, é actualmente o distrito nacional português com maior área territorial, ocupando 5 007 km², fazendo fronteiras com outros distritos tão importantes nos movimentos migratórios para o Brasil dos dois séculos passados, como são o caso do Porto, de Aveiro, de Vila Real e de Bragança.

O seu desenvolvimento e crescimento socioeconómico na primeira metade do século XX ressentem-se das dificuldades económicas e políticas generalizadas nessa época, sentidas não só pelas regiões interiores mas também em todo o país, com maior ou menor intensidade, devido às profundas transformações do sistema internacional e dos parâmetros políticos e económicos que moldavam a sociedade portuguesa. A uma fase de rápido crescimento demográfico que verificamos no distrito desde meados do século XV, acompanhado por um grande desenvolvimento das actividades agrícolas e comerciais, segue-se uma fase de moderação a partir da segunda metade do século XIX, resultado quer do rápido crescimento dessa primeira fase, quer de crises agrícolas¹, quer ainda da consequente instabilidade sócioeconómica que assola grande parte da população do distrito (falta de trabalho, falta de liquidez, fome e endividamento) e que passa a ser uma constante no desenvolvimento da região.

É perante esta conjuntura de grande insegurança económica e política que se inicia, então, o século XX no distrito e que transcorre toda a primeira metade dessa centúria, período esse que fica marcado ainda pela eclosão de duas guerras mundiais e pelas graves consequências que ambas têm para a sociedade mundial, em geral, e para o distrito de Viseu, em particular, agravando as condições socioeconómicas, já bastante fragilizadas, de grande parte da sua população.

O crescimento demográfico e económico da região retrai-se fortemente, conduzindo grande parte da população a grandes dificuldades económicas, por falta de empregabilidade². Todavia, apesar da falta de condições e da escassez de emprego, o número de cidadãos do distrito que consegue obter autorização

para poder emigrar e tentar a sua sorte no estrangeiro diminui também de forma significativa no período entre as duas guerras mundiais. A falta de meios para garantir o êxito de tal empreendimento (compra do passaporte e das passagens, bem como a subsistência no país de destino nos primeiros tempos), a diminuição da população activa, bem como as tentativas governativas de controlar, dentro do possível, as vagas emigratórias, quantitativa e qualitativamente, concedendo apenas subvenções àqueles que se destinavam às colónias ultramarinas portuguesas, constituirão algumas das principais condicionantes para tal decréscimo e comprovam as dificuldades que se sentiam globalmente nos contactos intercontinentais e que afectam consequentemente o relacionamento luso-brasileiro a esse nível.

É a caracterização dessas vagas migratórias com origem no distrito de Viseu que mantém, apesar das contrariedades, uma relativa regularidade, que procuramos identificar neste trabalho, tentando demonstrar a influência dos regimes políticos português e brasileiro da época e da conjuntura internacional nesse movimento humano, bem como traçar as linhas sociais, culturais e económicas gerais que caracterizam os indivíduos que engrossam as fileiras de emigrantes. Esta caracterização genérica traduz-se numa primeira abordagem ao tema da emigração portuguesa para o Brasil, do distrito de Viseu, e que será alvo de posteriores investigações.

A CONJUNTURA INTERNACIONAL

As décadas de 1920 e 1930 constituem um dos períodos mais conturbados do sistema internacional, conduzindo a um cenário profundamente alterado no final da primeira metade do século XX, no qual às consequências directas da reformulação da política e da economia de muitos Estados, essencialmente do mundo ocidental, se aliam as pesadas heranças de duas guerras mundiais que dificultam ainda mais a capacidade de reestruturação de cada sociedade nacional e do próprio sistema internacional.

Em termos sociais e económicos a guerra deixou um rasto de destruição e, em termos ideológicos, as forças conservadoras saíram vencidas a todos os níveis, sendo culpadas do conflito e dando lugar a sentimentos de igualdade que irão ser traduzidos na Sociedade das Nações (SDN). Parecia, nesta primeira fase, que os regimes “democráticos” haviam vencido os regimes “fortes”, conduzindo a uma nova era de cooperação e concertação internacionais, baseada nos princípios da lei, da ética e da segurança colectiva.

Contudo, as esperanças cedo se esbaterão, tornando-se o período posterior à crise económico-financeira de 1929 novamente mais favorável aos regimes “fortes”.

Uma das grandes consequências da crise de 1929 (e que terá grande influências nas experiências governativas portuguesa e brasileira nos anos de 1930) refere-se à inflexão quanto ao liberalismo económico, através da adop-

ção de medidas conducentes a uma maior intervenção governamental na economia, ao aumento do protecționismo aduaneiro (e.g. tarifas e direitos aduaneiros), ao questionamento da livre iniciativa e do respeito pela concorrência e pelas leis de mercado, procurando muitos Estados estabelecer parâmetros da auto-suficiência (autarcia) em vez de permitirem que as leis de mercado resolvessem por si só a grave depressão económico-financeira existente.

As transformações profundas deste período não se verificam, no entanto, apenas na esfera da economia e da finança. De facto, muitos Estados, além do combate às dificuldades socioeconómicas, deparam-se ainda com a necessidade de encontrar alternativas governativas e políticas que conseguissem responder positivamente à depressão e à ausência de respostas eficientes por parte dos regimes políticos vigentes, muitos deles completamente esgotados e descredibilizados. A incapacidade e inoperância governativa tornam-se numa constante durante os anos de 1920³ e provocará novamente o declínio democrático na década de 1930, opondo-se-lhes os resultados positivos alcançados por muitos regimes autoritários face à crise da economia e da finança mundial. Será com base no sucesso de alguns desses regimes autoritários que o sistema internacional é novamente conduzido a um novo conflito generalizado e de contornos inovadores, com a utilização do poder nuclear para fins militares. O colapso do sistema de segurança colectiva esboçado em 1919 conduz a uma nova instabilidade e a retraimentos ainda maiores no que toca aos contactos transcontinentais.

Todos estes caracteres de retracção permitem-nos vislumbrar, à partida, dificuldades acrescidas para o relacionamento bilateral luso-brasileiro e com grande influência no caso específico dos movimentos migratórios de Portugal em direcção ao Brasil. De facto, todas estas condicionantes repercutem-se na regularidade e na qualidade das comunicações entre estes dois países. Todavia, como veremos, não conseguirão eliminar o Brasil do primeiro lugar do *ranking* dos destinos de eleição do povo português e, embora as vagas de emigrantes diminuam quanto ao volume de efectivos, elas manter-se-ão durante todo o período entre as duas guerras mundiais e ocupam um lugar de destaque nos contactos entre os dois Estados.

Além dos impedimentos de carácter global, a emigração portuguesa para o Brasil nas décadas de 1920 e de 1930 terá ainda de enfrentar questões que derivam da própria situação interna portuguesa e brasileira, ou seja, a situação de instabilidade deste período e as características governativas dos regimes que serão adoptados, bem como a legislação publicada de cariz protecționista e nacionalista (no caso brasileiro). Estes aspectos serão, como veremos, obstáculos acrescidos para a manutenção da ida da população activa lusa para terras brasileiras e alvo de constante acção diplomática para a atenuação dos efeitos nefastos sentidos pela comunidade portuguesa.

A SITUAÇÃO EM PORTUGAL E NO BRASIL

Se o Sistema Internacional das décadas de 1920 e 1930 do século passado é marcada por uma grave crise generalizada, Portugal e o Brasil não são exceção e enquadram-se também nessa conjuntura de instabilidade e de reformulação política, institucional, económica, social após a observação e comprovação do esgotamento dos regimes e dos valores vigentes no contexto nacional de cada um dos países.

Após a conclusão da I Guerra Mundial, os princípios republicanos, tão aclamados em Portugal nos primeiros anos do século, depressa demonstram a sua incapacidade para resolver os grandes problemas sócioeconómicos do país, ao passo que no Brasil a decadência do rotativismo político bipartidário⁴ demonstrava a premência de uma reformulação profunda dos valores subjacentes à vida em sociedade e do próprio regime político de cada país.

Perante o esgotamento dos modelos republicanos, Portugal e o Brasil vão enveredar por um processo progressivo de construção de modelos autoritários, onde a resolução dos problemas financeiros e económicos da gestão pública ganha grande centralidade. A par da questão do défice público, a reorganização do aparelho de Estado e das forças económicas nacionais, bem como o controlo social, ideológico e cultural das comunidades nacionais tornam-se em princípios basilares que servirão de alicerces à consolidação dos dois regimes autoritários que se implantam e consolidam ao longo da década de 1930 no Brasil e em Portugal e que adoptam a mesma denominação – Estado Novo.

Os movimentos migratórios deste período (1920-1940) reflectem, por isso, todos esses elementos adversos e conjunturais em que o relacionamento bilateral luso-brasileiro se desenvolve. No entanto, como veremos, a saída de emigrantes para o Brasil permanecerá uma constante (o Brasil manter-se-á como principal destino para os emigrantes portugueses) e conduzirá mesmo à obtenção de determinados privilégios para a comunidade portuguesa nesse território relativamente aos outros estrangeiros extra-americanos.

A recepção de estrangeiros, que ainda durante o período da I República no Brasil é feita de maneira desordenada e aleatória e sem qualquer tipo de restrição, passa a ser confrontada essencialmente a partir da década de 1930 com um forte nacionalismo brasileiro, plasmado numa malha apertada de leis e decretos que procura refrear as vagas de novos imigrantes e/ou expurgar o país de todos aqueles indivíduos que fossem considerados já excedentários e que contribuíssem, de alguma forma, no entender das autoridades brasileiras, não só para o recrudescimento da instabilidade e incapacidade económicas e comerciais do país (adiando continuamente a instalação no terreno do tão aclamado desenvolvimento económico interno sustentado), bem como para o crescimento da instabilidade social, originada pelo desemprego e pelo consequente agravamento das condições de vida da maioria da população⁵ e pelo crescimento do fosso sócioeconómico entre ricos (minoría) e pobres (maioría)⁶.

De toda a legislação publicada durante o período ditatorial getulista no Brasil, realçamos aqui o Decreto n.º 19 482 de 12 de Dezembro de 1930⁷ que limitava a entrada em território brasileiro de estrangeiros “*vindos em 3.ª classe, e portanto considerados imigrantes*”⁸ e estabelecia a localização e amparo a fornecer aos trabalhadores nacionais, ou seja, estabelecia-se a primeira grande directriz de nacionalização do trabalho, que ficaria conhecida como a “*lei dos dois terços*” (art. 3.º do decreto acima referido) e que definia a obrigatoriedade da “*percentagem de dois terços de empregados brasileiros contra um terço de empregados estrangeiros em todos os ramos de actividades comercial e industrial*” para todas as empresas com mais de cinco trabalhadores.

Tal situação, além de oficializar as medidas do regime brasileiro para restringir a entrada e permanência de estrangeiros no seu território⁹, criará novos problemas aos emigrantes em geral e aos portugueses, em particular. Quer dizer, para aqueles que já se encontravam em território brasileiro, a perda do emprego e o agravamento das condições de vida obriga à repatriação em massa de cidadãos que não têm possibilidades financeiras de regressar à pátria¹⁰ (e consequentemente a necessidade de conseguir a sua reintegração e um trabalho para todos esses cidadãos repatriados, em território português), enquanto que para aqueles que pretendiam emigrar para o Brasil, pela primeira vez, se tornava cada vez mais difícil assegurar a sua viagem e devida autorização para entrada e permanência no território (a legislação brasileira procura, neste período, apenas fomentar a entrada de agricultores que aceitassem a sua colocação nas grandes plantações agrícolas do interior do país).

Outra grande consequência para Portugal que deriva indirectamente da legislação restritiva brasileira, será a consciencialização por parte do Governo português¹¹ de que era necessário controlar as vagas migratórias lusas, aplicando e/ou actualizando verdadeiramente a legislação existente, de forma a existir uma selecção quantitativa e qualitativa dos indivíduos a quem era concedido o passaporte.

Um segundo problema para as comunidades estrangeiras no Brasil deriva da situação anterior e das imposições que passam a vigorar no país com a adopção de novas políticas imigratórias e relativas à permanência de estrangeiros, fomentando cada vez mais a sua naturalização e aquisição da nacionalidade brasileira. Para esta situação de desnacionalização das colónias estrangeiras também muito contribuirá a conjuntura de guerra em finais dos anos de 1930 e que percorre todo o primeiro lustro da década de quarenta, pois acelera o processo de pedidos de naturalizações, vistos como meio de fuga à crise europeia e aos problemas económicos e sociais (e militares) que daí poderiam derivar para os cidadãos europeus, mesmo que se encontrassem a residir permanentemente num país terceiro.

Será em torno destas questões que as relações político-diplomáticas entre os dois regimes estado-novistas se debruçarão e procurarão resolver, favorecendo as raízes históricas e ráticas comuns, em detrimento de todas as outras influências presentes no Brasil. Com efeito, com a excepção dos privilégios

concedidos aos Estados e cidadãos americanos¹², os cidadãos portugueses serão aqueles a quem são dadas maiores benesses, apesar dos constrangimentos a que se vêm sujeitos no início da década de trinta.

Esta beneficiação dos laços luso-brasileiros terão especial incidência durante a década de 1940, onde, e como consequência dos esforços envidados durante a década anterior, se conseguem situações de excepção para os cidadãos portugueses, em detrimento dos estrangeiros de outras proveniências¹³. Mas ainda durante os anos de 1930 surgem já algumas benesses, tais como as previstas no Decreto-Lei n.º 406 de 1938¹⁴ ou na Resolução n.º 34 de 22 de Abril de 1939, pela qual se define que a imigração portuguesa deixaria de estar sujeita a quotas, justificando-se tal medida pela importância de tal elemento humano na consolidação nacional.

Quer dizer, o êxito completo das diligências praticadas pelo representante diplomático máximo português no Brasil, e que permitiram exceptuar os portugueses de todas as restrições aplicadas à imigração extra-americana no Brasil, comprovavam uma fase de relacionamento político-diplomático bilateral auspiciosa e constituía uma reafirmação prática e oficial por parte do Governo brasileiro da vontade de reforçar a política de amizade com Portugal de entre todos os seus relacionamentos externos.

Esse sucesso deve ser, no entanto, compreendido à luz da conjuntura nacional brasileira e mundial do momento. Ou seja, perante o conflito mundial onde o Brasil se vê directamente envolvido a partir de 1942, era necessário garantir a fidelidade e a manutenção de relações estáveis e permanentes com aqueles *pares* que significassem alguma espécie de apoio para o Estado brasileiro e que ainda restavam depois da declaração de beligerância e da participação directa no conflito; e, por isso, podemos afirmar que “*a excepção em favor dos portugueses, entre todos os demais estrangeiros não americanos, corresponde evidentemente ao interesse brasileiro do presente momento*”¹⁵ e não a uma inflexão significativa do fio condutor da política externa brasileira que, aliás, se mantém submissa aos interesse norte-americanos.

Para além disso, este aparente êxito da diplomacia portuguesa tinha também outra limitação que não deve ser descurada e que ganha nova centralidade no âmbito de toda a conjuntura. Isto é, embora os portugueses tivessem sido equiparados aos americanos em termos de entrada e permanência no Brasil pelo decreto de Abril de 1941, era preciso também ter em conta que após a entrada no país, eles passavam a estar sujeitos às mesmas regras gerais a que qualquer outro cidadão estrangeiro estava subordinado, nomeadamente no que se refere às condições de acesso ao trabalho e à possibilidade de deterem bens, empresas e/ou capitais (onde apenas eram previstas excepções para os cidadãos americanos).

A MIGRAÇÃO VISEENSE ENTRE AS DUAS GUERRAS PARA O BRASIL

Todas as transformações a que assistimos em ambos os países terão grande impacto, não só na quantidade de cidadãos que conseguem emigrar efectivamente para o Brasil, mas também nas características que as próprias vagas dessas duas décadas passam a deter. Ou seja, neste período, o movimento migratório português continua a ser essencialmente feito em direcção ao Brasil.

Enquadrado neste contexto, e como já afirmámos, o destino de eleição dos cidadãos viseenses, até finais da década de 1930, continuará a ser o Brasil (registando-se raros casos de emigração para outros países), apesar das dificuldades crescentes em atingir esse território no período em análise, as quais resultam das diversas situações analisadas, e que sintetizamos em três grandes áreas, de acordo com o exposto *supra*:

- as novas políticas de entrada de estrangeiros e de autorização de permanência em território nacional, adoptadas pelo Brasil essencialmente a partir de 1930, como tentativa de resolução do problema da empregabilidade dos nacionais brasileiros e da crise sócio-económica que assola o país;
- a definição e concretização (possível) de uma política e medidas legislativas consentâneas, por parte do Governo português, com o objectivo de conter a saída da população activa do país, além de procurar estabelecer mecanismos selectivos e qualificativos para a nossa emigração, além de procurarem aumentar a percentagem de sucesso dessa mesma emigração e de promover instrumentos de apoio aos nacionais repatriados;
- e as crescentes dificuldades operacionais para o transporte de cidadãos europeus para o continente americano, que dimanam do recrudescimento da economia particular, nacional e mundial e da crescente instabilidade política internacional.

Estas três grandes razões levam a uma grande diminuição das vagas migratórias, no sentido da Europa para a América, em geral, e de Portugal para o Brasil, em particular, já que a falta de meios para emigrar impelia muitos indivíduos a permanecer nas suas terras, apesar das grandes dificuldades sócioeconómicas a que pareciam condenados.

Mas, para além dessa redução drástica do número de efectivos que compunham as vagas migratórias, a crise profunda vivida durante os anos de 1920 e 1930, terá outro efeito nefasto, a médio prazo, para esse mesmo movimento migratório dos cidadãos portugueses, ou seja, enquanto que durante a segunda metade do século XIX e até aos anos quarenta do século XX, o Brasil era o destino preferencial, e quase exclusivo, dos portugueses que decidiam emigrar, as constantes e crescentes dificuldades em atingir esse território obrigarão

a uma mudança das correntes migratórias com origem em Portugal e, especificamente, em Viseu.

De facto, a partir do ano de 1940, a emigração viseense deixa de ser quase unidireccionada e diversifica-se em relação aos seus destinos, passando a contemplar diversos países de vários continentes. Quer dizer, além dos cidadãos que se dirigem para as colónias portuguesas africanas (destinos para os quais foram sempre concedidas grandes vantagens, subvenções e favorecimentos por parte das autoridades portuguesas), os cidadãos começam a ter em conta outras alternativas e opções, tais como os EUA, a Venezuela, a França, a Espanha ou mesmo o Congo Belga. Perante estas novas alternativas (que sempre haviam existido, mas que haviam sido preteridas até ao momento, quando comparadas com o *eldorado* brasileiro), os cidadãos do distrito de Viseu alteram também o destino de emigração pretendido, chegando mesmo a assistir-se na década de 1960 a um *boom* migratório dos viseenses para a Europa, essencialmente para a França (destino para o qual comunidades/aldeias quase inteiras se dirigiram).

Embora os registos de passaportes colhidos entre 1918 e 1940, referentes ao distrito de Viseu, e com destino ao Brasil, totalizem 29 483 registos, acreditamos que na realidade esses registos terão atingido (ou mesmo suplantado) as 40 000 autorizações oficiais para emigrar (das quais cerca de 95% se destinariam ao território brasileiro). Essa discrepância de registos levantados resulta do desaparecimento dos livros de registos referentes aos anos entre 1919 e 1922 e entre 1924 e 1927 (mais precisamente entre 21/12/1919 até 03/01/1922 e entre 13/04/1924 até 01/11/1927). Consideramos que ambos os períodos referidos tenham registado um grande número de pedidos de emigração e de passagem dos respectivos passaportes, pois inserem-se numa conjuntura ascendente de concessão de passaportes pelo Governo Civil de Viseu, como podemos observar na tabela 1. Esses dados poderão apenas ser confirmados após um estudo posterior aprofundado através dos processos individuais dos candidatos a emigração do distrito.

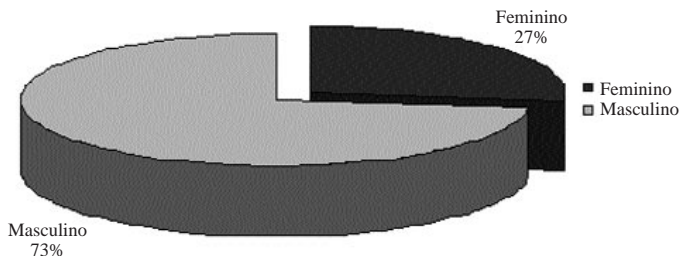
Tabela 1: Distribuição anual de passaportes

ANO	TOTAL
1918	480
1919	2 659
1920	0
1921	0
1922	4 885
1923	3 718
1924	1 066
1925	0
1926	2
1927	808
1928	4 132
1929	3 951
1930	1 716
1931	211
1932	370
1933	871
1934	630
1935	842
1936	887
1937	940
1938	387
1939	779
1940	149

Podemos, então, estabelecer como caracterização geral do movimento migratório distrital para o Brasil os seguintes elementos que passamos a indicar.

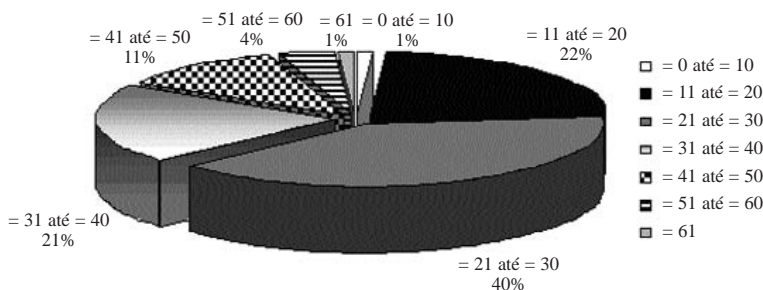
Em primeiro lugar, a maioria dos indivíduos que compõe a emigração continua, à semelhança das épocas anteriores, a ser do sexo masculino (gráfico 1). Neste aspecto existe uma continuidade, embora o elemento feminino ganhe maior expressão, já que nesta época muitas são as mulheres que, juntamente com os seus filhos, se dirigem para o Brasil para se reunirem aos seus maridos, os quais haviam emigrados previamente, procurando encontrar uma situação mais estável para a sua família. Outras mulheres, ainda, viajam solteiras, na companhia da restante família.

Gráfico 1: Distribuição por sexo



Confirmando a tese de que a emigração provoca a perda de grande parte da mão-de-obra no distrito de Viseu, fica comprovado que a maioria dos emigrantes está em plena idade activa, enquadrando-se na faixa etária entre os 21 anos e 30 anos de idade (gráfico 2). Tal situação deriva daquilo que referimos anteriormente, ou seja, o declínio das condições de vida e de empregabilidade força muitos cidadãos a optarem pela emigração (temporária, cíclica ou permanente) com o objectivo de resolverem os seus problemas financeiros (dívidas, falta de trabalho, fome, entre outros).

Gráfico 2: Distribuição etária



Apesar da inexistência na maioria dos registos da indicação do estado civil dos indivíduos (essa indicação era opcional nos livros adoptados na época e apenas os escrivães que registam os passaportes dos primeiros anos da década de 1920 têm esse cuidado), podemos verificar que existe uma equivalência entre o número de cidadãos casados e cidadãos solteiros.

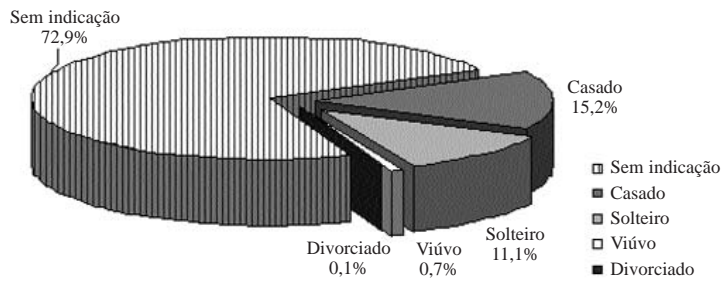
Podemos ainda acrescentar que a maioria das mulheres que emigrava era já casada e, na maioria dos casos, ia ao encontro dos seus maridos, já estabelecidos no Brasil, sendo muitas vezes acompanhadas pelos seus filhos (ou outros familiares).

O estabelecimento de parentesco entre os emigrantes torna-se muitas vezes difícil de efectivar, pois não existe qualquer indicação nos registos de passa-

porte. Esse trabalho só é possível através de uma análise dedutiva e em registos que se sucedem cronologicamente (no livro de registos). Apenas através da indicação da filiação dos emigrantes se consegue verificar os parentescos directos entre os mesmos indivíduos (ascendência e descendência).

Enquanto que durante a segunda metade do século XIX e nas primeiras duas décadas do século XX verificamos a existência de “um passaporte, uma família”, tal situação é radicalmente alterada entre 1920 e 1940, resultante da legislação portuguesa que a partir dos finais da década de 1910 impõe o fim dos passaportes conjuntos e a emissão de passaportes individuais (o reaparecimento de passaportes conjuntos surge apenas a partir de 1946).

Gráfico 3: Distribuição por estado civil



Existe ainda nos livros de registo um especial cuidado em identificar com precisão ou o local de entrada no Brasil de cada emigrante, ou, sempre que possível (sendo, no entanto, mais difícil e menos recorrente), o local para onde o cidadão se deve dirigir para se estabelecer, residir e trabalhar. O principal destino indicado é, também, à semelhança de outros períodos temporais, o Rio de Janeiro, seguindo-se como pontos de entrada S. Paulo e Santos.

A indicação do Rio de Janeiro como ponto privilegiado de entrada no Brasil é compreensível, dado que era muito difícil saber, na maioria dos casos, onde os novos emigrantes se poderiam estabelecer efectivamente. Mesmo que se pretendesse trabalhar, por exemplo, no Estado de S. Paulo, nada assegurava que o cidadão conseguisse estabelecer-se aí. Não se pretende, por isso, com a apresentação dos dados estatísticos (tabela 2), afirmar que 80% dos emigrantes ficaram efectivamente no Rio de Janeiro. Pelo contrário, concordamos que o Rio de Janeiro era apenas o principal porto de recepção dos novos imigrantes no Brasil, sendo, por isso, para muitos um ponto de passagem.

Tabela 2: Principais destinos no Brasil

DESTINO	VALOR
BAÍA	116
BELO HORIZONTE	16
BRASIL	126
ESPÍRITO SANTO	23
GOIÁS	9
JUIZ DE FORA	4
MANAUS	419
MINAS GERAIS	13
NITEROI	2
NOVO REDONDO	1
PARÁ	389
PARANÁ	2
PAUL	1
PELOTAS	5
PERNAMBUCO	44
PORTO ALEGRE	6
RIO DE JANEIRO	22 665
RIO DE JANEIRO OU S. PAULO	2
RIO GRANDE	1
RIO GRANDE DO SUL	66
S. FRANCISCO DO SUL	4
S. PAULO	2 508
SANTOS	3 059
VITÓRIA	2
TOTAL	29 483

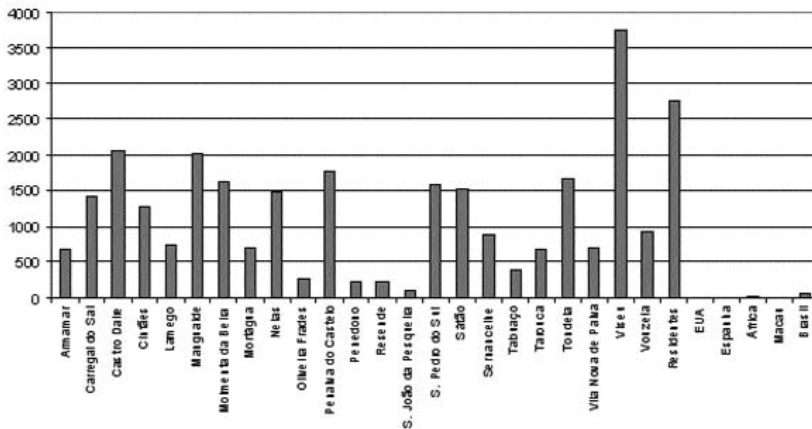
Contrariando a ideia de que emigrariam em maior número os cidadãos dos concelhos mais afastados do centro do distrito e com maiores dificuldade de empregabilidade e de liquidez financeira, verificamos que é o próprio concelho de Viseu (capital e centro do distrito beirão) que regista uma maior saída de indivíduos, em idade activa (3 751 indivíduos). A segunda maior percentagem de emigrantes reparte-se por todos os concelhos do distrito e resulta de um grande número de indivíduos que, sendo naturais de outros distritos do país (limítrofes ou distantes), haviam estabelecido a sua residência nos diversos concelhos pertencentes a Viseu (2 755 indivíduos), por diversos motivos, como por exemplo, por motivos de parentesco, casamento, raízes familiares ou trabalho, entre outros.

Há ainda a assinalar a existência de outros indivíduos que, residentes no distrito, detêm outras nacionalidades, donde destacamos 58 cidadãos de nacio-

nalidade brasileira, o que comprova que muitos dos indivíduos que emigravam realizavam uma emigração cíclica, ou seja, permaneciam no Brasil durante alguns anos (para ganhar dinheiro para poder melhorar as condições de vida da sua família, para pagamento de dívidas contraídas, etc.), e regressavam ao seu país quando atingiam os seus objectivos, voltando a emigrar sempre que necessário ou para tratar de assuntos e interesses que entretanto haviam deixado em território brasileiro (família, investimentos, etc.). Para além disso, a emigração de retorno, provoca ainda outro fenómeno: o regresso ao Brasil dos descendentes de portugueses retornados e que haviam nascido em território brasileiro.

A indicação dessas situações também não pode ser analisada acuradamente a partir da informação dos livros de registo, ou da base de dados construída, devido à inexistência de dados sobre este aspecto.

Gráfico 4: Distribuição por naturalidade



Finalmente, podemos ainda indicar uma outra informação, a qual é referida nos registos de passaporte até 1920, altura em que deixa de ser mencionada devido ao seu carácter opcional no mesmo assento. Entre 1920 e 1940, raramente o escrivão tem a preocupação de identificar a profissão com que o emigrante ia para o Brasil. Dos dois anos em que podemos observar esse registo, são as actividades agrícolas indiferenciadas que predominam na concessão dos passaportes (tabela 3).

Pela legislação que entra em vigor no Brasil (essencialmente na década de 1930), na qual se procurava privilegiar a angariação de mão-de-obra para as grandes plantações e para o interior do território brasileiro (como referimos anteriormente), julgamos que essa tendência se mantém durante todo o período em análise, pois serão os trabalhadores agrícolas que encontrarão maiores facilidades para conseguir um trabalho permanente no Brasil. Todas as actividades relacionadas com a marinha mercante e actividades portuárias serão as que mais sofrerão com as sucessivas restrições impostas pelo getulismo aos imigrantes.

Tabela 3: Profissões dos migrantes

PROFISSÃO	INDIFERENCIADO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
(ilegível)		1		1
não indicado	26 396			26 396
sem profissão		56		56
agricultor(a)		1 459	126	1 585
alfaiate		19		19
barbeiro		23		23
carpinteiro		72		72
comerciante		35		35
costureira			56	56
cozinheiro(a)		1	15	16
doméstica			658	658
empregado de comércio		101		101
estudante		45		45
lavrador		10		10
motorista		12		12
operário		34		34
operário(a) agrícola		11	2	13
padeiro		12		12
pedreiro		41		41
proprietário(a)		197	2	199
outras profissões		91	7	98

CONCLUSÃO

A emigração do distrito de Viseu para o Brasil, entre 1920 e 1940, está então condicionada, quer pelas circunstâncias da conjuntura regional e nacional portuguesas, quer pelas características inerentes à situação interna do Brasil e à própria conjuntura internacional. Estes três vectores influenciam directamente, como vimos, o número de indivíduos que consegue sair de Portugal para o Brasil, bem como as tipologias gerais dessas vagas humanas. Ou seja, o enquadramento conjuntural, ao nível interno e externo, molda o movimento migratório, ora introduzindo novos aspectos, ora alterando outros já existentes em épocas anteriores (anulando-os ou transformando a sua relevância).

Embora se mantenha, como vimos, uma predominância do elemento masculino nesses movimentos migratórios, a percentagem de mulheres que saem de Portugal em direcção ao Brasil começa a ganhar maior importância relativamente a períodos anteriores.

Outra consequência directa da conjuntura nacional portuguesa é a saída de indivíduos jovens, em plena idade activa, que vêm a emigração como resposta

às suas dificuldades económicas. Saem, por isso, ou em busca de fortuna rápida para poderem constituir família, ou para resolver os problemas económicos que as suas famílias sentem em Portugal. A ausência de dados, em grande parte do período estudado, referente ao estado civil dos emigrantes, impede-nos de traçar, com exactidão, a tendência predominante neste aspecto. Acreditamos, contudo, que mesmo existindo uma superioridade de indivíduos solteiros, exista simultaneamente uma percentagem considerável de cidadãos que emigravam já casados.

Relativamente à ocupação profissional com que os indivíduos emigram, também este aspecto está estritamente relacionado com as condições existentes em território brasileiro, onde se direcciona o trabalho estrangeiro para o sector primário, deixando os secundário e terciários mais livres para os nacionais brasileiros (procurando diminuir dessa forma o desemprego nos grandes centros urbanos).

Em suma, a emigração viseense para o Brasil reflecte genericamente as condições em que a população do distrito vive nestes vinte anos, demonstrando as dificuldades económicas de um distrito do interior, agravadas pela situação de crise que o comércio passa a verificar. Ou seja, não eram apenas os agricultores e os indivíduos das zonas rurais que sentem a necessidade de emigrar. Todos aqueles que vivem nas zonas urbanas e não conseguem resolver os seus problemas económicos vêem na saída do país uma alternativa plausível. Embora exista uma percentagem de indivíduos com posses que solicitam o passaporte para o Brasil com objectivos diferentes (visita, negociantes, industriais), a maior parte da emigração viseense é constituída por indivíduos assalariados que buscam trabalho e estabilidade económica em território brasileiro. E quando não têm dinheiro para pagar os trâmites para a sua emigração, não hesitam em contrair empréstimos com esse fim (ou então tentam chegar ao Brasil clandestinamente, correndo o risco de serem repatriados de imediato).

A dificuldade em estabelecer, com exactidão, o número de pessoas que saem do nosso país resulta desse mesmo fenómeno da emigração clandestina, muitas vezes facilitada pelos engajadores, que no intuito do lucro fácil, iludiam muitos homens a ir para o Brasil sem que tivessem trabalho assegurado ou mesmo as condições mínimas para sobreviver.

A presente abordagem aos livros de passaporte permite-nos apenas uma primeira aproximação à problemática da saída de cidadãos viseenses para o Brasil, tornando-se num ponto de partida para um conhecimento profundo do que eram esses homens e mulheres que viam no Brasil a única saída para os seus problemas. Talvez o conhecimento de alguém que havia feito fortuna rapidamente tenha iludido grande parte dessas pessoas a ir para o Brasil num período marcado por grandes dificuldades socioeconómicas nesse território, à semelhança do que se passava em Portugal. O que é certo é que, como demonstrámos, o Brasil mantém-se como um destino envolto no mito do *eldorado* para onde os portugueses preferem ir do que aceitar as facilidades que o governo português lhes concedia para povoarem e aculturarem as colónias africanas.

FONTES

Arquivo Distrital de Viseu – Livros de Registo de Passaporte, 1919-1941.
Legislação brasileira diversa sobre a entrada e permanência de estrangeiros em território brasileiro (Ofício n.º 9-B de 02.03.1931 do Embaixador no Rio de Janeiro; Ofício n.º 47 de 25.04.1941; Relatório Anual de Actividades, de 1930, Anexo C).

BIBLIOGRAFIA

- DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony (1991), *História do Século XX*, 2 Volumes, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- LEITE, Joaquim da Costa (1987), "Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)". *Análise Social*, n.º 97, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- LEITE, Joaquim da Costa – *Mitos e realidades da emigração Portuguesa, 1851-1973*, in <http://www.museu-emigrantes.org>.
- LOBO, Eulália M. L. (2001), *Migração Portuguesa no Brasil*, São Paulo: Editora Hucitec.
- RENOUVIN, Pierre (1994), *Histoire des Relations Internationales de 1871 à 1945*, III Volume, Paris: Hachette.
- SANTOS, Paula Marques dos (2005), *As Relações Luso-Brasileiras (1930-1945)*, Porto tese de doutoramento defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SOUZA, Fernando (dir.) (2005), *Dicionário de Relações Internacionais*, Porto: CEPES/Afrontamento.

NOTAS

- ¹ Neste período, surgem diversas crises agrícolas, como são os casos da epidemia da filoxera, que a partir de 1872 destrói grande número de vinhedos, ou o desaparecimento da criação do bicho da seda, “uma boa fonte de riqueza que findou”, como escreve um abade do norte do distrito, sob o duplo efeito da orientação dos mercados consumidores da seda para regiões extra-europeias e da doença.
- ² A fragilidade dos laços contratuais ou mesmo a escassez de trabalho provocará, por sua vez, o endividamento e a fome de muitas famílias. Muitas pessoas, principalmente homens, chegam mesmo a contrair empréstimos para conseguir emigrar e procurar trabalho no estrangeiro, essencialmente no Brasil.
- ³ As décadas de 1910 e 1920 demonstram, quer no caso português, quer no caso brasileiro, a ineficácia dos modelos governativos vigentes para responder à crise socioeconómica que afecta as suas sociedades. A predominância dos interesses de uma classe em detrimento da restante sociedade, o rotativismo viciado na direcção do país e a falta de representatividade de grupos sociais economicamente importantes (como é o caso da burguesia), no caso brasileiro, e a instabilidade endémica dos governos da I República, em Portugal, que rapidamente são substituídos no poder, incapacitando a aplicação continuada das medidas preconizadas, conduzem a um espiral depressiva e ao agravamento da situação interna. Apenas com a alteração dos valores sociais e políticos se conseguirá uma relativa estabilidade e um relativo crescimento durante os anos de 1930.
- ⁴ Este rotativismo governativo ficará conhecido como a “*política de café com leite*”, a qual dividia a governação federal entre paulistas e mineiros e afastava das principais decisões políticas federais todos os outros Estados e todas as outras classes sociais, apesar da sua importância económica.

- 5 O agravamento das condições de vida verifica-se essencialmente nos grandes centros urbanos, como é o caso do Rio de Janeiro. O decréscimo dos lugares de trabalho para os estrangeiros nas actividades comerciais e nos serviços conduz grande parte das comunidades de imigrantes ao desemprego e mesmo à miséria (fome e falta de alojamento). Todavia, a maioria desses indivíduos preferia permanecer nas cidades do que aceitar a sua recolocação nos centros agrícolas do interior.
- 6 Sobre a questão da emigração de Portugal para o Brasil neste período, vide análise detalhada in SANTOS, 2005: 259-290.
- 7 O texto do Decreto foi analisado a partir do Relatório anual do M.R.E. (*Relatório Anual de Actividade*, 1930: 361-363). Logo após a revolução de Outubro de 1930 e a instalação do Governo provisório, liderado por Getúlio Vargas, são adoptadas as primeiras medidas restritivas em relação à entrada de novos imigrantes no Brasil, procurando defender os interesses dos nacionais brasileiros e assegurando, na medida do possível, a sua empregabilidade.
- 8 Ofício n.º 9-B, 02.03.1931: 1. De acordo com o decreto só seriam admitidos “*os de retorno e aqueles cuja entrada seja solicitada, quer oficialmente, quer em virtude de certos bilhetes [cartas] de chamada*”.
- 9 Todas as medidas legislativas restritivas vão ter continuidade quer durante o período constitucional varguista, quer no período ditatorial pós 1937, plasmando-se nas diversas constituições aprovadas e em decretos e regulamentos avulsos a manutenção das restrições e a preservação do emprego para os nacionais brasileiros (SANTOS, 2005: 275-281).
- 10 Essas repatriações serão financiadas quer pelos dinheiros públicos, quer pela beneficência privada lusa (maioritariamente por esta).
- 11 Tal consciencialização deriva da diminuição drástica das remessas de divisas dos emigrantes para o país (originando maiores dificuldades para as suas famílias e para as próprias finanças públicas) e dos gastos extraordinários que derivam das repatriações em massa para Portugal, bem como da criação de grandes obras públicas que permitissem empregar todos esses indivíduos.
- 12 O Governo varguista dará especial primazia às relações intra-continentais, de acordo com o princípio do pan-americanismo.
- 13 Como exemplo, podemos referir o Decreto-Lei n.º 3.175 de 07 de Abril de 1941, onde se prevê “*com força de lei (...) [a exclusão] da permanência todos europeus excepto os portugueses*” de território brasileiro.
- 14 Por este decreto definia-se que em nenhum núcleo populacional era permitido uma concentração superior a 25% de estrangeiros da mesma nacionalidade, contra os quais deveriam existir uma percentagem de brasileiros natos de 30%, salvaguardando-se que, no caso de não ser possível satisfazer o número necessário de nacionais brasileiros, esse, “*mediante autorização do Conselho de Imigração e Colonização, poderá ser suprido por estrangeiros, de preferência portugueses*”³³⁷. Era o reconhecimento oficial da relevância das raízes lusas na construção nacional brasileira.
- 15 Ofício, n.º 47, 25.04.1941: 2.

A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL. FAMÍLIAS DE VILA NOVA DE GAIA (1834-1900)

Teresa Cirne

INTRODUÇÃO

A emigração portuguesa oitocentista constitui um problema social de enorme importância na própria história nacional, tendo estado na base de uma forte e continuada discussão e de diferentes tomadas de posição políticas ao longo daquela centúria. Este período, ainda assente numa conceptualização organicista da sociedade, associava o fluxo emigratório a uma espécie de “sangria”, contribuindo para o enfraquecimento do País. Neste sentido, cabia ao Estado, numa função socializadora recém-desenhada, gerir a mobilidade geográfica dos indivíduos em função dos interesses económicos, políticos e militares, situados num patamar supraindividual.

Desde sempre o Estado consagrou e distinguiu implicitamente uma emigração legal e uma emigração clandestina: a primeira enquanto direito, dentro de determinados requisitos e procedimentos, a segunda enquanto desvio à lei.

A emigração legal ocorre mediante a obtenção de um instrumento de legalidade, o passaporte, desde que devidamente autenticado. Por outro lado, todo este processo burocrático resulta na produção documental de diferentes tipologias, nomeadamente o processo de obtenção de passaporte, e os diversos registos de controlo, vistos e referendas. Convém sublinhar que estas tipologias documentais estão intimamente relacionadas com o quadro legal que as contextualiza e as condiciona em termos de produção e/ou tramitação administrativa. Daqui se inferirá a maior ou menor capacidade representativa do próprio passaporte enquanto elemento institucional que reflecte e representa a efectiva emigração legal de um determinado período histórico em análise.

O aparecimento do passaporte, enquanto instrumento institucional, é indissociável do progressivo movimento centralizador do Estado, ocorrido sobretudo a partir do século XVII, por imperativos de natureza militar. No entanto, e em virtude das doutrinas populacionistas, o passaporte, mesmo em tempos de paz, vê a sua imprescindibilidade justificada pela necessidade de obstar ao êxodo demográfico para o exterior, o qual, aliás, era entendido como uma das causas principais do enfraquecimento económico da nação.

Data de 1645, em plena Guerra da Restauração, o primeiro diploma legal que proíbe a saída do Reino sem autorização prévia, prevendo pesadas sanções para os infractores e agentes envolvidos. Nesta altura, o Brasil era, sem dúvida,

um destino ainda muito pouco cobiçado. No entanto, esta situação alterou-se totalmente com o aparecimento dos primeiros indícios de ouro e diamantes, tendo gerado sucessivas levas de gente para as Terras de Vera Cruz. Face à situação, D. João V, em 1709, terá decretado a necessidade de passaporte para embarcar para aquele território. E legislação sucessiva veio contribuir para dificultar a saída de indivíduos para o Brasil. Estes obstáculos crescentes terão, eles próprios, gerado diversos expedientes no sentido de os contornar, favorecendo o engajamento ilegal e as práticas associadas à emigração clandestina.

No período pombalino a mobilidade geográfica dos indivíduos foi altamente coarctada, mesmo a interna, passando a ser exigido passaporte para o interior do Reino. Na verdade, pela Lei de 25 de Junho de 1760, é transferida para a então recém-criada Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino uma ampla jurisdição nesta matéria. Determina ainda a rigorosa observância da Lei de 6 de Dezembro de 1660, pese embora se tenha descentralizado a emissão dos passaportes, a qual passa a estar sob a responsabilidade da Intendência Geral, bem como das diversas Secretarias de Estado e, nas províncias, dos respectivos comissários de polícia.

Durante o reinado de D. Maria I, voltou a evocar-se os diplomas legais seiscentistas relativos à saída para o estrangeiro sem passaporte, mediante a promulgação do alvará de 9 de Janeiro de 1792, no qual se passa a considerar que a “alta traição” apenas ocorre em tempo de guerra. No entanto, a verdade é que o tumulto causado pelas invasões francesas fez renascer as antigas leis no seu integral espírito, prevendo-se a desnaturalização, perda de bens e honras, multas para capitães de navios e galés para barqueiros coniventes.

Pode-se afirmar que não há uma acção coordenada e una no que respeita ao controlo administrativo da mobilidade geográfica, resultando que a obtenção de autorização para sair do Reino era mais fácil a um indivíduo que residisse longe do epicentro do poder (Lisboa), não havendo critérios imparciais na concessão do passaporte.

É de salientar a emergência de diversos tipos de passaporte, os quais podem ser mencionados por ordem cronológica:

- 1645 – Passaporte para o estrangeiro
- 1709 – Passaporte para o Brasil
- 1760 – Passaporte para o interior do Reino

Com o advento do constitucionalismo e a definitiva instauração do liberalismo, os cidadãos vêem reconhecido o direito à liberdade de movimentos e de residência, consagrado na Carta Constitucional de 1826:

"Qualquer pode conservar-se, ou sahir do Reino, como lhe convenha, levando consigo os seus bens; guardados os regulamentos policiaes, e salvo o prejuizo de terceiros" (título VIII, art. 145, § 5).

Esta comunicação baseia-se no estudo detalhado do movimento emigratório legal ocorrido entre 1834 e 1900, relativamente ao concelho de Vila Nova de Gaia. Desta forma, procurou-se apurar não a totalidade dos titulares de passaporte que embarcaram pela barra do Douro, mas o conjunto dos naturais ou domiciliados naquele espaço concelhio que obtiveram passaporte no Governo Civil do Porto, quer saíssem pela barra desta cidade, quer por outro lugar.

A principal fonte utilizada consistiu nos *Livros de Registo de Passaportes do Fundo do Governo Civil do Porto*, existente no Arquivo Distrital do Porto. O âmbito cronológico dos dados recolhidos situa-se entre 1834 e 1900, num total de 67 anos. O ano de 1834 reporta-se ao primeiro livro de registo de passaportes, no seguimento ou na execução das competências administrativas conferidas ao Governos Cívicos, dentro do novo figurino liberal entretanto inaugurado.

A recolha dos dados nos *Livros de Registo de Passaportes*, operou-se em dois momentos e contextos de trabalho distintos:

- Em 1999: no âmbito do planeamento da comemoração dos quinhentos anos da descoberta do Brasil (1500-2000), por parte do Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia. Tal pretensão levou à recolha dos dados reportados ao período compreendido entre 1850-1900, inclusive.
- Em 2006: no âmbito da nossa participação de investigação no projecto elaborado pelo CEPESE. Desta forma, foram recolhidos e adicionados aos anteriores, os dados reportados ao período compreendido entre 1834-1849, inclusive.

Os dados informacionais extraídos naquela série arquivística permitiram a constituição de uma base de dados nominativa sólida e documentalmente segura, a qual funciona como uma plataforma rigorosa no desenvolvimento de trabalhos nesta área de estudo. Essa base traduz, de imediato, o quantitativo de licenças de passaporte solicitadas pelos gaienses ao longo daqueles 67 anos, permitindo, na prática, contabilizar os efectivos relacionados com a emigração legal neste concelho e, por outro, analisar o movimento evolutivo desse fenómeno, ao nível local.

Mas outras fontes arquivísticas foram consultadas e analisadas, nomeadamente ao nível do Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia, na senda do espírito que norteou a primeira fase de recolha de dados. Essas fontes configuram-se em diversas séries arquivísticas relativas ao fundo municipal, a saber:

- *Alvarás de remissão de foros;*
- *Livros de nota privativa;*
- *Obras municipais;*
- *Processos de alienação e cedências a qualquer título;*
- *Processos de aquisição e expropriação de terrenos;*
- *Processos de compra, doação e escrituras de prédios;*
- *Processos de concessão de servidões;*

- *Processos de notariado;*
- *Processos de obras particulares;*
- *Requerimentos de obras particulares.*

Por outro lado, afigurou-se de extrema importância alguma documentação relativa ao fundo da Administração do Concelho de Vila Nova de Gaia, nomeadamente:

- *Autos de abertura de testamentos;*
- *Processos de legados pios;*
- *Registo de legados pios;*
- *Registo de testamentos;*
- *Registo dos processos de tomadas de conta dos legados pios;*
- *Termos de desistência de testamenteiros e abstenção de heranças;*
- *Termos de entrega de testamentos;*
- *Testamentos não procurados pelos interessados.*

Trata-se de fontes que foram compulsadas numa fase posterior à recolha dos dados nos *Livros de Registo de Passaportes*, em virtude da metodologia predefinida. Pretendeu-se, dessa forma, pesquisar os actos administrativos levados a efeito pelos brasileiros retornados a Gaia, na sua relação com o poder local. Neste sentido, é possível rastrear e reconstituir com elevada segurança parte dos movimentos daqueles indivíduos no concelho, compreendendo não só o modelo de constituição, distribuição ou redistribuição dos bens materiais, como também aceder às estruturas mentais dos mesmos.

Para além das fontes arquivísticas acima mencionadas, cabe ainda referir um vasto conjunto de fontes hemerográficas de dimensão local, absolutamente indispensáveis num trabalho desta natureza:

- *O Concelho de Gaia, Periódico Político, Literário e Noticioso (1873-1875);*
- *O Grilo de Gaia (1888-1894 e 1897-1899);*
- *O Jornal dos Carvalhos (1889-1891);*
- *O Comércio de Gaia (1897);*
- *A Mocidade (1897-1898);*
- *A Voz de Gaia (1910-1918);*
- *O Marroquino (1913-1918);*
- *O Grito de Gaia (1923);*
- *A Terra de Gaia (1927-1928).*

CONTEXTUALIZAÇÃO

Características físicas de Vila Nova de Gaia

O Concelho de Vila Nova de Gaia, pertencente ao distrito do Porto, localiza-se na Região Norte e subregião do Grande Porto, na margem sul da foz do rio Douro e é sede de um município com 170,82 km² de área e 288 749 habitantes (2001), estando actualmente subdividido em 24 freguesias. Este município, integrado na Área Metropolitana do Porto, é limitado a norte pelo Concelho do Porto, a nordeste por Gondomar, a sul por Santa Maria da Feira e Espinho e a oeste pelo oceano Atlântico.

Evolução histórica recente

Diacronicamente é de salientar que, apesar da inegável marca de ruralidade que Vila Nova de Gaia, no seu conjunto, manteve até finais de Setecentos, essa centúria assinalou uma forte expansão comercial e oficinal. No entanto, em função da situação política nacional e até europeia (Guerra Peninsular e Invasões Francesas), esse mesmo desenvolvimento vai ser travado e interrompido nas primeiras décadas do séc. XIX¹.

Figura 1: Paisagem rural (Mafamude) no início do séc. XX



Apesar de possuir “algumas famílias de conhecida nobreza; outras que vivem de suas rendas, e da cultura das suas terras; outras que exercitam o comercio; e outras em fim, que se empregam nas diferentes artes, e occupaens fabris...”², a verdade é que o concelho possuía uma marca de ruralidade bastante acentuada e notória, sobretudo nas freguesias mais interiores. Essa rurali-

dade vai sendo contrariada, num movimento inconstante, ao longo de Oitocentos, sobretudo a partir da primeira década fontista.

Sem dúvida que a débil situação económica de muitos gaienses e a perspectiva do Brasil enquanto alternativa viável para obstar e ultrapassar essa dificuldade, foram factores que estiveram na base da emigração de muitos habitantes de Gaia para as Terras de Vera Cruz, à semelhança do que se passava um pouco por todo o país, sobretudo na região norte. Apesar do crescimento demográfico verificado ao longo do século XIX, quase todos os autores da altura comungaram da preocupação relativamente ao êxodo rural, apelidando de excessiva a massa humana que, de Portugal, emigrava para o outro lado do Atlântico. Já em finais da década de 1830, Alexandre Herculano afirmava-se preocupado com o enorme êxodo emigratório rumo ao Brasil. Este sentimento foi sendo partilhado pelo governo português, materializando-se em alguns alertas contra as actividades ilícitas de alguns engajadores e numa legislação que, procurando restringir a liberdade do movimento emigratório para o Brasil, o tentava desviar para as colónias africanas. Apesar destes receios relativos a uma “sangria humana”, Vila Nova de Gaia assistiu a um crescimento demográfico de significativo valor, já que a população praticamente triplica ao longo do séc. XIX. Com efeito, cifrando-se em 24 675 indivíduos no início daquele século (1801), passou para cerca de 43 454 indivíduos em meados do séc. XIX (1849) e para 74 072 pessoas exactamente em 1900.

Apresentação dos dados

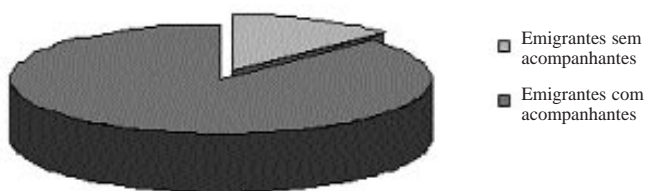
O levantamento exaustivo dos dados informacionais contidos nos *Livros de Registo de Passaportes*, do Fundo do Governo Civil do Porto, relativamente aos emigrantes naturais e/ou residentes no concelho de Vila Nova de Gaia, ao longo dos 67 anos que medeiam o período compreendido entre 1834-1900, implicou a análise detalhada de 123 livros e gerou a informatização efectiva de 17 294 registos.

Cada um desses registos informatizados contém vários dados relativamente ao titular do passaporte, a saber: Nome; Idade; Data de Emissão; Naturalidade (freguesia); Estado Civil; Género; Acompanhantes (graus de parentesco, nome e idade); Destino (Estado/cidade no Brasil).

Podemos afirmar que entre 1834 e 1900 foram emitidos relativamente a indivíduos naturais e/ou residentes no espaço concelhio de Vila Nova de Gaia, cerca de 17 294 passaportes para o Brasil, os quais correspondem, teoricamente, a igual número de viagens.

Convém referir que muitas foram os casos em que esses mesmos titulares de passaporte se fizeram acompanhar por outros indivíduos, em maior ou menor dependência económica e/ou familiar. Com efeito, tratava-se, na generalidade das situações, de levar os filhos menores, a esposa, a irmã ou o irmão desamparado, a mãe viúva, os sobrinhos órfãos, entre outras situações de menor ocorrência.

Gráfico 1: Percentagem de titulares de passaporte relativamente a acompanhantes integrados (1834-1900)



A totalidade de indivíduos que acompanham os titulares de passaporte cifra-se em 3 813. Deste modo, contabilizamos um total de 21 107 indivíduos registados que, entre 1834 e 1900, terão obtido licença para partir para o Brasil. Podemos concluir que houve cerca de 1 955 (ou 13,3%) titulares de passaporte que levaram acompanhantes. Por outro lado, cerca de 18% da totalidade dos indivíduos referenciados nos registos de passaporte eram acompanhantes.

PERCURSOS FAMILIARES

A interpretação e análise sistemática dos dados obtidos, permitiu a reconstituição de algumas das estruturas familiares associadas ao fenómeno da emigração para o Brasil, configurando uma situação de tradição mais ou menos localizável por freguesia. Numa abordagem toponímica e onomástica, procurou-se apresentar todos os elementos das diversas famílias mais significativas que, entre 1834 e 1900, requereram passaporte para o Brasil, registando nós a freguesia de Vila Nova de Gaia a que pertenciam os emigrantes e a respectiva família.

ARCOZELO – Família Teixeira Vale					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Abel Domingues Teixeira Vale	1862	Solteiro	1879-04-22	Estudante	Rio de Janeiro
Alfredo Domingues Teixeira Vale	1863	Solteiro Solteiro	1879-04-22 1886-11-18	Estudante Caixeiro	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
António Domingues Teixeira Vale	1855	Solteiro Solteiro	1868-11-21 1890-02-17	– Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Joaquim Teixeira Vale	1820	Solteiro Solteiro	1875-05-25 1882-04-08	Proprietário Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
José Domingues Teixeira Vale	1850	Solteiro Solteiro Solteiro Solteiro Solteiro	1868-02-11 1883-11-19 1891-08-04 1891-11-02 1896-10-13	– Negociante Pedreiro Negociante Capitalista	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Manuel Teixeira Vale	1817	Solteiro	1868-08-14	–	Rio de Janeiro

AVINTES – Família Silva Viana					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
António Fernandes da Silva Viana	1849	Solteiro Casado	1863-04-07 1890-08-18	– Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Francisco Fernandes da Silva Viana	1851	Solteiro Solteiro Casado Casado Casado	1864-09-13 1878-02-11 1887-06-16 1889-05-31 1893-08-05 1898-07-23	– Negociante Negociante Negociante Negociante Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
João Fernandes da Silva Viana	1862	Solteiro Solteiro	1878-02-11 1891-09-01	Marceneiro Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Joaquim Fernandes da Silva Viana	1856	Casado	1881-07-12	Marceneiro	Rio de Janeiro

CANDELO – Família Marques Gomes					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Albino Marques Gomes	1845	Casado Casado	1869-07-06 1872-03-27	– –	Rio Grande do Sul Rio de Janeiro
Manuel Marques Gomes	1866	Casado	1894-11-19	Negociante	Pará

GRIJÓ – Família Pereira de Amorim					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Domingos Pereira de Amorim	1844	Solteiro	1865-04-07	–	Rio de Janeiro
Guilherme Pereira de Amorim	1865	Solteiro	1882-07-20	Caixeiro	Rio de Janeiro
Joaquim Pereira de Amorim	1854	Solteiro	1871-02-17	–	Rio de Janeiro
Júlio Pereira de Amorim	1867	Solteiro	1882-07-20	Caixeiro	Rio de Janeiro
Serafim Pereira de Amorim	1847	Casado	1871-05-17	–	Rio de Janeiro

GULPILHARES – Família Castro Chaves					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Antônio de Castro Chaves	1859	Solteiro	1870-08-01	–	Rio de Janeiro
Bernardino de Castro Chaves	1834	Solteiro	1850-11-06 1861-03-05	– Negociante	Pará Pará
José de Castro Chaves	1856	Solteiro	1867-06-12	–	Pará
Manuel Joaquim de Castro Chaves	1832	Solteiro	1877-09-03	Negociante	Pará

GULPILHARES – Família Silva Saldanha					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Inácio da Silva Saldanha	1852	Solteiro	1874-05-03	–	Rio de Janeiro
Joaquim da Silva Saldanha	1837	Solteiro Solteiro Casado Casado	1854-07-10 1860-08-14 1866-11-06 1874-04-08	– – – Lavrador	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
José da Silva Saldanha	1812	Casado Casado Casado Casado Casado	1854-02-01 1855-10-27 1858-02-13 1862-08-16 1866-11-06	– – – – Lavrador	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
José da Silva Saldanha	1846	Solteiro	1862-10-10	–	Rio de Janeiro

MADALENA – Família Pereira Mateus					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Joaquim Pereira Mateus	1854	Casado	1885-02-05	Pintor	Pará
Joaquim Pereira Mateus	1884	Solteiro	1896-10-15	–	Pará
Manuel Pereira Mateus	1851	Solteiro Casado Casado	1871-12-30 1878-05-07 1884-08-04	– Trolha Trolha	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Manuel Pereira Mateus	1884	Solteiro	1896-10-15	–	Pará

MAFAMUDE – Família Pinto Mourão					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
José Pinto Mourão	1847	Solteiro Casado	1872-03-15 1878-10-08	– Sapateiro	Rio Grande do Sul Rio Grande do Sul
Manuel Pinto Mourão	1842	Solteiro Solteiro	1868-01-25 1874-02-26	– Negociante	Rio de Janeiro Rio Grande do Sul
Pedro Pinto Mourão	1838	Solteiro	1870-01-08	–	Rio Grande do Sul

OLIVEIRA DO DOURO – Família Silva Manáu					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Aires da Silva Manáu	1882	Solteiro	1893-11-15	–	Baía
Francisco da Silva Manáu Júnior	1846	Casado Casado Casado Casado Casado Casado	1870-09-20 1873-08-02 1878-03-22 1882-08-29 1885-07-04 1888-07-04 1891-07-07	– – Trolha Tanoeiro Tanoeiro Tanoeiro Tanoeiro	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Francisco da Silva Manáu Júnior	1870	Casado	1891-07-07	–	Rio de Janeiro
Francisco da Silva Manáu Júnior	1870	Solteiro	1893-06-10	–	São Paulo
Simplicio da Silva Manáu	1877	Solteiro	1888-11-16	–	Baía

PEDROSO – Família Sousa Maravilha					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Clemente de Sousa Maravilha	1837	Solteiro	1855-03-07	–	Rio de Janeiro
Manuel de Sousa Maravilha	1828	Casado Casado	1873-01-16 1882-03-10	– Trabalhador	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Serafim de Sousa Maravilha	1858	Solteiro	1874-04-13 1881-10-20	Lavrador Trabalhador	Rio de Janeiro Rio de Janeiro

VALADARES – Família Castro Portugal					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
António Gonçalves de Castro Portugal	1891-06-01	Casado	1891-06-01	Negociante	Rio de Janeiro
António Monteiro de Castro Portugal	1859	Solteiro	1877-09-26 1897-06-03	Estudante Negociante	Pará Rio de Janeiro

VILAR DO PARAÍSO – Família Santos Frango					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
António dos Santos Frango	1850	Casado	1889-02-06	Trabalhador	Rio de Janeiro
António José dos Santos Frango	1862	Solteiro Casado	1879-02-08 1892-10-04	Carpinteiro Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Ermelinda Frango	1871	Solteira	1898-08-25	–	Rio de Janeiro
José dos Santos Frango	1859	Casado	1889-02-06	Lavrador	Rio de Janeiro

AVINTES – Família Pereira Pegas					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
António Pereira Pegas	1845	Solteiro Casado Casado	1855-11-15 1875-10-06 1900-09-06	– Negociante Negociante	Rio Grande do Sul Rio Grande do Sul Rio Grande do Sul
Francisco Pereira Pegas	1834	Casado	1871-03-08	–	Pará
Joaquim Pereira Pegas	1826	Casado	1851-08-19	Pedreiro	Rio de Janeiro
Vitorino Pereira Pegas	1850	Casado Casado	1874-04-24 1878-04-27	Trolha Trolha	Rio de Janeiro Rio de Janeiro

GRIJÓ – Família Domingues Quintas					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
David Domingues Quintas	1855	Casado Casado	1876-01-11 1889-07-16	Carpinteiro Carpinteiro	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
João Domingues Quintas	1857	Solteiro Casado	1894-04-17 1900-09-14	Carpinteiro Carpinteiro	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Joaquim Domingues Quintas	1838	Casado	1879-09-13	Lavrador	Rio de Janeiro
Joaquim Domingues Quintas	1877	Casado	1900-07-09	Pedreiro	Pará
José Domingues Quintas	1829	Solteiro Solteiro Solteiro	1850-04-18 1858-03-17 1866-02-09	– – –	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Luís Domingues Quintas	1827	Solteiro Solteiro Solteiro	1851-10-02 1879-11-11 1887-11-29	Canteiro Pedreiro Pedreiro	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Manuel Domingues Quintas	1853	Solteiro Casado Casado	1866-05-01 1885-04-02 1888-05-29	– Carpinteiro Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro

GULPILHARES – Família Coelho de Resende					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Eduardo Coelho de Resende	1855	Solteiro Casado	1868-11-05 1887-10-29	– Negociante	Baía Baía
Francisco Coelho de Resende	1858	Solteiro Solteiro	1877-08-28 1884-09-18	Lavrador Negociante	Baía Baía
Joaquim Coelho de Resende	1859	Solteiro Solteiro	1877-08-28 1896-11-14	– Caixeiro	Baía Baía
José Coelho de Resende	1851	Solteiro	1868-11-05	–	Baía

MAFAMUDE – Família Leite de Barredo					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Antônio Júlio Pereira de Brito Leite de Barredo	1851	Solteiro Solteiro Casado	1863-04-09 1867-10-04 1881-11-26	– – Negociante	Maranhão Maranhão Maranhão
Joaquim Pereira de Brito Leite de Barredo	1836	Solteiro	1853-12-26	–	Rio de Janeiro
José Pereira de Brito Leite de Barredo	1837	Solteiro Solteiro	1863-04-28 1863-04-28	– –	Maranhão Maranhão

MAFAMUDE – Família Pinto Querido					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
António Pinto Querido	1840	Solteiro	1854-02-07	–	Maranhão
Joaquim Pinto Querido	1853	Casado	1883-01-13	Fabricante	Baía
Manuel Pinto Querido	1860	Solteiro	1873-10-20	–	Rio de Janeiro

OLIVEIRA DO DOURO – Família Silva Manáu					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
António Domingues Fita	1831	Casado	1874-10-03	Carpinteiro	Rio de Janeiro
		Casado	1879-10-03	Carpinteiro	Rio de Janeiro
		Casado	1890-06-17	Carpinteiro	Rio de Janeiro
		Casado	1895-03-07	Carpinteiro	Rio de Janeiro
		Casado	1899-05-09	Carpinteiro	Rio de Janeiro
António Domingues Fita	1877	Solteiro	1890-07-29	–	Rio de Janeiro
Bernardino Domingues Fita	1824	Solteiro	1861-08-22	Pedreiro	Rio de Janeiro
		Solteiro	1866-03-20	–	Rio de Janeiro
Jacinto Domingues Fita	1852	Solteiro	1870-12-21	–	Rio de Janeiro
José Domingues Fita	1827	Casado	1855-06-18	–	Rio de Janeiro

PEROSINHO – Família Domingues Bica					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
José Domingues Bica	1844	Casado	1867-02-01	–	Rio de Janeiro
		Casado	1869-10-20	–	Rio de Janeiro
		Casado	1876-10-20	Pedreiro	Rio de Janeiro
		Casado	1884-01-08	Pedreiro	Rio de Janeiro
		Casado	1888-05-11	Pedreiro	Rio de Janeiro
		Casado	1890-01-30	Pedreiro	Rio de Janeiro

VALADARES – Família Coelho de Castro					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
António Coelho de Castro Sobrinho	1867	Solteiro Solteiro Solteiro	1879-10-14 1895-09-11 1898-10-12	– Negociante Negociante	Pará Pará Pará
Bernardino Coelho de Castro	1853	Solteiro Solteiro Solteiro	1881-12-31 1892-12-06 1897-12-07	Tanoeiro Tanoeiro Tanoeiro	Pará Pará Pará
Francisco Coelho de Castro	1885	Solteiro	1897-06-01	–	Pará
Joaquim Coelho de Castro Sobrinho	1870	Solteiro	1896-01-04	Trabalhador	Pará
Manuel Coelho de Castro Sobrinho	1853	Solteiro Solteiro Solteiro	1868-11-16 1880-11-13 1884-01-29	– Negociante Negociante	Pará Pará Pará

VILAR DO PARAÍSO – Família Velhote					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Ana Gomes Velhote	1862	Casada	1890-10-21	–	Rio de Janeiro
António Joaquim Velhote	1826	Casado Casado Casado	1860-03-22 1867-12-09 1875-01-25	Trolha Trolha Trolha	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
António Joaquim Velhote	1863	Solteiro Solteiro Casado	1887-03-28 1895-05-10 1897-12-02	Trolha Trolha Trolha	Pará Pará Pará
António Pinto Velhote	1869	Casado	1894-10-27	Carpinteiro	Pará
António Velhote	1851	Casado Casado Casado Casado Casado	1873-06-19 1874-07-27 1876-11-02 1880-02-05 1882-09-22	– Trolha Trolha Trolha Trolha	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Armando António Velhote	1869	Solteiro	1885-09-02 1894-10-25	– Negociante	Pará Pará
Augusto Velhote	1864	Casado	1897-11-30 1900-02-01	Trolha Trolha	Pará Rio de Janeiro
Camilo António Velhote	1861	Solteiro Solteiro Solteiro Solteiro	1880-07-03 1884-12-16 1893-02-13 1897-02-04	Caixeiro Caixeiro Negociante Negociante	Pará Pará Pará Pará
Clemente António Velhote	1858	Solteiro Casado Casado Viúvo	1872-08-30 1891-01-29 1893-02-07 1896-04-09	– Trolha Trolha Trolha	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
João António Velhote	1830	Casado	1867-08-02	–	Rio de Janeiro

Cont.

Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Joaquim António Velhote	1859	Casado	1887-02-25	Trolha	Pará
Joaquim António Velhote	1868	Solteiro Solteiro	1893-01-16 1897-11-30	Trolha Trolha	Rio de Janeiro Pará
Júlio António Velhote	1874	Solteiro Solteiro	1893-11-20 1895-10-11	Caixeiro Caixeiro	Pará Pará
Manuel António Velhote Júnior	1861	Solteiro	1893-11-20	Caixeiro	Pará
Manuel António Velhote	1877	Solteiro	1893-02-24	–	Pará
Manuel António Velhote	1885	Solteiro	1897-07-30	–	Rio de Janeiro
Manuel Velhote	1880	Solteiro	1900-01-31	Trolha	Pará

AVINTES – Família Silva Viana					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
António Fernandes da Silva Viana	1849	Solteiro Casado	1863-04-07 1890-08-18	– Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Francisco Fernandes da Silva Viana	1851	Solteiro Solteiro Casado Casado Casado Casado	1864-09-13 1878-02-11 1887-06-16 1889-05-31 1893-08-05 1898-07-23	– Negociante Negociante Negociante Negociante Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
João Fernandes da Silva Viana	1862	Solteiro Solteiro	1878-02-11 1891-09-01	Marceneiro Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Joaquim Fernandes da Silva Viana	1856	Casado	1881-07-12	Marceneiro	Rio de Janeiro

GULPILHARES – Família Silva Saldanha					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Inácio da Silva Saldanha	1852	Solteiro	1874-05-03	–	Rio de Janeiro
Joaquim da Silva Saldanha	1837	Solteiro Solteiro Casado Casado	1854-07-10 1860-08-14 1866-11-06 1874-04-08	– – – Lavrador	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
José da Silva Saldanha	1812	Casado Casado Casado Casado Casado	1854-02-01 1855-10-27 1858-02-13 1862-08-16 1866-11-06	– – – – Lavrador	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
José da Silva Saldanha	1846	Solteiro	1862-10-10	–	Rio de Janeiro

MAFAMUDE – Família Pereira Ataíde					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Domingues Pereira Ataíde	1842	Casado	1869-07-03	–	Rio de Janeiro
João Pereira Ataíde	1854	Casado	1875-11-06	Serralheiro	Rio de Janeiro

MAFAMUDE – Família Rocha Romariz					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Antônio da Rocha Romariz	1855	Solteiro Solteiro Solteiro Solteiro Solteiro	1872-04-01 1878-11-25 1881-03-17 1887-03-18 1893-01-16 1898-03-10	– Negociante Negociante Negociante Negociante Capitalista	Pará Pará Pará Pará Pará Pará
Augusto da Rocha Romariz	1849	Casado Casado Casado Casado	1872-10-18 1876-08-05 1895-02-06 1899-02-09	– Negociante Capitalista Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Pará Rio de Janeiro
Augusto da Rocha Romariz	1874	Solteiro	1897-02-24	Negociante	Pará
Claudino da Rocha Romariz	1865	Solteiro Solteiro Casado	1881-08-20 1885-09-09 1900-01-27	Caixeiro Caixeiro Negociante	Pará Pará Pará

Cont.

Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Domingos da Rocha Romariz	1859	Casado Casado Casado Casado	1883-09-07 1888-08-04 1889-01-30 1899-02-16	Negociante Negociante Negociante Negociante	Pará Rio de Janeiro Rio de Janeiro Pará
Francisco da Rocha Romariz	1857	Casado	1877-01-09	Negociante	Rio de Janeiro
João da Rocha Romariz	1851	Solteiro	1871-09-19	–	Rio de Janeiro
João da Rocha Romariz	1860	Solteiro Solteiro Solteiro	1873-10-22 1879-01-14 1881-11-17	– Caixeiro Negociante	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Pará
José da Rocha Romariz	1852	Solteiro	1874-09-17	Negociante	Rio de Janeiro
Manuel da Rocha Romariz	1823	Casado	1872-03-07	–	Rio de Janeiro
Manuel da Rocha Romariz	1845	Solteiro	1858-01-29	–	Pará

PEDROSO – Família Ferreira Pitança					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
António Ferreira Pitança	1842	Solteiro	1857-01-27	–	Rio de Janeiro
Francisco Ferreira Pitança	1836	Casado	1864-06-20	Trolha	Rio de Janeiro

SERZEDO – Família Marques Moreira					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
António Marques Moreira	1851	Solteiro	1879-07-11	Tanoeiro	Rio de Janeiro
Joaquim Marques Moreira	1840	Solteiro	1864-03-01	–	Rio de Janeiro
Joaquim Marques Moreira	1855	Solteiro	1876-06-21	Tanoeiro	Rio de Janeiro
Manuel Marques Moreira	1843	Solteiro	1867-08-09	–	Rio de Janeiro

VALADARES – Família Gonçalves dos Reis					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Francisco Gonçalves dos Reis	1830	Casado	1867-08-05	–	Maranhão
Francisco Gonçalves dos Reis	1830	Casado	1876-11-04	Negociante	Maranhão
Joaquim Gonçalves dos Reis	1845	Solteiro Solteiro Solteiro	1873-01-14 1875-11-02 1880-05-18	– Negociante Trabalhador	Maranhão Pará Maranhão
José Gonçalves dos Reis	1833	Solteiro	1865-11-20	–	Maranhão

CANDELO – Família Filipe da Costa					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Francisco Filipe da Costa	1825	Viúvo Viúvo Viúvo	1862-09-26 1878-10-03 1893-09-08	Tanoeiro Tanoeiro Tanoeiro	Porto Alegre Rio de Janeiro Pará
José Filipe da Costa	1839	Solteiro	1855-01-31	–	Rio de Janeiro

GUETIM – Família Rocha Guimbra					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Ana Pereira da Rocha Guimbra	1853	Casada	1882-11-21	–	Rio de Janeiro
José Pereira da Rocha Guimbra	1853	Solteiro	1883-08-18	–	Rio de Janeiro
Manuel da Rocha Guimbra	1848	Solteiro Casado	1870-01-23	–	Rio de Janeiro

MADALENA – Família Ferreira de Castro					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
António Ferreira de Castro	1810	Casado Casado	1868-12-29 1871-09-14	– –	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
António Ferreira de Castro	1833	Solteiro	1854-01-13	Pedreiro	Rio de Janeiro
António Ferreira de Castro	1848	Solteiro Solteiro	1877-10-10 1900-04-14	Tanoeiro –	Rio de Janeiro Rio de Janeiro
António Ferreira de Castro	1851	Solteiro	1874-06-27	Tanoeiro	Rio de Janeiro
António Ferreira de Castro	1854	Casado	1881-06-17	Pedreiro	Rio de Janeiro
Claudino Ferreira de Castro	1869	Casado	1893-03-11	Trabalhador	São Paulo
Joaquim Ferreira de Castro	1836	Casado	1873-09-17	–	Rio de Janeiro
Joaquim Ferreira de Castro	1856	Casado	1896-03-24	Trolha	Minas Gerais
José Ferreira de Castro	1855	Casado Casado Casado	1881-03-05 1886-12-04 1896-08-29	Pintor Pintor Pintor	Rio de Janeiro São Paulo Rio de Janeiro
Manuel Ferreira de Castro	1853	Casado Casado Casado	1879-03-22 1893-07-06 1896-08-21	Tanoeiro Tanoeiro Tanoeiro	Rio de Janeiro Rio de Janeiro Rio de Janeiro
Manuel Ferreira de Castro Júnior	1861	Casado	1891-03-02	Tanoeiro	Rio de Janeiro
Manuel Ferreira de Castro	1875	Solteiro	1900-07-09	Carpinteiro	Pará

MAFAMUDE – Família Pinto Carracena					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Alfredo da Cunha Pinto Carracena	1864	Solteiro	1877-04-05	–	Rio de Janeiro
Joaquim da Cunha Pinto Carracena	1857	Solteiro	1870-07-01	–	Rio Grande do Sul

MAFAMUDE – Família Sousa Bandeira					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Belmiro Sousa Bandeira	1824	Casado	1855-09-26	– Sapateiro	Rio Grande do Sul
		Casado	1861-10-28		Rio Grande do Sul
José de Sousa Bandeira	1837	Solteiro	1855-08-08	–	Rio de Janeiro
Clemente de Sousa Bandeira	1826	Casado	1855-08-08	–	Rio de Janeiro

PEDROSO – Família Pereira Fula					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Alberto Pereira Fula	1882	Solteiro	1895-01-26	–	São Paulo
Antônio Pereira Fula	1884	Solteiro	1896-05-12	–	São Paulo
Francisco Pereira Fula	1878	Solteiro	1891-10-24	–	São Paulo
Joaquim Pereira Fula	1831	Casado	1864-08-12	Negociante Negociante Proprietário Capitalista	Rio de Janeiro
		Casado	1878-02-16		Rio de Janeiro
		Casado	1880-04-15		Rio de Janeiro
		Casado	1896-05-12		Rio de Janeiro

SERZEDO – Família Vinagre					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
João Alves Vinagre	1836	Casado	1867-06-17	– Pedreiro Pedreiro	Rio de Janeiro
		Casado	1875-06-25		Rio de Janeiro
		Casado	1883-03-29		Rio de Janeiro
Manuel Alves Vinagre	1857	Solteiro	1878-06-07	Tanoeiro Tanoeiro Tanoeiro	Rio de Janeiro
		Solteiro	1882-03-11		Rio de Janeiro
		Casado	1891-08-25		Pernambuco

VALADARES – Família Silva Marelete					
Nome	Ano nascimento	Estado Civil	Data de emissão do passaporte	Profissão	Destino
Francisco da Silva Marelete	1846	Solteiro	1870-02-23	– Pedreiro	Rio de Janeiro
		Solteiro	1875-10-06		Rio de Janeiro
Manuel da Silva Marelete	1846	Solteiro	1867-06-12	– Negociante	Rio de Janeiro
		Casado	1887-11-30		Rio de Janeiro

CONCLUSÃO

O trabalho que aqui se apresenta constitui uma primeira abordagem que, longe de esgotar a interpretação dos dados recolhidos, vem demonstrar a pertinência do estudo da temática sob o prisma da História Local. Abriu-se a porta e vislumbrou-se um vasto manancial de informação por tratar, cruzar e, acima de tudo, por problematizar e compreender numa perspectiva mais alargada, onde se conjuguem os particularismos e as tendências detectadas num panorama de cariz nacional.

Os dados recolhidos metódica e exaustivamente deverão ser enquadrados e inseridos numa análise multidireccional, nomeadamente social e familiar (política das relações pessoais, alianças matrimoniais, amizades); comercial (redes de negócios); sociológica e antropológica (estudo dos testamentos e dos legados pios); política (percursos partidários, cargos políticos e administrativos, bem como o papel desempenhado na vida local) e até mesmo a análise arquitectónica e artística (casas de habitação, jazigos, estabelecimentos fabris e comerciais, obras de mecenato).

Trata-se de um conjunto de vertentes de estudo, convergentes e conducentes a uma compreensão do fenómeno na sua totalidade e numa escala local. Todas estas vertentes constituem um conjunto coerente, todas elas comunicam e materializam no espírito e, em alguns casos, na paisagem, a importância da figura do “Brasileiro” na vida de Vila Nova de Gaia durante a segunda metade de Oitocentos e a primeira de Novecentos, à semelhança, por certo, do que se passava no resto do país, sobretudo na região norte.

Fica, pois, aqui o nosso contributo para o estudo da emigração saída de Vila Nova de Gaia para o Brasil, na certeza de que este tema exige uma equipa que possa estudar com carácter definitivo uma das componentes mais importantes da História Social deste Município na época contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

GUIMARÃES, Gonçalves (1997), *Memória histórica dos antigos comerciantes e industriais de Vila Nova de Gaia*, Vila Nova de Gaia: Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Gaia.

NOTAS

¹ GUIMARÃES, 1997: 45.

² GUIMARÃES, 1997: 45.

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA IMIGRAÇÃO SUBSIDIADA PARA O BRASIL

Andréa Telo da Corte

Em 20 de Fevereiro de 1912 o *vapor Frísia* atracou no porto do Rio de Janeiro com 245 emigrantes portugueses a bordo. Pouco tempo depois, no dia 1 de Março, aportou na capital da República, o *vapor Hamburgo*, a bordo do qual 700 passageiros aguardavam ansiosos a hora do desembarque. Dentre eles inúmeras famílias de russos, polacos, austríacos, e 414 portugueses.

Em 12 de Agosto do mesmo ano, outros 392 passageiros desembarcaram na cidade, desta feita provenientes do *vapor Holanda*. Nele, 285 portugueses cumpriam a rotina comum a gerações de portugueses: emigrar¹.

Se entre esses emigrantes existia uma história comum de esperança alimentada pelo mito da fortuna e do regresso glorioso à freguesia natal, suas esperanças nasciam comprometidas pelos contratos de locação de serviços que assinavam ainda em Portugal, e ao embarcarem em vapores especializados na travessia de contratados sujeitavam-se às arbitrariedades dos capitães dos navios.

Ora, os vapores *Frísia*, *Hamburgo* e *Holandia* narram em sua documentação histórias de contratação, assinalando a estreita relação existente entre engajadores, capitães e contratadores de mão-de-obra no Brasil.

O trabalho pioneiro de Miriam Halpern Pereira² levanta uma série de questões sobre o papel dos engajadores e capitães de navios na condução de uma política de imigração paralela àquela praticada por Portugal e Brasil no período, além de problematizar a qualidade das estatísticas sobre essa emigração.

Para a autora o fracasso da ação repressiva portuguesa no combate ao engajamento deveu-se ao desencontro da política emigratória portuguesa com a política imigratória praticada pelo Brasil no mesmo período, fato que possibilitou a criação de um quadro contínuo de saídas de emigrantes portugueses para a antiga colônia, e para o que corroborou também a inexistência de acordos bilaterais entre os dois países com a finalidade de regular a emigração e garantir a proteção dos súditos portugueses no império do Brasil.

Considera ainda que o mecanismo que propiciava o fluxo contínuo da imigração transatlântica era uma ação informalmente organizada, utilizada ora pelas grandes casas de contratação de mão de obra, ora pelos candidatos espontâneos à emigração, que envolvia diferentes personagens, uma rede de engajadores locais que atuavam nas aldeias, funcionários do governo civil dos distri-

tos portugueses que garantiam documentos, agentes consulares brasileiros que emitiam passaportes falsos, e os capitães de navio, *verdadeiros banqueiros do mar*, que abriam crédito aos emigrantes³. Finalmente, a rede de engajadores locais que no Brasil invadiam os vapores logo após a atracação para contratar a mão-de-obra, numa ação que muito lembrava a compra e venda de escravos no mercado do *Valonguinho*.

Observe-se que as estatísticas normalmente apresentadas em trabalhos sobre o tema da emigração portuguesa para o Brasil, não problematizam este tipo de emigração, tomando o processo emigratório como um todo indiferenciado, tanto no que se refere a espontâneos, contratados e clandestinos como à da entrada de ilhéus no país. Assim como não abordam o caso dos que retornavam por desistência nos primeiros anos ou para re-emigrarem posteriormente⁴.

Igualmente, não existem estudos aprofundados no Brasil sobre a complexa trama que envolvia recrutadores de mão-de-obra em Portugal, as casas de contratação, capitães de navios e o mercado brasileiro de contratação, que é em última instância quem alimenta essa atividade⁵. Dessa forma o trabalho que ora apresento pretende contribuir na sistematização das possibilidades de pesquisa sobre a entrada de engajados portugueses no Brasil no período relativo à grande imigração – 1880-1930 –, e dialogar com as questões levantadas por Miriam Halpern, a partir da análise de algumas Relações de Vapores pertencentes ao acervo do Arquivo Nacional-RJ.

O EXAME DA DOCUMENTAÇÃO

Este estudo foi elaborado a partir de uma mostra⁶ construída com a documentação de 15 navios selecionados a partir de suas rotas nas décadas de 1880, 1890, 1900 e 1910, período que contempla conjunturas sócio, político e econômicas distintas tanto no Brasil como em Portugal. Da referida mostra foram selecionados os navios que caracterizaram explicitamente o transporte de engajados, quer por declaração do capitão, quer por documentação contígua à listagem fornecida por este e devidamente assinada pelos vice-cônsules dos portos de embarque, e pelo intendente da imigração no porto do Rio de Janeiro. A análise da documentação dos demais vapores ensejou a massa crítica para respaldar as conclusões a que chegamos.

Entretanto, antes do exame detalhado da documentação é preciso fazer algumas considerações prévias.

Em 1.º lugar, embora carregamentos de engajados tenham sido observados na rota regular dos navios de carreira, alguns vapores chamaram atenção pela rota que percorreram. Esses foram os casos dos referidos vapores *Frísia*, *Hamburgo* e *Holandia*.

O *Frísia* e o *Holandia* partiram de Amsterdã, onde embarcaram engajados russos, polacos, austríacos e até noruegueses, e rumaram para Portugal, onde emigrantes portugueses seguiram viagem. Já o *Hamburgo*, partiu do porto do

mesmo nome na Alemanha com direção a Portugal, onde embarcou centenas de portugueses para o Brasil. Ora, este fato aponta em 1.º lugar, para a atuação simultânea das empresas de contratação arregimentando mão-de-obra, em diversas regiões da Europa, depois distribuída pelos portos brasileiros. Este é o caso provavelmente da *Companhia Internazionale See Transport*, e da *Casa Orey Antunes e Cia*, de origem portuguesa.

Da mesma forma, além das Casas de Contratação, haviam empresas de navegação especializadas nesse tipo de transporte, ou então que conjugavam a navegação de carreira com a de engajados, pelo menos é isso que se depreende de alguns cabeçalhos de relações vapores⁷.

Em 2.º lugar, para além das companhias internacionais citadas anteriormente, diversas companhias brasileiras ligadas ao Estado ou à particulares atuavam nesse mercado, arregimentando mão de obra diretamente ou negociando entre si para obter trabalhadores, como a *Associação Central de Colonização*, a *Sociedade Anônima Martineli* ou a *Companhia Metropolitana*⁸. Note-se que esse é um comércio intenso e sobre o qual pode-se até supor que os capitais usados anteriormente no comércio de escravos tenham se transferido para o negócio da contratação/engajamento de imigrantes.

Em 3.º lugar, é importante mencionar que o relatório do vapor é sobretudo um documento pessoal do capitão à medida que os órgãos responsáveis pela imigração no Brasil⁹ não determinaram uma padronização das informações a serem obtidas do vapor que atracava no porto, o que permite um largo espaço de manobra para os capitães interessados em esconder a emigração clandestina ou a alta lucratividade da venda das passagens.

Posto isso, vejamos a documentação dos referidos vapores.

a) Vapor Hamburgo, notação 13186, 01.03.1912

Traz um conjunto de 4 listagens, compondo um total de 40 folhas manuscritas. A 1.ª listagem é a do capitão, e está escrita numa folha com o timbre da cia. marítima e que relaciona um total de 707 emigrantes, dos quais há russos, noruegueses, austríacos, alemães e portugueses. A 2.ª listagem refere-se a passageiros que foram especialmente chamados pelo Serviço de Povoamento e descreve: “*Lista dos passageiros embarcados pela Internazionale See-transport-Compagnie por conta do Governo Federal dos Estados Unidos do Brazil, em virtude do ajuste celebrado em 12 de Janeiro de 1912 pelo vapor alemão Hamburgo sahido do porto de Hamburgo em 7 de Fevereiro de 1912 para o Rio de Janeiro.*” Segue-se uma listagem de 14 nomes, divididos em 3 famílias, sendo 10 passagens inteiras, 3 quartas e 1 gratuita.

Uma 3.ª listagem de passageiros contratados pela *Internazionale See Transport* junta-se às outras, com o mesmo cabeçalho da anterior mas sem a referência ao Serviço de Povoamento, daí são listados 284 nomes de emigrantes, polacos russos, austríacos noruegueses e 1 alemão. São 49 famílias, num total de 171 passagens inteiras, 44 meias, 38 quartas e 31 grátis, seguindo declaração

do intérprete Arthur H. Ferreira de que 284 passageiros declararam não terem pago as passagens.

Finalmente uma 4.^a listagem relaciona portugueses embarcados no porto de Leixões, e contratados pela firma *Orey e Antunes e Cia.*, por conta do governo brasileiro. Ao todo são 384 passageiros engajados, e mais 4 chamados por ofício do Serviço de Povoamento, num quadro total de 89 famílias. Segue-se um atestado do mesmo Arthur Ferreira declarando que dos 384 passageiros, 330 não pagaram suas passagens, sendo que no computo final aponta para 256 inteiras, 44 meias, 29 quartas e 51 grátis.

A relação conta ainda com uma declaração assinada pelo intendente da imigração apontando para o total de 614 subsidiados, e 18 fora de ajuste. Não há informações sobre os demais passageiros. Ainda, além de explicar a situação do vapor, faz uma crítica, a única observada no conjunto analisado (folhas 39/40). Trata-se de crítica às casas de contratação por incluírem entre seus relacionados pessoas que não podem receber o subsídio e por formarem famílias falsas que se dispersam ao chegar ao porto.

b) Vapor *Holandia*, notação 13423, 12.08.1912

Possui 5 listagens, ao longo de 24 folhas manuscritas, contendo um total de 390 passageiros dos quais 144 são espontâneos e 246 são engajados. Dos engajados, 197 são portugueses e 49 de nacionalidades diversas. Dos espontâneos, 88 são portugueses e 56 vem de diferentes regiões da Europa.

A 1.^a listagem assinada pelo capitão aponta um total de 390 passageiros¹⁰. Em seu cabeçalho no entanto, ele informa que os passageiros transportados pelo vapor eram consignados à Sociedade Anônima Martinelli¹¹.

A 2.^a listagem é de contratados portugueses da Casa Orey e Antunes e Cia. e diz “*Lista dos passageiros embarcados por Orey, Antunes e Cia. por conta do governo dos Estados Unidos do Brazil a bordo do vapor *Holandia* sahido de Lisboa em 29 de junho de 1912*” perfazendo um total de 197 pessoas e 49 famílias. Destes é possível apurar pelo controle de passagem que 122 passagens eram inteiras, 31 meias, 23 quartas e 23 grátis. Sendo que deste número que perfaz 199 pessoas, apenas 2 pagaram suas passagens conforme explica a declaração do interprete Arthur H. Ferreira: “*atesto que os imigrantes contantes da presente lista de 197 cento e noventa e sete passageiros vieram no vapor hollandez ‘Hollandia’ entrado neste porto em 11 do corrente e declararam não terem pago as suas passagens*”.

A 3.^a listagem é do Loyde Holandês, “*Lista dos passageiros embarcados pelo Loyde Real Holandês por conta do Governo Federal dos Estados Unidos do Brazil, de acordo com o ajuste (a palavra contrato vem riscada) de 13 do 6 de 1912 no vapor holandês *Holandia*, sahido de Amsterdã em 24 do 7 de 1912*”, contendo contratados alemães, austríacos e holandeses, num total de 49 nomes, distribuídos em 8 famílias. Destes, 21 passagens são inteiras, 10 meias, 5 quartas e 1 grátis. Não há declarações sobre o pagamento ou não de passa-

gens. Seguem-se duas listagens de bagagens abrangendo um total de 80 nomes de chefes de famílias portuguesas, especificando caixas, malotes, sacos e baús, algo inédito na amostra analisada. Diga-se que as duas são de responsabilidade de Antunes e Cia.

c) Vapor *Frísia*, notação 13172, 20.02.1912

Nesta relação, composta apenas por 6 folhas manuscritas, não encontramos traços do capitão, nem seu nome¹². Apresenta duas listagens, a 1.^a refere-se aos embarcados pela Casa Orey, Antunes e Cia. por conta do governo brasileiro. Essa listagem diferente das outras analisadas, não vem com assinatura do capitão nem foi visada pelo consulado local. Traz um total de 245 portugueses, 128 homens, 112 mulheres, 104 crianças divididos em 65 famílias. Sobre as passagens relatam que se tratam de 154 inteiras, 30 meias, 29 quartos e 33 gratuitas, dando a conta redonda de 245 passageiros. Não há nenhuma informação sobre o pagamento delas.

Segue uma 2.^a listagem, com o nome de 2 holandeses, e as assinaturas do vice-consul de Amsterdã, e um cabeçalho informando tratar-se de “*lista de passageiros embarcados pelo Loyde Real holandes por conta do Governo Federal da República dos Estados Unidos do Brasil em virtude do ajuste celebrado em 14 de novembro de 1910 pelo vapor Frísia sahído do porto de Amsterdã no dia 31 de janeiro de 1912 para o RJ.*” Ao final dessa listagem apresentam-se as assinaturas e a informação de que são passageiros chamados pelo Serviço de Povoamento.

Como é fácil perceber, do exame da documentação depreende-se imediatamente problemas quanto ao quantitativo embarcado, ao total de subsidiados, ao pagamento das passagens e ainda à questão referente à imigração familiar.

Há uma complicada “matemática de bordo” que faz com que os números quase nunca coincidam. No caso do vapor Hamburgo, dos 707 emigrantes relatados pelo capitão, 668 são contratados e 18 de responsabilidade do Serviço de Povoamento, o que nos faz crer que o pagamento de sua passagem seja por conta do governo. O intendente da imigração no porto do Rio de Janeiro declara que são apenas 614 subsidiados, número que bate com o total declarado pelas casas de contratação de passageiros que não pagaram suas passagens, e 18 fora do ajuste combinado com a frota que faz o transporte. O problema é saber que entre o total de engajados e o de subsidiados há uma diferença de 54 nomes dos quais nada se sabe e que estão arrolados nessas famílias que podem ser espontâneos que pagaram suas passagens ou não, mas sobre os quais o capitão silencia.

Outro problema verificado é que entre os 614 subsidiados, mais os 18 que estavam por conta do Serviço de Povoamento e o total de 707 passageiros relatados pelo capitão percebe-se uma diferença de 75 pessoas. Portanto há uma diferença de quantitativo acobertada por essas listagens que pode sugerir uma série de hipóteses inclusive clandestinas, que devem sua vida e presença no Brasil unicamente à convivência dos capitães com os agentes brasileiros e portugueses da imigração.

É preciso informar também que a maneira como a listagem é feita permite manipulação. No caso em tela, o capitão apresenta uma relação de emigrantes que começa na folha 1 com o número 1, e termina na folha 10 com o número 288. Já na folha 11 recomeça a listagem pelo número 105 vai até o 110 e recomeça em 289, sem nenhuma explicação para tal.

Também no caso do *vapor Holanda* encontramos este tipo de problema. Foram relatados 390 passageiros, consignados à Sociedade Anônima Martinelli assim que chegaram ao porto. Desses, 246 constam das listagens de contratados da Casa Orey e Antunes em Portugal e do Loyd Real Holandez. Em ambas, os passageiros estão por conta do governo brasileiro, do que se deduz que as passagens deveriam ser pagas por este governo. O que é confirmado pelas informações prestadas pelo capitão: o governo brasileiro pagava a passagem dessas pessoas e entregava-as para serem negociadas pela tal Sociedade Martinelli, da qual nada se sabe. Ainda, de acordo com o capitão, os contratos ou acordos firmados em Portugal e Holanda foram automaticamente repassados para a Sociedade Anônima Martinelli, não ficando claro qual o papel do governo brasileiro nessa transação. Ou seja, verifica-se uma relação comercial que envolve várias empresas e o próprio governo, e da qual pouco sabemos. Todo mundo ganha dinheiro e o governo brasileiro paga.

Em relação aos 144 emigrantes espontâneos nenhuma informação sobre a forma como se deu o pagamento das suas passagens.

De toda forma fica caracterizado como a importação de mão-de-obra européia virou um comércio intenso, e é bom recordar que estes são apenas 2 vapores, que entre tantos, aportaram no RJ no ano de 1912, 24 anos depois da escravidão.

Em relação ao quantitativo, também percebemos uma situação estranha. Pela listagem do Loyde Holandês, são 49 contratados com passagem a pagar, mas na coluna que se refere às passagens, os contratadores informam que são 21 passagens inteiras, 10 meias, 5 quartas e apenas 1 grátis, num total de 37 passagens. Portanto 12 passageiros foram omitidos dessa listagem. Por quê? A documentação silencia sobre eles.

Quanto ao *vapor Frísia*, este escapa do descalabro numérico, porém é de estranhar o fato da listagem de engajados não ter sido visada.

O fato é que essas múltiplas listagens acabam confundindo o pesquisador e quem sabe confundiam o próprio intendente. Pode ser que sejam uma exigência da legislação para evitar fraudes. De toda forma traduzem uma matemática complicada que acaba se prestando ao encobrimento de clandestinos ou então a fazer o governo pagar mais passagens do que deveria. Assim é necessário aprofundar os estudos sobre o funcionamento interno dos órgãos que fiscalizavam a entrada de emigrantes para que se possa compreender plenamente a documentação.

Outro ponto importante suscitado pela investigação é o considerável número de idosos subsidiados. Deve-se dizer a emigração de idosos não é privilégio dos vapores que transportam mão-de-obra arregimentada pelas casas de contrata-

ção, mas nota-se uma concentração maior deles nesses vapores. Vejamos alguns exemplos.

No vapor *Hamburgo* vários casos podem ser arrolados, como Joaquim Henrique Paes, 67 anos e sua mulher Ana Machado de 56 anos viajando acompanhados pela filha Maria, de 15 anos; ou Bernardo José Teixeira, 67 anos e sua mulher Maria do Nascimento, de 57 anos, e o filho do casal Constantino de 41 anos; ou ainda o ancião Antônio Alves, 83 anos, casado e que aparentemente viajava sozinho. Neste vapor também encontra-se o caso contrário, um enorme número de crianças.

Da mesma forma, o vapor *Holandia* registra um número enorme de pessoas com idade superior a 50 anos emigrando como o casal Cesar Augusto e Anna, 52 e 51 anos respectivamente, jornaleiros, viajando com os filhos Maria 20 anos, José 16 anos, e Francisco 11 anos; ou Francisco Soares Faces, de 62 anos e sua companheira Maria de Jesus, 52 anos, mais os filhos Lucrecia, 23 anos, Maria 15 anos, Rosa 12 anos e Manuel, 11 anos. Acrescente-se também os casos de José Joaquim Almeida, 54 anos, casado com Emília de Jesus, 52 anos, seus filhos ou netos Augustino, 13 anos e Antônio Augusto, 8 anos; Eduardo Costa, 52 anos, casado com Ana Costa, 53 anos viajando com os filhos Teresa 18, Manoel 12, João 10 e Eduardo, de 7 anos. Registre-se também os casos de Rachel do Amaral, 50 anos, solteira, trabalhadora, José Coelho, 60 anos, trabalhador, e Manoel Antônio Pacheco, 58 anos, solteiro, os três desacompanhados.

Outra questão que afeta aos subsidiados é o elevado número de famílias. Tanto os vapores *Hamburgo*, como *Holandia* e o *Frísia* trazem predominantemente famílias. Cabe então algumas perguntas: idosos poderiam ser subsidiados? Compensava financeiramente a emigração de pessoas de idade elevada?

Sabemos que em Portugal do período, a emigração familiar era desencorajada pelas autoridades civis a fim de garantir a dispersão familiar e por conseguinte a continuidade das remessas, que como afirma Miriam Halpern, era “*suporte decisivo para o Estado e fator moderador das tensões sociais*”¹³.

Parece-me, pois, que há um número excessivo de subsídios e de famílias, o que é confirmado pelo intendente da imigração, Alfredo P. da Silva, que fiscalizou o vapor *Hamburgo*.

Em documentação contígua às listagens contidas neste vapor, o intendente declara:

“Cumpre-me declarar que os introdutores continuam a conceder passagens a pessoas que não podem ser aqui aceitas como imigrantes subsidiados, chegando a reunir homens e mulheres, completamente estranhos entre si, para formar uma e mais famílias, que neste porto se dispersam logo que desembarcam”.

Ora, Miriam H. Pereira, aborda insistentemente o desencontro entre as políticas emigratória/imigratórias de Brasil e Portugal como responsáveis pelo fluxo contínuo de saída de emigrantes portugueses para o Brasil. Do lado por-

tuguês uma legislação de repressão à emigração intercalada por práticas de tolerância a este movimento¹⁴. Do lado brasileiro, além da ausência de acordos bilaterais, podemos acreditar, se consideramos a declaração do intendente, que uma política indiscriminada de subvenções e burlas facilitou, de modo geral, a vinda de emigrantes para o Brasil.

Sabe-se que a partir da Proclamação da República, por força da pressão dos cafeicultores paulistas, vários decretos com intuito de estimular a imigração, como a naturalização maciça de estrangeiros declarada pelo governo provisório em 1890, a passagem das terras devolutas para as mãos dos Estados, determinada pela constituição de 1891 e a lei orçamentária de 1894, consubstanciaram a descentralização dos assuntos relativos à imigração e colonização, que passaram assim às mãos dos Estados¹⁵.

No caso específico de São Paulo, a riqueza gerada pelo café garantiu a prática generalizada da subvenção, tanto da parte do estado como pela ação da iniciativa privada. Entre 1890 e 1930, dos 2.384.257 imigrantes chegados, 1 128 500 foram subsidiados e 1 227 661 são espontâneos. De modo que a subvenção teve um papel central para o sucesso da política imigratória paulista¹⁶.

Vale lembrar que em São Paulo o subsídio consistia no pagamento da viagem ao emigrante e suas famílias, no transporte do porto de Santos para a cidade de São Paulo e finalmente na hospedagem por certo período na hospedaria dos imigrantes.

Nos outros estados da federação, entretanto, a retirada do governo central do controle dos assuntos de imigração e colonização produziram o efeito contrário dada a falta de recursos. Somente em 1907, houve a retomada de uma política imigratória controlada pela União¹⁷, com a definição através de decretos e regulamentos de quem é o emigrante, sobre seu transporte, a regulamentação dos contratos e a concessão de subsídios à empresas de navegação e companhias introdutoras de imigrantes, houve uma elevação da emigração que atingiu seu pico em 1913¹⁸.

Contudo os contornos dessa política não estão bem definidos demandando estudos mais profundos sobre a legislação imperial, republicana e provincial do período, sobretudo para o Rio de Janeiro.

Paralelo ao problema das subvenções, é facilmente perceptível que a arregimentação de idosos e a manipulação dos arranjos familiares, mesmo que elas não sejam a tendência predominante da emigração do período, eram formas das companhias contratadoras de mão-de-obra e dos capitães auferirem lucros extras.

De outro modo, é possível que, à semelhança da economia escravista, a entrada maciça e indiscriminada de emigrantes seja uma garantia de salários baixos e alta lucratividade dos fazendeiros, traduzindo-se, pois, numa política consciente¹⁹.

Ainda sobre os subsídios. Na documentação analisada do vapor *Hamburgo*, o intendente declara que 18 emigrantes estão fora do *ajuste*²⁰, que é a forma como as companhias de contratação falam da relação comercial com o governo federal. Todavia não esclarece porquê. Porém, a comparação desse fato com a

massa crítica gerada pelo conjunto da amostra pode trazer alguma luz sobre a questão. Vejamos um caso.

O vapor *Malange*, notação 4903, que aportou no RJ em 10/11/1892, proveniente da Ilha da Madeira, trouxe 359 passageiros, dos quais 134 foram engajados por José Antunes dos Santos e Cia. e transferidos à Companhia Metropolitana no Rio Janeiro.

Dentre os passageiros analisados nesse vapor identificamos 6 casos de famílias que viajavam por conta do contrato e que tinham algum dos seus membros impedidos de receber subvenção. Este são os casos de Maria Augusta de Freitas, natural da freguesia de Câmara de Lobos, casada e lavradora, “*vai em companhia do marido Manuel Glicério cujo pagou sua passagem por não dar direito a subsídio por já ter estado no Brasil*”; Justina Pereira Braz, 37 anos, natural da Calheta, casada, lavradora, viajando com a filha Maria de 3 anos e a sobrinha Luíza, de 14 anos “*vão em companhia de seu marido, pai, e tio José Gomes de Castro cujo pagou a sua passagem por não ter direito a subsídio por já ter estado no Brasil*”; ou ainda, Ana, 35 anos, viajando com o filho Antônio de 12 anos, a cunhada Antônia de 19 anos, “*vão em companhia de seu pai, avô e sogro Manuel Nunes cujo pagou a sua passagem por não ter direito a subsídio por já ter estado no Brasil. A nora Antônia vai por carta de chamada de seu marido José Nunes Vianna que se acha no Estado do Rio de Janeiro*”.

A partir do exposto, uma interpretação plausível para os 18 casos citados pelo intendente, seja de pessoas que não poderiam receber subsídio por já terem estado no Brasil, e isso aponta outra questão, que é a da re-imigração e sobre a qual não existem estatísticas prontas.

A questão do subsídio suscita ainda outro problema. Da mesma forma que alguns vêm por contrato com alguma companhia, outros emigrantes vêm por ofício especial do Serviço de Povoamento, como é o caso de Inácia Roza, ofício 1229, de 1/8/1911; Anna da Silva, 20 anos, Bernardino, 2 anos, João, 4 meses, também chamados pelo ofício 1229. Essa também é a situação de Lígia Simões de Jesus, 24 anos e seus filhos José, 4 anos, e Joaquim, 2 anos “ofício 666, de 15-4-1912” (vapor *Hamburgo*; vapor *Holandia*, respectivamente). Trata-se de saber se esses imigrantes eram destinados a núcleos de povoamento em regiões de fronteiras ou para substituição da mão-de-obra como os demais emigrantes. A resposta a essa questão é importante para se verificar possíveis ambigüidades da política imigratória brasileira.

Essa questão assinala outro problema da documentação, qual seja, o silêncio que existe nas relações sobre o destino desses emigrantes. Em pouquíssimos casos existem anotações acerca do lugar para onde se dirigiram após o desembarque. No caso do vapor *Holandia*, dos 390 emigrantes desembarcados sabemos o destino final de apenas 20 pessoas, a saber, das famílias de José da Costa (4 pessoas), de Alberto Marques (2 pessoas), de José Joaquim de Almeida (4 pessoas), Eduardo de Castro (6 pessoas) e Manuel dos Santos (4 pessoas). Em todos esses casos segue anotação “*na capital*”. Sobre os demais nenhuma referência.

Sabemos por intermédio de documentação do consulado português no Rio de Janeiro que a seguir ao desembarque ocorria um verdadeiro leilão de pessoas, quando engajadores locais invadiam os navios e contratavam emigrantes que poderiam ser empregados no comércio local ou enviados para alguma fazenda da região²¹. Há também aqueles que migram para outras regiões do país.

Sabe-se também que ao menos no Rio de Janeiro e São Paulo, boa parcela dos portugueses, em que pese o fato de serem agricultores, empregaram-se no comércio transformando a experiência da emigração numa oportunidade de urbanização e por conseguinte, modernização das suas vidas²². Importa saber o destino final desses emigrantes tanto para efeito da sua atuação no mercado de trabalho urbano e fixação na cidade, como no desenvolvimento da agricultura do período, assim como das formas de migração dessa mão de obra para outras regiões.

Finalmente, a documentação sugere a questão da superlotação dos vapores. No *Hamburgo* são 707 emigrantes, 100 tripulantes e um quantitativo de 22 passageiros de 1.^a e 2.^a classe. Assim uma população de quase 1000 pessoas, atravessou o oceano em 28 dias de navegação. Nenhuma palavra do capitão sobre as ocorrências da viagem, mortes, partos ou brigas internas.

Da mesma forma nenhuma palavra do intendente sobre as condições em que se encontravam aquelas pessoas no momento do desembarque. Silêncio absoluto do médico de bordo. Talvez haja um acordo tácito entre as autoridades envolvidas para deixar seguir um navio possivelmente lotado, ignorando os riscos à saúde e à integridade dessas pessoas, quando havia uma legislação portuguesa que regulava normas de higiene e de lotação desses navios.

Evidencia-se também a tolerância do governo brasileiro a esta situação. A análise de diversos documentos reportam à descrição desse transporte como “*indústria de gado humano*”, e às frequentes denúncias que existiam contra a Casa Orey e Antunes e Cia. por burlar as leis e superlotar navios²³.

Também não é possível deixar escapar a contraposição entre os 707 passageiros, de diferentes origens nacionais, comprimidos no diminuto espaço de 3.^a classe e os 22 da 1.^a, que desenham um quadro terrível de superexploração dos emigrantes. Ou seja, a análise dessa documentação também fornece pistas para a investigação acerca da sociabilidade nos vapores de emigrantes.

CONCLUSÃO

Conforme evidenciado, o estudo da documentação sobre a entrada de engajados no Brasil aponta para a convivência entre engajadores, capitães e autoridades dos dois lados do Atlântico no transporte e acobertamento de clandestinos, através da manipulação das listagens, assim como das condições precárias da viagem. De outro modo, chama a atenção para a prática excessiva de subvenções como meio de garantir a entrada contínua de imigrantes no mercado de trabalho brasileiro da época.

É mister pois o estudo aprofundado da legislação brasileira e dos órgãos de imigração, tanto no âmbito federal como no provincial; assim como da política de subvenções praticadas pelo estado e por particulares, e ainda a investigação percuciente dos negócios existentes entre o governo e as empresas contratadoras, a fim de que possamos compreender melhor a complexa teia de relações que envolviam a um só tempo casas de contratação-capitães de navios-contratadores de mão de obra no Brasil e as situações vividas pelos engajados e suas famílias.

FONTES

Arquivo Nacional/DPMAF – notação 1789.
Arquivo Nacional/DPMAF – notação 1723.
Arquivo Nacional/DPMAF – notação 1802.
Arquivo Nacional/DPMAF – notação 4812.
Arquivo Nacional/DPMAF – notação 4863.
Arquivo Nacional/DPMAF – notação 49/03.
Arquivo Nacional/DPMAF – notação 4905.
Arquivo Nacional/DPMAF – notação 7880.
Arquivo Nacional/DPMAF – notação 8040.
Arquivo Nacional/DPMAF – notação 8121.
Arquivo Nacional/DPMAF – notação 7962.
Arquivo Nacional/DPMAF – notação 13172.
Arquivo Nacional/DPMAF – notação 13186.
Arquivo Nacional/DPMAF – notação 13206.
Arquivo Nacional/DPMAF – notação 13423.

BIBLIOGRAFIA

VIOTTI, Emília (1977), *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, São Paulo: Grijalbo.
LOBO, Eulália (2001), *Imigração Portuguesa no Brasil*, São Paulo: Hucitec.
MENEZES, Lená Medeiros de (2000), “Jovens Portugueses: Histórias de Trabalho, Histórias de sucesso, Histórias de Fracassos”, in *Histórias de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro*, org. Ângela de Castro Gomes, Rio de Janeiro.
OLIVEIRA, Lúcia Lippi (2001), *O Brasil dos Imigrantes*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..
PEREIRA, Miriam Halpern (1981), *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Lisboa: A Regra do Jogo.
PETRONE, Maria Teresa (1977), “Imigração”, in *História Geral da Civilização Brasileira*, org. Boris Fausto, São Paulo: 3.ª ed., tomo III, II Volume, cap. 3.
VENÂNCIO, Renato (2000), “A Imigração Portuguesa (1822-1930)”, in *Revista Oceano*, n.º 44, Lisboa.

NOTAS

- 1 A. N., not. 13172, not. 13186 e not. 13423.
- 2 PEREIRA, 1981.
- 3 PEREIRA, 1981: 24.

- 4 Maria Teresa Petrone, é uma das poucas autoras que aponta para o problema da re-imigração (PETRONE, 1977). A considerar também o problema dos duplos registros, visto que o recém-chegado poderia ser registrado em vários livros e órgãos ao mesmo tempo. Ver Departamento Nacional do Povoamento. Inventário Simples. Arquivo Nacional, 1992.
- 5 VENÂNCIO, 2000.
- 6 Levantamento realizado no Setor de Documentos Escritos do Arquivo Nacional sob coordenação geral da Prof. Ismênia de Lima Martins. A relação dos vapores analisados encontra-se ao final do artigo.
- 7 Atente-se para o cabeçalho de uma das listagens que integra a documentação do vapor *Frísia*: “Lista de passageiros embarcados pelo Loyd Real holandês por conta do governo federal da república dos Estados Unidos do Brasil”.
- 8 Observe-se o cabeçalho de uma das listagens que integram a documentação da Rv: “Lista dos emigrantes, que em 10 de Novembro de 1892, seguem viagem da Ilha da Madeira para o Estado do Rio de Janeiro, Estados Unidos do Brasil, no vapor português Malange por conta do contrato celebrado pelo governo dos Estados Unidos do Brasil com a Frota (ilegível), em 8 de Outubro de 1890, transferido à Companhia Metropolitana e remetidos por José Antunes dos Santos e Cia., a saber...” (A. N., de 10.11.1892, not. 4903). Vale lembrar que Emília Viotti da Costa ao estudar o sistema de parceria entre colonos europeus e cafeicultores da 2.^a metade do século XIX aborda os negócios da Vergueiros e Cia na contratação e repasse desses imigrantes (VIOTTI, 1977: 149-177).
- 9 Foram vários os órgãos criados para atender à demanda sobre a questão migratória no Brasil desde a 2.^a metade do século XIX. Muitos desses órgãos aos serem criados incorporavam as atribuições do órgão que sucediam, ou então passavam a dividir a responsabilidade sobre o assunto com novíssimos órgãos. Tal situação acabou multiplicando os livros de registros sobre a entrada de imigrantes no Brasil e produzindo uma vasta documentação ainda não compulsada. No período específico que compreende essa pesquisa, 1872-1912, os assuntos relativos à imigração estavam a cargo da Inspeção Geral de Terras e Colonização (1876-1896), a Diretoria Geral da Indústria (1897-1906), Diretoria Geral do Serviço de Povoamento (1906-1909) e finalmente Diretoria Geral do Povoamento do Solo (1909-1918).
- 10 Na relação foram relacionados 392 dos quais dois não embarcaram, isso é importante porque vai aparecer no computo final das passagens.
- 11 Dos vapores analisados essa foi a única menção à referida sociedade.
- 12 Pode ser que parte da documentação tenha se perdido.
- 13 PEREIRA, 1981: 121.
- 14 PEREIRA, 1981: 10-16.
- 15 PETRONE, 1977: 98-99.
- 16 PETRONE, 1977: 108. São números específicos de São Paulo, desconheço estudos paralelos para o Rio de Janeiro.
- 17 Trata-se da criação da Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, que de acordo com dados do Arquivo Nacional foi criada em 1906, e pelos dados apresentados por Petrone, em 1907.
- 18 PETRONE, 1977: 108-109.
- 19 PETRONE, 1977: 109.
- 20 O que é precisamente o ajuste não sabemos, mas supõe-se que seja o contrato das cias. com o governo federal tanto para arrematar m.d.o como para transportar os emigrantes. Esse é o termo utilizado nas listagens. Vimos casos de estar impressa a palavra contrato, riscada e com a superposição da palavra ajuste a caneta. Somente o estudo peruciente da documentação e dos contratos das cias. vai explicar as minúcuas dessa relação.
- 21 PEREIRA, 1981: 109.
- 22 LOBO, 2001; MENEZES, 2000.
- 23 Veja-se a Carta da Legação de Buenos Aires ao Ministro de Negócios Estrangeiros, de 22 de Dezembro de 1924, apresentado na íntegra por Miriam Halpern Pereira (PEREIRA, 1981: 241).

A EMIGRAÇÃO DE VILA DO CONDE PARA O BRASIL (1865-1875)

*Maria Adelina Azevedo Piloto
António Monteiro dos Santos*

INTRODUÇÃO

Vila do Conde é uma pequena cidade situada no litoral noroeste português, a cerca de 20 km da grande metrópole nortenha, a cidade do Porto, pólo aglutinador por excelência de toda a região. Tem actualmente 80 mil habitantes, disseminados pelas 30 freguesias que formam o seu concelho. É uma cidade com uma vocação marítima por excelência. A emigração de Vila do Conde para o Brasil começou bem cedo. Já no século XVI, encontramos referido nas fontes o nome de Manuel Gonçalves, piloto e patrão da capitania de Pernambuco no tempo de um dos filhos do primeiro donatário, D. Duarte Coelho. Manuel Gonçalves foi segundo marido da vilacondense Isabel de Oliveira¹ e era já falecido no ano de 1625.

Manuel Gonçalves é, tudo leva a crer, o primeiro, o mais antigo emigrante brasileiro oriundo da terra de Vila do Conde.

Vila do Conde possui um Arquivo Histórico com um valioso e avultado espólio. O fundo de Administração do Concelho integra 27 livros de Termos de Responsabilidade e Fiança que se distendem temporalmente de 1865 até 1913. Foi esta fonte manuscrita e original, redigida com certa clareza e minúcia, que serviu de base ao nosso trabalho de investigação. Para além disso, o recurso a outras fontes subsidiárias² foi uma constante em todo o processo de investigação, permitindo-nos o conhecimento do enquadramento legal, os ritmos e condições do fluxo migratório, a vivência, a integração e relacionamento entabulado com o país de acolhimento, assim como os laços que os emigrantes mantinham com a terra natal.

O estudo desenvolvido permitiu-nos obter uma variedade informativa, tal como: data do pedido para embarque; nome do emigrante; idade; nome das pessoas envolvidas no que toca a consentimento e fiança e seu parentesco com o emigrante; nome da pessoa que o esperava do outro lado do oceano, o destino geográfico do emigrante, qual o estado do Brasil, ou cidade que ia acolher o emigrante vilacondense, e ainda nalguns casos, não muitos, quem era o pagador da passagem.

FLUXO MIGRATÓRIO VILACONDENSE (1865-1875)

Na impossibilidade de apresentarmos nesta comunicação a corrente migratória numa perspectiva global, optamos por analisar detalhadamente o movimento migratório durante uma década (1865-1875), nas vinte freguesias que constam dos registos. Os resultados a que chegámos são os que podemos observar no quadro que se segue:

Tabela 1: Emigração anual por freguesias (1865/1875)

FREGUESIA	1865	1866	1867	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875	Total
Árvore	3	4	7	6	8	5	7	9	-	-	-	49
Azurara	1	8	5	10	6	10	21	4	-	-	-	65
Bagunte	3	3	8	3	2	3	2	3	7	-	-	34
Fajozes	1	8	3	6	6	4	4	9	6	2	8	57
Ferreiro	-	2	-	2	2	2	2	-	3	1	2	16
Fornelo	1	7	5	1	3	8	5	4	5	5	4	48
Gião	-	10	3	1	6	7	4	5	4	3	5	48
Guilhabreu	-	-	-	-	-	3	1	4	2	5	-	15
Junqueira	-	2	5	2	-	6	2	-	-	-	-	17
Labruje	-	-	-	-	-	-	-	9	4	2	1	16
Macieira	1	3	10	6	6	1	4	6	9	5	14	65
Malta	-	1	4	-	2	3	1	2	3	1	-	17
Mindelo	-	2	1	6	4	3	6	7	3	1	-	33
Modivas	1	1	4	3	6	2	5	4	6	1	-	33
Rio Mau	2	2	3	4	4	6	5	7	-	-	-	33
Touguinhó	1	1	2	1	2	6	4	-	-	-	-	17
Vairão	2	6	7	4	7	6	5	9	4	-	-	50
Vila Chã	4	7	8	3	5	2	2	3	-	-	-	34
Vila do Conde	6	38	35	44	37	25	40	27	24	6	-	282
Vilar	4	2	2	4	4	-	1	-	-	-	-	17
Total	30	107	112	106	110	102	121	112	80	32	34	946

Nos 10 anos em análise foi inventariado um total de 946 emigrantes, dispersos pelas vinte freguesias, sendo de realçar, naturalmente, o contingente maioritário da sede do concelho com 282 indivíduos. A antiga vila e actual cidade de Vila do Conde revelou, desde sempre, maior densidade demográfica, e um pendor por excelência para a mobilidade. Sucedem em volume as freguesias de Azurara e Macieira com um total de 65 elementos cada. Azurara é uma pequena terra, situada na margem sul do rio Ave, mesmo em frente à sede do concelho; desde sempre os seus naturais se mostraram muito inclinados à marinhagem e à aventura. Macieira é uma freguesia localizada na parte sul do

concelho, afastada do mar, de cariz exclusivamente rural. A freguesia de Guilhabreu situada no extremo sudeste do concelho foi a que registou o menor contingente, apenas 15 elementos. Tal volume deve-se em grande parte ao facto de ter sido integrada no concelho de Vila do Conde somente a 11 de Maio de 1870.

O fluxo migratório anual registou uma tendência progressiva entre 1865-1871, embora com ligeiras oscilações. Em 1871, foi atingido o pico com um total de 121 emigrantes. A partir de 1873 o decréscimo foi acentuado.

Estabelecendo a analogia do volume anual de emigrantes com o número de habitantes de cada localidade que nos é fornecido pelos censos de 1864 e 1878, verificamos que foram as freguesias de carácter eminentemente rural que mais engrossaram a aventura brasileira. A freguesia de Fajozes assume a dianteira, seguida por as de Macieira, Fornelo, Ferreiró e Árvore. Só depois se seguem em percentagem as freguesias de pendor marítimo como Vila Chã, Azurara e Vila do Conde.

Em conclusão, pode-se afirmar que na década em análise o fluxo migratório foi significativo: quase um milhar de pessoas foi atraído para terras brasileiras. Somente 10, das 30 freguesias que formam o concelho, não forneceram qualquer emigrante. Algumas dessas freguesias só em 1870 e 1871 foram integradas no concelho de Vila do Conde.

EMIGRAÇÃO CLANDESTINA

A cifra alcançada diz somente respeito àqueles que emigraram legalmente, mas muitos outros devem ter partido em transgressão da lei, metidos subrepticiamente nos porões dos navios, escondidos entre os pipos ou outros haveres, viajavam à mercê da sorte na esperança de alcançar no outro lado do Atlântico o bem-estar que escasseava na pátria. Quantos partiram clandestinamente? Com certeza muitos, ao certo nunca o saberemos.

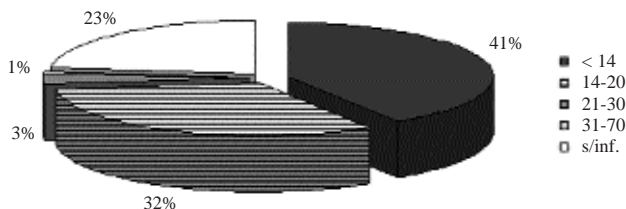
Conhecemos alguns documentos que vêm corroborar as nossas asserções como o ofício do Administrador do concelho de Vila do Conde enviado para o Governador Civil do Distrito do Porto, em 3 de Maio de 1859, que trasladamos: “Em resposta ao officio pela 1.º Repartição, n.º 414 em data de 26 de Abril findo em que se me ordena procedas as mais minuciosas averiguações para se saber se o embarque de 24 colonos sem passaporte que conduziu a Barca MONTEIRO 2.º – sahida desse porto no dia 13 de Janeiro findo teria tido lugar nas praias deste Concelho ou em alguma outra, cumpre-me participar a V. Exa. que tendo procedido às necessárias averiguações nas freguesias do littoral deste Concelho desde Villa Chã até ao lugar da Cachina, onde à apenas piquenos barcos ou miranços de conduzir argaço, não à em ponto algum do littoral o menor conhecimeto, noticia ou edeia de semelhante embarque, nem couza alguma consta a semelhante respeito”³. Para além deste testemunho, existem outros no mesmo sentido, confirmadores da emigração clandestina, num total de cinco, datados de 5 de Março e 10 de Outubro de 1857, e um outro de 3 de

Maio de 1859⁴. É pois pertinente concluir da existência de uma movimentação ilegal, clandestina, na emigração do século XIX para o Brasil.

Tabela 2: Estrutura etária dos emigrantes

IDADE	NÚMERO	%
<14	393	41
14-20	301	32
21-30	26	3
31-70	6	1
s/ inf.	220	23
Total	946	100

Gráfico 1: Idade dos emigrantes



Como se pode observar na tabela 2 e gráfico 1, a maioria dos emigrantes eram menores de 14 anos, rapazes imberbes afastados precocemente dos pais que iam tornar-se moços à frente das pequenas baiúcas de comes e bebes, de lojas de tecidos e outros artigos, caixeiros nos secos e molhados, e outros, bem mais desafortunados, a carpirem os seus desgostos nos sertões, nos seringais e nas ruas das grandes cidades. Apesar do sofrimento por que passavam, a vida por cá não tinha futuro, lá fora acenava o progresso, o bem-estar e a fortuna.

Em segundo lugar, temos o grupo dos jovens entre os 14 e os 20 anos, com um total de 301 elementos. Muitos deles, com certeza, apanhados pelas redes de engajamento, fugindo ao recrutamento militar, mas já em idade de prestar fiança (pela lei de 4 de Junho de 1859, o limite mínimo para a imposição de fianças ao recrutamento passa para os 14 anos). Sucede-se em importância numérica, mas muito afastada da anterior, os emigrantes entre os 21 e os 30 anos, com apenas 26 pessoas.

Na última posição está o grupo dos que têm entre 31 e 70 anos. Trata-se de uma faixa diminuta, com apenas um total de seis elementos. Lamentavelmente, para um grupo expressivo, composto por 220 pessoas, não dispomos de informação.

Devido à idade precoce da maioria dos emigrantes é lícito concluir que se tratava de jovens solteiros, embora as fontes consultadas nada refiram a esse propósito. O fluxo migratório do concelho de Vila do Conde para o Brasil, à

semelhança do que se passava no resto do país, foi um movimento predominantemente masculino. O jovem solteiro tinha espírito mais aventureiro, estava mais predisposto a correr riscos.

A emigração feminina no concelho de Vila do Conde seguiu a tendência dos outros concelhos do distrito do Porto, e mesmo de todo o norte do país. Foi uma emigração reduzidíssima, que em Vila do Conde se cifra apenas em 6 pessoas no período em estudo, e nestas ainda, duas meninas menores de 6 anos de idade. Não queremos, no entanto, deixar de nos referirmos a estas seis situações, pelo que passamos a indicar os elementos identificativos de cada uma delas, por ordem alfabética:

- Albina Rosa, órfã, com registo datado de 8.04.1870, menor de 20 anos, natural de Modivas, partiu para a companhia de seu pai José dos Reis, que se encontrava na cidade de Pelotas, tendo assumido o embarque José Rocha, o seu tutor.
- Filomena do Amor Divino e Lima, órfã de João Vieira Lima e de sua esposa.
- Maria do Amor Divino, menor de 14 anos, natural de Vila do Conde, cuja responsabilidade da partida foi de sua avó.
- Viúva, Maria Madalena, sendo o seu registo datado de 22/03/1871, e foi recomendada a sua madrinha Ana Perpétua Miranda e Silva.
- Libânia do Nascimento que embarcou com duas filhas menores de 6 anos, de Vila do Conde, na companhia do marido João José Baptista, com registo de 13.04.1867, sem indicação do destino.
- Por último, D. Rita Joaquina dos Santos Silva, de Vila do Conde, registo de 9/05/1868, tendo por fiador José Maria Gonçalves da Costa, e partiu para a companhia do marido, “onde já estivera”, sem dizer onde, acrescenta o registo.

Temos, assim, a emigração feminina para o Brasil do concelho de Vila do Conde, na década de 1865-1875. É bem pouco significativa, parece confirmar o tradicional anécdotico popular: “A mulher quer-se em casa e o homem na praça”. Só muito mais tarde é que surgiu para as mulheres a possibilidade de emigrarem, com o advento da sua liberdade.

O emigrante do sexo feminino e casado tinha de ter carta ou ordem do marido. No caso de menores tornava-se necessário prova de consentimento do pai, tutor, ou juiz. Caso já tivessem mais de catorze anos e sem terem sido ainda chamados ao serviço militar, era requerido o consentimento do pai, ou da mãe, ou tutor e ainda lhes era exigido uma fiança para garantir a sua participação no serviço militar efectivo.

Nos momentos em que está em discussão no Parlamento a problemática do recrutamento militar, nota-se um certo recrudescimento de emigrantes com idades próximas do serviço militar. Pode-se inferir que alguns condicionais burocráticos tinham repercussão no fluxo etário emigratório.

Os homens casados, para emigrarem tinham de ter um termo de consentimento da esposa.

O homem português, nas suas incessantes deambulações migratórias, viajou quase sempre desprovido de companhia feminina, daí a tendência para estabelecerem facilmente relações amorosas com as moças naturais dos países de acolhimento, disseminando pelos quatro cantos do mundo, numerosa prole. No caso de serem casados, partiam geralmente sozinhos deixando para trás a família, e só quando a vida corria a jeito, mandavam a “carta de chamada” para o seu reagrupamento posterior.

A partida destes mancebos solteiros na busca do *Eldorado* brasileiro, ajustava-se às tradições maiatas de indivisibilidade do património familiar. Embora o direito de morgadio tenha sido extinto oficialmente pelo Decreto do Mouzinho da Silveira, de 4 de Abril de 1835, na prática, ele continuou a vigorar, resistindo a todas as mutações sofridas pela sociedade do Entre o Douro e Minho. Como escreve Eugénio Andrea, “ninguém protesta pois sobreleva o interesse da Casa”⁵.

A emigração em massa de solteiros do sexo masculino, provocou também a distorção da relação matrimonial, o desequilíbrio entre os sexos e condenou muitas jovens ao celibato forçado.

FIADORES

A lei exigia ao emigrante que ainda não atingira a idade do serviço militar, para além da sempre imprescindível autorização dos pais, caso fossem ambos vivos, ou de um só dos progenitores na eventualidade do falecimento de um deles, a existência de um fiador, que garantiria a prestação de uma fiança, comprometendo-se perante as autoridades a responder em nome do emigrante, caso nas sortes fosse designado para o exército ou marinha. Buscava o emigrante e seus familiares para essa responsável função as pessoas credíveis e idóneas, pela sua posição económica e social. E assim vamos encontrar entre os fiadores os nomes das pessoas que gozavam de maior prestígio e reputação na sociedade local, como proprietários, capitalistas, gente de pequeno e médio comércio, lavradores abastados, políticos e sacerdotes. Sem podermos ser exaustivos, aqui ficam registados os nomes de alguns fiadores mais proeminentes.

Da freguesia de Azurara destacamos:

- António Gonçalves Rocha, pessoa bem quista da população, irmão de Manuel Gonçalves Rocha, que foi vice-cônsul do Brasil, em Azurara.
- Narciso António Campos, um armador de navios, que exercia a sua actividade em sociedade com um seu irmão, Joaquim António Campos, conceituado emigrante em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- João Lopes Baptista, conceituado comerciante em Vila do Conde, foi um fervoroso devoto do padroeiro da cidade, S. João Baptista. Por altura da

feita ao Santo, venerava-o com tronos e cascatas e promovia animados descantes. Na hora do seu passamento legou todos os seus bens ao santo da sua particular devoção, da Igreja Matriz de Vila do Conde.

- Manuel da Silva Mafra, oriundo da vila da Ericeira, casou em Azurara, dando origem à família Mafra, que se notabilizou com a criação do famoso conjunto de música popular – António Mafra. Foi mestre de navios de cabotagem.
- António Lopes Duarte, emigrou para o Brasil, onde casou com D. Maria da Conceição Lordelo, natural do Rio de Janeiro. Deste enlace matrimonial nasceram vários filhos, um deles contraiu conúbio com uma senhora da ilustre e influente família dos Vasconcelos, com casa senhorial em Azurara e Vila do Conde. Regressou para exercer a actividade de armador de navios. Mercê destas influências passaram a ser alcunhados como os *Manducos*.

Em Vila do Conde, como é compreensível, devido ao maior número de emigrantes, deparamo-nos com um leque de fiadores mais diversificado:

- José Fernandes Tomé da Silva foi Amanuense da Roda dos Expostos, um edil com a responsabilidade de orientar e gerir o albergue que acolhia as crianças vítimas do infortúnio e postergação. Esta instituição debateu-se ao longo dos seus vinte anos de efectivo funcionamento com graves carências económicas, tendo ele adiantado por diversas vezes as verbas necessárias para suprir as mais prementes necessidades, assegurando dessa forma a continuidade deste estabelecimento de assistência, numa sociedade pouco atreita a este tipo de filantropia.
- Manuel António Pereira, que exerceu a função de secretário da Câmara Municipal de Vila do Conde, foi pai de vários emigrantes brasileiros. Um deles, ordenado sacerdote católico, veio posteriormente a abraçar o protestantismo.
- José Martins de Araújo, oriundo da freguesia de Touguinhó, foi um afamado construtor naval, conjuntamente com outros elementos da família.
- José do Nascimento Castelo, originário da vila da Ericeira, era filho do piloto-mór da barra de Vila do Conde, Manuel do Nascimento Castelo. Foi um rico proprietário, com negócios ligados ao mar. Possuía várias casas, entre elas aquela onde residiu Antero de Quental de 1881 até 1891.
- Marcelino Lourenço Gomes que era natural da freguesia de Árvore. A sua família era exímia no fabrico de relógios de caixa alta, de que se conhecem pouquíssimos exemplares. Fez parte de várias Câmaras, alcandorando-se à presidência da Autarquia.
- José Maria Pereira de Andrade foi um conceituado mestre de carpintaria. Dos vários filhos havidos do seu casamento, um distinguiu-se como causídico, e um outro foi Prior de Vila do Conde, cargo bem importante no arcebispado de Braga.

- Joaquim Felismino Gomes, comerciante na cidade, adquiriu razoável fortuna, que lhe permitiu, entre outros, comprar terrenos onde hoje estão situados os estaleiros navais na margem esquerda do rio Ave, em Azurara. Homem dado à cultura e à política, foi o fundador do primeiro jornal que se publicou em Vila do Conde *O Correio do Ave*.
- João Pereira Leite Pita de Ortigueira Negrão foi um dos últimos governadores militares do Castelo da Vila (1875), tendo atingido a patente de tenente-coronel. Seu pai, Manuel Joaquim, doutor em direito civil e canónico, entre outros honrosos cargos desempenhou o de desembargador da Relação e Casa do Porto e foi, em 1808, aquando das invasões francesas, secretário de estado dos negócios políticos e da guerra da Junta Provisional do Governo Supremo do Porto. Seu irmão José esteve exilado em Inglaterra e fez parte do Batalhão Académico que desembarcou na praia de Pampelido, no dia 8 de Julho de 1832.
- Dr. Bento de Freitas Soares, nascido em Vila do Conde, de família dedicada ao pequeno comércio ligado ao mar. É, de entre todos os fiadores, aquele que atingiu uma maior auréola de notoriedade. Foi um estudante brilhante, um médico distinto, um homem probo, um coração vibrátil e generoso, enfim uma marcante personalidade humanística. Como político foi respeitado e admirado por todos, até mesmo pelos seus adversários partidários. Militou no Partido Regenerador, foi Presidente da Câmara de Vila do Conde, Deputado às Cortes, Par do Reino e Governador Civil do Porto. Nesta qualidade protagonizou uma batalha contra a emigração clandestina. Terminou a sua carreira pública como Director da Alfândega do Porto⁶.

Os emigrantes brasileiros abonados pelas individualidades que acabámos de nomear eram, por certo, filhos de famílias dignas da maior estima e confiança e da mesma forma iam dirigidos e recomendados a pessoas já bem estabelecidas na sociedade brasileira, que usufruíam de um estatuto sócio-económico gratificante e honroso. Assim, tanto ou mais importante do que ter um bom fiador, que abonava a partida do quase sempre jovem emigrante, era poder contar do outro lado do Atlântico, à chegada, com um abraço amigo e um bom emprego assegurado.

RECOMENDAÇÃO

Na grande parte dos casos os que partiam iam recomendados quase sempre a parentes, mais ou menos directos, pai, irmão e tios. Em alguns casos esporádicos, os que acolhiam o jovem eram apenas amigos, conhecidos e conterrâneos. É lícito deduzir que estes emigrantes devidamente encaminhados para parentes e amigos, teriam, à priori, a vida mais facilitada, mas muitos outros lançavam-se à aventura brasileira sem a mais pequena ajuda, completamente

entregues a si próprios, partiam ao sabor da sorte, levando apenas a esperança de uma vida melhor, e até fazer fortuna, e um dia regressar à terra que os viu nascer. A miséria que reinava na pátria impulsionava-os para o “Novo Mundo”, onde havia carência de mão-de-obra obediente, capaz e barata. Tudo girava num mar de interesses, nem sempre justos nem recíprocos, mas quem tinha necessidade a tudo se sujeitava.

Apesar de terem sido promulgados vários diplomas, ao longo de Oitocentos, a restringir a emigração, ela, na prática, como acabámos de comprovar, tinha o apoio de pessoas da mais elevada categoria e posição social. Políticos que alertavam para as consequências nefastas do fenómeno e produziam textos de diatribes aceradas, acabavam por ser fiadores; padres que no púlpito pregavam contra os desequilíbrios e os males da desvairada emigração que aos poucos ia exaurindo o melhor dos braços da pátria também prestaram fianças e acolheram os emigrantes.

No manancial dos que acolheram os emigrantes realçamos dois nomes, um por fazer parte de uma família que produziu toda uma geração de artistas, e outro pela sua condição de missionário:

- Frei Bento do Monte Carmelo Flores foi um frade carmelita que vivia no Convento da sua Ordem religiosa em Pernambuco. Para ao pé de si levou alguns filhos de seus patrícios, entre os quais o sobrinho Bento Luís de Aguiar, que se viria a distinguir entre a colónia portuguesa e a elite brasileira de Pernambuco.
- O outro vilacondense foi José Maria Pereira, filho de António Fernandes Pereira e Ana Rita de Jesus. Este casal teve uma prole de 14 filhos. José Maria cedo emigrou para o Rio de Janeiro, onde em loja de secos e molhados angariou razoável fortuna. Ao que parece era um *bon-vivant*, visitou a França mais do que uma vez. Em 18/07/1874, foi-lhe recomendado o conterrâneo Manuel Maria de Castro. José Maria Pereira foi o tio-avô do insigne escritor e poeta José Régio. Faleceu solteiro na sua terra natal e fez herdeira quase universal, a sua irmã Maria Libânia, a matriarca da família. É com este “Tio Brasileiro”, de quem Régio fala no romance “A Velha Casa”, que a família Pereira beneficia de ascensão económica e social.

Tabela 3: Destinos emigratórios por freguesias

FREGUESIA	Baía	Maranhão	Pará	Pelotas	Pernam- buco	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Rio de Janeiro	“Brasil”	Totais
Árvore	3		1		15	3		10	17	49
Azurara					6	3	2	5	49	65
Bagunte	1	3		1	10		4	3	12	34
Fajozes	1	1			31		1	19	4	57
Ferreiró					8			5	3	16
Fornelo		1			21			18	8	48
Gião	2	3			15			13	15	48
Guilhabreu					5		9		1	15
Junqueira		4			3	1		4	5	17
Labruje							1	6	9	16
Macieira		5			35	4		16	5	65
Malta	1	5			7			3	1	17
Mindelo		4			17		1	8	3	33
Modivas		7	2	1	7			10	6	33
Rio Mau	4				8		1	4	16	33
Touguinhó					2	2	3	4	6	17
Vairão		1	1		22			21	5	50
Vila Chã	4	3			1	5		4	17	34
Vila do Conde			8	3	7		11	28	225	282
Vilar		3			1	1	9		3	17
Total	16	40	12	5	221	19	42	181	410	946

Como podemos observar na tabela 3, variados destinos atraíram os emigrantes vilacondenses. Da leitura e análise das fontes consultadas foram inventariados 9 destinos. A primazia vai para o destino indefinido de “Brasil”, com 410 casos. Englobámos nesta coluna não só os emigrantes que não indicaram o nome da cidade brasileira ou estado que os ia acolher, mas também os 250 casos que aparecem referidos nas fontes na década em estudo como destinados a qualquer navio.

Muitas vezes nos surgiu, efectivamente, nos livros de Termos de Responsabilidade e Fiança a expressão “qualquer navio” pretendendo significar as autorizações concedidas para fazerem parte da tripulação dos navios. Os indivíduos que solicitaram fiança e consentimento para embarcar em “qualquer navio” eram, na sua esmagadora maioria, oriundos de Azurara e de Vila do Conde, localidades com uma tradição marítima por excelência. Estes passaportes obedeciam a trâmites legais semelhantes a todos os outros. E para onde se destinaria a grande massa migratória que requereu tal concessão? Tudo leva a crer que tinham como primordial destino, diríamos quase exclusivo, as terras

de Vera Cruz. As razões são de todos conhecidas. Não resta qualquer dúvida de que ao longo dos séculos XVIII, XIX e até à década de 1860, nenhum país ou região do globo cativou os portugueses como o Brasil e a América do Sul. A corroborar tal realidade temos ainda a imprensa da época. Eis alguns casos demonstrativos das nossas asserções.

Em 1872, o jornal local *O Correio do Ave*⁷ anuncia que três embarcações – uma galera, um brigue e uma escuna – aceitam passageiros e carga para o Rio de Janeiro e para Pernambuco. Em 1888, dos sete vapores publicitados no *Jornal de Vila do Conde*⁸, cinco destinavam-se à carreira do Brasil, e em 1911, a Mala Real Inglesa anunciava no jornal *O Ave*⁹ que tinha disponíveis cinco barcos para passageiros ao Brasil e outros lugares da América do Sul. Sabemos também que alguns dos emigrantes vilacondenses embarcações tiraram o curso de mestrança, atingindo no Brasil a patente de oficiais.

Na segunda posição de grandeza surge-nos Pernambuco com 221 casos. Não conhecemos com exactidão o porquê desta escolha tão intensa. Supomos que aí se estabeleceu uma colónia de vilacondenses muito activa que incentivou a vinda de outros patrícios. Pernambuco era uma zona de grande comércio, razão pela qual era uma boa oportunidade para quem se abalanchava a uma nova vida. Esta suposição é corroborada por um jornal nacionalista de Pernambuco que, em 1848, descrevia assim os ramos de negócio e os empregos que gerava: “Não menos de seis mil casas de comércio a retalho se acham em Pernambuco e todas elas de estrangeiros (...) Lojistas, quitandeiros, taberneiros, armazeneiros, trapicheiros, açucareiros, padeiros, casas de roupa feita, de calçados, funileiros, tanoeiros, tudo é estrangeiro. Cada uma dessas casas tem 3 a 4 caixeiros todos portugueses; calculemos porém, a dois e teremos doze mil caixeiros com seis mil patrões, dezoito mil portugueses que nos excluem do comércio”¹⁰.

Esta panorâmica comercial de Pernambuco não podia deixar de ser do maior interesse para qualquer emigrante, e os vilacondenses por certo não enjeitaram a oportunidade que se lhes deparava, de singrarem no comércio, em vez de enfileirarem por outro tipo de actividades mais duras e menos gratificantes. Do que não resta dúvida é que a emigração vilacondense para Pernambuco foi importante. Bastará citar a grande obra aí realizada com a instituição do Real Hospital Português Beneficente em Pernambuco e analisar o nome dos nossos patrícios que o impulsionaram, desde a sua fundação. Aqui deixamos registados os que mais se notabilizaram: José Joaquim de Lima Vairão, da freguesia de Vairão; Joaquim Luís dos Santos Vila Verde, António Pedro de Souza Soares, José Antunes Palmeira¹¹ e seu sobrinho José Narciso Maia Palmeira, partidos da freguesia de Vilar; Comendador Fernando Faria Gonçalves Maia, da freguesia de Guilhabreu; Visconde de Santo Albino, da freguesia de Fajozes; Comendador Bento Luís de Aguiar e frei Bento do Monte Carmelo Flores, ambos naturais de Vila do Conde, tendo o último sido capelão e administrador do serviço interno do hospital¹².

Ainda na actualidade a ligação dos vilacondenses a Pernambuco é marcante, com muitos a exercerem aí a sua actividade nos mais diversos serviços, desde

simples empregados até grandes industriais bem colocados na sociedade. No próprio Hospital Português Beneficente em Pernambuco nunca se desvaneceu a ligação solidária; no momento presente o Provedor do hospital é um nosso compatriota da freguesia de S. Simão da Junqueira – Alberto Ferreira da Costa.

Em terceiro lugar, por ordem decrescente, situa-se a grande metrópole do Rio de Janeiro, com 181 indivíduos. O facto de o rei, a sua corte e muitas outras pessoas notáveis se terem estabelecido no Rio de Janeiro, a partir de 1808, contribuiu decisivamente para um progresso acentuado em todos os sectores, e consequentemente para o aumento da procura de mão-de-obra.

Continuando a analisar o quadro, encontramos o Rio Grande do Sul com um total de 42 emigrantes. A cidade do Maranhão foi também um outro pólo de acolhimento significativo, com 40 elementos. Depois, com uma soma pouco expressiva, surge-nos Porto Alegre e Baía com 19 e 16 pessoas, respectivamente, seguindo-se o Pará com 12 emigrantes e finalmente, Pelotas que acolheu somente 5 vilacondenses.

PAGAMENTO DA VIAGEM

No concernente ao pagamento da viagem, lamentavelmente, na maior parte dos casos as fontes são omissas. As escassas referências revelam-nos que as passagens eram pagas em alguns casos pelas próprias pessoas a quem os emigrantes iam recomendados, de preferência um português já há muito estabelecido nas terras de Vera Cruz, com consagrado estatuto sócioeconómico. Depois era-lhes descontado na soldada o estipendiado pelo patrão. No caso de Vila do Conde, salientamos o recebedor Francisco Fernandes de Castro que em 2/04/1870 pagou a viagem a três menores de 14 anos. Na freguesia de Guilha-breu a viagem foi liquidada pelo Reitor da freguesia de Fornelo – Padre Francisco Pereira da Silva – que assim permitiu a concretização da ida para o Brasil do jovem Joaquim da Silva Campos.

Na maior parte dos casos, eram principalmente os familiares, sobretudo aqueles que já residiam no Brasil – salientando-se os irmãos, tios e pai – quem custeava por inteiro o valor da passagem a bordo do navio. Do que nos é dado perceber, um número expressivo de emigrantes viram as suas passagens pagas na origem, pelos seus pais, sem que o escrivão tenha feito o registo da respectiva ocorrência, talvez por o não achar necessário, na sua perspectiva isso se deduzia pelo consentimento e fiança dado pelos progenitores. Na freguesia de Vairão temos um caso em que o emigrante vê a sua ida ser paga pela sua “legítima materna”.

Estes resultados indiciam de que a emigração não foi protagonizada apenas pelos mais desprotegidos da sorte, até porque para emigrar era preciso ter alguns bens para através da venda ou penhora garantir o custo da viagem. Na década que tratamos (1865-1875) começou a industrialização em Vila do Conde. É em 1865 e nos anos posteriores que se instala, labora e afirma a primeira fábrica

de tecidos, uma das primeiras do norte do país, que viria a encerrar em 1972. Esta primeira fábrica, para além da laboração na sua unidade, dava trabalho ao domicílio. A fábrica entregava a matéria-prima a mulheres disseminadas pelas freguesias rurais que a transformava em tecido na sua própria casa, com a ajuda dos seus teares manuais. O início da industrialização em Vila do Conde não estancou o desejo da emigração para o Brasil, antes continuou com igual intensidade.

CONCLUSÃO

A investigação a que procedemos tendente à elaboração do presente trabalho teve como objectivo primordial proporcionar uma visão real e objectiva da problemática migratória para o Brasil, encarada numa perspectiva essencialmente histórica e social. A emigração vilacondense, no período em análise, foi marcadamente masculina, de jovens com menos de 14 anos de idade, solteiros, que se disseminaram por variados estados brasileiros.

O êxodo de portugueses para o Brasil na centúria de Oitocentos foi um dos problemas mais complexos da economia política. Razões de vária ordem contribuíram para essa realidade. Discordemos da opinião expressa no *Diário Ilustrado* quando afirma que não foi a falta de trabalho, nem os baixos salários, nem o excesso de população que levaram o homem à emigração voluntária, mas sim e unicamente a ambição desmedida¹³. Estamos convictos de que o fluxo migratório brasileiro se deve a uma multiplicidade de factores em que os de natureza económica desempenharam um papel predominante. Como refere Jorge Alves, a emigração é um fenómeno em que as condições do país de acolhimento também constituíram um factor importante na atracção dos emigrantes¹⁴.

FONTES

Arquivo Histórico Municipal de Vila do Conde – Arquivo dos Condes de Azevedo, doc. avulsos, Testamento de Isabel Oliveira, s.c.

Arquivo Histórico Municipal de Vila do Conde – Correspondência expedida para o Governo Civil, 2931.

Arquivo Histórico Municipal de Vila do Conde – Correspondência expedida para o Governo Civil, 2932.

(O) *Ave*, n.º 253, 27.08.1911.

(O) *Correio do Ave*, n.º 7, 02.07.1872.

Diário Ilustrado, Lisboa, n.º 189, 07/01/1873.

JornalL de Vila do Conde, n.º 140, 13.10.1888.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes (1994), *Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto: Gráficos Reunidos.
- ANDREA, Eugénio da Cunha Freitas (1960), *Costumes tradicionais da Maia, dotes, doações e sucessões*, Porto.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1972), *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. IV, S. Paulo.
- SILVA, Laurindo (1960), *O Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco no seu Primeiro Centenário (1855/1955)*, Recife.

NOTAS

- 1 Isabel de Oliveira faleceu a 5 de Março de 1626. No seu testamento feito a 13 de Janeiro de 1625, refere ter sido casada com Pedro Roíz e também “mulher que ultimamente foy de manoell Gonçalves pylloto e patrão que foy na Capitnnya de pernãu bucu” (AHMVC, Arquivo dos Condes de Azevedo, doc. avulsos, Testamento de Isabel Oliveira, s.c.).
- 2 Entre outras, destacamos: Requerimentos e Petições, Copiadores, Registo Geral, Actas de Vereação da Câmara, Testamentos e Imprensa portuguesa e brasileira.
- 3 AHMVC, 2932.
- 4 AHMVC, 2931.
- 5 ANDREA, 1960.
- 6 Os dados referentes às individualidades citadas, fazem parte do arquivo particular de Adelina Piloto e de António Monteiro dos Santos.
- 7 *O Correio do Ave*, n.º 7, 02.07.1872.
- 8 *Jornal de Vila do Conde*, n.º 140, 13.10.1888.
- 9 *O Ave*, n.º 253, 27.08.1911.
- 10 HOLANDA, 1972: 230.
- 11 Tio-avô de Adelina Piloto, co-autora do presente trabalho.
- 12 SILVA, 1960.
- 13 *Diário Ilustrado*, n.º 189, 07.01.1873.
- 14 ALVES, 1994: 172.

A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL E A FUGA AO RECRUTAMENTO MILITAR – UMA QUESTÃO EM DEBATE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Isilda Braga da Costa Monteiro

Aberto aos olhares de todos a partir da galeria ou da imprensa escrita em expansão na segunda metade do século XIX, o Parlamento assume-se, no quadro do regime liberal, como o espaço centralizador e reflector das grandes e das pequenas questões nacionais, locais ou mesmo pessoais. Questões cuja discussão e conseqüente visibilidade pública os deputados gerem de acordo com os interesses políticos, corporativos ou outros, silenciando-as ou trazendo-as à discussão, com maior ou menor amplificação.

Entre as grandes questões que ao longo da segunda metade de Oitocentos são debatidas no Parlamento, o recrutamento militar reveste-se de especial importância, não apenas pelo facto de dele estar dependente a existência do Exército, a segurança e defesa nacionais, como também pelo seu impacto sobre o desenvolvimento económico e social de um país “tão avesso á vida militar”¹. Assim, o recrutamento considerado como uma questão de administração pública e como tal inscrito na área de competência do Ministério do Reino, para além de ser uma importante questão militar, galvanizadora das atenções dos oficiais do Exército que se sentavam no Parlamento, assumia-se sobretudo como uma questão política e ideológica de primeira importância em que os deputados, apaixonadamente, intervinham. Para estes últimos, mais do que um fim em si mesmo, o recrutamento era um meio para atingir determinados objectivos considerados essenciais para o completo sucesso da mudança política introduzida no país após 1820. Mais ainda: a injustiça e a prepotência que o recrutamento militar desde há muito representava para a população, tornava-o a bandeira por excelência de um regime apostado em construir um país novo, assente nos princípios da liberdade e da igualdade.

O serviço militar, consignado na Carta Constitucional² como um dever de cidadania, era sentido pela população como um ónus pesado, denominado significativamente de “tributo de sangue”. Uma terminologia forte que, por si só, demonstra a carga negativa que detinha junto da população, tanto mais que os portugueses, na segunda metade do século XIX, não se confrontaram com a necessidade de defender o território continental de agressões exteriores e não sentiram, por isso, como outros países europeus, a necessidade de pegar em

armas e de se colocar sob a protecção do Exército, valorizando o seu papel e o dos militares que o integravam. Sem se aperceber das vantagens da manutenção de uma força militar em número suficiente e bem organizada, a população sentia apenas as desvantagens da interferência do serviço militar no seu quotidiano familiar, a dureza das condições em que era cumprido, as incertezas quanto à sua duração e a injustiça da sua aplicação.

Afastando-se progressivamente, pelo menos ao nível da legislação, do recrutamento “a cordel” que, ao longo de muito tempo, arrebanhara os mais desfavorecidos da sociedade levando-os para as fileiras de um Exército a que todos pretendiam fugir, procurou-se ao longo da segunda metade de Oitocentos, construir um outro sistema mais em consonância com os novos princípios políticos. Um sistema que permitisse recensear todos aqueles que, independentemente da sua condição social, preenchessem os requisitos legais para o cumprir, submetendo-os depois a um sorteio que determinasse quem iria, cumprir, efectivamente, o serviço militar. Limitado pelo orçamento que cabia ao Ministério da Guerra e do qual saía a verba para a manutenção do Exército, a força militar restringia-se ao número definido anualmente pelo Parlamento sob proposta governamental o que, na segunda metade do século XIX, varia entre os 24 e 30 mil efectivos. Era em função deste valor que se determinava o contingente anual, que entre 1856 e 1872, se contabiliza num máximo de 10 mil homens (em 1856, 1869 e 1872) e um mínimo de 3 100 (em 1865). Estava-se ainda longe do serviço militar obrigatório, pessoal e universal que alguns países europeus vão institucionalizar desde o final do século XIX até à Grande Guerra, período que Michel Auvray, denominou significativamente de “era das casernas”³. Embora esse fosse um sistema defendido – pelo menos teoricamente –, por alguns, em Portugal, só virá a ser aplicado de forma permanente com a República. Contudo, por entre avanços e retrocessos, na segunda metade de Oitocentos, deram-se ao nível da legislação, importantes passos nesse sentido. A prática já o sabemos foi outra coisa bem diferente.

Compreensivelmente, a importância da questão do recrutamento justificou, após 1851, um intenso debate, quer na imprensa quer no Parlamento, revestindo-se de uma forte dimensão pública. Um debate em que se cruzaram os intervenientes e as perspectivas, numa multiplicidade que, se ao mesmo tempo o enriquecia, tornava indiscutivelmente mais difícil os consensos. Bem significativo dessa realidade, é o facto de a lei de recrutamento aprovada em 1855, a primeira da Regeneração, e que substituiu a que estava em vigor desde 1842, ter ocupado, total ou parcialmente, a Ordem do Dia da Câmara dos Deputados ao longo de 38 sessões, entre 11 de Janeiro e 17 de Abril. Inquestionavelmente este constitui, na segunda metade do século XIX, um dos mais longos e complexos momentos de discussão em torno do recrutamento militar e do qual resultou uma lei mais consentânea com o espírito liberal⁴. Obrigando ao recenseamento de todos os mancebos entre os 20 e 21 anos completos, e subsidiariamente dos que se situavam entre os 21 e 22 anos, limitou consideravelmente as isenções, ao abrigo das quais, até então, muitos rapazes, por uma razão ou

outra, se eximiam ao cumprimento do serviço militar. Contudo, em alternativa às isenções, a lei de 1855 passou a consagrar a possibilidade da substituição do mancebo sorteado por um outro especialmente contratado para esse efeito. Feitas as contas, e para além das isenções que ainda se mantinham, abria-se uma outra possibilidade de fuga legal ao cumprimento do serviço militar passando a outro a obrigação de cumprir os 5 anos efectivos e os 3 de reserva que a legislação determinava. Ou seja, no quadro do regime liberal, o privilégio no âmbito do recrutamento militar mantinha-se, mas com uma única diferença – agora pagava-se. Ficava, por isso, reservado a quem tinha posses ou a quem, gastando o que tinha e o que não tinha, procurasse a todo o custo que os filhos não entrassem para a vida militar na qual se sabia o dia da entrada mas dificilmente o da saída.

Aspectos que não impedem, contudo, que, pela sua importância, a lei de recrutamento de 27 de Julho de 1855 venha a constituir um marco a partir do qual, lentamente, muito lentamente, se começou a construir um novo Exército mais ajustado à nova realidade política e militar e mais identificado com a Nação. Nos anos seguintes ao da sua entrada em vigor, os deputados reconhecem-lhe o salto qualitativo que representou, embora estivessem conscientes da necessidade de lhe introduzirem ajustamentos e alterações ditados por uma prática frequentemente distanciada das determinações legislativas. Ajustamentos e alterações que a procuravam tornar mais exequível e eficaz, embora correndo o risco de, também, a tornar mais confusa como lamenta um deputado quando, significativamente chama a atenção do Parlamento para o facto de a lei já ter sido remendada várias vezes⁵. Assim, sem perder de vista a lei de 1855, que ficará, até ao final da monarquia, como um referencial, vai saindo, entre 1859 e 1896, nova legislação em torno da qual se reaviva a discussão sobre o recrutamento e sobre a forma como a população portuguesa o encara.

Cruzando-se com a questão do recrutamento militar e perspectivada a partir dela, surge-nos uma outra à qual o Parlamento e a imprensa dão especial atenção, após 1851 – a emigração para o Brasil. Especialmente importantes e delicadas, estabelece-se entre ambas – o recrutamento militar e a emigração para o Brasil –, uma conexão em torno da qual se produz um discurso político que, com raras excepções, insiste em referir a fuga ao Exército como a grande motivação para uma corrente migratória que aos olhos dos contemporâneos se mostrava imparável. Atravessar o Atlântico, com todos os custos e riscos que isso envolvia, adaptar-se a uma realidade que lhes era completamente nova apresentava-se, segundo este discurso, para os jovens portugueses, como a melhor ou mesmo a única alternativa às agruras da vida militar. Os sacrifícios que o abandono do país acarretava seriam, no entender de muitos deputados, bem mais suportáveis do que aqueles a que se submeteriam se ingressassem no Exército, justificando a sua opção pela emigração.

Um discurso recorrente que acentua uma clivagem entre deputados militares e deputados civis, que embora latente, foi sendo gerida sem grandes problemas, ao longo da segunda metade do século XIX. Gomes de Castro, em

1859, aquando da discussão das alterações à lei do recrutamento militar de 1855, é muito claro sobre a diferença de perspectiva entre militares e civis quanto ao recrutamento, ao salientar relativamente à proposta apresentada pelo então Ministro do Reino, o oficial do Exército Fontes Pereira de Melo “a lei do recrutamento aos olhos de sua Exa., é vista como é sempre aos olhos de um militar e não como as de um funcionario administrativo”⁶.

Uma diferença que poderá justificar o que as actas parlamentares fazem ressaltar com alguma surpresa nossa – a pouca intervenção dos militares nos debates em torno do recrutamento, sobretudo aquando da discussão dos artigos relativos à necessidade de apresentação de fiança para quem se ausentasse do país, e a sua monopolização pelos deputados civis. Na realidade, embora os deputados militares se destaquem, no Parlamento oitocentista em que tinham assento, pelo dinamismo e capacidade de intervenção, surpreendem pelo silêncio quanto à questão da conexão entre o recrutamento e a emigração. Um silêncio fortemente contrastante com a defesa activa e empenhada da instituição a que pertenciam, lutando sempre pela modernização do Exército ao nível da organização, das condições proporcionadas aos soldados, da instrução dos recrutas, da formação dos militares e do equipamento militar, entre outras. Como já o referimos em anterior trabalho⁷, os deputados militares em geral e a Comissão de Guerra em particular, constituem o posto avançado de um Exército consciente de que o Parlamento é o novo campo de batalha. Um campo de batalha onde se conseguiam as pequenas e grandes alterações legislativas primordiais para a construção de um novo Exército, onde se procurava derrotar todos aqueles que clamavam contra a sua existência, contra as despesas que ele representava, contra o obstáculo que, diziam, ele constituía para o desenvolvimento do país.

Gerindo estrategicamente as suas forças, na prossecução dos objectivos que entendiam como primordiais, os militares com assento parlamentar centravam as suas atenções nas questões militar e da defesa nacional, no âmbito das quais o recrutamento se revestia de especial importância. Contudo, pelo facto de ser um assunto da área da administração pública, no âmbito da competência do Ministério do Reino, esse assunto não se inscrevia, como outros considerados mais técnicos e, por isso, mais exigentes de conhecimentos específicos, directamente no seu campo de acção. Entregue frequentemente a comissões especiais constituídas para esse efeito ou a comissões mistas integradas por elementos da Comissão de Administração Pública e da Comissão de Guerra, os militares dão o seu contributo mas, o recrutamento era, claramente, uma questão que os deputados civis, sobretudo os que tinham uma formação jurídica, valorizavam e em cujo debate assumiam, em detrimento dos militares, uma clara preponderância.

Na realidade, embora os deputados militares saibam tão bem ou melhor do que todos os outros, quais são as fragilidades da lei do recrutamento e dos efeitos negativos que ela representava para o Exército, bem como da repugnância que a população tinha pelo cumprimento do serviço militar, sabem também que

essa é uma questão complexa com um inegável peso político. Assim, quando exprimem a sua opinião, no Parlamento ou, mais frequentemente, na imprensa, fazem-no sob o ponto de vista estritamente militar, não se perdendo com aspectos que sabiam ter contornos exclusivamente políticos como o que relacionava a emigração para o Brasil com a fuga ao serviço militar. Contudo, nem por isso escapavam às críticas dos que os acusavam de ter uma visão demasiadamente corporativa e de só pensarem no interesse do Exército.

Esse aspecto poderá justificar que, relativamente ao recrutamento, os militares se reservem mais para um debate interno e, por isso, mais resguardado de olhares estranhos, optando por escrever artigos de opinião na imprensa de cariz militar em expansão, na segunda metade do século XIX. A *Revista Militar*, o *Clamor Militar*, o *Diário do Exército* reservam-lhes frequentemente as suas colunas principais, nas quais, sobre o recrutamento, se apontam as deficiências ao nível da legislação e da execução e se analisa a sua reduzida capacidade de trazer homens para o Exército. Em 1882, por exemplo, publica-se no *Diário do Exército*, sob o título *Serviço Militar*, um longo artigo repartido por vários números⁸, em que se analisa essa questão sob várias perspectivas. Relativamente à conexão entre o recrutamento e a emigração para a antiga colónia portuguesa, o autor, não identificado, responsabiliza os diplomatas portugueses no Brasil pelo enraizamento dessa ideia procurando ressaltar ironicamente algumas contradições. Assim, recorrendo a fontes brasileiras que referiam a forte presença de mulheres entre os emigrantes de origem portuguesa, comenta “será lícito interrogar se a emigração feminina também deserta da pátria por causa do recrutamento, e se este é o factor da emigração”, acrescentando, ainda, que muitos portugueses, sobretudo do norte, participaram, voluntariamente, na Guerra do Paraguai, para perguntar “Seria também com receio do recrutamento nacional, que espontaneamente se enfileiraram nas tropas estranhas?”⁹.

Na maior parte dos casos, contudo, passando ao lado da questão da emigração que, como referimos atrás, não parece merecer a atenção do meio castrense, o alvo preferencial da crítica dos articulistas militares é o mecanismo das substituições e remissões a dinheiro passível de ser accionado por todos aqueles a quem “as sortes” ditavam o cumprimento do serviço militar. No primeiro caso – o das substituições –, já legislado em 1855, o mancebo cujo número determinara a sua entrada nas fileiras do Exército podia contratar outro para o seu lugar. No segundo caso – o das remissões –, introduzido apenas pela lei de 1859, remia-se a dinheiro a obrigatoriedade do cumprimento do serviço militar. Canalizado para um fundo específico, o fundo das remissões do serviço militar, esse dinheiro permitiria que o Estado, através do Ministério da Guerra, contratasse os soldados de que precisava, como inicialmente ficou determinado na lei. Contudo, os efeitos negativos deste mecanismo – substituições e remissões a dinheiro – saltavam à vista para os militares que lidavam directamente com os homens que, desta forma, entravam nas fileiras, muitos deles, já com um percurso de vários anos feito no Exército. No seu entender, para além de as substituições e remissões justificarem o não preenchimento crónico dos con-

tingentes anuais definidos pelo Parlamento – por não ser fácil encontrar substitutos ou por estes não cumprirem até ao fim o serviço militar para o qual tinham sido contratados –, justificavam igualmente o facto de o Exército integrar nas suas fileiras, apenas, os indesejáveis da sociedade, aqueles que não tendo nada de seu não lhe podiam fugir, ou que, como meio de sobrevivência aceitavam substituir os que não queriam cumprir o serviço militar. Um aspecto essencial que se reflectia na disciplina e na moralização dos soldados e, afinal, na organização do próprio Exército¹⁰.

A gravidade deste problema frequentemente salientado pelos oficiais do Exército, na segunda metade do século XIX, não suscitou, no entanto, a vontade política necessária para alterar o que estava determinado na legislação. Não esqueçamos que o recrutamento era, como recorrentemente se refere, uma das mais importantes armas eleitorais da época, esgrimida nos bastidores sempre que se aproximavam as eleições. Por outro lado, limitadas as isenções do serviço militar pela lei de 1855, passou a ser o mecanismo das substituições e das remissões a permitir a fuga legal ao serviço militar por parte de todos aqueles que não queriam ver os seus filhos, netos e sobrinhos a ingressar nas fileiras do Exército. Entre estes incluíam-se os próprios políticos – os homens que detinham pastas no executivo e assentos na Câmara dos Deputados e na Câmara dos Pares –, a quem cabia a última e definitiva palavra sobre esta questão. Os mesmos homens, afinal, que tinham restringido drasticamente as isenções do serviço militar em 1855 que, até então, tinham abarcado, por exemplo, os alunos da Universidade de Coimbra, mas que, em alternativa, criaram outros mecanismos que, embora fossem pagos, resultavam no mesmo, ou seja, no não cumprimento do dever que a Carta consignava para todos os cidadãos de nacionalidade portuguesa. Além disso, no caso concreto das remissões, o Estado, através do Ministério da Guerra, arrecadava um dinheiro extra que além de custear a contratação de substitutos, como tinha ficado estabelecido na lei de 1859, passou a ser, sobretudo, aplicado em outras áreas relacionadas com a instituição militar, tais como o pagamento de vencimentos, a aquisição de armamento e obras em quartéis¹¹, transformando-se num balão de oxigénio essencial para a acção de qualquer governo, independentemente da facção política que representava.

A quantia em causa era elevada, como podemos verificar na Tabela n.º 1, em que a partir dos dados colhidos em diversas fontes, todas elas oficiais, procurámos sistematizar, para aquele que foi o primeiro período em que as remissões vigoraram em Portugal, entre 1859 e 1872, o contingente determinado para cada ano, o número de mancebos remidos, o valor estipulado para as remissões dos mancebos recrutados e dos refractários e a quantia recebida pelo Estado proveniente do seu pagamento. Embora conscientes das limitações próprias das fontes utilizadas e do facto de os refractários irem ao longo dos anos remindo o serviço militar relativamente ao contingente a que tinham faltado, provocando a alteração dos valores indicados, a tabela permite-nos uma visão mais consistente da realidade em torno da problemática do recrutamento.

Assim, podemos verificar que, relativamente aos contingentes fixados para os anos de 1856 a 1872, mais de 20% dos mancebos remiram a dinheiro a obrigação de cumprirem, pessoalmente, o serviço militar em 1860, 1861, 1862, 1866, 1870 e 1871. Nos anos em que os valores das remissões para os mancebos recrutados se apresentaram mais baixos, como em 1860, 1861, 1870 e 1871, a percentagem dos remidos mostrou-se claramente superior, chegando aos 41,8% no último dos anos referenciados. Valores que, no conjunto, demonstram que o recurso à remissão a dinheiro rapidamente se vulgarizou na sociedade portuguesa, após a sua regulamentação em 1859, constituindo uma excepcional fonte de receita para um Ministério da Guerra espartilhado num orçamento sempre reduzido.

Tabela 1: Total dos mancebos remidos, preço das remissões e quantias arrecadadas pelo fundo das remissões entre Setembro de 1859 e 1872 (relativamente aos contingentes fixados para os anos de 1856* e 1872)

Anos a que pertencem os contingentes	Contingente decretado	N.º de mancebos remidos	% dos mancebos remidos relativamente ao contingente	Preço da remissão mancebos recrutados	Preço da remissão refractários	Total arrecadado
1856	10 000	757	7,6	60\$000	96\$000	51 816\$033
1857	3 632	338	9,3	72\$000	115\$200	27 276\$931
1858	9 152	498	5,4	76\$000	121\$600	42 345\$261
1859	5 000	665	13,3	87\$100	139\$360	60 366\$503
1860	7 233	2 329	32,2	86\$000	137\$360	206 207\$909
1861	7 200	2 459	34,1	78\$600	122\$880	197 932\$709
1862	7 200	1 886	26,2	123\$000	196\$809	233 937\$822
1863	7 200	1284	17,8	139\$000	222\$400	171 393\$920
1864	3 600	658	18,3	150\$000	240\$000	69 418\$536
1865	3 100	614	19,8	150\$000	240\$000	39 720\$000
1866	3 600	741	20,6	150\$000	240\$000	17 700\$000
1867	7 200	898	12,5	181\$000	289\$600	(162 538\$000)**
1868	7 200	443	6,2	269\$000	430\$400	(119 167\$000)**
1869	10 000	1282	12,8	123\$300	328\$800	(158 070\$600)**
1870	7 200	1860	25,8	71\$025	189\$400	(132 106\$500)**
1871	7 200	3 007	41,8	70\$023	186\$728	(210 559\$161)**
1872	10 000	205	2,1	120\$000	320\$000	(246 600\$000)**

Fonte: *Diário de Lisboa*, 1867: 2302-2303; *Diário da Camara dos Senhores Deputados*, 1884: 1464.

* embora instituída em 1859, a remissão a dinheiro do serviço militar aplicou-se aos mancebos recrutados para os contingentes determinados para os anos de 1856 a 1858.

** valor não indicado nas fontes utilizadas e, por isso, calculado a partir da quantia determinada para a remissão dos mancebos recrutados e que é menor do que a que se determina para os refractários.

Relativamente aos anos subsequentes a 1884 a partir do qual a remissão esteve quase sempre em vigor, apenas obtivemos dados pontuais que não permitiram a sistematização da informação. Sabemos, contudo, que em 1884, o governo estimava o produto líquido proveniente das remissões em 270 000 000 réis anuais¹², com base na quantia de 180 000 réis para a remissão dos mancebos recrutados e de 480 000 réis para a dos refractários¹³.

Assim se entenderá, como só pontualmente, em 1863, 1873 e 1887, a Câmara dos Deputados tenha votado favoravelmente o fim das remissões a dinheiro. Vetado pela Câmara dos Pares, não surtiu efeito da primeira vez, obrigando os deputados a recuar na sua posição inicial, vindo, apenas, a ser aprovado alguns anos depois, em 1873¹⁴. Embora as substituições permanecessem, a remissão a dinheiro deixou, então, de ser possível. Uma situação que se manteve por uma década, até 1884, quando volta a estar definida na legislação sobre o recrutamento¹⁵.

Contudo, já antes, em 1882, numa “lei de ocasião”¹⁶, como a definiu Fontes Pereira de Melo que acumulava então os cargos de Presidente do Conselho e Ministro da Fazenda e da Guerra, a remissão foi permitida para mancebos recrutados para os contingentes decretados entre 1867 e 1880. Assumindo então publicamente a incapacidade para tornar efectiva a lei de recrutamento e a existência da enorme dívida de recrutas relativamente aos contingentes dos anos anteriores, o governo optou por permitir a remissão aos mancebos que, embora recrutados, não tivessem, ainda, cumprido o serviço militar, podendo fazê-lo ao longo de um ano após a publicação do decreto. Desta forma, como compensação pelos homens que sabia de antemão nunca entrariam efectivamente para as fileiras do Exército, o executivo procurou obter o dinheiro que lhe faltava para prover as despesas do Exército. Assim e para além de autorizar a título excepcional a remissão a dinheiro, definiu preços suficientemente baixos e, como tal, mais acessíveis à maioria da população, contrariando, dessa forma a tendência inflacionista verificada entre 1862 e 1869, que a reservara aos mais endinheirados. Mais ainda. A quantia de 50 000 réis para os mancebos recrutados e 80 000 réis para os refractários – “modica”¹⁷, como considera o Par Vaz Preto –, podia ser paga em duas prestações¹⁸.

Na realidade, o governo não podia passar sem o dinheiro que as remissões representavam, até porque, como se refere na proposta de lei de Fontes Pereira de Melo, que dá forma à reorganização do Exército de 1884, a substituição de homem por homem, a única permitida desde 1873, resultava no “pagamento em dinheiro pelo serviço militar, com a diferença de não ser entregue ao estado, mas aos substitutos, e aos intermediários que se ocupam da agencia de taes negocios”¹⁹. Ou seja, embora discorde do princípio, o governo propõe a reposição da remissão da obrigatoriedade do serviço militar nos moldes da lei de 1859, porque precisa de uma base financeira para promover a reorganização do Exército de que o país então carecia.

Finalmente, bem sintomático do confronto de interesses que esta questão suscitava e dos avanços e retrocessos na política de recrutamento militar, deter-

mina-se na lei, em 1887, pela primeira vez em Portugal, o carácter pessoal e obrigatório do serviço militar²⁰, pondo-se fim às remissões e substituições. Em alternativa à receita que as primeiras importavam para o Estado, e sem a qual, reconhece-se, não se podia passar, determina-se a obrigatoriedade do pagamento de uma taxa de valor baixo (de 2 500 réis ou 3 000 réis, conforme as situações) para todos os que, por uma razão ou outra, não viessem a cumprir o serviço militar. Durou pouco tempo. Três anos depois, em 1891, o mecanismo das remissões a dinheiro é novamente reposto²¹.

Desta forma, e tanto quanto as actas parlamentares e a leitura dos principais periódicos de cariz militar nos permite apreender, os militares ao valorizarem as nefastas consequências das substituições e das remissões relativamente ao recrutamento, deixam intencionalmente de lado a emigração para o Brasil como meio de fuga ao cumprimento do serviço militar, o que pode ser entendido como a sua desvalorização. Na realidade, a ser verdade que muitos portugueses emigravam para o Brasil para não terem de ir para o Exército, não o seria menos que as substituições e, sobretudo, as remissões, que, quase de forma permanente, estiveram em vigor na segunda metade do século XIX, se apresentavam, certamente, como a forma mais fácil e, talvez mesmo menos dispendiosa para concretizar esse objectivo. Apesar de envolver, sobretudo em determinados anos, montantes demasiado elevados face ao valor dos salários praticados na altura²², colocando-os fora do alcance de muitos portugueses, não seriam muito superiores aos que a saída, mesmo que clandestina, do país exigia. Com vantagens. Não implicava a mudança de país, o pagamento de outras despesas ou mudanças drásticas na vida de cada um. Assim, para os militares, a emigração para o Brasil seria apenas mais um dos meios passíveis de ser utilizado pela população para fugir ao serviço militar. Não era nem sequer o mais fácil nem, certamente, o mais barato.

Na realidade, a questão da emigração para o Brasil como fuga ao serviço militar assume-se, na segunda metade do século XIX, como uma questão política. Uma questão política que assentava em duas realidades em concreto, infismáveis aos olhos de qualquer um – os números elevados do fluxo migratório para o Brasil e o não cumprimento dos contingentes determinado, anualmente, pelo Parlamento para a força armada do país. Relativamente à emigração para o Brasil o regime liberal estava então dividido quanto à posição a assumir e a política a adoptar. Refém dos seus princípios – a liberdade de movimentação e domicílio dos seus cidadãos consignada constitucionalmente e a igualdade em direitos e deveres para todos os portugueses –, sentia-se, naturalmente condicionado pelas vantagens das remessas e dos investimentos em várias áreas dos brasileiros de torna viagem. Isso é dito claramente, no Parlamento, pelo deputado por Valpaços Júlio do Carvalhal Sousa Telles, quando refere no preâmbulo ao projecto de lei que apresentou, em 1862, sobre recrutamento, “Da emigração para o Brazil, comquanto seja um grande mal, ainda se colhem alguns bons resultados; porque muitos dos nossos concidadãos que saíram pobres da patria, voltam grossos capitalistas; e não poucos têm dado

um optimo destino á sua fortuna, já dotando os estabelecimentos pios do reino, já fundando magnificos estabelecimentos fabris, já concorrendo para o desenvolvimento da agricultura, para o embellesamento das nossas villas e cidades, e abastando de numerario os mercados nacionaes”²³.

Marcada por este dilema em que se confrontavam princípios ideológicos e interesses económicos e financeiros, a questão da emigração parecia não ter qualquer solução à vista. Contudo, passível de ser entendida como um dos sinais evidentes se não do insucesso do liberalismo, pelo menos da sua incapacidade para colocar o país na senda do progresso e do desenvolvimento que outros países europeus evidenciavam, os políticos não deixaram de procurar as razões que levavam tantos portugueses em demanda do Brasil. O dedo apontava-se facilmente ao recrutamento e ao serviço militar. Atendendo à complexidade do fenómeno migratório, ao elevado número de emigrantes, de diversas idades e proveniências sociais, não seria certamente a única, seguramente não a mais importante, mas era a mais fácil e a de menores custos políticos. Desta forma, fazia-se recair a responsabilidade da emigração sobre o Exército e as más condições que este oferecia aos soldados. Estas não eram certamente as melhores, sobretudo se atendermos ao facto de que o serviço militar prolongava-se por vários anos, provocando um acentuado desgaste nos homens que entravam para as fileiras. Contudo, outras razões existiam, certamente mais determinantes, para que tantos portugueses, homens mas também mulheres, de idades e proveniências sociais tão diversificadas, tivessem procurado a todo o custo sair do país, durante a segunda metade do século XIX. No entanto, identificá-las significava admitir que as reformas que o liberalismo apregoara ainda não se tinham feito, ou pelo menos, estavam a demorar nos resultados esperados.

São, por isso, poucos, os deputados que contrariam o discurso habitual e afirmam, no Parlamento, que a fuga ao serviço militar não é a única razão para a emigração com destino ao Brasil. Com frontalidade, apontam outras – a fuga “à miséria e ao abandono em que se acham algumas classes da sociedade, principalmente nas ilhas e nas provincias, onde a fecundidade tem o triste resultado de augmentar a miseria”²⁴, como diz, em 1855, Carlos Bento, haver “uma grande parte da população que não tem de que viver, e que tem de ir buscar o seu modo de vida a outra parte”²⁵, como sublinha Nogueira Soares, no mesmo ano. Politicamente incorrecto, este discurso surge em deputados com percursos políticos mais independentes, caindo como pedradas num charco, causando alguma movimentação, mas sem força suficiente para alterar a perspectiva dominante. Apresentar o recrutamento militar como a razão que justifica o abandono do país em massa pela população masculina mais jovem apresenta-se para o Portugal de Oitocentos como a via politicamente mais fácil. Para além de desviar o debate de outras questões mais inconvenientes e que poderiam seriamente abalar as expectativas positivas em torno do regime, justifica a necessidade de condicionar a liberdade do cidadão em nome da igualdade perante um dever – o dever de defender o país – através de limitações enunciadas ao nível da legislação. Para a maioria dos políticos de então, esta era

uma espécie de receita milagrosa que permitia contornar o conflito entre os princípios do regime liberal e os problemas reais do país.

Um aspecto que o debate no Parlamento e na imprensa de cariz não militar evidenciam de forma clara. Se há deputados ou articulistas que defendem o direito de qualquer cidadão português sair do país sem que a lei do recrutamento se assumia como um entrave de que resultaria “tolher a carreira de muitos moços, cortar-lhes o seu modo de vida, priva-los talvez dos meios futuros de subsistência”²⁶, outros há que defendem o contrário em prol do desenvolvimento do país. Para eles, a imposição de uma fiança para os menores abaixo dos 20 anos que se ausentem do país justificava-se porque se tratava de um tributo de sangue a que nenhum cidadão se deveria eximir, tanto mais que, fazendo-o, a imposição recaía, necessariamente, sobre um outro ofendendo-se a “justiça distributiva”²⁷. Centrando o debate no campo da defesa de um outro direito – o da igualdade – a polémica prolonga-se ao longo de quatro sessões aquando da discussão do projecto de lei sobre recrutamento em 1855. O consenso chegou através da aprovação de um artigo que determinava o pagamento de uma fiança para os rapazes na faixa etária dos 18 aos 21 anos que tirassem passaporte para se ausentarem do país²⁸. Na prática, nada que viesse a diminuir o fluxo migratório como se verificou nos anos seguintes ao da entrada da lei em vigor. Uma constatação que justificou as alterações introduzidas em 1859, entre as quais a de que a nenhum rapaz, entre os 14 e os 21 anos, se permitiria a passagem para um país estrangeiro, sem dar fiança que servisse de garantia de que se apresentaria ou faria substituir, caso fosse chamado para o serviço militar²⁹.

Contudo, o alargamento dessa faixa etária não parece ter invertido a tendência para o aumento da emigração, na segunda metade do século XIX. Legal ou clandestinamente, novos e velhos, homens e mulheres procuram além-mar o que achavam não ter aqui em Portugal, levados por um emaranhado de motivações. De menor complexidade e despesas, emigram os jovens antes dos 14 anos, isentos da apresentação de fiança, assim como emigram os que têm acima disso, apresentando-a. Compreensivelmente, era sobre os mais novos que valia a pena o elevado investimento que a passagem para o Brasil representava para grande parte das famílias. A juventude significava, à partida, melhor estrutura física, melhor capacidade de adaptação a novas situações, mais tempo para construir o futuro desejado e para dele usufruir. Alfabetizados muitos deles, com situações profissionais já definidas, os mais jovens eram a esperança da família para que, se tudo corresse bem, fizessem fortuna no Brasil e retornassem à terra com disponibilidade e dinheiro para ajudarem a família que ficou.

Assim, perante o insucesso da restrição à emigração para o Brasil através da obrigatoriedade de fiança para os rapazes dos 14 aos 21 anos que a lei determinou a partir de 1859, e sem se abandonar a relação recorrentemente estabelecida, na época, entre o fluxo migratório e a fuga ao recrutamento, verifica-se, a partir de 1860, uma nova estratégia por parte dos que pretendiam ver alterada a situação. Naquilo que poderá ser entendido como um retrocesso no conceito do serviço militar como um dever de todos os cidadãos, são apresen-

tados alguns projectos de lei que repõem a isenção do serviço militar para os filhos dos lavradores. Alguns deputados apresentaram, então, projectos de lei sobre o recrutamento, relativos a essa questão. Luís Vicente da Fonseca, deputado pela Madeira, entregou um projecto de lei em Fevereiro de 1860, no qual, num único artigo, determinava a suspensão da lei de recrutamento por um período de 10 anos, para a ilha que representava. Embora aponte, como razão primordial para a emigração, a miséria, afirma que devido à lei de 1855, a mocidade tem mais uma razão para emigrar, “Quando se vae approximando a idade, sobre a qual recae o tributo de sangue, abandona o torrão em que nasceu, fugindo assim a dois grandes males – ao da fome e ao do recrutamento”³⁰.

Por sua vez, o deputado por Lousada, Joaquim Cabral de Noronha e Meneses, no preâmbulo ao projecto de lei apresentado à Câmara em Maio de 1860, refere expressamente: “A lei de 27 de Julho de 1855, a ultima que regulou a materia em todas as suas partes, eliminando do numero das isenções a que estava consignada nas leis anteriores em favor da agricultura, deu um impulso assustador à emigração para o Brazil, e um golpe fatal na nossa primeira industria”. E mais à frente, sublinha: “Se o exercito é uma necessidade publica, tambem é uma necessidade publica, e bem urgente na actualidade, alguma protecção á industria agricola, é o meio mais efficaz que temos para conter essa fatal emigração, que nos rouba os braços de que tanto precisamos”³¹. Propõe, assim, que seja isento do serviço militar o filho ou criado de lavrador com contrato anual, proprietário ou caseiro que provar que trabalha todo o ano na agricultura, que ajuda a cultivar as terras que paguem de contribuição predial menos de 2 000 réis, e que já exercia essa actividade nos dois anos anteriores ao recenseamento. Indo de encontro ao que a nível local era sentido como essencial para inverter uma situação cada vez mais insustentável para os agricultores do norte do país, confrontados com a falta de mão de obra, este projecto de lei parece, pelo apoio suscitado dentro e fora do Parlamento, congrega uma base de apoio alargada, constituída não só pelo cidadão comum como por várias câmaras municipais do norte do país.

No conjunto, estes projectos de lei subscritos essencialmente por deputados em representação de círculos nortenhos, como por exemplo Joaquim Cabral de Noronha e Meneses, por Lousada³², Bernardo José de Almeida Azevedo, por S. Pedro do Sul, Francisco José Borges, por Vila Pouca de Aguiar, Gaspar Teixeira de Sousa Magalhães Lacerda, por Guimarães³³ e Manuel Baltasar Leite de Vasconcelos, por Felgueiras³⁴, entre outros, vão levar algumas câmaras municipais do norte do país a movimentar-se e a constituir-se como um autêntico grupo de pressão. Ao longo do ano de 1862, a Câmara dos Deputados é inundada por representações de várias edilidades – S. Pedro do Sul, Vila do Conde, Barcelos, Vila Pouca de Aguiar, Braga e Penafiel, entre outras – pedindo a reposição da isenção do serviço militar para os criados e filhos de lavradores. Queixando-se de falta de mão-de-obra e do abandono dos campos, a isenção do serviço militar seria a forma de prender a população rural masculina mais jovem a uma actividade que, na segunda metade do século XIX, condenava à

miséria aqueles que viviam dela, sobretudo nas regiões onde a pequena propriedade dominava. Sem contrapartidas suficientemente compensadoras face às dificuldades da agricultura, a emigração surgia, para muitos assalariados rurais ou pequenos lavradores, como a solução para vir a ter uma vida melhor. O empenhamento de vários municípios em torno desta questão, a pressão exercida junto do Parlamento, quer através das referidas representações, quer através da acção desenvolvida por alguns deputados, justificaram que este assunto fosse levado a muitas das sessões plenárias de 1862, exigindo-se uma alteração da legislação. Sem sucesso. Embora exista matéria e movimentação política em torno desta questão, não se chegou ao esperado debate que permitisse mudar a lei e, esperava-se, inverter a tendência migratória.

Conscientes de que essa reposição representaria voltar atrás nas posições anteriormente assumidas e naquilo que, teoricamente, e só teoricamente, representava o fim das desigualdades ao nível do recrutamento, a questão passa, de sessão legislativa para sessão legislativa ao longo da década de 1860. Distribuída para análise ora a comissões especiais ora a comissões mistas constituídas por elementos das Comissões de Administração Pública e de Guerra, os pareceres acabam por não ser apresentados ou quando apresentados não chegam a ser discutidos. É o que acontece quando a Comissão Especial deu um parecer que chegou a estar agendado para a ordem do dia de 15 de Março, mas cuja discussão foi adiada na sequência da promessa do governo em apresentar, com brevidade, uma proposta de lei sobre essa questão, o que efectivamente nunca chegou a acontecer. Adiamentos sucessivos devido ao excesso de trabalho parlamentar, à complexidade da questão ou à necessidade de se obter informações complementares do Ministério do Reino, tornam evidente que, devido à divergência de interesses, não só entre os militares e os civis que integram as várias comissões, como ao nível do próprio executivo, o consenso mostrava-se difícil de conseguir. Sem grande discussão, só em 1887, a questão foi debatida na Câmara dos Deputados, por proposta do governo. Pondo-se então fim às remissões e às substituições, como referimos atrás, é finalmente consignada na lei, pela qual tantos ao longo de tantos anos se tinham batido, a isenção dos lavradores que cumprissem um determinado número de requisitos³⁵. Teoricamente, a emigração para o Brasil passava a ter condições para diminuir. Todos sabemos que não foi isso que aconteceu. A isenção do serviço militar para os camponeses, apresentada por muitos como o remédio definitivo para o mal da emigração, não teve força suficiente para, por si só, inverter a tendência da população nortenha para sair do país e tentar uma vida melhor no Brasil.

Na segunda metade do século XIX, as luzes de cena estão voltadas para a questão do recrutamento militar e da emigração, procurando-se através da primeira a solução para a segunda. Isto apesar de alguns reconhecerem, como Vicente da Fonseca, que “Quem é feliz não emigra: e debaixo de um governo que se diz livre, forçar o cidadão, que morre de fome, a exhalar o ultimo suspiro, abraçado com a terra que o não póde alimentar; quando com a liberdade de fazer o que a lei não prohiibe, póde este mesmo cidadão procurar outras pla-

gas, onde encontre o bem-estar e até a fortuna”³⁶. Sem isentar de responsabilidades o serviço militar, este deputado reconhece que algo mais falhava no país, para além da legislação do recrutamento e das condições oferecidas pelo Exército aos seus soldados, para que o fluxo migratório levasse tantos homens para o Brasil.

Na realidade, ao longo da segunda metade de Oitocentos, o discurso em torno da emigração e do recrutamento manteve-se igual, dentro e fora do Parlamento, numa insistência que estaria longe de abarcar a realidade de um fenómeno tão complexo e multifacetado como o da emigração. No entretanto, o Exército conheceu grandes alterações ao nível da sua organização, das condições que possibilitava aos soldados que o integravam e na formação que lhes possibilitava, assumindo-se na medida do possível como uma escola de cidadania. Mas nem por isso deixou de ser apontado pelos políticos como o responsável por uma emigração que parecia esvaziar o país dos seus elementos mais jovens e activos. Os números davam-lhes razão. Embora abrangendo idades muito diversas, ressaltavam nos papéis oficiais – que devido à emigração clandestina apenas cobriam uma parte da realidade – os menores de 14 anos, que muitas vezes sozinhos atravessavam o oceano em busca do Brasil.

Hoje como ontem, é fácil pensar que se tratavam de jovens em fuga ao serviço militar, aproveitando a isenção de fiança que a lei lhes dava. Contudo, não será bem assim. Numa época em que ainda se não tinha descoberto a adolescência, os menores de 11, 12, 13 e 14 anos pertenciam ao mundo dos adultos, muitos deles marcados já por uma vida profissional activa. Com ou sem formação especial, era neles que as famílias investiam o pouco que possuíam (ou mesmo o que não possuíam) para tentarem a sua sorte no Brasil. Assim, a emigração dos mais jovens surgiria em muitos casos não como o resultado simplista da fuga ao serviço militar mas antes como o resultado do somatório de razões em que aquele também se poderia inscrever. Ou seja, a análise dos números do fluxo migratório de Portugal para o Brasil e dos contingentes militares sempre incompletos, permite-nos equacionar uma relação biúnicamente entre as duas realidades – se se emigra para fugir ao recrutamento, também se foge ao recrutamento porque se emigra. Atermo-nos apenas à primeira faz-nos cair numa teia gizada pelos políticos de Oitocentos resultando numa visão demasiado redutora que importa corrigir.

FONTES

Clamor Militar, 14 de Março de 1882.

Decreto de 19 de Maio de 1884.

Decreto de 19 de Maio de 1884.

Decreto de 28 de Agosto de 1884.

Decreto de 29 de Outubro de 1891.

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 1855, Lisboa (sessão de 23 de Fevereiro). Henriques Seco.

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 1855, Lisboa (sessão de 24 de Fevereiro).
Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 1859, Lisboa (sessão de 26 de Maio).
Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 1860, Lisboa (sessão de 12 de Maio).
Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 1869, Lisboa (sessão de 30 de Julho).
Diário da Câmara dos Pares, 1882, Lisboa (sessão de 6 de Junho).
Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 1884, Lisboa (sessão de 9 de Maio).
Diário de Lisboa, 5 de Julho de 1861 (sessão de 3 de Julho de 1861).
Diário de Lisboa, 31 de Janeiro de 1862 (sessão de 29 de Janeiro de 1862).
Diário de Lisboa, 15 de Março de 1866.
Diário de Lisboa, 19 de Julho de 1867.
Diário de Lisboa, 2 de Junho de 1868 (sessão de 30 de Maio de 1868).
Lei de 27 de Julho de 1855, cap. VII, art.º 55.
Lei de 4 de Junho de 1859.
Lei de 17 de Abril de 1873.
Lei de 15 de Junho de 1882.
Lei de 12 de Setembro de 1887
Recrutamento para o Exército. *Clamor Militar*, 16 de Abril de 1865.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jorge Fernandes (1994), *Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto: Gráficos Reunidos.
AUVRAY, Michel (1998), *L'âge des casernes: histoire et mythes du service militaire*, [S.l.], Éditions de l'Aube.
DUARTE, I. Sousa (1876), *O Tributo de Sangue. Manual do Processo de Recrutamento segundo a legislação em vigor dedicado aos reverendos, parochos, senhores regedores e chefes de família das freguezias ruraes*, Lisboa: Imprensa Nacional.
MONTEIRO, Isilda Braga da Costa (2002), *O Parlamento e a Questão Militar (1851-1870)*, Porto, [s.n.].

NOTAS

- 1 DUARTE, 1876: 5.
- 2 Capt. VIII, Art.º 113.º: “Todos os portugueses são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e integridade do reino, e defendel-o de seus inimigos externos e internos”.
- 3 AUVRAY, 1998.
- 4 ALVES, 1994: 139.
- 5 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1869: 964.
- 6 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1859: 413.
- 7 MONTEIRO, 2002.
- 8 Artigo publicado entre 18 de Fevereiro e 15 de Março.
- 9 *Clamor Militar* (14 de Março de 1882). p. n.n..
- 10 Recrutamento para o Exército. *Clamor Militar*, 1865: 1-2.
- 11 Lei de 15.06.1882, Decreto de 19.05.1884.
- 12 Decreto de 19.05.1884.
- 13 Decreto de 28.08.1884.
- 14 Lei de 17.04.1873.
- 15 Decreto de 19.05.1884.
- 16 *Diário da Câmara dos Pares*, 1882: 811.

- 17 *Diário da Câmara dos Pares*, 1882: 810.
18 Lei de 15.06.1882.
19 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1884: 1460.
20 Lei de 12.09.1887.
21 Decreto de 29.10.1891.
22 ALVES, 1994: 141.
23 *Diário de Lisboa*, 1862: 323.
24 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1855: 206.
25 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1855: 207.
26 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1855: 192.
27 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1855: 205.
28 Lei de 27.07.1855, cap. VII, art.º 55.
29 Lei de 04.06.1859.
30 *Diário de Lisboa*, 1866: 796.
31 *Diário de Lisboa*, 1866: 796.
32 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1860: 115-116.
33 *Diário de Lisboa*, 1861: 1657-1659.
34 *Diário de Lisboa*, 1868: 1222.
35 Lei de 12.09.1887.
36 *Diário de Lisboa*, 1866: 796.

RUMO AO SUL: EMIGRANTES PORTUGUESES NO SUL DO BRASIL

*Maria Xavier Villas Bôas
Beatriz Padilla*

1. INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de um projecto mais amplo de investigação (no âmbito do Programa Lusitânia: FCT – GRICES Instituto Camões) desenvolvido no CIES/ISCTE¹ sobre a presença portuguesa na região platina. O Sul do Brasil, parte integrante desta região, abrange os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul².



A emigração portuguesa não é novidade no panorama das ciências sociais, muito menos para o Brasil, objecto de investigação amplamente explorado por estudiosos portugueses, brasileiros e não só. A novidade está no foco sobre a região platina e, em particular, na região sul do Brasil, cuja insignificância para os estudiosos pode ser explicada, antes de mais, pelo fluxo reduzido para a região e pelo número, ainda hoje, pouco expressivo de portugueses ali residentes. O último censo, de 2000, indicava que, do total de portugueses no Brasil, apenas 8% estavam no Sul³.

Para esta “invisibilidade”⁴ contribuíram factores de ordem histórica e simbólica, como: 1) com a independência, a necessidade de construção de uma identidade nacional impregnada pela ideologia do branqueamento. Entre as elites prevalecia o valor da raça ariana e a crença na superioridade branca. Os portugueses não foram, neste sentido, valorizados. O início do século XX, no contexto pós independência, chega mesmo a registar vagas de nacionalismo anti-

lusitano incluindo alguns movimentos lusofóbicos⁵; 2) a emigração portuguesa ocorreu, na grande maioria, de forma independente e não organizada, quer pelo estado brasileiro, pelas companhias transatlânticas ou mesmo pelos proprietários das explorações de café. Definia-se como maioritariamente urbana e dispersa⁶; 3) a presença de outros grupos na região (italianos, alemães e açorianos), cuja herança foi valorizada em detrimento da portuguesa, conforme pudemos confirmar em campo; 4) e a própria língua, elemento de continuidade que facilitou a inserção do imigrante português na sociedade brasileira e uma menor dependência das redes.

Este artigo pretende dar visibilidade aos portugueses do Sul do Brasil, contribuindo para o conhecimento sobre razões de saída, escolhas do destino, inserções e percursos, sem esquecer o lado íntimo da imigração, também explorado por nós em campo, e que toca a sentimentos de pertença ou distinção, típicos da circunstância migratória. Propomos, consoante as vagas, três perfis de emigrante no sul do Brasil. Estes perfis, construídos com base empírica (com entrevistas a imigrantes que chegaram a partir de 1950), dizem respeito à emigração para o Brasil desde a segunda metade do século XX.

O artigo começa com uma breve caracterização dos fluxos de emigração portuguesa para o Brasil, destino que desde sempre fez parte do «campo de possibilidades»⁷ dos portugueses, com mais ou menos intensidade no espaço e no tempo. Por uma combinação de factores económicos, políticos, sociais e culturais, em Portugal partia-se para o Brasil. A seguir, passamos pelas políticas brasileiras de imigração, procurando a relação entre elas enquanto factor de sedução mais que de inibição para os portugueses (ao nível micro, constatámos, em campo, como os portugueses não precisaram abdicar da sua nacionalidade de origem para serem cidadãos de direito). Depois entramos no objecto propriamente dito, com depoimentos do trabalho empírico e apresentado da seguinte forma: primeiro, a distinção de vagas tipo que estão na base dos perfis tipo, apresentados logo a seguir, incluindo, para cada caso, uma história de vida e notas sobre as identidades que se reconstruíram no destino. Depois, através das inserções à chegada, destacaremos a centralidade das redes sociais neste trânsito específico para o Sul do Brasil.

A metodologia baseia-se em trabalho de campo desenvolvido no terreno em duas etapas: Fevereiro de 2005 e 2006. Foram feitas entrevistas às associações de imigrantes e organizações culturais em Porto Alegre e Florianópolis (nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e entrevistas em profundidade (histórias de vida) a imigrantes portugueses na região, num total de 22 casos. O trabalho foi complementado ainda com entrevistas a informantes privilegiados, incluindo representantes governamentais, profissionais e técnicos da área e estudiosos da imigração.

2. EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL E AS POLÍTICAS BRASILEIRAS DE IMIGRAÇÃO

A emigração portuguesa para o Brasil tem a sua marca na história de Portugal. Em geral, pode-se afirmar que apresenta duas características singulares se comparada com os outros grupos de imigrantes nesse país: a regularidade dos fluxos ao longo do tempo e a forte presença numérica. Os Portugueses sempre estiveram presentes na população do território, em primeiro lugar como colonos, durante o império, e posteriormente como imigrantes. Esta presença é ilustrada através do significativo número de entradas de imigrantes portugueses: durante cada década do século XX e até 1980, representaram no mínimo 30% da entrada total de imigrantes (Tabela 1). Os dados do IBGE indicam que apenas os italianos ultrapassaram em número os portugueses durante breves períodos, em particular durante as últimas décadas do século XIX (quando foram recrutados para substituir a mão-de-obra escrava, especialmente nas roças de café). Os portugueses constituíram assim a comunidade imigrante mais significativa no Brasil ao longo do século XX.

Tabela 1: Brasil: entrada de imigrantes (1884-1984)

ANOS	TOTAL IMIGRANTES	IMIGRANTES PORTUGUESES	% IMIGRANTES PORTUGUESES
1884-1890	449 934	91 489	20,3
1891-1900	1 129 315	202 429	17,9
1901-1910	671 351	218 193	32,5
1911-1920	797 744	321 507	40,3
1921-1930	840 215	286 772	34,1
1931-1940	288 607	95 740	33,2
1941-1950	131 128	48 606	37,1
1951-1960	588 043	239 945	40,8
1961-1970	163 967	62 737	38,3
1971-1980	78 091	26 915	34,5
1971-1975	39 408	3 869	9,8
1976-1980	38 683	23 046	59,6
1981-1984	11 976	3 438	28,7
Total	5 150 371	1 597 771	31,0

Fonte: IBGE, *Anuários Estatísticos*, elaboração própria.

No sul do Brasil, a imigração portuguesa assumiu outras peculiaridades. Por um lado, os fluxos migratórios foram sempre muito menores que os dirigidos ao Rio de Janeiro, São Paulo ou as cidades do nordeste. Por outro lado, se o povoamento e ocupação do território da região sul, no período colonial, estiveram associados ao papel dos açorianos, a partir da independência a situação

alterou-se. Outras comunidades de imigrantes, tais como alemães, italianos, polacos e espanhóis, aí se estabeleceram e os portugueses se transformaram numa comunidade mais reduzida e, portanto, menos visível. A menor visibilidade e o certo esquecimento dos portugueses também estiveram associados, num certo momento, ao facto de serem menos apreciados que outros europeus, tendo sido objecto de algum confronto lusofóbico⁸, e a própria língua que, não sendo um elemento de diferenciação como no caso dos outros imigrantes, fazia com que os portugueses passassem despercebidos facilmente.

O facto é que, nem mesmo a política de imigração brasileira, em geral restritiva, chegou a afectar a emigração portuguesa, bem antes pelo contrário: houve medidas que contribuíram para a consolidação da presença portuguesa no Brasil.

O Estado brasileiro orientou as suas políticas de imigração para o preenchimento de espaços vazios, o crescimento demográfico e o desenvolvimento agrário⁹. Foi logo após a abolição da escravatura (1888) que se deu o *boom* imigratório, com a crescente necessidade de mão-de-obra livre e barata. Chegavam europeus com expectativas de prosperidade e abundância, atraídos ainda por programas meticulosos de subsídios. “O objectivo explícito da política de imigração brasileira era a manutenção de uma oferta constante de mão-de-obra para manter os salários baixos”¹⁰. O apoio aos imigrantes incluía medidas como subsídio de transporte, contratos de trabalho e habitação gratuita.

Inicialmente aberta e sedutora, a política brasileira de imigração foi-se tornando progressivamente restritiva. De tal forma que alguns autores consideram mesmo que “nenhum outro país na época das migrações em massa e durante um período tão longo teve uma política de imigração tão detalhada e selectiva como o Brasil”¹¹.

As primeiras restrições, de carácter racial, surgiram logo em 1890, impregnadas pela ideologia do branqueamento prevalecente entre as elites que acreditavam na superioridade branca e no valor da raça ariana: fomentava-se a imigração europeia e proibía-se a entrada de “indígenas da Ásia ou África”. Os “não brancos” não eram bem-vindos, ao contrário dos brancos que, por via da miscigenação, representavam a oportunidade de embranquecer uma população maioritariamente negra¹².

No princípio do século XX, surgiram novas restrições de carácter social e sanitário: estavam impedidos de entrar maiores de 60 anos, possíveis portadores de doenças contagiosas e inválidos (1907). Após a primeira guerra e, igualmente, após a revolução de 1930, num contexto de crise económica, as restrições surgiram para conter o desemprego: as empresas eram obrigadas a ter pelo menos 2/3 de brasileiros natos¹³.

Em 1934, por reacção ao “perigo amarelo”¹⁴ por parte da bancada anti-japonesa, foi instituído o regime de quotas¹⁵, segundo o qual a entrada anual de imigrantes de um determinado grupo não poderia ultrapassar 2% do total de imigrantes que tivessem entrado no Brasil no decorrer dos últimos cinquenta anos. As quotas afectaram todos os grupos imigrantes, incluindo os portugueses.

Durante o Estado Novo (1937-1944), Getúlio Vargas acrescentou ao regime de quotas uma outra restrição, de carácter profissional: eram preferidos agricultores ou técnicos de indústrias rurais (80% da quota obrigatória). Mas o que caracterizou de forma mais marcante a política de Vargas foi a “assimilação forçada” – assim a chamavam as próprias autoridades – um conjunto de medidas que, integradas numa política de nacionalização do ensino e de valorização da língua portuguesa, proibia os imigrantes falar as suas línguas natais, inclusivamente no espaço doméstico¹⁶. Foi no contexto de tensão cultural (que incluiu vagas de nacionalismo antilusitano) decorrente desta política que Gilberto Freyre partiu em defesa da cultura luso-brasileira e da figura caluniada do colonizador português, elogiando a capacidade portuguesa de convívio com a diversidade, fundamental à unidade de um país continental, e os valores tradicionais portugueses como o necessário lastro comum. A perspectiva luso-brasileira de Freyre tornar-se-ia matriz no Governo Vargas e, em 1939, os portugueses foram excluídos do regime de quotas pelo Conselho de Imigração e Colonização¹⁷.

A esta medida seguiram-se outras que sustentariam a teoria de um modelo de nação de raiz lusitana¹⁸ ou de uma “brasilidade concebida no sentido lusitano”¹⁹. Para Westphalen e Balhana, os portugueses, ao abrigo da política e legislação imigratórias, foram praticamente tornados cidadãos nacionais sem precisarem de abdicar da sua nacionalidade de origem (1993). De entre as várias medidas desde então implementadas, destacam-se as seguintes: em 1949 foi exigido apenas um ano de residência aos portugueses que quisessem naturalizar-se brasileiros; em 1950 foram-lhes concedidos vistos sem quaisquer restrições; em 1970 foi celebrado o Acordo de Previdência Social/Segurança Social com Portugal; em 1972 assinou-se a Convenção de Igualdade de Direitos e Deveres entre brasileiros e portugueses e, em 1988, foi permitido a todos os originários de países de língua portuguesa residir apenas um ano para se tornarem cidadãos brasileiros²⁰.

3. PORTUGUESES NO SUL DO BRASIL: PROPOSTA DE VAGAS E PERFIS

A nossa proposta de construção de perfis limita-se à segunda metade do século XX e baseia-se na distinção de três etapas da emigração para o Brasil. Porque se saía de Portugal?

Nos anos 1950-1960, os portugueses emigravam por razões de ordem económica e política, a maioria para escapar ao serviço militar (guerra colonial) ou à pobreza, em busca de oportunidades e um futuro melhor. O movimento era também impulsionado por razões sócio-culturais. Partir para o Brasil impregnava o imaginário e as práticas (regionais e familiares) daqueles portugueses, dando origem a redes e expectativas que se reproduziam (como exemplo o “tio do Brasil”, figura mítica e real na maioria das famílias). Fazia parte do «campo de possibilidades»²¹ dos portugueses emigrar para o Brasil.

Comecei a trabalhar ainda não tinha 7 anos de idade, como aprendiz de costureira, saí de lá praticamente já profissional. Nós tínhamos uma tia e vim para o Rio de Janeiro com 14 anos, em 1 de Março de 1950. Vim a chamado dessa minha tia, com o meu pai, que já estava aqui depois eu vim com a minha mãe e o meu irmão, que tinha 11 anos.

Arminda, Porto, saiu em 1950.

E nós, que é que começamos a ver na nossa aldeia? Que de três que iam para o exército, de três voltava um, havia um índice grande de mortes. E aí a minha mãe começou a lamentar que ia perder os filhos e o pai então optou por vir fazer contactos, nós já tínhamos contactos com familiares, tínhamos tios... e o pai resolveu vir em final de 59 para ver se havia possibilidades de se acomodar aqui, de se instalar aqui. Em 61 ele chamou-nos. Vimos todos.

José, Águeda, saiu em 1963.

Já na década de 1970, o fluxo é motivado por razões políticas. A ditadura militar brasileira abriu as portas às elites ameaçadas pela Revolução de Abril e, por outro lado, aos portugueses de África que vinham das ex-colónias. A língua, mas sobretudo as redes, pesaram na escolha do destino.

Um amigo disse: “não, venha para o Brasil, a mesma língua, os mesmos costumes, as mesmas tradições...” Eu tinha três rapazes, o menor de dois anos, que saiu de Angola com seis meses, o mais velho com sete anos. “Vão lá para a escola, a língua é a mesma”. Na verdade segui o conselho e vim para o Brasil. Cheguei aqui em Junho 1976.

José, Castro Verde / Angola, chega ao Brasil em 1976.

Nós tínhamos umas pessoas amigas de Angola que iam sair também naquela altura e que conheciam umas pessoas aqui em Lagoa Vermelha, no sul. Na realidade a nossa primeira opção era ir para Lagoa Vermelha. Mas como essas pessoas saíram de Angola e foram para Portugal e chegaram depois de nós, pronto, nós chegámos cá e não conhecíamos as pessoas que eles conheciam em Lagoa Vermelha.

Maria João, Angola, chega ao Brasil em 1975.

Desde 1990, os portugueses que escolhem ir para o Brasil fazem-no por diversos motivos: como quadros de empresas, pelas diferenças cambiais que geram expectativas de qualidade de vida (reforma, compra de imóvel, oportunidades de negócio) ou por razões psico-emocionais (crescimento pessoal, estilo de vida alternativo, afectos, etc.).

Eu vim sozinho. Nunca cheguei a estar casado, vivia junto com uma mulher, durante quinze anos ou dezasseis, mas foi um namoro meio atribulado, fica... não fica..., vai... não vai..., ficava um ano, ficava dois anos sem ir... Uma coisa assim meio complicada. Depois em relação ao futuro de vida, decidi que não seria esse o meu caminho, não era essa a minha vontade, não

queria ter o tipo de vida que toda a gente tem, casar, ter filhos... Não sou muito assim, sou um pouco mais libertino, então tudo se juntou à parte do calor, que sempre foi uma das coisas que eu gostei no Brasil. Saí de Portugal um pouco por isso, porque sentimentalmente não estava bem, o frio complicava-me muito a vida, então vim para um país de calor (...). Como eu trouxe algum dinheiro de Portugal, a minha ideia seria, aqui, deixar de ser corretor ou mediador para ser investidor, poder comprar, vender, comprar, vender... Poderia ter feito uma pousada, não fiz porque não gostei do lugar, mas a ideia seria fazer alguma coisa.

José, Vila Nova de Gaia, chega ao Brasil em 2001.

“Achava que Florianópolis era tipo Sagres em ponto gigante, toda esta zona aqui, o resto era muito grande, tinha praias para fazer surf, o espírito era todo voltado para o surf, para a natureza e para as trilhas (?), e era um bocado o mito da ilha”. Em relação à profissão, “podia crescer um pouco mais, se bem que não ia ganhar tanto dinheiro mas ia produzir mais arquitetura, o volume de trabalho aqui é maior; podia estar a fazer coisas minhas e ver coisas minhas que estavam a ser feitas, não é só no papel, também via elas crescerem” (...). Mas, “a razão principal é que, com o dinheiro que eu ganho aqui, mesmo que seja pouco, posso-me permitir pagar muito melhores coisas e viver numa qualidade de vida muito melhor do que se eu viver em Lisboa”.

José, Lisboa, chega ao Brasil em 2004.

3.1. Perfil Vaga 1950-1960

- Solidariedade étnica inicial (redes).
- Dedicados ao comércio: padaria, bares, restaurantes, cafés, armazéns (secos e molhados), frutarias, etc. Presença nos mercados públicos.
- Alguns dedicados à produção hortícola.
- Percurso e distribuição do pão.

Estes portugueses que chegaram até fim dos anos de 1960 dedicaram-se basicamente ao comércio: retalho (no mercado público), donos de padarias, confeitarias, bares, cafés, “lanchonetes” e restaurantes. A maioria apresenta um percurso semelhante, em torno da distribuição ou reparto do pão, o que com tempo lhes permitiria poupar e comprar parte de um negócio (padaria, bar, etc.). Muitos deles conseguiram abrir quase mini-cadeias de bares, “lanchonetes” ou lojas (dentro dos colégios, das universidades, do mercado público, etc.). Em muitos casos, os negócios eram familiares e os portugueses souberam descobrir nichos de mercado. Em geral, ajudavam-se mutuamente.

História: José (além de comerciante também foi juiz e é hoje advogado) contou como o pai trabalhou, desde que chegou, em padarias, panificadoras e comércio de confeitaria. Aos poucos melhoraram a situação e assim abriram um restaurante e uma lanchonete. Dividiam o trabalho e a gestão dos estabele-

cimentos entre os irmãos. Encontraram nichos do mercado, por exemplo, abriram um posto de atendimento, que funcionava 24 horas, na Companhia Rio-grandense de Comunicações, onde as telefonistas trabalhavam 24 horas. Também abriram outras lancharias dentro das faculdades, etc. Nada foi sem esforço. Ele estudou à noite e assim fez o curso, que mais tarde lhe permitiu mudar de vida, quando já estava cansado dos negócios e dos problemas que traziam. Decidiu fazer concurso até entrar na Magistratura. Hoje é reformado como Juiz Clássico e tem o seu próprio gabinete como jurista. Para além de ser dirigente sindical dos juizes, foi também presidente da Casa de Portugal. Mesmo que cansado dos negócios familiares, às vezes ainda colabora com a família. Recorda que a sua própria experiência laboral começou em tenra idade ainda em Portugal. Com 11 anos trabalhava na lavoura e perdeu parte de um calcanhar por causa de uma pisadela de uma vaca, o que nunca esqueceu.

Identities: Por terem chegado ainda crianças ou adolescentes revelam um sentimento de pertença ao Brasil inequívoco, reforçado pelas socializações primitivas no destino (escola, amigos, etc.). Guardam memórias difíceis de Portugal, lamentam a infância que perderam a trabalhar a terra ou a trabalhar no comércio, com o pai, já no Brasil.

Eu me recordo, fiz 59 agora há 15 dias atrás, e eu nunca me recordo da infância. Recordo-me de começar a trabalhar, de me levantar às quatro e meia da manhã, caminhar dois três quarteirões para pegar o ônibus para ir trabalhar... quer dizer, Inverno, Verão... então é isso que eu recordo (...) você tem que ter assim uma fase, a criança tem a fase de crescimento, brincadeira e estudo e eu não tive. Fui directo, de pequenino, para o serviço directo. Então, eu hoje, para você ter uma ideia, eu tenho colecções de carrinhos pequenos em casa. Para você ter uma ideia, a primeira coisa que eu comprei quando eu casei foi uma bicicleta porque eu tinha um sonho com a bicicleta e nunca a tive!

António, Águeda, 1952.

Eu sempre disse que eu sou o lisboeta mais gaúcho do mundo, e o gaúcho mais alfacinha de todo o universo. É verdade. Albergio no meu coração esse amor a esses dois países. Sou luso-brasileiro e esse é o drama de muitos lusos brasileiros, é estar aqui com saudades de Portugal e chegar a Portugal ficar com saudades do Brasil. Esse é o drama do luso-brasileiro.

Edgardo, Lisboa, 1951.

Sou portuguesa de nascença, sou brasileira de coração, ou vice-versa, porque não sei quem manda mais.

Arminda, Porto, 1950.

3.2. Perfil Vaga 1970

- Quem chega?
 - Exilados do 25 de Abril
 - “Retornados” de Portugal
 - Portugueses das ex-colónias
- Solidariedade étnica inicial
- Imigração qualificada
- Sem percurso ou perfil definido. No início foi a sobrevivência, desajuste profissional
- Diversidade de profissões desenvolvidas
- Ligação a Portugal e a África, ressentimento com governo português.

O apoio das redes de solidariedade portuguesas, a formação superior e a experiência profissional que traziam da origem contribuíram para a inserção mais ampla e diversificada no mercado de trabalho local, em sectores como empresas, bancos, etc.

História: José (Castro Verde/Angola) tinha-se dedicado à educação em Angola. Economista de formação, trabalhou na mesma empresa (ramo dos seguros) desde que chegou até se reformar (num cargo de liderança). Fez uma boa carreira profissional.

Identidades: Sobretudo os que vieram de África apresentam identidades com múltiplas ancoragens – Portugal, Brasil, Angola – e que pendem para Portugal, quando há laços familiares; para o Brasil, pelo acolhimento; ou para o país que deixaram e de que guardam memórias. Neste grupo nota-se um certo ressentimento em relação ao governo português: mágoas do processo de descolonização, o património erguido e subitamente perdido, o rótulo de “retornado” sobre os que voltaram a Portugal, o não reconhecimento de direitos como a reforma, o “abandono” ao longo do tempo.

Eu realmente consigo sentir, tanto em Angola como em Portugal, que eu estou em casa. E no Brasil, apesar de estar há mais anos, estou há trinta anos, mais do que estive em Angola, eu não consigo sentir-me... como é que eu vou dizer? Enraizada como se fosse a minha terra, não consigo sentir o Brasil deste jeito. (...). No fundo, no fundo, eu consigo dissociar uma Angola que era uma Angola portuguesa da Angola que é hoje, mas no meu coração é a minha Angola portuguesa. Então, ... na realidade eu sou uma angolana portuguesa.
Maria João, Angola, 1975.

Tinha a minha vida organizada lá, pensava em ficar, não tinha nascido em Angola mas considerava-me angolano, a minha esposa também tinha ido para lá de pequena. Hoje sentimos saudades de Angola, que tivemos de abandonar por força das circunstâncias. Viemos para Portugal na situação de “retorna-

dos”, epíteto vexatório, que sempre nos marcou... e ficámos ali à míngua, vivendo com o auxílio de familiares porque o governo português ignorou-nos (...). Mas eu já não me sinto português! Eu estou enraizado no Brasil e eu sou mais brasileiro que português porque aqui a nossa pátria, a nossa terra, é onde nós estamos, onde nos relacionamos socialmente, onde trabalhamos, onde ganhamos o pão de cada dia, e eu, apesar de não ser natural daqui, depois do tempo de serviço consegui a minha aposentadoria! E no meu país eu não consigo porque a previdência portuguesa me nega esse sagrado direito de me aposentar, tendo eu, através do organismo de Educação competente, conseguido a contagem do tempo exercido!

José, Castro Verde / Angola, 1976.

3.3. Perfil Entre Séculos (desde 1990)

- Contexto da globalização (fluidez)
- Diversidade de motivações:
 - Amor/pessoal
 - Futuro profissional, saturação do mercado português
 - Oportunidades de negócios
 - Expatriados (quadros de empresas portuguesas)
 - Atributos valorizados do Sul por contraste a outras regiões do Brasil (qualidade de vida), SC mais atraente que RS.

Em relação aos que chegaram mais recentemente, entre séculos, a sua inserção tem sido tão diversificada como as motivações específicas que os levaram a empreender esta experiência: amor, aventura, falta de oportunidades em Portugal. Em todos os casos, se bem que a inserção seja muito diversificada, a experiência é reconhecida por eles e elas como de sucesso, especialmente considerando que os objectivos que têm conseguido atingir no Brasil não são atingíveis em Portugal. Para eles, o Brasil é a terra de oportunidades, sendo um paradoxo hoje em dia, quando são os brasileiros que emigram para Portugal na busca de outro futuro.

História: José (jovem arquitecto que estudou em Portugal, Bélgica e França, e emigrou há dois anos) trabalhava num dos estúdios de arquitectura mais reconhecidos de Portugal. Trocou Lisboa por Florianópolis, onde tem conseguido mais independência profissional e onde é possível desenvolver a criatividade e originalidade, “crescer” profissionalmente e praticar surf, num estilo de vida que conjuga natureza e trabalho.

Identidades: Sentem-se portuguesas, sem sintomas maiores de divisão entre um mundo e o outro.

Eu sinto-me mais português. Acho que vou ser sempre português. Tenho que me adaptar a certas situações brasileiras, mas sempre português, até

porque escolhi aqui, optei por morar aqui e tenho que me adaptar a essas situações, senão vou ficar excluído, mas vou ser sempre português, sempre!

Artur, Almada, 1993.

4. AS REDES E O DESTINO

A imigração de portugueses para o sul do Brasil foi uma imigração de redes. Estas redes, baseadas na família, em amizades ou laços com as comunidades de origem, prestaram um apoio valioso aos recém-chegados. Dependendo do ano de chegada – no caso do Sul de Brasil distinguimos acima 3 períodos ou momentos diferentes – a rede facilitava a migração sobretudo através da carta de chamada. A carta de chamada era facultada por um familiar ou conhecido, sendo que quando os próprios emigrantes não podiam facultá-la, utilizavam as suas próprias redes e contactos para o fazerem. No início da experiência migratória, as redes eram fundamentais porque assistiam os imigrantes no momento da chegada, facilitando sobretudo informação, um lugar para ficar e emprego. No entanto, podiam também tornar-se restritivas ou uma barreira na promoção do imigrante. As histórias que se seguem ilustram diferentes situações:

Edgar (Lisboeta, 83 anos, chegou ao Brasil em 1951 mais à aventura do que outra coisa) confessou: “as cartas de chamada eram o documento sine qua non para migrar. As cartas eram falsas. Eram falsas. Não quero dizer o termo falsas mas eram artificiais, digamos assim. Um primo arranjava algum comerciante conhecido que assegurava que lhe dava emprego mas nunca mais queria saber da pessoa. Aquilo era só para poder adquirir o passaporte de emigrante para o Brasil.” No caso do Edgar, a carta foi facilitada por um tio que morava no Rio de Janeiro.

O caso do José (de Pedações, Águeda, emigrou em 1963 com 14 anos) é diferente. Ele precisou de carta de chamada devido à idade e também porque era candidato ao serviço militar. Com 14 anos já podia trabalhar e precisava de carta. A situação era diferente da dos irmãos que com ele viajaram, que eram mais novos e foram registados no passaporte da mãe. Para além do pai, que já tinha emigrado uns anos antes, outros membros da família já moravam em Porto Alegre, a irmã da mãe e dois cunhados da mãe.

Nestes casos, a carta de chamada foi facultada por familiares ou amigos, maioritariamente da terra. Quando a carta de chamada deixou de ser o instrumento legal necessário, outros imigrantes viajaram com salvo-conduto, como foi o caso dos oriundos ou chegados directamente de África, ou com vistos de turistas que com o tempo se transformaram em vistos de residência.

Maria João (portuguesa natural de Angola, emigrou em 1975) saiu na última coluna militar portuguesa que os acompanhou à África do Sul, onde

tinham redes familiares (tios) que ajudaram a obter os documentos legais para emigrar para o Brasil. Decidiram emigrar para o estado de Rio Grande do Sul porque para lá também iriam uns portugueses amigos de Angola. Como eles viajaram antes da data prevista, e os amigos estavam em Portugal, ao chegarem a Porto Alegre não conheciam ninguém. Dirigiram-se ao consulado português que os aconselhou a ir à Casa de Portugal, onde receberam ajuda. No caso da família de Maria João as redes eram pouco concretas, quase imaginárias, mas a solidariedade étnica dos portugueses ajudou a que em pouco tempo eles criassem novas redes.

Embora em geral as redes tenham sido um elemento de integração dos imigrantes, há casos que ilustram o contrário, como o de Arminda cuja vida só melhorou quando deixou de trabalhar com o pai:

Arminda (Porto, emigrou em 1950 com 15 anos) tinha alguma aptidão para a costura, pelo que às vezes conseguia obter algum dinheiro extra. No entanto, teve que trabalhar na padaria do pai onde nem sempre havia dinheiro para pagar aos empregados ou para outros gastos. Arminda trabalhava sem receber um ordenado. Pelo contrário, como ela sempre tinha uns trocos da costura, o pai até lhe pedia para completar as contas dizendo que algum dia a padaria seria sua. Para ela, uma jovem, era muito frustrante. Lembra-se de ter perdido uma grande festa porque emprestou ao pai o dinheiro que tinha poupado para comprar os sapatos com que iria à festa.

5. CONCLUSÕES

Procurámos dar visibilidade à imigração portuguesa no Sul do Brasil, apagada perante outras imigrações e nos próprios estudos de imigração. Salientámos particularidades ao extremo da generalização, sistematizando o que descobrimos em campo (exercício que ao mesmo tempo permitiu compreender e desconstruir estereótipos, como o do português “padeiro e comerciante”, correspondente ao primeiro período considerado, entre 1950 e 1960).

Destacamos, em resumo, o que adquire maior relevo nesta imigração: o peso do capital social na inserção no destino (evidente nos imigrantes mais recentes e mais qualificados), o factor “modernidade”, cuja velocidade simbólica propicia a busca reflexiva por alternativas e estilos de vida e, fundamental, a importância das redes na decisão pelo destino e na etapa inicial do ciclo migratório. O tipo de sociabilidades desenvolvido – para fora da comunidade, em múltiplas direcções – confirma-se como elemento facilitador de integração²². Se no início se relacionavam mais com outros portugueses, foram-se expandindo, com o tempo, para fora da comunidade. A maioria casou com brasileiros e brasileiras. Neste sentido, os portugueses não foram endogâmicos, quer ao nível da interacção social quer ao nível do casamento. Isto permite perceber também porque, apesar das memórias e saudades de Portugal, muitos deles se sentem mais brasileiros que portugueses.

Os objectos por cima da cómoda (da casa de uma entrevistada em Porto Alegre), alusivos a Portugal, representam a hibridez e o convívio com outras realidades



Consideramos que os portugueses estão bem integrados no sul do Brasil, embora por vezes, quando comparados com os italianos ou alemães, apareçam numa posição inferiorizada, como revela o testemunho do senhor Edgar, para quem os portugueses representam “uma etnia pequena e pobre. Pobre no sentido de grandes riquezas, quer dizer, não somos pobres no sentido de indigência. Somos pobres no sentido relativo”.

Finalmente, uma breve nota sobre a relação com o governo português, marcada por sentimentos de ressentimento ou abandono e que merecerá, da nossa parte, posterior desenvolvimento analítico.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Manuela (1970), *Política de Emigração e Comunidades Portuguesas*, Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- ANTUNES, M. L. Marinho (1970), “Vinte anos de emigração portuguesa: alguns dados e comentários”. *Análise Social*, n.º 30-31.
- BAGANHA, Maria Ioannis (2000), “La emigración portuguesa después de la Segunda Guerra Mundial”, in ed. António Costa Pinto, *Portugal Contemporâneo*, Madrid: Sequitur.
- BAGANHA, Maria Ioannis B. (1994), “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”. *Análise Social*, n.º 128.
- FIORI, Neide (2006), “Imigração portuguesa e nacionalismo cultural brasileiro: o ‘regime de cotas’ de imigrantes”, in *II Congresso Internacional sobre A Imigração em Portugal e na União Européia*, Angra do Heroísmo (Açores).
- GARCIA, José Luís (2000), *Portugal Migrante: Emigrantes e Imigrados. Dois estudos introdutórios*, Oeiras: Celta.
- HAHNER, June (1976), “Jacobinos versus Galegos: Urban Radicals versus Portuguese”. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (vários anos) – *Anuário Estadístico*.
- Immigrants in Rio de Janeiro in the 1890s.” *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol 18, n.º 2.
- Junta Nacional da Emigração (vários anos) – *Boletim Anual*.

- KLEIN, Herbert (1991), “The Social and Economic Integration of Portuguese Immigrants in Brazil in the late Nineteenth and Twentieth Century”. *Journal of Latin America*, vol. 23, n.º 2.
- KUHN, Fábio (2002), *Breve história do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Leitura XXI.
- LAYTANO, Dante de (1958), “Os Portugueses”, in Enciclopédia Rio-Grandense, vol. 5, Imigração, Ed. Regional Lda., Canoas, RGS.
- MACHADO, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta.
- PADILLA, Beatriz (2004), “A imigração invisível. Presença portuguesa no Rio da Plata”, in *Colóquio Internacional sobre Território e Povoamento*, Instituto Camões, Colónia de Sacramento (Uruguai).
- SÁNCHEZ-ALONSO, Blanca (2005), “Políticas de imigração na América Latina”, in ed. António Barreto, *Globalização e Migrações*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro (1984), *Tempos de Capanema*, Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (2004), Informação disponível em www.secomunidades.pt. Acesso em Setembro.
- SKIDMORE, Thomas (1994), “Criadores de mitos: os arquitetos da identidade nacional brasileira”, in Thomas Skidmore, *O Brasil visto de fora*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- VELHO, Gilberto (2002), “Prestígio e ascensão social: dos limites do individualismo na sociedade brasileira”, in *Individualismo e Cultura, Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- WESTPHALEN, Cecília Maria; BALHANA, Altiva Pilatti (1993), “Política e legislação imigratórias brasileiras e a imigração portuguesa”, in Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Ioannis Baganha, Maria José Maranhão e Miriam Halpern Pereira, *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Fragmentos.

NOTAS

- 1 Equipa integrada por Helena Carreiras, Andrés Malamud, Beatriz Padilla, Maria Xavier Villas Bóas e Diego Bússola, com assistência de Fátima Carreiras.
- 2 O projecto referido incidiu nos dois estados mais a sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul).
- 3 Indicava também que, dos 700 000 portugueses residentes no Brasil, 210 000 nasceram em Portugal. A nível regional, segundo os responsáveis consulares, 800 estavam no estado de Santa Catarina (400 na capital, Florianópolis) e 2 500 no estado do Rio Grande do Sul (em 2005). Recuando no tempo, em 1912 chegaram 373, número mais alto de portugueses a chegar ao Rio Grande do Sul. E, entre 1941 e 1946, dos 9 073 que chegaram ao Brasil, apenas 19 se dirigiram para o Rio Grande do Sul (LAYTANO, 1958: 126).
- 4 PADILLA, 2004.
- 5 SKIDMORE, 1994; FIORI, 2006 e Hahner, 1976.
- 6 KLEIN, 1991.
- 7 VELHO, 2002.
- 8 HAHNER, 1976.
- 9 WESTPHALEN e BALHANA, 1993.
- 10 SÁNCHEZ-ALONSO, 2005: 109.
- 11 SÁNCHEZ-ALONSO, 2005: 106.
- 12 FIORI, 2006.
- 13 WESTPHALEN e BALHANA, 1993.
- 14 Segundo Fiori, no ano de 1934 eram cerca de 175 000 os japoneses e seus descendentes a viver no Brasil.

- 15 Artigo 121.º da Constituição Brasileira de 1934.
16 FIORI, 2006.
17 FIORI, 2006.
18 FIORI, 2006.
19 SCHWARTZMAN et al, 1984.
20 WESTPHALEN e BALHANA, 1993.
21 VELHO, 2002.
22 MACHADO, 2002.

MONUMENTOS À IMIGRAÇÃO: AS SEDES DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS NO RIO DE JANEIRO, EM INÍCIOS DO SÉC. XX

Vitor Manoel Marques da Fonseca

INTRODUÇÃO

No 1.º Seminário Internacional sobre a Imigração Portuguesa para o Brasil, realizado no Rio de Janeiro em novembro de 2005, apresentei a comunicação “Associativismo português no Rio de Janeiro, 1903-1909”¹. Nesse trabalho, aproveitando dados coletados para elaboração de tese de doutorado acerca do associativismo no Rio de Janeiro entre 1903 e 1916, traço um quadro de associações de portugueses e de influência portuguesa que detinham personalidade civil de acordo com a legislação da época, investigando suas características e objetivos, fundadores e dirigentes, e tentando identificar ligações entre os dois tipos de associação, de modo a verificar como interagiam os imigrantes com a sociedade brasileira.

Este texto mantém o objetivo de auxiliar na reconstituição do cenário das associações lusitanas na Capital Federal, mas, agora, combinando, principalmente, dados obtidos na pesquisa de doutoramento com dados censitários, mapas e fontes iconográficas de prédios, alguns ainda hoje existentes, usados como sedes dessas agremiações. A idéia básica é investigar até que ponto as sedes, por sua localização e configuração arquitetônica, serviram simultaneamente aos objetivos do grupo e funcionaram como monumentos à imigração portuguesa e aos valores lusitanos presentes na cultura brasileira, o que muitas continuam sendo ainda hoje, quando as sociedades que as possuíram já não têm a mesma força ou foram extintas.

Os limites cronológicos deste trabalho são 1903 e 1912, a primeira data advinda do ano inicial da documentação de minha principal fonte documental, os dossiês de registro de sociedades civis do 1.º Ofício do Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, e a última determinada pelo estágio atual da pesquisa principal. Dessa fonte foi possível obter dados sobre as associações organizadas com personalidade civil, suas características principais e endereços de suas sedes. A existência de censos em 1890, um específico para a cidade do Rio de Janeiro em 1906 e o geral de 1920² permitiu relacionar os dados das associações com os dados gerais sobre a colônia portuguesa na cidade, o que

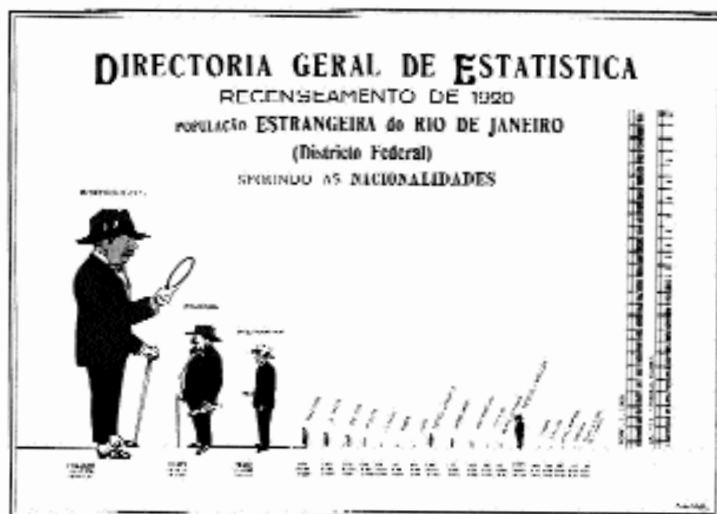
pôde ser visualizado espacialmente a partir de três mapas de anos próximos aos dos censos e do período cronológico abrangido³. Para as imagens fotográficas de época aqui reproduzidas, recorreu-se a uma importante obra sobre os portugueses no Brasil realizada na década de 1920⁴. Para as demais, cuidou-se de fotografar *in-loco* prédios ainda hoje existentes na cidade.

A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL

Durante todo o séc. XIX e boa parte do séc. XX, o Brasil foi o principal destino da imigração portuguesa e a colônia portuguesa sempre a maior⁵. Em termos geográficos, o Rio de Janeiro foi o principal porto de desembarque, “[...] por muito tempo, a segunda maior cidade portuguesa no mundo”⁶.

O censo de 1872 estimava que os portugueses constituíam 2/3 da população estrangeira presente na Corte. Em 1890, os portugueses correspondiam a 24% de toda a população do Distrito Federal e representavam 68% de toda a população estrangeira que nele habitava. O recenseamento de 1906, voltado exclusivamente para o Rio de Janeiro, afirma que os portugueses atingiam 1/5 da população. Haviam, portanto, diminuído em termos de sua expressão no total dos habitantes, embora houvessem aumentado sua participação entre os estrangeiros, alcançando então 71% destes. Em 1920, eram 15% da população carioca, um pouco menos do que em 1906, mas mantinham a proporção de 71% em relação à da população estrangeira.

Em 1920, a superioridade numérica dos portugueses frente aos cidadãos de outras nacionalidades era de tal monta que, expressa como foi no censo daquele ano em termos de estatura humana⁷, os lusos são apresentados como gigantes e os demais povos como lilliputianos minúsculos ou mesmo microscópicos.



A representação gigantesca da presença de portugueses no Brasil ocorre numa conjuntura de forte discussão sobre o caráter do brasileiro e dos problemas ou vantagens que advinham da origem lusitana do Brasil. Independentemente de se considerar essa origem um atributo positivo ou negativo, era inegável a preponderância de portugueses, e que assim continuavam, por seus filhos e netos, a formar a sociedade brasileira.

OS PORTUGUESES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Os censos de 1890, 1906 e 1920 dispõem de quadros distribuindo a população estrangeira da cidade do Rio de Janeiro primeiramente pelas paróquias, depois pelos distritos existentes⁸, o que permite visualizar a distribuição dos imigrantes pelo espaço urbano de uma cidade em forte processo de expansão espacial. Para nossa análise, interessam os dados referentes à população portuguesa.

Em 1890, a presença dos cidadãos portugueses estava assim distribuída⁹:

Distribuição de portugueses por paróquias da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1890

PARÓQUIAS	QUANTIDADE	PARÓQUIAS	QUANTIDADE
Candelária	4 037	Gávea	773
São José	11 541	Engenho Novo	4 245
Santa Rita	12 315	Irajá	1 594
Sacramento	8 873	Jacarepaguá	1 079
Glória	8 825	Inhaúma	2 745
Santana	16 173	Guaratiba	424
Santo Antônio	7 070	Campo Grande	1 036
Espírito Santo	6 809	Santa Cruz	646
Engenho Velho	8 155	Ilha do Governador	437
Lagoa	4 852	Ilha de Paquetá	117
São Cristóvão	3 736	Total	105 482

Trabalhando com um mapa do Rio de Janeiro de data aproximada¹⁰ e nele marcando somente as paróquias com mais de 4000 portugueses, temos o resultado a seguir:



Em fins da década de 1870, a cidade se ampliava em várias direções – o que denominamos atualmente Zona Sul estava ultrapassando os limites estreitos do Catete e Glória em direção a Botafogo, ao Cosme Velho e à Lagoa; a extensão das linhas de bonde melhorava a circulação para São Cristóvão, Engenho Velho, Catumbi e Rio Comprido pela Zona Norte, além da região da Saúde e Gamboa. Mesmo assim, dessas áreas, apenas em São Cristóvão e no Engenho Velho havia presença de portugueses identificada no Censo.

A análise combinada da tabela acima e do mapa torna evidente que a população portuguesa estava concentrada na área de ocupação mais antiga e mais urbanizada do Distrito Federal. Um número significativo de portugueses já residia na Glória e na Lagoa, enquanto a presença mais significativa na Zona Norte ficava restrita ao Engenho Novo, à paróquia do Espírito Santo (região do atual bairro do Estácio) e ao Engenho Velho, em ordem crescente de importância.

Havia uma pequena presença portuguesa em áreas rurais de ocupação antiga, provavelmente trabalhadores dedicados ao fornecimento de hortifrutigranjeiros à cidade. O número é pequeno e por isso essas áreas não foram marcadas no mapa, mas a mais importante delas era Inhaúma, seguida por Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande e finalmente Guaratiba.

Obviamente essa concentração geográfica nas áreas mais urbanizadas está relacionada ao perfil profissional desses imigrantes, em sua maioria operários e trabalhadores do setor terciário, desde ambulantes a condutores de carroças e bondes.

Em 1906¹¹, os dados apresentam algumas mudanças, conforme quadro a seguir:

Distribuição de portugueses por distritos da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1906

DISTRITOS	QUANTIDADE	DISTRITOS	QUANTIDADE
Candelária	1 734	São Cristóvão	6 440
Santa Rita	11 327	Engenho Velho	6 112
Sacramento	7 549	Andaraí	6 845
São José	10 260	Tijuca	1 454
Santo Antônio	9 071	Engenho Novo	3 452
Santa Teresa	1 474	Méier	3 443
Glória	10 760	Inhaúma	7 995
Lagoa	7 700	Irajá	3 067
Gávea	1 722	Jacarepaguá	745
Santana	8 057	Campo Grande	1 609
Gamboa	10 045	Guaratiba	207
Espírito Santo	9 745	Santa Cruz	314
Total			132 529

Uma mudança muito significativa é o aumento do número de imigrantes portugueses, que passou de 105 482 para 132 529, um aumento de 27 047, crescimento percentual de cerca de 25%, indicando que o Rio de Janeiro permanecia exercendo grande atração sobre os portugueses que emigravam.

Dado o grande número de distritos com forte presença lusitana, marcamos no mapa¹² abaixo apenas aqueles com mais de 6 000 portugueses.



As alterações sofridas pela cidade na gestão do prefeito Pereira Passos vão se evidenciar na configuração geográfica da colônia. O “bota abaixo” levou à destruição de uma enorme quantidade de cortiços, cabeças de porco e outros tipos de habitação popular que, embora insalubres, estavam localizados na área

central da cidade, próximos às áreas de comércio, serviço e pequena indústria, regiões de trabalho da população pobre, e que constituíam a principal opção em termos de habitação popular.

Os subúrbios, áreas residenciais e industriais que se constituem ao longo das vias férreas, vão surgir como opções de moradia para essa população pobre que é expulsa do Centro. Ao mesmo tempo, o Centro perdia importância enquanto área de residência, configurando-se cada vez mais como área de decisões políticas e centro econômico, de comércio e de serviços. É interessante observar que algumas das freguesias centrais perdem significativa presença portuguesa, provavelmente por terem sido locais onde as demolições foram mais numerosas. É o caso da Candelária que, em 1906, comportava cerca de 54% da população lusitana que havia tido em 1890.

O mapa demonstra que se o Centro continuava sendo uma área de grande presença demográfica lusa, essa população caminhava cada vez mais para outras áreas, acompanhando o crescimento da cidade.

Uma primeira observação diz respeito às freguesias da Zona Sul, principalmente em áreas de ocupação mais recente. Enquanto na Glória, área mais antiga, a população portuguesa cresceu cerca de 18% entre 1890 e 1906, taxa inferior ao crescimento do número de portugueses na cidade, na Lagoa, freguesia que abrangia os atuais bairros de Botafogo e Copacabana, a taxa de crescimento entre os dois censos foi de cerca de 58,7%. Se considerarmos que esses bairros litorâneos cresceram em grande parte também como áreas de residência mais nobre, é possível supor que uma parcela da população portuguesa que para eles migrava, vivia também um processo de ascensão social.

Mas o que fica mais evidente é que a maior migração da população portuguesa era, como o restante da população, para a Zona Norte e para o subúrbio. Se a freguesia do Espírito Santo, ainda bastante próxima do Centro, passou de 6 809 portugueses em 1890 para 9 745 em 1906, num crescimento de cerca de 43%, e, portanto, muito mais do que a porcentagem total do aumento dos portugueses no período, os números ficam muito maiores e mais eloquentes, se trabalharmos com as freguesias de São Cristóvão e Inhaúma.

Em 1890, São Cristóvão tinha 3 736 portugueses recenseados, abaixo dos 4 000 que estabelecemos necessários para indicação no mapa. O bairro, que hoje é identificado como um bairro português¹³, em 1906, possuía 72,37% mais pessoas dessa nacionalidade do que em 1890.

Mas essa porcentagem é pequena quando confrontamos com os números de portugueses em Inhaúma nos dois censos. No primeiro, eram apenas 2 745, bastante abaixo do necessário para marcação no mapa. Em 16 anos, entretanto, a população lusitana quase triplicou, passando para 7 995, numa porcentagem de crescimento de 191,25%. Irajá também passou a ter em 1906 quase o dobro de portugueses, um aumento de exatos 92,4%. O crescimento da população lusa de Inhaúma e Irajá evidencia bem a situação de classe desse segmento da população.

O Censo de 1920¹⁴ apresenta novos dados:

Distribuição de portugueses por distritos da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1920

DISTRITOS	QUANTIDADE	DISTRITOS	QUANTIDADE
Candelária	1 173	Engenho Velho	6 351
Santa Rita	11 419	Andaraí	11 479
Sacramento	8 295	Tijuca	2 042
São José	7 778	Engenho Novo	3 785
Santo Antônio	12 901	Méier	4 761
Santa Teresa	1 347	Inhaúma	13 311
Glória	11 332	Irajá	8 804
Lagoa	8 546	Jacarepaguá	1 396
Gávea	1 946	Campo Grande	3 856
Santana	9 887	Guaratiba	468
Gamboa	14 177	Santa Cruz	582
Espírito Santo	12 262	Ilhas	1 070
São Cristóvão	8 469	Copacabana	3 154
Total			172 633

O mapa abaixo¹⁵ representa parte desses dados.



Entre 1906 e 1920, a população de portugueses na cidade cresceu em 40 104 novos imigrantes, percentualmente, cerca de 38%. A análise combinada dos dados do censo com a representação das áreas com maior número de portugueses permite algumas inferências.

Dos 14 distritos com mais de 6 000 portugueses, apenas cinco (Santo Antônio, Santa Rita, Santana, Sacramento e São José) integravam a área do centro da cidade de ocupação mais antiga, cabendo observar, como se verá num quadro mais abaixo, que, excetuado Santo Antônio, os demais perderam portugueses quando comparados os números de 1890 e 1920. A Gamboa, região de maior presença lusa em 1920, embora também na área central, teve sua dinamização a partir das obras no Porto, e só é citada como distrito com forte presença portuguesa no Censo de 1906.

Dos demais oito distritos, dois são da Zona Sul, achando-se o distrito da Glória em sétimo lugar, crescendo 28,4% no período, e, em décimo, o da Lagoa, que, no entanto, crescia 76,13%, muito mais no mesmo período. Os demais distritos presentes eram localizados na Zona Norte (na ordem de crescimento, Andaraí, São Cristóvão e Engenho Velho) e do subúrbio (Inhaúma e Irajá). As grandes revelações são exatamente esses dois últimos: Inhaúma foi o segundo lugar e Irajá o nono em presença de portugueses. Inhaúma cresceu 384,91% no período e Irajá cresceu percentualmente ainda mais, 452,32%. Fica evidente, portanto, que a comunidade lusitana deslocou-se também acompanhando o crescimento da cidade, para a Zona Norte e os subúrbios em busca de habitação barata e crescente oferta de empregos. Parte da comunidade viveu, provavelmente, um processo de ascensão social, passando a residir na área mais nobre da cidade, a Zona Sul, ou foi para lá por empregos, enquanto outra parte permaneceu no Centro, também por proximidade ao trabalho.

O quadro abaixo, comparando as informações por paróquia/distrito e censo, pode permitir outras conclusões interessantes.

Quadro comparativo da distribuição de portugueses por paróquias e distritos da cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1890, 1906 e 1920

PARÓQUIA/DISTRITO	1890	1906	1920
Andaraí	–	6 845	11 479
Campo Grande	1 036	1 609	3 856
Candelária	4 037	1 734	1 173
Copacabana	–	–	3 154
Engenho Novo	4 245	3 452	3 785
Engenho Velho	8 155	6 112	6 531
Espírito Santo	6 809	9 745	12 262
Gamboa	–	10 045	14 177
Gávea	773	1 722	1 946
Glória	8 825	10 760	11 332
Guaratiba	424	207	468
Ilha de Paquetá	117	–	–
Ilha do Governador	437	–	–

Cont.

PARÓQUIA/DISTRITO	1890	1906	1920
Ilhas	–	–	1 070
Inhaúma	2 745	7 995	13 311
Irajá	1 594	3 067	8 804
Jacarepaguá	1 079	745	1 396
Lagoa	4 852	7 700	8 546
Méier	–	3 443	4 761
Sacramento	8 873	7 549	8 295
Santa Cruz	646	314	582
Santa Rita	12 315	11 327	11 419
Santa Teresa	–	1 474	1 347
Santana	16 173	8 057	9 887
Santo Antônio	7 070	9 071	12 901
São Cristóvão	3 736	6 440	8 469
São José	11 541	10 260	7 778
Tijuca	–	1 454	2 042
Total	105 482	132 529	172 633

AS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Entre 1903 e 1912 existiam na Capital Federal as seguintes associações portuguesas:

Associações portuguesas e suas datas de fundação

ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO
Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa	29/06/1884
Associação Port. de Beneficência Memória de Luís de Camões	10/06/1880
Benemérita Sociedade Port. Caixa de Socorros D. Pedro V	31/05/1863
Centro Beneficente da Colônia Portuguesa	24/05/1896
Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses	05/07/1908
Congregação dos Artistas Portugueses	28/09/1883
Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	08/07/1882
Grêmio Republicano Português	19/05/1908
Liceu Literário Português	10/09/1868
Liga Monárquica D. Manuel II	–
Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses	26/05/1863
Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência	17/05/1840
Real Centro da Colônia Portuguesa	23/12/1892

Cont.

ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO
Real Gabinete Português de Leitura	14/05/1837
Retiro Literário Português	30/06/1859
Sociedade Fraternidade Açoriana	15/08/1881
União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos	18/08/1907

As informações sobre essas associações foram obtidas no registro por elas realizado, entre 1903 e 1912, no atual 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro¹⁶, procedimento burocrático fundamental, segundo a legislação da época, para obtenção de personalidade jurídica. Entretanto, desconheço as razões, existiram sociedades que não se registraram nesse período, como as acima com asterisco, que eram já antigas e extremamente importantes junto à comunidade portuguesa e à sociedade brasileira.

Além das sociedades acima, que se caracterizavam por serem integradas e dirigidas somente por portugueses, existiam outras agremiações com forte influência portuguesa, evidenciada até em suas denominações. Também registradas no mesmo Cartório, são as seguintes:

Associação de influência portuguesa e suas datas de fundação

ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO	ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO
Associação Beneficente Homenagem ao Conselheiro Antônio Enes	29/11/1896	Clube de Regatas Vasco da Gama	21/08/1898
Associação Beneficente Homenagem ao Escritor Português Ramalho Ortigão	21/09/1887	Congregação dos Filhos do Trabalho Dom Carlos I Rei de Portugal	08/04/1883
Associação Beneficente Memória a Dom Afonso Henrique e Serpa Pinto	20/06/1903	Congregação Familiar de Socorros Santa Isabel Rainha de Portugal	31/03/1895
Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita	01/01/1882	Congresso Beneficente Alto Mearim	15/08/1886
Associação de Socorros Mútuos Dona Maria Pia	12/06/1881	Congresso Beneficente General Cunha	21/04/1900
Associação de Socorros Mútuos Memória a El Rei Dom Sebastião	08/09/1883	Fraternidade Beneficente da Colônia Portuguesa	29/06/1884
Associação de Socorros Mútuos Memória ao Poeta Bocage	07/09/1884	Grêmio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco	30/05/1884
Associação de Socorros Mútuos Memória Ester de Carvalho	22/01/1884	Real Associação Beneficente Condes de Matosinhos e São Cosme do Vale	15/08/1865
Associação de Socorros Mútuos Memória Restauração de Portugal	15/08/1882	Real Associação de Socorros Mútuos Memória Dom Luís I	10/06/1872
Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama	11/07/1880	Real Sociedade Clube Ginástico Português	31/10/1868

Cont.

ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO	ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO
Benemerita Loja Capitular Luís de Camões	00/11/1908?	Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia	05/05/1888
Centro Beneficente D. Amélia – Rainha de Portugal	23/10/1898	Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses do Primeiro de Dezembro de 1640	25/04/1884
Centro Beneficente Homenagem ao Conselheiro Augusto de Castilho	07/01/1902	Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses Rainha Santa Isabel	
Centro Humanitário Mousinho de Albuquerque	01/04/1897	União Social	22/08/1907

Em sua maioria, essas associações são de auxílio mútuo, registraram-se em maior número no ano de 1907, ambas as características semelhantes às das demais associações do período¹⁷.

Para algumas associações que se registraram, dispomos de dados sobre suas sedes, que podem ser endereços completos ou apenas a menção de um prédio ou bairro onde funcionavam. Para os 573 registros de associações junto ao 1.º Ofício no período, dispomos de dados sobre as sedes de 199 associações, das quais 13 são associações portuguesas ou de influência portuguesa. Possuímos também informações quanto a mais duas outras sociedades portuguesas, cujos prédios existem até hoje, a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência e o Real Gabinete Português de Leitura.

Essas associações têm suas sedes no Centro, conforme a tabela e o mapa abaixo¹⁸:

Associações de influência portuguesa e endereços de suas sedes

ASSOCIAÇÃO	SEDE	BAIRRO
Real Associação Beneficente Condes de Matosinhos e São Cosme do Vale	Buenos Aires (Rua)	Centro
Retiro Literário Português	Carioca (Rua) n. 45	Centro
Associação Beneficente Homenagem ao Escritor Português Ramalho Ortigão	General. Câmara (Rua) n. 295	Centro
Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	Hospício (Rua) n. 172 (170) (sede própria)	Centro
Sociedade de Socorros Mútuos Luís de Camões	Luís de Camões (Rua) n. 28	Centro
Benemerita Soc. Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V	Marechal Floriano (Rua)	Centro
Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses	Marechal Floriano (Rua) n. 140	Centro
Real Associação de Socorros Mútuos Memória D. Luís I	Núncio (Rua) n. 20 (sede própria)	
Liga Monárquica D. Manuel II	Passos (Avenida) n.	Centro

Cont.

ASSOCIAÇÃO	SEDE	BAIRRO
Associação Beneficente Memória a D. Afonso Henriques e Serpa Pinto	São José (Rua) n. 122	Centro
Congresso Beneficente General Cunha	São Pedro (Rua) n. 182	Centro
Cong. dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal	Senador Eusébio (Rua) n. 224 (sede própria)	Centro
Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita	Uruguiana (Rua) n. 93	Centro
Real Gabinete Português de Leitura	Luiz de Camões (Rua)	Centro
Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência	Santo Amaro (Rua)	Glória



A concentração dessas associações se dá entre a Rua Uruguiana e a Rua do Núncio, cuja parte constitui a atual Avenida Tomás de Sousa. São exceções a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, que se situa na Glória, a Associação Beneficente Memória a D. Afonso Henriques e Serpa Pinto, na Rua São José, e a Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal, na Rua Senador Eusébio, rua que desapareceu em virtude da posterior abertura da Avenida Presidente Vargas.

O Centro, portanto, concentrava as sedes das associações. Dos 199 registros com endereços, onze não tiveram seus bairros identificados. Das demais 188, 135 eram também localizadas nessa área.

O Centro foi, durante muito tempo, uma importante área residencial, o que favorecia o recurso pelo associado à sua agremiação para obtenção dos benefícios que buscava (assistência médica, odontológica, advocacia, pensões etc.). O mesmo se dava na mão inversa, já que as associações tinham seus integrantes muito próximos, o que facilitava desde a concessão de benefícios até a

cobrança de contribuições. Região de ocupação mais antiga, dispunha também de melhor rede de transportes e, até mesmo para associados residentes em bairros mais afastados, o Centro se constituía como local de fácil acesso, dadas as redes de bondes, trens e mesmo as barcas, fazendo a ligação com Niterói. A área é ainda hoje considerada tão importante que é comum que moradores da Zona Norte ou dos subúrbios se refiram a uma ida ao Centro como uma ida “à cidade”, como se seus locais de residência não integrassem esse mesmo espaço urbano.

Um outro importante fator a ser considerado é que essa área, nas primeiras duas décadas do séc. XX, era também centro econômico, local de concentração de indústrias e de estabelecimentos comerciais. Mas o principal é que ela se configurava como o centro das decisões políticas, constituído pelo grande número de órgãos públicos aí sediados – estar próximo fisicamente das autoridades parecia favorecer o bom funcionamento das associações.

AS SEDES ENQUANTO MONUMENTOS

Para todas as associações, o edifício de sua sede testemunhava positivamente a sua confiabilidade. E confiabilidade era um valor fundamental, na medida em que somente assim alguém podia se sentir seguro para pagar contribuições que retornariam como benefícios muitos anos depois ou somente depois da morte do contribuinte, nos casos de auxílios para funeral e luto ou pensões às famílias. Por isso muitas associações chamavam a atenção, em suas publicações, às vezes até com fotos, que possuíam sede própria. Inversamente, se o prédio não constituía motivo de orgulho, anunciava-se tratar-se de sede provisória.

A sede era valorizada pela localização e monumentalidade. Nesse sentido, os materiais de sua construção e os elementos decorativos de sua fachada tinham por objetivo proclamar publicamente os valores da associação e mostrar seu sucesso enquanto agremiação.

As sedes das associações ligadas a nacionalidades funcionavam também como sinais em pedra e cal e, portanto, com a perenidade do imóvel, dos valores da cultura e sociedade de origem. No caso dos portugueses, os prédios de suas associações proclamavam o orgulho de ser português, os valores de caridade, trabalho e honestidade que caracterizariam seus nacionais, além de assinalarem a origem portuguesa da nação brasileira.

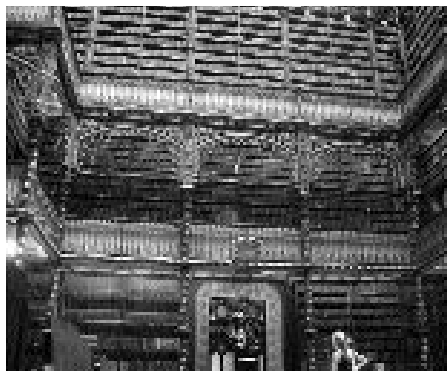
As dimensões são aspectos importantes para os prédios se destacarem, seja horizontal ou verticalmente. No primeiro caso, um bom exemplo é o da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, que se espraia em um conjunto de prédios por si só já em plano mais elevado que a rua, ligando-se a esta por monumental escadaria dupla em cantaria, com requintado gradil em serralheria. No plano mais elevado, uma série de estátuas lembram os fundadores da nacionalidade portuguesa, como Afonso Henriques e D. Nuno Álvares Pereira,

e o principal português fundador da nacionalidade brasileira, o descobridor Pedro Álvares Cabral.

No plano da rua, quase funcionando como bases para a grandiosa obra que era a Beneficência Portuguesa, também em número de três, figuram as estátuas da Caridade, da Instrução e de São Roque. A Caridade evoca o acolhimento realizado pelo Hospital e seu caráter de beneficência, a Instrução associa a Instituição com o progresso e a ciência, enquanto São Roque lembra os valores religiosos do Catolicismo, ao mesmo tempo que, por ser o santo protetor contra as pestes, padroeiro dos cirurgiões e dos inválidos, evoca as condições de fundação da associação, numa conjuntura de epidemia no Rio de Janeiro, e o invoca, autoridade maior no plano celestial, como protetor.



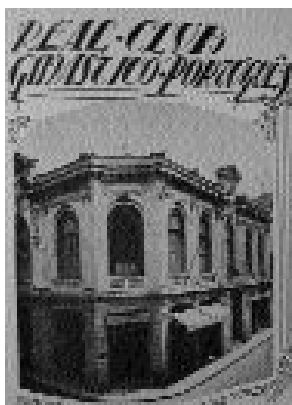
No segundo caso, um exemplo extremamente interessante é o prédio do Real Gabinete Português de Leitura. Sua imponência vertical associa a verticalidade à cultura, na medida em que se trata fundamentalmente de uma biblioteca ligada à produção intelectual lusitana, o que mais, do que na fachada, é percebido no seu interior, já que no grande salão de leitura se pode ver, olhando para cima, as estantes plenas de livros, símbolo da pujança intelectual portuguesa. Ao redor do grande salão, estão também os nomes de grandes autores portugueses e placa comemorativa dos centenários de Santo Antônio, marcando que Portugal não só aumentou o mundo material pelas descobertas, como também pela cultura e espiritualidade.



A fachada, em estilo manuelino, não só reafirma a originalidade portuguesa na arquitetura, como é apresenta vários outros símbolos da nacionalidade, como a cruz de Malta, símbolo da Ordem de Cristo e, portanto, da epopéia dos descobrimentos, estátuas de heróis pátrios e mastros, para colocação de diversas bandeiras, entre as quais, nas datas de festa, figuram ainda hoje a portuguesa. O trabalho de serralheria do gradeamento estabelece o limite do terreno do Real Gabinete com a rua, sem, no entanto, separá-lo ou isolá-lo, como para dizer que, embora português, estava integrado à sociedade brasileira.

A verticalidade leva também à construção de sobrados, típica construção do final do séc. XIX e início do séc. XX no Centro, como se pode ver nos exemplos abaixo¹⁹.

Sociedade de Socorros Mútuos
Luís de Camões



Esse tipo de prédio não somente associa o Rio de Janeiro a outras cidades portuguesas, principalmente o Porto, como também é extremamente interessante para uma associação, que geralmente se instala no(s) andar(es) superior(es), por permitir o aluguel comercial da loja e uma fonte extra de renda.

Essa lógica econômica é boa do ponto de vista ideológico, reforçando a idéia do imigrante inteligente, que trabalha com racionalidade, não perdendo a oportunidade de fazer mais produtivo o capital aplicado.

As características já apontadas acham-se presentes em outros exemplos. As fotos abaixo mostram a repetição do recurso ao estilo manuelino, aos símbolos da nacionalidade, como o escudo português (as quinas), a presença dos mastros para os pavilhões de Portugal, do Brasil e da própria associação, os trabalhos requintados de cantaria e serralheria, artes nas quais se destacavam inúmeros artífices portugueses, além de estátuas evocando valores como o da caridade.

Real Associação Beneficente Condes
de Matosinhos e S. Cosme do Vale



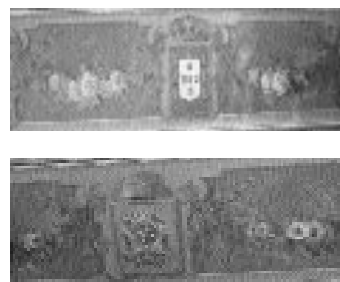
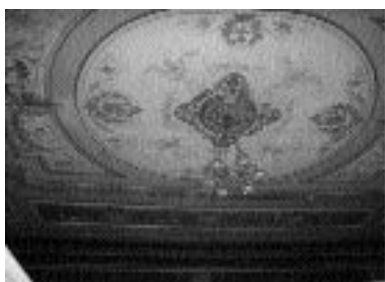
Em um dos prédios, o da Real Associação Beneficente Condes de Matosinhos e São Cosme do Vale, sociedade de auxílio mútuo fundada em 15/08/1865, conseguimos acesso a seu interior, podendo fotografar o teto da entrada e o do salão nobre, espaço social por excelência, onde se realizavam as assembléias gerais e as conferências e solenidades patrocinadas pela entidade.

A primeira percepção é a alta qualidade artística, o apuro técnico e qualidade dos materiais. O teto da entrada, em madeira, impressiona quando da subida da escada que dá acesso ao sobrado. No andar superior, para se dirigir ao salão nobre, o visitante havia que se virar, tendo em frente a seus olhos uma placa comemorativa da reforma realizada em 1908, que eternizava os nomes da diretoria que a realizou. Isso nos remete à projeção social que a participação numa diretoria dava aos seus integrantes. De fato, existiam outras associações, principalmente religiosas, em que os diretores pagavam um valor especial, uma jóia extra, para assumirem cargos, demonstrando de maneira cabal que apenas pessoas de sucesso e projeção podiam exercer tais funções. Era uma maneira de dizer que a direção de uma entidade desse tipo era, ao mesmo tempo, um serviço e uma honraria.

O teto do salão nobre é pleno de símbolos que lembram Portugal, Brasil, a comunidade luso-brasileira e os valores da cultura portuguesa e dessa associa-

ção em particular. O medalhão central, que devia ter em seu centro outra luminária, está emoldurado por escudos com as armas dos então Reino de Portugal e da República dos Estados Unidos do Brasil, além de outros com frases edificantes unidos por guirlandas de flores. Nos quatro cantos, luminárias.

As armas das pátrias de origem e de acolhimento acham-se frente à frente, mostrando uma equidistância de amor. E para mostrar que não havia uma dominância de uma sobre a outra, como as armas de Portugal eram encimadas por uma coroa, afinal Portugal só deixaria de ser uma monarquia dois anos depois, em 1910, o artista colocou um barrete frígio sobre as armas brasileiras, mantendo assim uma proporcionalidade entre os dois símbolos.



Os demais escudos, evocando a heráldica e imprimindo nobreza aos valores que eles proclamavam, são de naturezas diversas. Vários evocam valores espirituais, dois dos quais recorrem inclusive a textos em latim, associados ao catolicismo e, portanto, com o fervor religioso do português. São eles: “*Gloria in excelsis Deo*” e “*Salve assumpta est Maria in coelum*”.

Outros quatro, permanecendo na mesma linha da espiritualidade, são consagrados às três virtudes teológicas, a fé, a esperança e a caridade. Três dísticos são mais rebuscados (“A fé afervora o amor do próximo”, “A caridade estará onde existir o sofrimento” e “A esperança é o farol da humanidade”), enquanto, para a caridade, será dedicado um texto suplementar que consiste no popular ditado “Quem dá aos pobres, empresta a Deus”, como que traduzindo de maneira corriqueira todas as máximas anteriores.

Dois outros textos evocam valores da própria Sociedade. São os casos de “O amor da pátria é tão nobre como o amor da família”, que, equiparando esses dois sentimentos, lembra que a pátria nada mais era do que a família ampliada e manifesta o orgulho pela terra portuguesa, e aquele que afirma que “O dia de amanhã é uma esfinge”, incerto, apavorante e enigmático, indicando que a participação em uma associação que presta socorros em casos de doença ou invalidez, além de pensões às famílias, é uma precaução necessária. Finalmente, o último dos dísticos eterniza novamente, e no espaço mais nobre do prédio, a importância da diretoria que assumiu a reforma do edifício com o direto “Salve o Conselho Diretor de 1907 e 1908”.



CONCLUSÃO

Foi minha intenção, e espero tê-la alcançado, demonstrar que a presença das associações portuguesas no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que acompanhou as transformações da cidade e sua configuração espacial, concordes com a generalidade das outras associações, como, por exemplo, na opção pela localização das sedes no Centro, com originalidade, proclamando pela via da arquitetura o orgulho da nacionalidade portuguesa e os valores da comunidade lusitana migrante.

Trabalhei com alguns exemplos, escolhendo associações existentes no período de 1903 a 1912 cujas sedes nesse período foram identificadas, algumas delas ainda hoje existentes. No entanto, é com pesar que se observa que hoje alguns desses prédios estão abandonados ou tiveram seu uso fortemente alterado, o que acarretou a ocultação de muito do seu conteúdo informativo enquanto documentos monumentos. Seria interessante, e um grupo de pesquisadores brasileiros está propondo um projeto nesse sentido, levantar as várias associações portuguesas ou luso-brasileiras que existiram, buscando resgatar seus documentos arquitetônicos, bibliográficos ou arquivísticos. O avanço da pesquisa geral sobre associativismo no Rio de Janeiro que desenvolvo poderá também ajudar a identificar outras associações que, por forte presença de portugueses, tinham um caráter nacional subjacente, como entidades de caráter sindical, das quais podem ser exemplos a Sociedade União Comercial dos Varejistas de Secos e Molhados, que, quando extinta, legou seu prédio à Obra Portuguesa de Assistência, instituição fundada em 1921, e a Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas, onde era numerosa a presença lusitana. Isso ampliará as possibilidades de, por meio da busca de fontes remanescentes, entre livros, arquivos ou prédios, se entender melhor as associações portuguesas e a própria sociedade brasileira.

FONTES

Arquivo Nacional – *BR AN F2/MAP.466.4/5*. Planta da cidade do Rio de Janeiro e de uma parte dos subúrbios / organizada e desenhada pelo Major E. de Maschek. – Escala 1:10.000. – Leipzig, Alemanha: gravura de Giesecke & Devrient; editores – proprietários Laemmert & Cia., [189-?]. 1 planta imp.: color.; 84 x 105 cm.

Arquivo Nacional – *BR AN QD/MAP.25.47/3*. Planta da cidade do Rio de Janeiro compreendendo todos os melhoramentos executados pelo governo e prefeitura municipal. – [Sem escala]. – [s.l. s.n.], 1907. 1 mapa imp.: color.; 47 x 57 cm.

- Arquivo Nacional – BR AN F2/MAP.190 63/5. Planta da cidade do Rio de Janeiro / Prefeitura Municipal, Diretoria Geral de Obras e Viação. – Escala 1:15.000. – [s.l.: s.n.], 1915. 1 mapa imp.; 77 x 136 cm.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística, 1923 – *Recenseamento do Brasil: realizado em 1 de Setembro de 1920: II Volume, 1.ª parte: população do Rio de Janeiro (Districto Federal)*, Rio de Janeiro, Typ. da Estatística. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 26.01.2007.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística, 1895 – *Recenseamento do Distrito Federal: cidade do Rio de Janeiro: 31 de Dezembro de 1890*, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger.
- BRASIL, 1907 – *Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de Setembro de 1906*, Rio de Janeiro, Oficina da estatística. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 26.01.2007.

BIBLIOGRAFIA

- CARINHAS, Teófilo (1929) (org.), *Álbum da colônia portuguesa no Brasil*, Lisboa: Oficinas Gráficas de Varinhas & Cia. Ltda.
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da (2006), “Associativismo português no Rio de Janeiro, 1903-1909”, in *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*, org. Ismênia de Lima Martins e Fernando Sousa, Niterói: Muiraquitã.
- LESSA, Carlos (2002) (org.), *Os lusíadas na aventura do mundo moderno*, Rio de Janeiro: Record.
- ROEDEL, Hiran (2002), “Comunidade portuguesa na cidade do Rio de Janeiro: mobilidade e formação de territórios”, in *Os lusíadas na aventura do mundo moderno*, org. Carlos Lessa, Rio de Janeiro: Record.

NOTAS

- 1 FONSECA, 2006: 136-161.
- 2 Os censos de 1906 e 1920 foram digitalizados e estão disponíveis no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (<http://biblioteca.ibge.gov.br/>).
- 3 Os mapas integram o acervo da área de documentos cartográficos do Arquivo Nacional.
- 4 CARINHAS, 1929.
- 5 LESSA, 2002: 26. O autor afirma que entre 1890 e 1914 a entrada de italianos foi maior do que a de portugueses, mas que no computo geral, da independência aos dias atuais, a primazia é portuguesa.
- 6 LESSA, 2002: 17. A excepcionalidade do número de portugueses no Rio de Janeiro é tão grande que o censo de 1950, ao apontar a existência de 196 000 portugueses na cidade, o torna a terceira maior cidade portuguesa no mundo.
- 7 BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA..., 1923: 59.
- 8 As paróquias, ou freguesias, circunscrições eclesiásticas de uma diocese, com igrejas e padres próprios para atendimento à população até pelo regime de Padroado, funcionaram também como base territorial da administração civil desde a Colônia até fins do séc. XIX. O Estado leigo, implementado pela República, vai manter a mesma caracterização geográfica, passando a denominar cada uma dessas áreas de distritos ou, mais tarde, bairros.
- 9 BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA..., 1895: 174-175.
- 10 A. N. – *Map. 466*.
- 11 BRASIL, 1907: 210.

- ¹² A. N. – *BR AN QD/MAP.25.47/3*.
- ¹³ “Nesse caso, São Cristóvão é o bairro que melhor enuncia, ainda hoje, a presença portuguesa na cidade do Rio de Janeiro” (ROEDLE, 2002: 138).
- ¹⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA..., 1923: 210.
- ¹⁵ A. N. – *Map. 190*.
- ¹⁶ Essa documentação integra o fundo do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, custodiado pelo Arquivo Nacional do Brasil.
- ¹⁷ Várias das características de várias das associações acima foram analisados em FONSECA, 2006.
- ¹⁸ A. N. – *Map. 190*.
- ¹⁹ Fotos retiradas de CARINHAS, 1929: 113 e 127.

EMIGRAÇÃO E RETORNO: IMAGENS CRUZADAS NUM WEBMUSEU E O PAPEL DA TECNOCIÊNCIA NO CASO DE WWW.MUSEU-EMIGRANTES.ORG

*Miguel Monteiro
Maria Beatriz da Rocha-Trindade*

INTRODUÇÃO

No século XIX, a ficção literária descreve, sistematicamente, o emigrante que tem como destino o Brasil, como aquele que sai ainda criança, pobre, analfabeto, masculino e que regressa a Portugal, com cerca de quarenta anos, senhor de grande riqueza, depois de ter trabalhado no Brasil em condições muito difíceis.

Contudo, os trabalhos mais recentes, em alguns aspectos, apresentam novos dados que indicam estarmos perante uma população de alfabetizados e da classe média e média alta¹.

Por outro lado, o retorno a Portugal marcou profundamente o país e em especial as cidades do Norte de Portugal, particularmente na arquitetura, indústria, filantropia social e cultural², como reflexo da saída de 1 296 268 portugueses entre 1855 e 1914³, e, para o caso do Município de Fafe, de cerca de 8 722⁴.

Sabemos, também, que cerca de quinze mil pessoas terão embarcado para o Rio de Janeiro em 1808, acompanhando a ida do Príncipe D. João VI, aquando das invasões francesas. Estes, como seria de esperar, pertenciam à elite política, administrativa, militar, judicial e académica de Portugal, embarcando com famílias completas e que, de algum modo, circulavam nas proximidades da família real e da corte, sendo o momento descrito como repentino, mal planeado e caótico.

O número, além de ser elevado, inscreve-se fora do âmbito dos estudos da emigração, dado ser considerado como um fenómeno particular de tipo colectivo, circunstancial e planeado pelo Estado.

No entanto, quando inscrito no contexto da compreensão da mobilidade e das migrações, este fenómeno teve um forte impacto na construção da cidade do Rio de Janeiro.

Por outro lado, não existem referências dos que, findo o perigo das invasões francesas, regressaram a Portugal, aquando da independência do Brasil em 1822.

O Museu da Emigração e das Comunidades procura apreender o fenómeno das migrações e sua expressão nos dois lados do fenómeno: de partida e de retorno.

Uma das abordagens é feita através das novas tecnologias por permitirem usar grandes volumes de informação, sendo nosso objectivo promover a identificação de emigrantes e do seu retorno. Para isso, recorrer-se-á aos registos oficiais da emigração, aos arquivos municipais, distritais e nacionais, a incluir numa Base de Dados, reunindo, preservando e expondo documentação e objectos relacionados com a emigração; criando uma Base de Dados Nacional de identificação de emigrantes e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, com a possibilidade de ser auto-alimentada pelos visitantes.

As ferramentas tecnológicas complementam os processos de reconstituição de Histórias de Vida, pela identificação do eventual papel nos processos de desenvolvimento nas localidades de instalação e/ou retorno, em diferentes domínios, recuperando documentos e objectos associados à emigração e aos emigrantes e descendentes, através da doação ou depósito à guarda do museu, contribuindo, deste modo, para a investigação e estimulando a preservação e estudo da história da emigração e do emigrante.

O processo de musealização deste tipo de memória histórica e social permitirá, ainda, criar um espaço museológico como lugar físico organizador e gestor do conhecimento e da investigação, promovendo a pesquisa do papel dos emigrantes nos territórios de emigração e de retorno na arquitectura, indústria, comércio, filantropia, jornalismo, associativismo, artes, no trânsito das ideias em Portugal e nos territórios de destino. Nesta construção museológica impõe-se a ligação, através de protocolos, aos centros de Investigação nacionais e estrangeiros, no sentido da alimentação de um centro de investigação e documental e informático.

Finalmente, o projecto procurará desenvolver e divulgar o conhecimento, através da realização de exposições, conferências, debates, colóquios sobre temáticas que tenham como objecto a valorização do papel dos migrantes nos territórios de destino e no território de origem em tempo de retorno, usando as tecnologias web e explorando as múltiplas formas de fixação de memória.

WEBMUSEU

É um projecto entendido como plataforma informativa e de dinamização de actividades de pesquisa e divulgação organizado nas seguintes vertentes: Salas Temáticas, Arquivo, Casa Museu, Núcleos Museológicos e Sítios Históricos, tendo em conta o Município de origem e a estrutura de serviços.

O Webmuseum, como espaço comunicacional, funciona por Salas Temáticas e desenvolve-se em seis categorias de sentido.

Na Sala da Memória dá-se visibilidade às expressões materiais e simbólicas da emigração nos lugares de destino e de retorno, na arquitectura, no trân-

sito das ideias, no desenvolvimento de iniciativas económicas, sociais e culturais expressas no espaço público urbano e rural e da filantropia, bem como as influências nos comportamentos na vida privada; a Sala da Diáspora constitui-se como uma base de dados, organizada por eixos geográficos: Europa, América do Norte, África, Ásia, Oceânia, Brasil e outros países da América do Sul, no sentido da identificação por via dos registos de passaportes; a Sala da Ascendência procura construir ou aceder a genealogias da base de dados do NEPS – Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho, elaboradas através do Método de Reconstituição de Paróquias de Norberta Amorim (Universidade do Minho) –, bem como completar a organização das genealogias, através de outras fontes documentais e de informações das famílias, assim como os aspectos da "história de vida" de cada um dos seus elementos; a Sala das Comunidades dedica-se às associações de pessoas emigradas no Brasil, Europa, América do Norte, África, outros países da América do Sul, Ásia, permitindo o conhecimento da sua história, a divulgação das suas actividades e a manutenção de laços com os territórios de origem; a Sala da Lusofonia divulga a vida e a obra de figuras associadas à construção do território da Lusofonia, evidenciando as expressões culturais mais significativas do tempo da apropriação dos territórios coloniais e daquele em que o Rio de Janeiro foi capital do Reino; a Sala do Conhecimento disponibiliza-se para a divulgação de trabalhos científicos nos diferentes domínios do conhecimento da colonização e da emigração, nas suas múltiplas abordagens temáticas e perspectivas, procurando ainda dar visibilidade aos documentos, aos autores e às instituições científicas.

O conteúdo inscrito em cada uma destas categorias determina a organização estrutural informatizada do projecto, a qual deu sentido à sua automatização.

A Casa Museu, como Museu Histórico, é um Centro de Interpretação, constituindo-se como uma das referências do Museu da Emigração estruturado em salas de reconstituição da origem, viagem, vivência migratória. Nele se expõem os objectos pessoais, reconstituindo ambientes ligados ao quotidiano da família, dando nota do processo migratório e de mobilidade social.

A localização procura valorizar o edifício, tendo em conta a localização espacial, as suas características arquitectónicas, a decoração do interior e respectivo mobiliário, bem como a história da Família do Brasileiro, em contextos público e privado. Na figura do emigrante sintetizam-se as expressões mais significativas da cultura portuguesa do século XIX e primeira metade do século XX.

Não se trata, portanto, de reinventar o passado, mas apenas o desejo de lhe instituir as leituras possíveis num quadro de perspectivas abertas, tendo em conta a diversidade dos visitantes como destinatários.

Os Núcleos Museológicos e Sítios Históricos decorrem, fundamentalmente, da Sala da Memória e constituem os espaços físicos, organizando um museu polinucleado, desenhado para a valorização do espólio e memória que lhes está associada. Nestes lugares e sítios encontrar-se-ão os acervos documentais e

museológicos de cada um dos núcleos espalhados pelo país, dando ao contexto de origem a compreensão dos factores de emigração, bem como da visibilidade do retorno local.

No caso já estudado de Fafe, os núcleos mostram as expressões materiais e simbólicas do ciclo de Emigração e Retorno do Brasil, as quais se constituem como referentes para a construção dos núcleos museológicos: Hidroeléctrico, Filantropia, Industrial, Passeio Público, Casa do Brasileiro, Instrução, Artes, Imprensa, Caminho-de-Ferro, Automóvel.

Os espaços, objectos e territórios simbólicos de carácter local situados em Portugal são o testemunho objectivo do que, em sentido mais amplo, se designa por Retorno na Cultura e na Economia Portuguesa e corporiza o que foram os elos de ligação e da relação existente entre duas margens dos territórios da emigração.

Outros núcleos podem vir a incluir este projecto de carácter internacional da cultura lusófona, ligado em WEB.

O Arquivo Histórico, no sentido da descoberta dos indivíduos e dos quotidianos, procura recuperar documentos e objectos usados pelos emigrantes e descendentes, solicitando a doação ou depósito à guarda do museu, contribuindo, deste modo, para a investigação e estimulando a preservação e estudo da história da emigração e do emigrante.

Constituem documentos com função ilustrativa e descritiva – cartas, diários, fotografias, objectos pessoais e mesmo a reconstituição de ambientes ligados ao processo migratório – tendo especial importância todas as categorias de documentos sistematicamente recolhidos e arquivados, na medida em que fornecem pistas, tanto para a localização de referências individuais como alimento para a pesquisas científicas suficientemente fundamentadas: os manifestos de embarque dos navios de passageiros; registos de passaportes concedidos, de saídas efectuadas e de entradas num outro país; as autorizações de residência ou de trabalho aí atribuídas; as contratações colectivas de mão-de-obra estrangeira; enfim, todos os censos, listas ou simples contagens que se refiram a populações imigradas são elementos preciosos num museu de migrações⁵.

Na selecção dos objectos teremos em conta o seu valor histórico/documental, os quais deverão cumprir os seguintes critérios: originalidade, autenticidade, singularidade e estado de conservação.

Após a doação, os objectos de qualquer natureza passam a ser propriedade intransferível e inalienável e, conseqüentemente, não cabe ao antigo proprietário requerer ou solicitar responsabilidade ou vantagem sobre os materiais doados.

No caso de cedência temporária ou depósito à guarda do museu, cabe a esta entidade zelar pela sua conservação, garantindo a devolução definitiva ou temporária aos legítimos donos no prazo e condições protocoladas.

Os serviços são geridos na plataforma virtual, na qual se perspectiva uma abordagem de carácter nacional do fenómeno da Emigração e nos serviços culturais e educativos dos núcleos.

Estes são um dos alicerces do museu, por animarem as suas actividades e estarem associadas aos conteúdos das Salas Temáticas.

Os principais serviços são: planeamento, execução e divulgação das actividades; apoio à descoberta de ascendência; informação sobre os territórios de origem; intercâmbios, contactos e realização de actividades de divulgação; ligação aos centros de conhecimento; recolha e organização documental, trabalhos científicos e bibliografia; organização de exposições temporárias e de natureza cultural e educativa, encontros e reuniões científicas, culturais e sociais.

Finalmente, o Centro de Investigação deste Museu, sendo constituído pelos pesquisadores que centram os seus estudos na área das migrações, constitui o eixo organizador da produção científica e a grande finalidade do projecto, ao mesmo tempo que é o lugar privilegiado para a sua divulgação.

ARQUITECTURA DAS MEMÓRIAS

Memória histórica

Este projecto recupera o sentido do particular e único, próprio das histórias de família, das biografias e das histórias de vida e das genealogias.

Nele se inclui a perspectiva da História narrativa e se evidenciam os contextos para a compreensão das conjunturas.

Por outro lado, o projecto procura as trajectórias de vida dos milhares de crianças, de mulheres e dos que ficaram à margem da História e que, agora, emergem na memória de netos e bisnetos que procuram os lugares que lhes preencheram a memória, falando-lhes de um passado carregado de encantos.

É também uma perspectiva história económica, social e cultural, de natureza quantitativa e qualitativa, evidenciando quadros explicativos em sentido estrutural, procurando o permanente e o global, unindo o passado ao presente.

Teremos presentes as perspectivas historiográficas sobre emigração, nomeadamente as que têm em conta os contornos dos fluxos e destinos e as políticas adoptadas (Miriam Halpern Pereira); o seu papel no quadro da dependência externa (C. Almeida e A. Barreto) e o seu enraizamento estrutural (V. M. Godinho).

Estamos atentos aos estudos que colocam em confronto, sob prismas diversos, os dois pólos em relação – espaços de partida e de chegada (Pescatello, Rocha-Trindade).

Incluiremos a perspectiva de micro-análise, integrada em abordagens mais totalizantes de comunidades rurais de origem (Arroteia, Brettel, Brandão, J. Alves, Carlos Silva, Scoot) ou de comunidades de emigrantes no estrangeiro, focalizando os processos sociais e/ou as experiências vividas (T. Monteiro, F. Neto).

Por isso, um dos muitos caminhos deste projecto, busca novas amplitudes ao procurar “rastrear a corrente migratória enquanto volume de massas e cor-

relacioná-la com indicadores pertinentes da sociedade de partida de modo a estabelecer redes de conexões; penetrar na família enquanto espaço de decisão ao nível de grupo económico, social e afectivo; seguir trajectórias individuais, tacteando comportamento, tensões e projectos do emigrante enquanto sujeito”⁶.

Outros enfoques, olhando o jogo interaccionista simbólico da comunicação associado ao significado do vestuário, jóias, casas, fachadas, das famílias e envolvimento públicos, ligam os contextos de saída aos de retorno, vão no sentido sociológico e antropológico que, com a história, constituem as únicas ciências globais.

Desvendamos o caminho para uma tecnociência/tecno-história, no sentido comunicacional, da ilustração de particularidades e automatização quantificadora, medindo frequências de fenómenos, factos ou ocorrências.

Este modelo, servindo-se de processos tecnológicos, permite a análise de conteúdo por associação e dissociação semântica, organizar, ilustrar e quantificar as informações presentes em bases de dados e em documentos.

Seguiremos, tendo como guia o "caso", já estudado, de Fafe e que pode ser visitável na WEB.

Para dar compreensão aos contextos históricos, sociais e culturais locais, propusemo-nos construir um modelo que baseou na criação de núcleos museológicos, procurando valorizar também a história material e das técnicas.

Por último, propomos visitas virtuais aos núcleos museológicos, procurando através das histórias das famílias, penetrar na memória cultural, evidenciando conflitos, tensões, bem como a relação com o espaço público e os comportamentos sociais de contexto privado.

Através de núcleos museológicos locais, do alargamento da capacidade de recolha de espólios, tendo em conta a diversidade temática e geográfica dos núcleos, daremos, no futuro, grande contributo para o conhecimento multifacetado das migrações e cultura lusófona, usando os contributos tecnológicos informáticos/WEB.

Por outro lado, organizámos, para este projecto, um fundo documental constituído por documentos manuscritos, impressos, iconográficos, cartográficos. Nos livros deste fundo temos: monografias sobre a história local, arte, arqueologia.

Temos acesso privilegiado à documentação produzida pelas autoridades locais, nomeadamente a emanada pela Câmara Municipal e outros órgãos autárquicos. Ainda neste âmbito são valorizadas as publicações periódicas: jornais, almanaques, anuários.

Propomos, para este projecto, caminhar por todas estas fontes, na medida em que, o conhecimento “da vida quotidiana das pessoas que viveram há 50 ou 100 anos não é apenas testemunhada pelos relatos oficiais, notícias de jornais ou dados estatísticos, mas também por pequenas espécies, hoje para nós de importância ínfima e que normalmente todos desprezamos: As fotografias e postais retractam paisagens e pessoas. Procuramos nas imagens antigas, acompanhar as alterações urbanísticas, os edifícios desaparecidos ou transformados,

a iluminação e os transportes públicos, o vestuário e os penteados, as poses, enfim a memória visual de muitas épocas da vida de uma comunidade está aí conservada”⁷.

Além dos públicos, são de grande valia os arquivos particulares dos emigrantes e das famílias. Neles podemos encontrar uma abundante documentação privada, em especial correspondência comercial e privada. Nesses documentos acedemos a informações sobre a memória familiar e as tramas invisíveis das trajetórias dos emigrantes e de seus descendentes.

Memória literária

As primeiras notícias sobre a emigração são dadas por Garcia de Resende (1470-1536), ao manifestar-se preocupado com a ideia de despovoamento perante a saída de tantos Portugueses do reino: “Vimos muyto espalhar – portugueses no viver Brasil, Ilhas povoar – a aas Índias yr morar – natureza lhes quecer (...)”.

No século XVIII, Correia Garção (1727-1772) remete a emigração para a ideia de sofrimento por que passa o emigrante: “Guarda a terra avarenta nas entranhas – O ouro fulgente. – O Mineiro na roça aflito cave – C'os sórdidos escravos; – Por ignotos sertões exponha a vida – Do Bárbaro Tapuia – À seta venenosa, à veloz garra – Do tigre mosquead”.

O paradigma de um personagem tipo surge com Filinto Elísio (1734-1819), ao definir o emigrante como sendo ambicioso e ávido de ouro do Brasil, dizendo:

“Saiu de Samardã certo pedreiro – Faminto de ouro, em busca de fortuna; – Embarca, vai-se ao Rio, deita às Minas, – E lida, e fossa, e sua, arranca à terra – O luzento metal, que o vulgo adora. – Vem rico a Samardã; vinhas, searas, casas, móveis, baixelas compra (...)”

A paisagem social dos territórios de origem dos emigrantes portugueses está fortemente associada às estratégias de herança e sucessão da casa de família, não sendo de ignorar as características estruturais e organizacionais das edificações.

No século XIX, a ficção literária descreve o emigrante que tem como destino o Brasil, como aquele que sai ainda criança, pobre, analfabeto, masculino e que regressa a Portugal com cerca de quarenta anos, senhor de grande riqueza, depois de ter trabalhado no Brasil em condições de trabalho muito difíceis.

Esta personagem literária exibe um estilo de vida caracterizado pelo exotismo no falar, no vestir e nas jóias que mostra, sendo apresentado com exuberâncias de uma caricatura.

No mesmo sentido, a casa do “Brasileiro” e a gramática decorativa das suas fachadas são apresentadas como elementos estranhos à paisagem e descritas como disformes ou ridículas.

Nesses textos, as casas são a expressão do mau gosto do seu proprietário, reforçando outros atributos negativos que o descrevem.

Contudo, surgem agora as primeiras abordagens à arquitectura e ao respectivo contexto social e cultural, olhando a Casa do Brasileiro como o reflexo da modernidade urbana que chega à província pela mão de quem cresceu nas cidades cosmopolitas do Brasil.

Memória social e patrimonial

Os territórios coloniais de Portugal receberam marcas de civilização inscritas em quadros militares, económicos, administrativos e religiosos dos séculos XVII e XVIII, com evidente expressão em formas de conflito social, aculturação e transformação de natureza, iniciando a fundação dos territórios da Lusofonia.

Com a transferência da família real para o Brasil, em 1808, a cidade do Rio de Janeiro torna-se a capital do império, donde ressaltam as primeiras iniciativas descolonizadoras e a aceleração da emancipação do Brasil.

A assinatura de tratados comerciais com a Inglaterra, em 1810, permitiu que este país beneficiasse de privilégios especiais, mantendo-se no centro das decisões e orientações político-económicas, retirando benefícios da transformação da política colonial, a que o Brasil tinha estado sujeito, para uma economia exportadora capitalista decorrente da abertura dos portos à navegação estrangeira.

Esta situação permitiu um clima favorável à construção de uma vivência comercial que favoreceu a emigração de portugueses ampliando o fluxo tradicional emigratório.

Estes emigrantes portugueses, do século XIX, eram, predominantemente, originários da classe média e média alta rural do Minho e, muitas vezes, originários de casas de família tradicional, possuindo um elevado prestígio social local.

Quando bem sucedidos, faziam viagens frequentes à terra de origem, ou a ela regressavam definitivamente, tornando-se visível, e fortemente notada, a sua chegada, através de iniciativas de carácter agrícola, comercial e industrial, sendo a construção de casa, a expressão mais referenciada do sucesso e as quais se vieram a constituir como objectos arquitectónicos paradigma.

Em simultâneo, fundaram escolas, hospitais, asilos, jardins públicos, marcando o território geográfico e simbólico, evidenciando, ainda, com elementos de representação de grandeza e identidade particular nas sepulturas, apresentando-se como católicos ou Maçons.

Nesta atitude de retorno fez-se notar na vida pública, preocupando-se com o bem comum, ocupando cargos de natureza política e filantrópica e, quando promoveu a construção de teatros, manifestou atenção pela cultura e pela arte.

Enquanto frequentadores de casinos, praias, termas, cafés reflectem especialmente no ócio a expressão de *capitalista*, pela qual passam a ser designados, representando, assim, o estatuto social mais elevado.

Ao mesmo tempo que se instituía de prestígio público com gestos de solidariedade filantrópica, marcava o território com expressões da beleza, sabedoria e valorização da força do trabalho, usando a arquitectura, a decoração e a estatuária, como metáforas simbólicas enraizadas nas civilizações clássicas.

Transportou, de outras origens, os símbolos legitimadores do poder, os sentidos da urbanidade e de modernidade que apreendera nas viagens permanentes que fazia pelas capitais estrangeiras e nos contactos e vivências das cidades do Brasil, nas quais fundou instituições de cultura e assistência.

Outro lugar de aprendizagem foi a frequência das lojas de Maçons.

Aí apreendeu os sentidos da interpretação da história universal, conheceu os princípios do racionalismo filosófico e, nos respectivos rituais, apreendeu os modelos da estrutura organizacional das sociedades laicas.

Difundiou em Portugal o ideário liberal da filantropia social e cultural, fortemente inscrita nos princípios da modernidade Maçon do Brasil, procurando afirmar as virtudes fundamentais: liberdade de pensamento, independência da razão e o auxílio mútuo.

Esta burguesia, feita de *Brasileiros* ricos instalados nas vilas do Minho, em tempo de regresso definitivo, forjou sentidos de descendência privilegiada, pela ocupação de lugares da administração pública e pela liderança das agremiações de interesse filantrópico.

Muitos deles viviam de rendimentos e eram chamados de capitalistas, reforçando o seu prestígio na terra, fundando os Clubes como lugares de privilégio para discutir as últimas novidades chegadas da Europa, fazendo política e tecendo estratégias de poder.

Faziam das cidades de Lisboa e do Porto o lugar de eleição para demoradas estadias, instalando-se em hotéis ou procurando aí a sua residência definitiva.

"Outras épocas conduziram a outros destinos da emigração portuguesa, em todos os continentes e em grande número de países do Mundo. De alguns destes casos existem traços dos respectivos percursos históricos ou marcas deixadas em realizações materiais ou intelectuais; em muitíssimos outros, essas memórias encontram-se dispersas ou situadas em localizações indefinidas, importando — para que a memória se não perca — localizá-las, reuni-las estudá-las e, tanto quanto possível, assegurar a sua perpetuidade para conhecimento das gerações de hoje e de amanhã"⁸.

Memória Comunicacional

Este museu projecta-se, assim, como um Webmuseu no sentido comunicacional, ou seja, como uma plataforma informativa e de dinamização de actividades de pesquisa e divulgação, tendo como destinatários privilegiados os emigrantes, descendentes e associações, nele envolvendo os estudiosos que centram os seus trabalhos nesta área temática, numa lógica descritiva, analítica, inte-

ractiva e em rede, valorizando os indivíduos, contextos, memórias, tendo como recurso privilegiado as novas tecnologias.

Ao inscrever-se no âmbito das Ciências Sociais e, ao integrar as novas tecnologias, este museu alarga perspectivas e procedimentos metodológicos, dando à técnica e às ciências sociais sentidos novos, nomeadamente o da informação e o da comunicação. Passamos, assim, a um novo conceito: a tecnociência.

Este novo enquadramento integra a técnica no âmbito dos métodos da pesquisa bibliográfica, documental e experimental, tanto na perspectiva qualitativa como quantitativa, ligando as fontes, os saberes e conhecimentos em sentido totalizante e interactivo, sendo determinante o recurso a bases de dados informatizadas, organizadas por campos, onde surgem as características de conteúdo das diferentes formas de representação do conhecimento.

A tecnociência, produto do diálogo entre o desenvolvimento do pensamento científico e a mudança técnica, fez passar, esta última, do âmbito de recurso ou de complemento, para o de determinante nos procedimentos científicos descritivos e de ilustração qualitativa, bem como nos explicativos de natureza quantitativa.

Ao centrar-se nos conteúdos da comunicação, participa das estrutura e modelo de análise e influencia as abordagens conceptuais das ciências sociais, inscrevendo-as, simultaneamente, no âmbito dos processos de pesquisa "pura" e na sua aproximação à ciência aplicada.

A técnica encontrou nas novas tecnologias de comunicação a resposta para a gestão de um grande volume e variedade de informação e, ao mesmo tempo, a automatização através do recurso à análise de conteúdo e à análise documental.

A análise de conteúdo, sendo um conjunto de técnicas de análise dos "textos", permitiu a formalização de categorias e subcategorias de conteúdo, dando um sentido sistemático, sólido, coerente e de fácil partilha para um universo diversificado de destinatários, contemplando a automatização necessária ao sistema técnico organizador (computador).

Em termos metodológicos, a análise de conteúdo circula entre a função instrumental (o que pretende face ao contexto) e a representacional (próprio do léxico presente e fora das circunstâncias).

Ou seja, a aplicação de uma "técnica de investigação que através de uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações", podendo passar do carácter exclusivamente descritivo, para a dimensão quantitativa, quando combinada com as técnicas quantitativas⁹.

Sendo as categorias classes que "reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos", podendo utilizar como critério taxinómico caracterizador/organizador: o semântico (significado), o sintáctico (verbos e adjectivos), o léxico (sentidos próximos e sinónimos) e o expressivo, possibilitando a automatização informática e a análise quantitativa¹⁰.

Os critérios de categorização aplicados permitiram-nos a criação de uma taxinomia designada de salas e a sua futura automatização, sendo uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e seguidamente, por reagrupamento analógico, decorreu da aplicação de conceitualizações previamente definidas.

Sendo os conteúdos, em grande parte, quantitativos valorizam-se as características de um fragmento da mensagem e, quando são qualitativos, o que se valoriza na informação é a sua frequência, de forma a instituir o modelo de carácter estrutural e de amplitude sistémica.

Por outro lado, no que se refere à análise documental, esta permite passar-se de uma fonte primária para uma secundária a qual se constitui como produto da primeira.

São do âmbito da análise documental, os *abstracts* ou resumos e a *indexação* que permite a classificação por palavras chave, descritores ou índices, regulada segundo uma escolha por termos ou ideias.

Tratando-se de um sistema comunicacional, as ciências sociais, a museologia, museologia-WEB e a museografia constroem, neste projecto, sentidos múltiplos e complementares, possibilitando a aplicação de metodologias e técnicas de reconstituição de ambientes e sítios e as visitas virtuais, bem como as que se centram na análise e catalogação de acervos e respectivos documentos com valor histórico e museológico.

Tem-se aqui, em simultâneo, a perspectiva do pesquisador e das diferentes ciências sociais e, ao mesmo tempo, a dos frequentadores da plataforma web, construindo um processo de leitura autónoma, ligando-se, em teia, saberes, perspectivas, podendo aqueles participar e interagir directamente no conhecimento, religando saberes.

O WebMuseu orienta-se no sentido de toda a amplitude do fenómeno migratório e das suas manifestações materiais e, por isso, tentaremos localizar e aceder ao maior volume de documentação possível, dispersa por particulares e por entidades e pelouros governamentais, policiais, administrativos e outros.

No WebMuseu estão presentes bases de dados de emigrantes, biografias e registos de memórias escritas e de grupos de indivíduos organizados por famílias. Pode aceder-se a sistemas automáticos de construção de genealogias, ao visionamento de paisagens dos municípios de origem, bem como dos ambientes de destino. As vivências sociais e as manifestações culturais emergem, no WEB-Museu, ao lado de produtos da criação artística e científica e dos registos documentais inscritos na estrutura espaço/tempo.

Fazem igualmente parte do acervo WebMuseu as colecções de postais antigos, fotografias, filmes, exposições foto-documentais e, ainda, o espólio de uma rádio.

Como complemento do arquivo deste Museu, estamos a criar a Biblioteca das Migrações, obedecendo, na generalidade, a esta temática universal e aos aspectos e situações atinentes a Portugal, na especialidade.

Em simultâneo, iniciamos a digitalização de documentos, no sentido da sua preservação, procedendo à sua informatização, por forma a poder constituir um banco de dados sobre as migrações, acessível às gerações vindouras, mantendo uma atitude realista no que respeita à hipótese de tentar coleccionar um número suficientemente representativo de objectos autênticos, válidos para cada época histórica e para cada pertença nacional ou regional, pode não ser absolutamente necessário, uma vez que a visualização desses objectos, bem como dos ambientes geográficos, temporais e sociais onde se situam, pode ser efectuada em termos virtuais, por via de suportes magnéticos ou ópticos¹¹.

Finalmente, adstrito a este conjunto funciona o respectivo centro de Investigação, «simultaneamente causa e consequência da criação e actividade do Museu das Migrações», no âmbito do seu Conselho Consultivo.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes (1994), *Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto: Gráficos Reunidos.
- BARDIN, Laurence (1977), *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- LEITE, Joaquim Costa Leite (1987), “Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”. *Análise Social*, vol. XXIII, n.º 97.
- MONTEIRO, Miguel (1991-2004), *Fafe dos “Brasileiros” (1860-1930) – Perspectiva Histórica e Patrimonial*, Fafe: ed. autor.
- MONTEIRO, Miguel (1996a), *Migrantes, Emigrantes e “Brasileiros” – territórios, itinerários e trajectórias*, Braga: Universidade do Minho.
- MONTEIRO, Miguel (1996b), *Migrantes, Emigrantes e “Brasileiros”*, Fafe: ed autor.
- NUNES, Henrique M. Barreto (1989), “A Biblioteca e a Memória da Vida Local”, in separata do *Boletim Cultural*, n.º 9, Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (2002), “Musealizar as Migrações”. *História*, ano XXIV, III série.

NOTAS

- 1 MONTEIRO, 1996.
- 2 MONTEIRO, 1991-2004.
- 3 LEITE, 1987: 463-480.
- 4 MONTEIRO, 1996a.
- 5 TRINDADE, 2002.
- 6 ALVES, 1994.
- 7 NUNES, 1989.
- 8 TRINDADE, 2002.
- 9 BARDIN, 1977: 117-118.
- 10 BARDIN, 1977: 117-118.
- 11 TRINDADE, 2002.

O BRASILEIRO NO TEATRO MUSICADO PORTUGUÊS – DUAS OPERETAS PARADIGMÁTICAS

Maria da Conceição Meireles Pereira

1. INTRODUÇÃO

Sendo o carácter do fenómeno teatral eminentemente social, a sua natureza encontra-se profundamente enraizada no tecido da existência colectiva¹. A história sublinha a função social do teatro, dos conteúdos dramáticos e formas cénicas, recorrendo a um jogo de signos e símbolos, pelo que a obra teatral – texto e espectáculo – pode ser encarada como documento, como fonte de informações sobre o seu contexto de produção e divulgação, nas vertentes social e política. Para além do objectivo de recreação lúdica, essa função radica na necessidade de apoio e propaganda do poder vigente, ora pela celebração dos seus valores, ora pela contestação dos seus adversários. Assim como a actividade teatral pode ser mais activa em momentos tensos da consciência nacional, como sublinha O’Driscoll, a dramaturgia pode, pelo menos esporadicamente, evidenciar esses focos de tensão incorporando-os nos seus enredos. Concomitantemente, verifica-se o estabelecimento de uma relação de interacção entre o espectáculo e o espectador, em que os valores cognitivos e afectivos são, de certa forma, produzidos em conjunto por ambos; o papel do público espectador torna-se muitas vezes decisivo, potenciando as virtualidades comunicativas da representação. O teatro torna-se assim um espaço de sociabilidades, um lugar de produção de atitudes e comportamentos colectivos que visa reunir em torno de determinados valores uma dada comunidade.

No caso português, Victor de Aguiar e Silva explica que “a dramaturgia nacional (...) é com frequência importante no plano da literatura, (...) enquanto índice das estruturas da sensibilidade colectiva e das preocupações morais, sociais, políticas, etc., do meio em que foi gestada”, tornando-se, desta forma, “um domínio de eleição para o estudo destes aspectos sociológicos, quer considerado como documento duma época, quer considerado como elemento dinâmico de directa influência em largas camadas de público, com todas as repercussões de ordem moral, socio-política, etc., daí advenientes”².

Estas afirmações não perdem significado no conspecto de uma dramaturgia nacional consensualmente marcada pela carência de qualidade, pela falha de originalidade e de independência, vivendo de (más) traduções, em que a ancestral genialidade de Gil Vicente ou o esforço infecundo de Almeida Garrett con-

firmam a regra de uma literatura dramática pouco exigente, repetitiva e imitadora de modelos estrangeiros. Esta consciência cedo foi apreendida, nomeadamente no Portugal de Oitocentos, época em que o teatro assumia na cultura ocidental a importância de espectáculo de multidões, simultaneamente apostado na recreação e na pedagogia, no divertimento dos públicos e na formação dos cidadãos, na empatia entre palco e plateia, na veiculação de valores estéticos e na construção de opinião pública. Mas a superior missão do teatro, confrontava-se com o imobilismo, tantas vezes imposto pelos públicos acomodados: “O Teatro não foge à rotina porque o público o não permite; o público habituou-se a não prescindir da rotina”³. O impulso criador e inovador dificilmente despontava numa arte que era literalmente produzida por empresas cuja sobrevivência dependia das boas graças de um público cuja preparação não aumentava, prolongando-se este círculo vicioso por longas décadas, entrando o teatro sem vigor nem brilho no novo século.

Em Portugal, o panorama teatral era então dominado pelas peças históricas de matriz romântica, pelas operetas, zarzuelas, comédias musicadas e revistas, modelos ora apertuguesados por autores e empresas nacionais, ora apresentados nas suas versões originais por companhias estrangeiras. Apesar da relativa quantidade e de certos nomes de autores ou peças teatrais terem alcançado alguma celebridade dentro de fronteiras, a produção nacional era enfermiça, sujeitando-se mansamente à crítica veemente, e até maliciosa:

“E não tendo, claro, na dramaturgia nacional mais que o *Frei Luiz* – porque as esquirolas do Oliveira das mágicas e os giripitis dialogados do Mendes Leal, do Biester e do Chagas não entram no balanço senão pela porta dos envergonhados da espelunca bibliographica do Innocencio, – é manifesto que não será a *Severa* ou o *Badalo*, nem o *Duque de Vizeu* ou o *Brazileiro Pancraccio*, que, de gangão e em nossos dias, nos hão criar toda uma vasta litteratura theatral, com mestres auctores e peças typos, em que, por desforra de quatro séculos de palmansos, as outras litteraturas venham ao nosso bebedouro e ao nosso alpiste”⁴.

Tomando-se, neste estudo, a literatura dramática como índice das estruturas da sensibilidade colectiva e das preocupações morais, sociais e políticas, bem como terreno de excelência para o estudo de aspectos histórico-sociológicos que lhe confere a categoria de documento duma época que reflecte directa influência em largas camadas de público, com as inevitáveis repercussões de ordem social, política e mental – no seguimento da visão de Vítor Aguiar e Silva atrás explicitada – pesquisou-se, entre o acervo de peças que chegou aos nossos dias, textos que elegessem a temática da emigração portuguesa para o Brasil. Não surpreende que esta magna questão social tenha suscitado o interesse dos autores do teatro popular português desde meados do século XIX até às primeiras décadas do seguinte. Se bem que o entretenimento constituísse o objectivo primordial desses espectáculos populares, a intriga carecia de âncoras sociais familiares ao público, personagens heróicas ou caricaturais que for-

necessem o sentimento de pertença a um tempo e a uma realidade concretos. Todavia, o texto destas peças despreziosas dificilmente chegavam aos prelos e os seus manuscritos, mesmo não sendo os originais, são raros, constituindo o arquivo da Sociedade Portuguesa de Autores um verdadeiro oásis de fontes desta natureza. Foi, pois, de entre espólio da SPA que foram seleccionadas duas obras paradigmáticas do teatro musicado português que têm por base histórias dessa emigração vividas pelos respectivos protagonistas: *O Brasileiro Pancrácio*, estreado em 1893, e *Os Poveiros*, escrita e levada ao palco em 1921, inspirada na lei da naturalização dos emigrantes ligados à actividade piscatória.

Ambas se inserem no género opereta, de influência francesa e austríaca, sendo frequentemente apresentada como uma ópera cómica de pequena dimensão e importância, verdadeiramente alegre e de iniludível gosto popular; menos ambiciosa e formal do que as óperas, nomeadamente as cómicas de que está mais próxima, a opereta tem diálogos falados, intercalados por canções e danças e a sua música, não obstante ser mais ligeira, assume grande relevância e exigência dentro da obra. Tendo como antecedentes a ópera, a ópera *buffa* e a ópera cómica, a opereta resulta de um processo de democratização do teatro com música. As “mágicas” constituíram outro subgénero deste tipo de teatro, as quais, na maioria traduzidas ou adaptadas, lograram grande êxito na segunda metade de Oitocentos: estes espectáculos prodigalizavam luxuosas encenações que, aliadas a uma acção fantástica ou sobrenatural, suscitavam o deslumbramento do espectador⁵. No entanto, as comédias “ornadas de música”, viriam a conhecer maior simplificação com a supressão de coros e bailados que, necessariamente, oneravam as montagens. Nesta conformidade, surgiu uma profusão de comédias musicadas, vulgarmente denominadas *vaudevilles*, cuja representação se generalizou nos palcos portugueses a partir dos inícios do século XX, nomeadamente a partir de 1930, levadas à cena por companhias de opereta que as passam a produzir por serem menos dispendiosas, pese embora não dispensassem as partes cantadas por actores populares que atraíam o público.

Além destes tipos de teatro musicado, a opereta apresentaria ainda semelhanças com a revista, composta por quadros teatrais cómicos com pendor de crítica política e de costumes a nível nacional ou local, separados por números musicais. A revista, de origem francesa – *revue de l’anée* – vem dos finais do século XIX e é o género que atinge maior popularidade – em 1908 Sousa Bastos afirmava que havia no país grande predilecção por este género⁶ – e longevidade em Portugal (as décadas de 1970 e 1980 marcam o seu fim, com sobrevivências esporádicas até aos nossos dias).

Já a opereta, que pressupõe um enredo ficcional completo – história com princípio, meio e fim, entrecortada por momentos musicais (solos, duetos e coros) – teve forte presença nos palcos portugueses nos finais da monarquia, na república (período do seu auge), continuando a representar-se nas duas primeiras décadas do Estado Novo, para se extinguir nos inícios dos anos 1950, sendo então este segmento das artes cénicas definitivamente substituído pelo teatro de revista⁷.

A selecção daquelas duas obras teatrais para objecto do presente estudo deveu-se, por um lado, à existência física dos seus textos – circunstância não muito recorrente no que toca a escritos teatrais menos consagrados – e, por outro, ao facto dos respectivos protagonistas representarem tipos indiscutíveis de *brasileiros* de torna-viagem, se bem que de natureza diversa, e a acção decorrer em volta do seu regresso e subsequente actuação no país natal.

O Brasil, inexoravelmente presente no imaginário nacional – associado ao exotismo mas com traços de afinidades com a realidade lusa, bem como à riqueza e às possibilidades de enriquecimento em virtude da forte emigração portuguesa – teria de constituir a referência estrangeira mais frequente.

Desde já, uma palavra para as peças brasileiras representadas neste período em Portugal. Destaca-se o sucesso alcançado pela opereta *Capital Federal*, da autoria de Artur de Azevedo, com música de Nicolino Milano. A sua estreia ocorrera no Brasil, em 1897, decorrendo a acção no Rio de Janeiro, capital da república federal, e numa roça do interior do país. Foi nos anos 1903-1904 que decorreu a sua temporada lisboeta, no Teatro da Trindade a cujo palco subiu em 16 de Setembro de 1903, totalizando trinta e uma representações⁸. Nos anos vinte, o dinâmico empresário José Loureiro que tinha negócios em Lisboa e no Rio e que, juntamente com o brasileiro Juca de Carvalho, fora responsável pela ida de várias companhias teatrais portuguesas ao Brasil, levou novamente à cena a opereta *Capital Federal* que esteve em cartaz cerca de um mês. Também no Trindade, estreou em 16 de Dezembro de 1903 outra obra de Artur de Azevedo, desta feita em parceria com Eduardo Garrido: tratava-se de *Pum!*, apresentada como uma revista de costumes brasileiros em 3 actos e 6 quadros, e que naquele palco contabilizou doze representações⁹.

O Tio Barnabé vindo do Brasil foi uma comédia musical que se representou no teatro D. Fernando, em Lisboa, nos anos 1850. A considerar pelo seu título, talvez seja a mais antiga peça portuguesa a fazer alusão ao fenómeno da emigração e retorno do Brasil; todavia, não tendo sido encontrado o seu texto, a dúvida persiste. Ainda no campo das possibilidades, poder-se-á estabelecer uma relação entre esta comédia musicada e outra cuja data de estreia não se conseguiu apurar, intitulada *O Tio do Brasil*, tendo Lino Ferreira sido o autor do seu texto, que permanece desconhecido, e Vasco Macedo o compositor das suas músicas. Em Julho de 1932, esta comédia foi reposta no teatro lisboeta Maria Vitória, por ocasião da festa de Alberto Reis. Por sua vez, *A Tia Americana* foi uma opereta de fácil montagem representada numa modesta sala da capital, o Teatro Fantástico, no mês da implantação da República. O seu texto também não foi encontrado pelo que nada garante que a procedência da personagem fosse o Brasil, provavelmente seria até os Estados Unidos da América, país que então entrava nos temas do teatro popular português como o comprova a opereta *Miss J. P. C.* da autoria de Ernesto Rodrigues, Félix Bermudes e João Bastos, com música do maestro Filipe Duarte. Esta peça, estreada em Lisboa, em 1921, mas depois também representada no Porto e que conheceu várias reposições, era uma *charge* aos excêntricos milionários norte-americanos de

fortuna recente. Há ainda a assinalar a dramaturgia de Gomes Amorim, *A Escravatura Branca* (inspirada na obra *Aleijões Sociais*) que versava o tema de emigrante luso no Brasil explorado pelos seus próprios patrícios e *Ódio de Raça*, peça publicada em 1869 mas representada na década anterior.

Não obstante as contrariedades atrás assinaladas, as duas mais célebres operetas sobre a problemática da emigração portuguesa no Brasil e do fenómeno do retorno, são passíveis de estudo dado o arquivo da SPA conservar os seus textos manuscritos. Como atrás se referiu, trata-se de *O Brasileiro Pancrácio* e *Os Poveiros* que projectam dois tipos diferentes do *brasileiro* retornado. O primeiro, segue a linha do estereótipo veiculado pela literatura do século XIX: originário do Minho, com pouca instrução mas profundamente honesto, regressa rico na meia-idade, falando o português com sotaque do Brasil, e constrói um vistoso palacete na terra, onde faz benfeitorias materiais e financia festas, recebendo os inevitáveis títulos honoríficos. O segundo centraliza-se numa personagem que representa um tipo de retorno bem diverso: o período de emigração foi curto e regressa ainda jovem por razões patrióticas, isto é, recusou a nacionalização brasileira que a lei exigia e prefere o repatriamento com honra mas sem dinheiro; assume foros de herói nacional que coloca o orgulho de ser e de permanecer português à frente de qualquer ambição material. Enquanto o Pancrácio é um estereótipo, portanto estrutural, o segundo – o Daniel – é um tipo conjuntural, representa um pequeno grupo que se destacou num período temporal circunscrito. Dois símbolos da emigração portuguesa, aparentemente idênticos mas de natureza desigual, ambos com forte projecção no imaginário português.

2. O BRASILEIRO PANCRÁCIO

É no Porto que surge esta opereta cómica de grande êxito pela pena do consagrado escritor Sá de Albergaria¹⁰ e música do também famoso compositor Freitas Gazul¹¹. Estreou-se em 1893 mas o seu percurso de sucesso nos palcos portugueses contempla reposições até à década de 1940¹². Entre as suas numerosas representações podem referir-se as realizadas em 1923 pela Companhia de António Macedo, em Lisboa, ou pela Companhia de Otel de Carvalho no Teatro Nacional do Porto; em 1926 pelos amadores da Sociedade Dramática Bracarense no Salão do Grupo dos Modestos, no Porto; ou em 1937 pela Empresa António Macedo e Alberto Barbosa, no Teatro Maria Vitória de Lisboa¹³.

Apesar do êxito que granjeou, esta peça de Sá de Albergaria estava longe de reunir as condições necessárias para tornar-se um clássico da literatura dramática portuguesa, como evidenciavam as palavras de Luís Madureira, atrás transcritas¹⁴, crítico que, aliás, atribuía a mesma incapacidade a outros autores e obras na época bem recebidas pelo público como *A Severa* de Júlio Dantas, *O Badalo*, forma pejorativa de se referir à peça *Á Procura do Badalo*, revista

em 3 actos original de Baptista Diniz estreada no Príncipe Real em 1902 que veio a ter várias *reprises*, e *O Duque de Viseu*, drama histórico em 5 actos (em verso), original de Henrique Lopes de Mendonça com estreia no D. Maria em 1886 e numerosas representações posteriores neste e noutros teatros¹⁵.

O Brasileiro Pancrácio é um texto com grande comicidade derramada nas situações criadas, no recorte das personagens e suas falas. Esta comicidade reflecte um pendor fortemente popular, a provocar a participação do público, ora pela gargalhada, ora pelo acompanhamento dos refrões das cantigas alegres com rimas fáceis, quase infantis, em que não faltam as modinhas brasileiras como o *dum-dum*¹⁶. O protagonista apresenta fraseologia e sintaxe brasileiras, mas profundamente incorrectas e caricaturadas; as restantes personagens falam um português quase dialectal, um linguajar minhoto mais inventado do que real cujo desvio de pronúncia pretendia acentuar, pelo riso fácil, a sua ruralidade configurando o estereótipo do “parolo da aldeia”.

A estrutura é simples, composta por três actos – o primeiro com dezasseis cenas, o segundo com dezassete e o último, mais curto, com treze – ao longo dos quais se movem vinte e três personagens, além de figurantes que constituem o coro e representam “campónios de ambos os sexos, romeiros e romeiras, soldados, músicos da filarmónica, populares, criados e criadas”.

O primeiro acto abre com grande animação e alegria proporcionados pelo cenário engalanado com arcos, galhardetes, flores e bandeiras e uma multidão de criados que vão colocando a louça numa grande mesa para o jantar de festa. É Pancrácio que regressa à terra, esperam-no familiares e conterrâneos – dos mais humildes aos mais ilustres (barbeiro, regedor, juiz, regedor e seu cabo, boticário, mestre-escola, padre-cura) – que aos poucos vão chegando e nos diálogos travados, quando se referem a Pancrácio, exclusivamente referem a sua imensa fortuna. O irmão André diz que ele mal fora informado que não havia dinheiro para a festa de S. Torcato logo mandara dez contos de réis; um rapaz não se admira pois ele “vem podre de rico” com o que o irmão André concorda pois achava que ele trazia “dinheiro para comprar indas que fosse toda a freguesia” e elogia-lhe o figurão com “bôs anéis e boa corrente que aquilo até parece que nem foi criado cá nestes sítios”. O anfitrião gaba-lhe ainda a generosidade: o primeiro dinheiro que o irmão lhe mandara fora no ano do seu casamento, para comprar uma terra do morgado e, desde então, as remessas eram regulares, de forma que tudo o que era a ele lhe devia. O juiz, por sua vez, recorda que Pancrácio já dera dinheiro para três festas com sermão e missa cantada, que até era para admirar “um homem daqueles andar por lá e não perder aquela da religião”. Ainda em matéria de doações pias, viremos a saber, mais tarde, que o emigrante minhoto custeara as festas de S. Torcato, pagara o sino, o manto da imagem de Nossa Senhora e o restauro da de S. Sebastião.

Após o estoirar do foguete que era o sinal combinado quando o comboio chegasse à estação, logo seguido da música da filarmónica, e mais foguetes a ribombar, acompanhado pela banda, Pancrácio irrompe, finalmente, na décima

cena que se inicia com a fala do rapaz: “Viva o tio brasileiro Pancrácio e mais toda a sua família!”

Eis pois que entra em cena o “tio brasileiro” cuja primeira deixa caricatura o sotaque e a sintaxe do português do Brasil:

“Agradécido, seus moços, agradécido! Vocês mi confundem com seus vivas e musicata! Ó mano qui não deixem-me fugir o mácaco e o papagaio, qui são bichos de estimação elles”.

Como se vê, não é só o registo oral que denota o “brasileirismo” de Pancrácio, ele faz-se acompanhar por duas espécies da fauna brasileira que simbolicamente caracterizavam, no imaginário popular, qualquer português que regressasse daquele país. Depois de reencontrar o irmão e a cunhada Engrácia, Pancrácio é apresentado à jovem Cristina de vinte anos, a enjeitada que lhes fora deixada à porta com tenra idade, agora uma bela rapariga que logo encanta o *brasileiro* com os seus modos educados. Segue-se o jantar que decorre com grande à vontade, criticando-se as afectadas maneiras à mesa da fidalguia que come comida francesa a qual “derranca o estômago, estraga o paladar e dá cabo dos dentes”, reconhecendo-se consensualmente que a melhor cozinha é a portuguesa. Esta unanimidade não é partilhada por Pancrácio que considera que tal juízo só pode ser feito por quem nunca esteve no Brasil onde se come o pirão, tema que dá azo a uma altercação com o juiz que considera que as papas de farinha de mandioca não se comparam ao arroz de forno, opinião que lhe vale, da parte do *brasileiro* o insulto de “caipora”. Aliás, o vinho corre a rodos e os comensais envolvem-se em várias discussões a propósito de ninharias que geram a troca de pequenas injúrias, discórdias essas que humoristicamente exploram a sinonímia de vários léxicos, como os nomes das mulheres do barbeiro e do boticário, respectivamente Inocência e Prudência. A concórdia volta a reinar com a intervenção do padre-cura que lembra que o dia é de festa a qual se destina a homenagear Pancrácio, a glória daquela aldeia que “já lhe deve grandes favores e que ainda lhe há-de dever muitos mais”. Na décima segunda cena entra Alberto, o morgadinho de que Pancrácio se lembra vagamente de lhe ter pegado ao colo e pelo qual já há indícios de Cristina nutrir uma grande afeição. Após o fidalgo tomar assento na mesa e ocorrer um episódio caricato – a mula do padre soltara-se e desatara aos coices à pipa metendo-lhe os tampos dentro o que pusera em risco grande quantidade de vinho para desgosto de todos – seguem-se os discursos da praxe. E, como seria de esperar, o alvo da atenção é Pancrácio, os seus sacrifícios e a sua conduta irrepreensível. O regedor da freguesia alude ao seu trabalho árduo nos “Brasis que diz que são terras de mil diabos, que lá o calor é de rachar, e isso bem se vê porque ele (...) vem negro como um tição” e lembra que “teve sempre bom comportamento moral, civil e religioso”, acrescentando ainda que nunca fora capaz de descobrir “qualquer falcatura que ele fizesse; antes pelo contrário”, pois fora desde sempre “um homem de bem”.

Após os discursos do mestre-escola e do barbeiro, Pancrácio, sem nunca referir a actividade profissional que exercera no Brasil, evoca a difícil integração no país de acolhimento sublimada pela capacidade de enriquecimento:

“Quando eu me fui no Brasil assim que vi ele me parecia que não estava vendo minha terra, hein! Todos mi estavam debicando e mi chamavam pé de boi, já viu? Mas eu lhe ensinei a eles como ganha-se dinheiro, hein? Mi fui no tunel di marmelos, qui deu-me ele p’ra marmelada, hein?”

O acto termina com os imprescindíveis incidentes risíveis: o macaco de Pancrácio foge e o alvoroço instala-se com todos em busca do animal, entre lamentos do *brasileiro* que repetidamente pede para não o machucarem e só sossega quando o agarram; logo em seguida o padre-cura dá a notícia tranquilizadora de que afinal os arremessos da mula tinham atingido não a pipa do vinho mas a da água-pé, ao que todos ripostam, aliviados: “Índa bem! Índa bem!”

O segundo acto decorre novamente em clima de festa, agora na casa nova de Pancrácio, cujo jardim se encontra vistosamente iluminado de balões e tigelinhas, a qual se enche de convidados, “damas e cavalheiros da província, burlescamente vestidos de cerimónia”. O *brasileiro* rejubila de alegria com a beleza da sua casa, que lhe custou “um par di contos di réis, mas ficou obra di gosto”. Recebem então a notícia de que a fidalga e seu sobrinho virão também à festa o que deixa Pancrácio felicíssimo, acordando-se que cada conviva receberá um foguete para lançar no pátio aquando da chegada dos morgados. É com a entrada em cena de D. Joana que o público fica cabalmente ciente, pela boca do próprio Pancrácio, das suas dificuldades económicas antes de emigrar e o valor da fortuna que adquirira:

“Quem me diria a mim quando eu andava olhando por as quintas da fidalga e mi fui no Brasil com dinheiro que emprestou-me ela p’rá passagem qui não envergonho-me di o dizer – eu me tornaria em minha terra com mais di trezentos contos fortes, hein?”

Entretanto, o mestre-escola isola-se para alinhar algumas ideias para a notícia daquela brilhante festa que pretende enviar para o *Campeão das Províncias*, e Pancrácio aproveita para abrir o seu coração ao velho professor: revela-lhe o seu amor por Cristina e pede-lhe para ser seu intermediário no caso amoroso ao que o amigo consente, mas quando o *brasileiro* se afasta continua com os seus apontamentos para o jornal. Quando é interpelado por outras personagens sobre o que fazia, afirma peremptoriamente: “A nossa aldeia só entrou no rol das nações civilizadas desde que o Pancrácio veio do Brasil. É isto mesmo que hei-de dizer no *Campeão das Províncias*”.

O dinheiro do *brasileiro* não só é associado à glória da civilização, como tem a propriedade de valorizar a política local, até então enredada numa teia corrupta e opressora. O dinheiro de Pancrácio protege, liberta e moraliza. É o mestre-escola quem o diz:

“Nós estávamos aqui sem poder erguer a cerviz porque o partido dos tiranos dava-nos para baixo nos nossos direitos. A veniaga, a corrupção eleitoral... tinham-nos arroxeados os pulsos. (...) E ele chegou com o seu dinheiro meteu os tiranos num chinelo! Hoje erguemos a cerviz!”

Entretanto, a intriga amorosa decorre. Num diálogo entre Alberto e Cristina o morgado reitera o seu amor sincero mas a jovem lembra-lhe a distância que os separa, que não passa de uma enjeitada criada por caridade por uns lavradores; não obstante Alberto insistir que sua tia se tornaria uma aliada deste enlace pelo amor que devotava a Cristina a quem tinha dado uma educação esmerada, a jovem assegura-lhe que retribui o sentimento e ainda que não aspire a ser sua mulher, não amará nem casará com nenhum outro homem. Por sua vez, o mestre-escola, determinado em levar avante a sua incumbência, resolve reunir a família André, Engrácia e a filha de criação mas põe-se com tais rodeios que o casal entende que Pancrácio está interessado na própria cunhada e quando ele se aproxima os ânimos exaltam-se. Desfeito o equívoco, Cristina entende que o pedido lhe era dirigido e desmaia. O segundo acto não termina, contudo, sem mais uma glorificação do *brasileiro* de torna-viagem. O regedor, que se havia ausentado para responder a um chamado inesperado do administrador do concelho, regressa com um documento assinado por aquela autoridade o qual lê de forma entrecortada por força de pequenas e caricatas intervenções do seu cabo de ordens. O texto referia-se a Pancrácio como “cidadão prestante”, “patriota exímio” e “benemérito obreiro da civilização e do progresso”. Previsivelmente, tais méritos haviam sido reconhecidos pelo Governo de Sua Majestade que lhe concedia a inevitável comenda de Nossa Senhora de Vila Viçosa. O novo comendador, emocionado, oferece mais um conto de réis para a festa de S. Torcato e anuncia o seu casamento com Cristina. Entre os vivas de todos, a fidalga solta um grito abafado e Alberto clama: “Impossível!”

O terceiro acto traz uma terceira festa – o arraial de S. Torcato – cujo cenário é dominado por uma pitoresca vista campestre tendo ao fundo a igreja engalanada a preceito; a animação reina novamente representada por “romeiros de todas as castas, feitios e condições sociais”. Este é também o dia do casamento de Pancrácio e Cristina. O público fica a saber que fora muito difícil convencer a jovem a aceitar o matrimónio e que apenas anuíra por instâncias da fidalga: a surpresa instala-se no espírito dos espectadores.

A mesma Morgada e o sobrinho tinham movido influências em Lisboa e Alberto, que saíra da capital na noite anterior, traz consigo uma comunicação oficial que se pressente ter particular relevância. Seis cenas depois, a trama precipita-se. Com efeito, é na penúltima cena da peça que os noivos entram e logo o cura os informa da impossibilidade de celebração daquele casamento:

“Senhor comendador Pancrácio tenho o desgosto de lhe anunciar que não pode realizar-se o seu enlace! (...) A noiva não pode contrair matrimónio com o noivo prometido porque a isso se opõem as leis civis e canónicas. É filha do Sr. Visconde de S. Pancrácio e não pode casar com seu próprio pai!”

Perante a estupefacção do *brasileiro*, Alberto comunica-lhe que ele havia sido agraciado com aquele título, como confirmava o documento oficial de que era portador. Com efeito, a comenda não era bastante para dignificar o torna-viagem, tanto mais que agora quer ele quer a filha se iam consorciar com fidalgos e a ascensão social carecia de todos os mecanismos de legitimação. Estão pois reunidas as condições para se revelarem os segredos e fazer os casamentos: Cristina é filha do *brasileiro* e da fidalga pelo que o cura alvitra que ele pode legitimar a filha casando-se com a mãe, e Cristina, que é filha de um homem rico e titulado pode casar com o sobrinho da morgada. Com o vigésimo número musical cai o pano.

3. OS POVEIROS

Esta peça estreou-se no Teatro Nacional do Porto, em 1921, sendo o seu texto da autoria de Henrique Roldão (filho do actor Jorge Roldão) e de Robalo Sales, e a música composta pelo maestro Luz Júnior. Foi levada à cena por uma companhia integrada por grande número de artistas da cidade, tendo o actor Alfredo Ruas como cabeça de cartaz, que interpretou o protagonista, destacando-se ainda Deolinda Sayal no papel de Regina e Soares Correia representando a personagem cómica do Benza-te Deus¹⁷. O repertório musical é variado incluindo o fado, apresentado como um pedaço da “alma nacional”, e os inevitáveis ritmos brasileiros como o maxixe¹⁸.

A estrutura desta peça compõe-se de dois actos – decorrendo a acção do primeiro ao longo de dezassete cenas na Póvoa, e a do segundo no Porto, durante dezoito cenas – nos quais contracenam doze personagens.

O início do enredo desta peça é semelhante ao da anterior. O protagonista – Daniel, um emigrante no Brasil – está de regresso à pátria, esperando-o um clima de grande festa. Mas este não regressa rico, regressa herói nacional. Por que razão?

A trama desta peça baseia-se em factos históricos que se inscreveram indelevelmente na memória da nação. Sobretudo a partir de inícios do século XX, a Póvoa do Varzim foi mais uma localidade do noroeste português que contribuiu para engrossar o fluxo da emigração para o Brasil, no qual predominavam os pescadores, actividade profissional que eximamente desempenhavam e maioritariamente foram exercer nas diferentes paragens brasileiras (Rio de Janeiro à cabeça, mas também Rio Grande do Sul, Pernambuco, Maranhão, Pará, etc.), criando uma “escola” onde se formaram gerações ligadas à faina piscatória¹⁹. Em 1920, com o intuito de nacionalizar a actividade piscatória, o Estado brasileiro promulgou uma lei que obrigava os pescadores portugueses, até Outubro desse ano, a naturalizarem-se brasileiros, a nacionalizarem as suas embarcações e a organizarem campanhas de modo a que dois terços da tripulação de cada barco fosse brasileira. Os poveiros cumpriram as duas últimas determinações, arvorando a bandeira daquele país e passando a trabalhar, após

afixação de editais, com a colaboração de maior número de marítimos brasileiros. Contudo, a primeira condição, mesmo penalizando com a expulsão do país os que não a cumprissem, afigurou-se aos pescadores portugueses impossível de aceitar. Apesar de defendidos nas suas convicções por figuras proeminentes da sociedade e da cultura brasileiras como João do Rio que liderou uma campanha em favor desta causa, as razões dos poveiros não foram ouvidas. Face à recusa da naturalização imposta, foram repatriados às centenas, primeiro do Rio de Janeiro (onde vivia a maior comunidade de pescadores portugueses), depois do Pará, Rio Grande do Sul, Manaus, etc.

A comoção que este episódio provocou em Portugal foi enorme, propagou-se nos jornais, animou a opinião pública, inspirou a literatura, chegou aos fóruns políticos. Estes portugueses humildes foram aclamados por toda a parte, louvados pelo seu gesto patriótico. Os primeiros repatriados desembarcaram em Lisboa, em 31 de Outubro de 1920, onde tiveram uma recepção triunfal; depois, ao longo da via-férrea, o comboio parava nas localidades mais importantes onde multidões se acotovelavam para saudar os intrépidos pescadores. Posteriormente, outros grupos chegaram ao país pelo porto de Leixões, o mais próximo da sua terra natal, mas, evidentemente, este imenso contingente repatriado incluía indivíduos de outras procedências geográficas; sendo os poveiros a maioria, a designação impôs-se e vulgarizou-se.

Como era previsível, um regresso tão súbito e massivo de emigrantes colocava sérios problemas de reintegração profissional nas suas terras de origem, incapazes de proporcionar-lhes o trabalho que antes já faltava e os levou a emigrar. Uma das soluções encontradas foi a partida para o Ultramar – destino tão publicitado pela 1.^a República – pelo que as autoridades da época providenciaram nesse sentido, tendo muitos deles emigrado sobretudo para Angola e Moçambique²⁰.

O assunto que jorrava nos jornais e fez o país vibrar projectou-se num texto dramático, qual testemunha ficcionada de uma realidade social que marcava o país nas convulsões dos últimos anos da República. Não celebrava os emigrantes retornados que aforraram riqueza, exaltava os trabalhadores humildes que regressavam a uma pátria sem perspectivas mas a qual não queriam perder. Assim, o primeiro acto decorre numa aldeia poveira em que não havia “cabana de pescador nem casa de burguês que se não ataviasse” e mesmo os fidalgos haviam posto colchas nas janelas para participarem da calorosa recepção que se preparava para os que volviam a casa. O diálogo de abertura, entre Rita e Luísa, caracterizava-os:

- “São pobrezinhos os que chegam, mas nunca ricaço algum teve tanta festa.”
- “É que os nossos poveiros mostraram que, apesar de longe não esqueceram a terra que os viu nascer.”
- “Não esqueceram a Pátria”.
- “Ou isso!... O que eles fizeram foi muito lindo, pois não foi?”
- “Não to sei explicar... O que sei... é que homens assim, fazem acreditar em Deus.”

E quando alguém pergunta se todos virão naquele dia a resposta remete para o que realmente acontecera, a chegada por grupos e a brilhante recepção na capital: “Vem aos poucos... Hoje uns ... amanhã mais. Disse o administrador que em Lisboa lhes têm feito um cortejo digno de príncipes”.

O protagonista do grupo que naquele dia chega é Daniel, outro enjeitado, criado pela mãe de Luísa, que entretanto morrera, e a sua irmã de criação nutre por ele um amor diferente do fraternal mas com o qual não ousa sonhar pois a sua falecida mãe havia-lhe dito que Daniel fora gerado de fidalgos e um dia haveria de encontrar a sua família, suspeita que alimentava por um cofrezinho que acompanhava a criança quando fora abandonada mas que havia sido roubado sem ela nunca saber o que continha pois uma carta junta pedia que não fosse aberto até o rapaz atingir a maioridade, revelando ainda a epístola que ele era “um filho do pecado, inocente do crime de seus pais”.

Deste segredo são sabedores duas personagens que vêm de fora – Pereira, o feitor do Marquês de Castelo Douro e o morgado, sobrinho daquele aristocrata – por cujo diálogo o público se apercebe que concebem um plano para que o segredo de Daniel nunca venha a ser desvendado para o morgado se tornar herdeiro de seu tio marquês que, aliás, vinha ordenando uma série de pesquisas para encontrar o seu neto. Pois já que tanto o queria encontrar, Pereira e o morgado “arranjaram” um suficientemente decepcionante e canalha de alcunha “Benza-te Deus” que com eles levaram à Póvoa para assistir “à chegada dos homenzinhos e copiar-lhes os modos”. De quem mais receiam na montagem desta artimanha é de Regina, filha do morgado, rapariga digna e esperta que esperam “não dê pela marosca” pois “com o feitio dela ia pôr tudo em pratos limpos ao Marquês”. Luísa suspeita destas duas personagens em conluio, acabando por ouvir parte substancial do segredo, ficando de pé atrás quando eles se aproximam dela para tirar “nabos da púcara”, oferecendo-se o morgado, na qualidade de notário estabelecido no Porto, para ajudar Daniel na busca de seus pais.

Entretanto, o comboio aproxima-se da estação e já se conhecem as virtudes de Daniel: era grato e trabalhador pelo que fora “moirejar para longe” havia já três anos para ajudar mãe e irmã, tinha salvo vários náufragos no Brasil com risco da própria vida, era alegre, valente e bom cantador (como, aliás, convém numa opereta). Em contraste, Benza-te Deus entra em cena e o seu carácter repugna ao próprio Pereira: era estúpido, desonesto e calaceiro, além de profundamente caricato pelo que protagonizará todos os episódios ridículos do enredo.

Por sua vez, Regina e Luísa conversam e tornam-se amigas; a segunda não esconde o amor que sente por Daniel e responde à primeira que ainda não casaram por serem pobres – “Se ele foi ao Brasil foi em cata de melhor ganho!” Desempoeirada, Regina promete um emprego a Daniel como secretário do seu tio e Luísa aflige-se quando ouve novamente o nome do Marquês de Castelo Douro.

Finalmente, na décima primeira cena, Daniel chega. Regina simpatiza com o jovem e reitera a promessa do emprego, o qual Luísa insiste para que Daniel aceite pois pode contribuir para a descoberta da sua família que suspeita ser

ilustre. Inevitavelmente, os morgados ficam furiosos com a persistência de sua filha Regina em levar Daniel para o Porto.

Só na última cena do primeiro acto se realiza a cerimónia oficial de recepção aos poveiros, com a necessária pompa e circunstância, isto é, a filarmónica a providenciar a música e o presidente da freguesia a representar a autoridade política local. Em primeiro lugar, os pescadores locais oferecem a Daniel uma medalha em virtude deste ter mostrado “ao mundo que o valor dos Poveiros era o mesmo de sempre” salvando “dúzias de existências”. Segue-se o discurso do presidente da junta da paróquia, personagem caricata, pouco eloquente e constipada que, apesar de muito interrompida, consegue saudar a coragem e patriotismo dos regressados e finalizar desta forma:

“Poveiros... a Pátria está grata e por minha via envia-vos um cartão com as seguintes letras A. A. S. P. P. ... que quer dizer – a agradecer semelhante prova de patriotismo...!”

Por sua vez, o discurso de Daniel evoca o sentimento dos poveiros confrontados com a ingrata lei brasileira, evidencia o patriotismo popular de gente humilde que prefere a miséria ou a morte a renegar a nacionalidade:

“Senhor Presidente! Cá a gente, homens afeitos a tratar com as ondas, não sabemos dizer palavras bonitas; mas ainda assim, sempre lhe quero agradecer o que nos disse, e ao mesmo tempo gritar bem alto que nenhum de nós sente saudades ou mais aquelas por uma terra onde tão mal nos trataram! A gente andava na nossa faina e vai um dia os da companhia disseram: rapazes, se querem continuar a pescar, têm que renegar a vossa pátria e não pensar mais nela! Foi como se nos tivesse mordido coisa ruim! Não é verdade companheiros!? Não, tudo menos isso! Renegar a nossa terra, a terra que nos viu nascer e que nos deu o primeiro pão que comemos? Renegar o nosso Portugal, a terra da nossa mãe!? Isso antes o mar se abrisse e nos tragasse nas entranhas... Vimos pobres mas Deus há-de ajudar-nos! Eh! Rapazes! Leve o demo tristezas! Aqui ninguém nos há-de obrigar a ser escravos! Remos à uma e ala para a faina que estamos na nossa terra!”

O acto encerra com um conflito entre Daniel e o morgado o qual critica clinicamente a atitude do jovem poveiro com afirmações desta natureza: “Vale bem sacrificar a fortuna por uma terra destas. (...) Julgas que sabem premiar o teu gesto? Enganas-te! Isso era bom para os outros tempos, quando Portugal era outro, quando isto não estava entregue a modernistas.” Daniel retruca que se ele e os companheiros não quiseram ser estrangeiros não foi para que lhes agradecessem mas por convicção – “Somos portugueses e portugueses havemos de morrer!” – e quanto ao sacrifício valia bem a pena: “Então porque a nossa pátria está pobre devemos abandoná-la?”

Desta forma o herói da peça realça a necessidade de defesa da pátria republicana, mesmo pobre e doente, em contraste com o vilão – lateralmente apelidado de talassa – e que representa a reacção ao novo regime.

É no Porto, mais precisamente no palácio do Marquês de Castelo Douro, o verdadeiro avô de Daniel, que decorre o segundo e último acto. O protagonista, exposto, pobre pescador, emigrado e repatriado viu-se alcandorado à condição de herói nacional; todavia, parece não ter ainda atingido nobreza suficiente. Mesmo exaltando a república, este texto confere à sua personagem principal foros de fidalguia, fá-lo descendente da mais alta aristocracia portuense. O fim inevitável é o noivado com Luísa, terminando com a fala do avô marquês que se junta à exaltação patriótica, lembrando a atitude, quase já esquecida, dos heróis que dão o título à peça:

“Daniel, no dia do teu enlace a 1ª vez que erguer a taça será em honra dos povos portugueses, que tão bem te fizeram compreender o brio e o amor da Pátria”.

O velho nobre, que numa das suas falas contestava a igualdade social e afirmava que as “castas distanciam-se mais quando as pretendem irmanar” admitia, por fim, que com o povo se podiam aprender os valores mais elevados.

4. CONCLUSÃO

As duas operetas em análise veiculam representações diferentes do *brasileiro* de torna-viagem. Pancrácio persevera, na maioria dos aspectos, na imagem estereotipada que a literatura portuguesa fixou do retornado que ostentava a riqueza recente mas sem conseguir disfarçar a sua boçalidade e fealdade tanto física quanto moral. Filinto Elísio (1734-1819) foi um dos primeiros escritores que projectou esta visão satírica através da personagem do pedreiro de Samardã que regressa à terra onde adquire todos os luxos que o ouro extraído nas Minas consegue comprar menos educação e boas maneiras. Este tipo do *mineiro* setecentista, com a posterior diversificação das formas de enriquecimento no Brasil, cede lugar ao *brasileiro* que, particularmente Camilo Castelo Branco satirizou nas suas obras, contribuindo para a formação de um mito plasmado em numerosas personagens que se impuseram ao imaginário colectivo pelo seu recorte caricatural e torpeza de carácter.

Nas *Farpas* (1872) Eça de Queirós sublinhava que “o pobre *brasileiro*, o rico torna-viagem, é hoje, para nós, o grande fornecedor do nosso riso” e apontava a hipocrisia de que era alvo, tratado na imprensa por “nosso irmão de além-mar” e por “macaco” nas cavaqueiras informais. Também Ramalho Ortigão, perpassando os quadros da vida nacional, pôs a mira nos minhotos andrajosos que partiam para o Brasil, entre os quais, alguns, vinte ou trinta anos volvidos, regressavam ricos e com adereços tropicais, exibindo no Porto as roupas caras e vistosas; para ele, este emigrante “ou rebenta por lá, e ninguém mais sabe dele, ou vem rebentar à terra e é o *Bisconde*”.

Pelos finais da centúria, a representação do *brasileiro* começou a dar sinais de mudança na literatura portuguesa. Gomes de Amorim cria um *brasileiro* virtuoso e humano, o Domingos Rosmaninho, personagem do romance *As duas fiandeiras*. Mas é *O Brasileiro Soares* (1886) de Luís de Magalhães que melhor reverte a representação pejorativa tradicional; esta personagem partilhava com as anteriores um calvário de trabalho árduo só suportável pela antevisão do regresso que contemplaria o casamento feliz e um fim de vida confortável, mas este homem rude era profundamente generoso, incapaz de qualquer falcatura ou traição. Assim se compreende que, para Eça de Queirós, este romance tenha produzido uma verdadeira reabilitação social, a humanização do *brasileiro*²¹. É nesta linha que se insere o Pancrácio de Sá de Albergaria, ridículo, sempre com os milhões na boca, ingénuo e pouco ilustrado – o seu nome é sinónimo de “pateta” e “idiota” como consagram os dicionários de língua portuguesa – mas de uma integridade imaculada, reiteradamente atestada pelas falas das restantes personagens da opereta.

Já o jovem Daniel corresponde a um tipo inteiramente novo, produzido num contexto histórico-político bem diverso. O seu nome bíblico significa “Deus é o meu juiz” e a ele se associa uma figura conhecida pela sabedoria e justiça, capaz de enfrentar os leões em defesa de uma convicção. O estado de pobreza em que regressa exacerba a sua dimensão de herói nacional porque despreza os bens materiais por não querer renunciar a ser português. O amor da pátria é o seu lema, sintonizando este sentimento com o emblema do nacionalismo que a república estreneamente inculcou.

Duas personagens distintas de *brasileiros*, simultaneamente idênticas: ambas idolatradas no regresso a casa, uma porque representa a possibilidade de investimento e progresso, a outra porque, em tempos de crise nacional, representa a esperança na regeneração da pátria, mesmo abatida.

Não menos sintomático, ambas “nascidas” no Porto, a capital do norte do país, região que mais expressivamente alimentou a emigração para o Brasil nos séculos XIX e XX²².

BIBLIOGRAFIA

- BARATA, José Oliveira (1991), *História do Teatro Português*, Lisboa: Universidade Aberta.
- BASTOS, Sousa (1898), *Carteira do Artista. Apontamentos para a história do teatro português e brasileiro*, Lisboa: Antiga Casa Bertrand.
- BASTOS, Sousa (1908), *Diccionario do Theatro Portuguez*, Lisboa: Imprensa Libanio da Silva.
- CRUZ, Duarte Ivo (1983), *Introdução à História do Teatro Português*, Lisboa: Guimarães Editores.
- LACERDA, Augusto de (1924), *Teatro Futuro. Visão de uma nova dramaturgia*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- MADUREIRA, Joaquim (1905), *Impressões de teatro. (Cartas a um provinciano & notas sobre o joelho) 1903-1904*, Lisboa: Ferreira & Oliveira, L.da, Editores.
- MARINIS, Marco de (1987), “Sociologie”, in *Théâtre. Modes d’approche*, Bruxelles: Éditions Labor.

- MENDES, Olívia de Fátima Marques de Sá (1997), *A Emigração Poveira para o Brasil*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade Portucalense.
- MOREAU, Mário (1994), *Coliseu dos Recreios. Um Século de História*, Lisboa: Quetzal Editores.
- O'DRISCOLL, Robert (1971), *Theatre and Nationalism in Twentieth-Century Ireland*, Great Britain: University of Toronto Press/Oxford University Press.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (2000), “Entre Portugal e Brasil: Ficções e Realidades”, in *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa: CNCDP, p. 213-217.
- PICCHIO, Luciana Stegagno (1969), *História do Teatro Português*, Lisboa: Portugália Editora.
- REBELLO, Luiz Francisco (1972), *História do Teatro Português*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- REBELLO, Luiz Francisco (1980), *O Teatro Romântico (1838-1869)*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- REBELLO, Luiz Francisco (1984-1985), *História do Teatro de Revista em Portugal*, 2 vols., Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- SADIE, Stanley (1994), *The Grove Concise Dictionary of Music*, London: Macmillan Publishers Ltd.
- SILVA, Victor Manuel de Aguiar e (1967), “O teatro de actualidade no Romantismo português (1849-1875)”. *Revista de História Literária de Portugal*, vol. 2, Coimbra.

NOTAS

- 1 MARINIS, 1987: 77.
- 2 SILVA, 1967: 127-128.
- 3 LACERDA, 1924: 64.
- 4 MADUREIRA, 1905: 2.
- 5 Augusto de Oliveira foi o mais prolixo autor português deste tipo de peças pelo que veio a adquirir o epíteto de “Oliveira das Mágicas”, aliás referido no excerto de Luís Madureira atrás transcrito.
- 6 BASTOS, 1908: 128.
- 7 Para esta breve resenha sobre os géneros teatrais apontados foram consultadas várias obras: BARATA, 1991; BASTOS, 1899; BASTOS, 1908; CRUZ, 1983; MOREAU, 1994; PICCHIO, 1969; REBELLO, 1972; REBELLO, 1980; REBELLO, 1984-1985; SADIE, 1994.
- 8 MADUREIRA, 1905: 447.
- 9 MADUREIRA, 1905: 447.
- 10 Sousa Bastos refere-se a Sá de Albergaria como um jornalista do Porto que nesta cidade fizera algumas peças que tiveram algum agrado, sendo conhecido em Lisboa principalmente pelo *Brasileiro Pancrácio*. De entre a sua produção teatral destaca ainda as revistas *O Porto por um Canudo*, *As Pastilhas do Diabo*, *Bicho de Sete Cabeças* e *Filho do Diabo*; a mágica *O Ovo da Galinha Pinta* cujo primeiro acto aproveitou para o *Brasileiro Pancrácio* “porque foi o único acto que agradou”; o apropósito *O Carvalho Milagroso*; e, finalmente, a opereta *O Diabo Loiro* com que em 1897 se inaugurou no Porto o Teatro Carlos Alberto (BASTOS, 1898: 656-657 e 802).
- 11 O estudioso de teatro que temos seguido integra Freitas Gazul entre a dezena de compositores de opereta mais destacados (BASTOS, 1898: 102).
- 12 O manuscrito da SPA a que tivemos acesso data de 1912, tem 203 folhas, o nº de registo 290 e pertencia a Caetano José dos Reis, actor nascido em 1859 que representou dramas, comédias, *vaudevilles*, operetas, mágicas e revistas, nos teatros de Lisboa, Porto e província, além do Brasil que percorreu “desde Manaus a Porto Alegre” (BASTOS, 1908: 268-269). Este manuscrito tem o carimbo do Arquivo da Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses. As transcrições que dele se apresentam apenas atualizam a ortografia, mantendo as incorrecções gramaticais que propositadamente existem no texto.

- 13 Integravam então esta Companhia actores famosos do teatro português que foram intérpretes principais desta peça como Mirita Casimiro, Josefina Silva, Elvira Velez, Vasco Santana, António Silva, Barroso Lopes e o cantor Alberto Reis.
- 14 Ver nota 4.
- 15 BASTOS, 1908: 296-297. Nesta obra, Sousa Bastos incluiu estas peças, bem como *O Brasileiro Pancrácio*, na lista dos “Sucessos Teatrais”. Mas, mais à frente, num rol de 42 textos dramáticos que intitulou “As peças do teatro português (originais ou traduções) que maior número de récitas tem alcançado” só consta *O Brasileiro Pancrácio*, bem como a já citada *Capital Federal*. Já na *Carteira do Artista*, obra deste autor publicada dez anos antes, no índice alfabético relativo a “peças fantásticas e notáveis pelo merecimento ou pelo sucesso que obtiveram” de todas as atrás referidas só consta *O Duque de Viseu*, embora se refira ao *Brasileiro Pancrácio* quando faz o esboço biográfico do autor, como uma peça de costumes “que tem grande número de representações, isto devido em grande parte ao desempenho que alguns artistas, e especialmente o Augusto, deram aos seus papéis, tornando-os quase outros” (BASTOS, 1898: 847-848 e 656-657).
- 16 Trata-se, certamente, de uma corruptela do lundum. Esta música, cantada em terceto por Pancrácio, Alberto e Cristina, fecha o 1º acto e o refrão cantado pelo coro consta dos seguintes versos: “E ó dum dum / triste dum dum / vamos nós fazer tum tum”.
- 17 Os restantes actores eram Cândida Rosa, Sofia de Sousa, Alda Teixeira, Alberto Miranda, Santos Carvalho, Alfredo Pereira, Agostinho Lagos, António Bastos e Manuel Monteiro.
- 18 Mas, ao contrário do anteriormente estudado, este manuscrito não contém a letra das canções; consta de 192 páginas, era cópia de Dário Soares, tem a cota 483/3, e o carimbo “SPA. Sociedade Portuguesa de Autores. Património Cultural”. Tal como se fez para o documento anterior, as transcrições apresentarão uma grafia actualizada.
- 19 MENDES, 1997: 97, 110-111, 115-116.
- 20 MENDES, 1997: 115-126.
- 21 PEREIRA, 2000: 213-215.
- 22 Agradeço ao Dr. Norberto Barroca, prestigiado encenador e mestrando da FLUP, o precioso auxílio no acesso e conhecimento das operetas estudadas.

A PRESENÇA DE BRASILEIROS NO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DE PORTO DE AVE (SÉCULOS XVIII A XX)

Maria Marta Lobo de Araújo

A confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave foi criada em 1732. Em 1730, existia na igreja paroquial de S. Miguel de Taíde, concelho da Póvoa de Lanhoso, uma imagem de Nossa Senhora do Rosário que se encontrava sentenciada à destruição. A precisar de restauro e já envelhecida, esta imagem estava muito deteriorada devido aos “muitos annos [...] [que] a tinhão tirado da perfeição que devemos suppor lhe deu o artifice e perito Escultor”¹, que a criou, e por isso, mandada retirar, pelo visitador, que ordenou a sua destruição.

O Concílio de Trento instituiu visitas regulares a todas as paróquias pelo bispo da diocese ou seus delegados, determinando que, pelo menos, de dois em dois anos estas fossem visitadas².

Nestas deslocações, os religiosos cumpriam funções específicas de averiguação do culto e análise às igrejas e aos crentes. Entre as várias tarefas a desempenhar cabia-lhes visitar as imagens e analisá-las, mandando retirar as que não fossem de anjos ou santos. A “imagem que pela muita velhice, ou por estar mal feita, ou pintada, lhe pareça mais indecente, que devota: mandá-la-á tirar do altar e enterrar na Sachristia, Igreja, ou lugar escuso e apartado, ou soterrar no adro da mesma Igreja”³. Estas eram as ordens contidas nas Contituições Sinodais de Braga de 1697, para todos os visitadores.

A directiva do visitador da igreja de Taíde encontrava-se dentro do estipulado pelas regras da igreja bracarense e com ela procurava-se uma Igreja mais pura, com imagens que fossem admiradas e veneradas pelos crentes. Uma imagem pouco cuidada não abonaria em favor da Igreja, já que a desmerecia e testemunhava algum desmazelo.

O ímpeto do agente da igreja de Braga foi travado pelo devoto Francisco de Magalhães Machado, mestre-escola e morador no lugar de Porto de Ave da referida freguesia. Este devoto pediu autorização ao citado agente para venerar a velha imagem de Nossa Senhora do Rosário e para a retirar daquele local.

Esta imagem estava já fora de uso e provavelmente já tinha sido substituída por uma outra da mesma invocação.

Depois de muito suplicar, o mestre-escola foi autorizado a levar a imagem da igreja paroquial para sua casa, transportando-a em seus braços e envolta numa toalha. Passados poucos dias, colocou-a numa “rude capella de giestas e

coberta de colmo e algumas telhas que lhe vinham apertando os meninos”, no lugar de Porto de Ave. A acreditar na lenda, o lugar era isolado e quase desértico, mas, rapidamente, se transformou num sítio muito procurado pelos peregrinos e devotos⁴.

A criação de muitas capelas, igrejas e santuários que engrandeceram o culto mariano, mas não só, esteve em muitos casos associada a lendas, surgindo para exemplo uma narrativa sempre elogiosa do amparo e protecção da Virgem⁵. Em alguns casos, são várias as lendas que se contam sobre um Santuário, ermida ou capela⁶.

A acção do mestre-escola foi apenas o começo de uma longa história de milagres atribuídos à Senhora de Porto de Ave. Segundo a lenda, pouco tempo depois de a imagem ter sido levada para casa de Francisco de Magalhães Machado, o mesmo fora surpreendido ao encontrá-la profundamente alterada. A velha imagem tinha-se transformado, estando vermelha, dourada e limpa⁷.

Se este foi o primeiro milagre, a lenda relata outros que se seguiram.

Inicialmente, o movimento de devotos era pequeno e as esmolas que traziam eram entregues ao mestre-escola. Depois foi crescendo e com as dádivas dos crentes, Francisco de Magalhães Machado deu início à construção da capela nova, em 1733, tendo, conjuntamente com o seu irmão Carlos, cedido o pedido⁸. O templo ficou pronto em 1735 mas, passados três anos, o mestre-escola pediu uma vez mais licença ao cabido⁹ para o remodelar, por este ser pequeno para tantos devotos.

A capela onde fora depositada a imagem era muito pobre, construída pelo próprio Francisco de Magalhães Machado e seus pupilos, mas já nessa altura a devoção era grande sobretudo por parte destas crianças que, cuidadosamente, criaram condições materiais para instalar Nossa Senhora.

De Nossa Senhora do Rosário, a invocação passou a denominar-se Nossa Senhora dos Milagres, devido às graças e favores que os crentes recebiam e também para não se confundir com a adoração que existia na igreja paroquial. Mais tarde, assumiu a designação de Nossa Senhora de Porto de Ave.

Foi fruto da devoção e do dinamismo de Francisco de Magalhães Machado que o culto a Nossa Senhora cresceu em Porto de Ave. Todos os dias o mestre-escola ia à capelinha com os seus alunos cantar, rezar e colocar flores a Nossa Senhora¹⁰. Práticas que começaram a ser seguidas pelos vizinhos que, muito provavelmente, observavam esta adoração por este pequeno grupo de fiéis. Assim, foi crescendo a devoção a Nossa Senhora dos Milagres, sediada em casa própria, “renascendo como a Phoenix”, para acolher e proteger todos que com fé a ela recorriam “como a Porto seguro de salvamento”.

Foi, precisamente, este movimento de profunda espiritualidade que levou os crentes a instituírem-se em confraria, em 1732. Com a criação desta instituição procuraram perpetuar e engrandecer o culto a Nossa Senhora dos Milagres do Porto de Ave. Simultaneamente, lançaram mão à construção de um novo templo, pois contavam já com inúmeras ofertas dos devotos¹¹. Dois anos passados após a criação da confraria, os irmãos fizeram estatutos e submetem-

-nos à aprovação episcopal, como estavam obrigados. Procuraram munir-se de regras por onde pautassem a sua actuação, criando condições para que a irmandade crescesse. O processo verificado nesta instituição era corrente. Passado pouco tempo de ser erigida, a confraria adoptou estatutos próprios.

Esta devoção cresceu tão rapidamente que, em 1734, “a pobrissima palhoça” em que se encontrava Nossa Senhora dos Milagres foi “substituída por uma solida capela; e esta, decorridos so 20 annos mais, por um magestoso templo com bôas torres, relogio e dous orgãos, e acompanhado de sete capellas para os passos da Senhora, fontes e aquartellamento para romeiros”¹².

Depois de ter erigido a capela, Francisco de Magalhães Machado ficou associado à criação da confraria. Em 1734, assina os estatutos como tesoureiro leigo e o seu irmão Carlos de Magalhães Machado, do lugar de Porto de Ave, é também seu colega de Mesa¹³. Parece tratar-se de um assunto que envolveu a sua família no serviço prestado à instituição.

Os confrades criaram dignidade ao culto, mas ainda não estavam satisfeitos. Passadas duas décadas a pequena capela tinha sido transformada num grande Santuário, com torres, relógio e órgãos. Tinham também edificado sete capelas que dedicaram a Nossa Senhora historiando a sua vida desde a Anunciação até à fuga para o Egipto. Criaram ainda condições de acolhimento aos muitos peregrinos que chegavam, mandando construir casas para romeiros.

Foi à volta da imagem de Nossa Senhora dos Milagres que o Santuário cresceu e se afirmou como local de peregrinação. Duas décadas passadas sobre a criação da confraria, o Santuário recebia peregrinos de quase todo o reino e da vizinha Espanha. Para além desta área geográfica contava com muitos devotos na outra margem do Atlântico.

Foi com os bens e dinheiro trazidos pelos devotos que a confraria iniciou a construção do templo e deu corpo ao estaleiro de obras que se mantém em Porto de Ave durante o século XVIII e no período seguinte.

A adesão ao local e ao culto foi impressionante. Como referem os primeiros estatutos Nossa Senhora “continua suas maravilhas com millagres evidentissimos tais que com elles principiou Templo, e se espera continuarem suntuozas obras fundadas na charidade de seus devotos, e na esperança de que seus servos contribuirão a porção de seu zello, estes convierão em se perpetuar à devoção de Nossa Senhora dos Millagres no Porto de Ave para o que instituem Irmandade à mesma Senhora”¹⁴.

O culto mariano, em crescimento na Europa desde o século XI, foi revigorado na Idade Moderna e expresso através de importantes locais de adoração, alguns vindos já da Idade Média. Enquanto florescia santuários marianos, afirmavam-se também os santuários cristológicos ou alusivos a santos.

Ao longo da Idade Moderna, surgiram por todo o país novos templos dedicados à Virgem Maria, muitos impulsionados por Ordens Religiosas, como aconteceu com o exemplo de Nossa Senhora da Penha, em Guimarães, associado aos Carmelitas Descalços, enquanto outros estiveram ligados a confrarias que se fundaram para cuidar e engrandecer o culto, como se regista em Porto de Ave.

A vontade de edificar um templo digno do culto venerado e, ao mesmo tempo, o cuidado colocado na imagem da respectiva instituição nem sempre tinham eco nas finanças da instituição. Contudo, à medida que as obras avançavam muitos devotos juntavam-se ao esforço empreendido e participavam com doações.

Poucas destas instituições tiveram um começo tão desafogado. Em pouco tempo a confraria recebeu, por certo, muitos benefícios que suportaram todos os gastos¹⁵.

A história da confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave é interessante não apenas pelo seu começo fulgurante e muito rico, mas também pelo que se passou ao longo dos séculos seguintes. Nas últimas décadas do século XVIII, a instituição entrou num clima de “arrefecimento” e de morte não anunciada provocado por uma quebra nas receitas. Desde os primeiros anos do século XIX que a instituição se encontrava em crise, tendo-se arrastado até às suas últimas décadas. Os confrades ainda tentaram revitalizá-la com a aprovação de novos estatutos em 1873, mas a falta de receitas era tão grave e a queda de inscrições de irmãos também que, em 1886, fundaram uma “nova” confraria. Na verdade, a operação constituiu apenas numa criação simulada, porque a confraria era a mesma. Contudo, aparentemente encerrou-se um ciclo e iniciou-se outro, embora na prática tudo continuasse como anteriormente e a situação da “nova” instituição em pouco diferiu da anterior.

O grande mentor da “nova” irmandade foi frei Florentino de Santo Tomás Ataíde e Brito, tendo proposto a criação de uma comissão para redigir os estatutos. Para a integrar, foram designados por ele próprio os padres Manuel Luís Ferreira Monteiro, Joaquim Baptista de Macedo Ataíde, José Custódio de Oliveira e Castro e o senhor António Joaquim Baptista Vieira. Como se constata, a presença de religiosos é quase total. Entre os cinco nomeados para a integram apenas um era leigo. Ora, a criação da irmandade ficou a dever-se a um grupo de seis homens, que assinaram a acta, integrando apenas quatro a comissão de redacção das novas regras.

Presentes desde o início da confraria, os *brasileiros* foram de fundamental importância para a instituição, não apenas porque propagavam o culto, mantendo vivo o seu poder simbólico na América Latina, mas sobretudo pelas esmolas que lhe mandavam.

A presença de *brasileiros* integra uma interessante colónia de portugueses que enviava esmolas e legados para Porto de Ave e, porque mantêm uma forte presença no Santuário, decidimos analisar, ainda que sumariamente, esta emigração.

As crescentes dificuldades económicas, o aumento populacional e o surgimento do ouro e dos diamantes no Brasil, alimentou o desejo da partida e o sonho de mudança fácil e rápida de vida.

Nesta altura, uma grande parte dos *brasileiros* residia em Minas Gerais, local para onde tinham partido com vista à realização de um sonho: o de enriquecer e voltar para Portugal. Muitos nunca o conseguiram concretizar, mas outros fizeram a *torna-viagem*, passados muitos anos.

A percentagem dos que retornaram ricos não era muito elevada quando comparada com a modesta situação vivida pela maioria. Contudo, deu vigor à ideia de grandeza, poder e riqueza, que alguns ostentavam, alimentando o imaginário sobre um Brasil que potenciava bem-estar a todos os que lá chegavam.

A corrente migratória para o Brasil começou logo no século XVI, tornando-se mais forte no período seguinte. Porém, foi nos séculos XVIII, XIX e XX que se registaram os maiores fluxos de gente para o Atlântico Sul.

O maior contingente de migrantes partiu do Noroeste de Portugal, da região do Minho, procurando sair de uma situação que lhes era muito desfavorável. Foram ainda empurrados pela pressão demográfica¹⁶. O forte crescimento demográfico e a possibilidade de beneficiar um herdeiro em desfavor de outros, levou a que muitos homens e as próprias famílias perspetivassem o Brasil como ancoradouro dos que não participavam na sucessão. O ingresso na carreira eclesiástica, a saída temporária para Castela, Lisboa ou Alentejo constituíram outros mecanismos utilizados pelos “excluídos da herança”¹⁷.

Uma das actividades a que estes portugueses se entregaram foi a da lucrativa produção da cana. A produção açucareira do Brasil terá começado a florescer na segunda metade do século XVI e intensificou-se no período seguinte, graças às boas condições que reunia o Nordeste. “O Recôncavo da Bahia e a várzea de Pernambuco tinham não só os solos apropriados como grandes áreas de massapé, mas também, as vantagens dos rios [...] que forneciam a água e a energia para as fábricas, proporcionando um transporte fácil até ao porto”¹⁸. Ao Nordeste juntaram-se outras regiões. Em finais do século XVII, o Rio de Janeiro contava 600 engenhos de grande porte, participando também na exportação deste produto¹⁹.

Os lucros auferidos no comércio foram em muitos casos aplicados na compra de engenhos, servindo a actividade comercial como trampolim para outra função mais rentável²⁰.

Este comércio dominou o mercado europeu até meados de Seiscentos, período a partir do qual os problemas internos com a ocupação e a expulsão dos holandeses terão prejudicado esta economia²¹.

Era uma actividade muito lucrativa que envolvia um volume grande de mão-de-obra, constituído à base de escravos africanos e de afro-brasileiros. Rapidamente, suscitou interesse aos portugueses que começaram a procurar as terras de Vera Cruz, tornando-se senhores de engenhos e envolvendo-se noutras actividades igualmente rentáveis.

Durante o século XVIII, os portugueses que se encontravam no Rio de Janeiro desempenharam um papel de relevo nas diferentes actividades comerciais, destacando-se como pequenos retalhistas ou negociantes de grosso trato²².

Associada à produção açucareira estava a criação de gado em propriedades de grande dimensão. O esforço financeiro para entrar nestas actividades era enorme e obrigou muitos donos de engenhos a recorrerem ao crédito.

Uma grande parte dos *brasileiros* referia viver em Minas Gerais, particularizando, em alguns casos, o lugar onde assistiam.

Logo que as minas foram descobertas, o caudal de homens que partiu para o Brasil foi imenso e integrou não apenas leigos, mas também sacerdotes. De tal forma esta derrama foi sentida na sociedade portuguesa que D. João V teve necessidade de a impedir, cerceando a partida.

Depois da “febre” do ouro, Minas Gerais perdeu a capacidade de mobilizar tantos emigrantes e São Paulo atrai também poucas gentes desta região. Mas cresce em importância o Rio de Janeiro, para onde muitos portugueses se deslocaram, ocupando múltiplas profissões.

Desde sempre que os emigrantes portugueses no Brasil enviaram esmolas a Nossa Senhora de Porto de Ave.

Logo que o Santuário começou a ter fama, surgiram esmolas do Brasil, testemunhando a presença de muitos homens desta região na colônia sul americana e a sua ligação a Porto de Ave. Em 1736, “já havia uma boa porção de dinheiro vindo do Brasil”²³.

As ofertas eram quase sempre em dinheiro, mas houve também quem enviasse ouro e mantos para Nossa Senhora.

A dedicação aos mais pobres, a participação em actos de beneficência e a dádiva de fundos para igrejas, capelas e altares foram correntes num certo tipo de *brasileiros*, que preferiu estas acções para se tornar reconhecido²⁴.

A chegada de dinheiro cumpria múltiplas finalidades. Muitos foram os casos de defuntos que não conseguiram cumprir a promessa feita a Nossa Senhora em vida. Deixaram, no entanto, essa tarefa aos seus testamenteiros e/ou familiares que assumiam a responsabilidade de fazer com que sua alma descansasse em paz.

Nem sempre as ofertas chegavam ao Santuário pela mão dos que fizeram as promessas. No caso dos *brasileiros*, a oferta foi geralmente mandada por familiares ou amigos, gente que vinha para o país de origem e trazia a obrigação de “pagar uma promessa” feita por outro. Várias vezes essa obrigação foi efectuada por um terceiro. Esta situação registou-se quando o que regressou ficou na capital onde tinha casa e negócios, pedindo a um intermediário que residia ou vinha ao Norte que honrasse o seu compromisso. Em 1764, chegou uma oferta de “uns brincos de ouro com aljofres, os quais entregou seu procurador Pedro Martins Gonçalves, testamenteiro do defunto sargento-mor António da Costa Cardoso, da cidade do Porto”. Esta oferta tinha sido mandada por Manuel da Costa, morador no Rio de Janeiro.

Em 1789, o sargento-mor João António da Silva, testamenteiro de Gabriel João da Silva, enviou por Manuel de Oliveira Santos 12 800 réis, em “satisfação do determinado pelo testador em seu testamento”²⁵. Geralmente, era o testamenteiro quem honrava o legado, mas quando não o podia fazer servia-se de um intermediário, fazendo com que o dinheiro chegasse ao seu destino.

Era prática corrente a redacção dos testamentos ser efectuada pouco tempo antes da morte, para se determinar as últimas vontades, respeitantes ao funeral, aos legados pios e à herança. Tratava-se de um momento importante, que servia para fazer um balanço da vida e regular o *post mortem*. Aqui se expressavam todos os desejos, se evidenciavam sentimentos, se subentendiam amarguras, se

acertavam contas e se deixavam transparecer arrependimentos. Neles se confessava o receio do momento da passagem, referindo-se que temiam a morte porque sabiam do julgamento que ocorreria perante Deus²⁶.

O estabelecimento de sufrágios perpétuos em conventos, irmandades, paróquias e Misericórdias tornou-se igualmente corrente por parte dos *brasileiros*. Transferiram importantes somas de dinheiro para estas instituições como meio de suporte dos seus legados, tornaram-se contribuintes activos, proporcionando interessantes obras de acção social, de promoção educacional e de remodelação e apetrechamento das próprias instituições.

Devido ao processo, nem sempre foi fácil o dinheiro chegar e levava algum tempo até ser entregue no templo. Era necessário encontrar a pessoa certa, esperar pela sua viagem ou mesmo aguardar que outro servisse de intermediário. Vejamos o caso de um benfeitor, morador em Minas Gerais, que mandou, em 1794, entregar 7 130 réis. Deu o dinheiro ao tenente Leandro de Faria Leite, que por sua vez se serviu do capitão António Francisco Guimarães para o fazer chegar a Porto de Ave²⁷. Os processos eram morosos e com frequência envolviam várias pessoas.

Todos os que optaram por esta dádiva eram do Minho e na sua maioria escolheram portadores também vizinhos. Desta forma, pensavam estar assegurada a entrega, uma vez que com mais facilidade os portadores se deslocariam até Taíde, não apenas para cumprir a obrigação que transportavam, mas também para agradecer graças pessoais e rever o Santuário onde tinham ido várias vezes.

Os benfeitores de Porto de Ave ocultaram geralmente as razões da sua piedade, tornando-nos quase sempre incapazes de conhecer o benefício que agradeciam. Todavia, Narciso Martins da Costa Guimarães, residente na cidade da Bahia, enviou, em 1792, 622 500 réis a Nossa Senhora, por Domingos Martins da Costa, da cidade do Porto, em cumprimento de “uma promessa que lhe tinha feito pello bom sucesso dos seus negocios”. Ordenou que este montante fosse aplicado “numa lampada de prata que de pezo e feitio absorber se a dita quantia”²⁸. Ou seja, o benfeitor exigia que toda a sua dádiva se gastasse no cumprimento desta vontade. Homem de negócios e bem sucedido, Narciso Martins da Costa Guimarães agradecia, desta forma, o seu bem-estar. Pelo mesmo portador mandou mais 16 000 réis, sem os vincular a nenhum fim específico²⁹. Esta foi uma esmola invulgar. Mais nenhum outro benfeitor doou um montante que se aproximasse. Era necessário ser muito rico para despender tanto dinheiro.

O gesto deste homem de negócios foi comum aos bem sucedidos, que através das suas acções não apenas exibiam a sua condição de homens ricos como engrandeciam algumas instituições religiosas e de assistência. Actos de filantropia e de solidariedade social foram igualmente praticados por este grupo de homens³⁰.

Alguns dos *ex-votos* existentes no museu de arte sacra do Santuário reportam-se também a certos homens que partiram para o Brasil, materializam o medo de alguns viajantes, a fé na Virgem e o agradecimento de muitos *brasileiros*, frequentemente alegando casos de doença.

“Eu Antonio Jose Pinto Brandão natural da cidade de Guimarães, residente no Imperio do Brazil achando me infermo de molestia ao peito e deitando sangue pela boca e apegando me com a Milagroza Senhora de Porto d’Ave, ella fez o Milagre que tanto eu ansiava, tendo prometido oferecer a sera logo que chigase a Portugal e ser lhe dado em sera ou em dinheiro o que comferi e quero que a dita esmola seja aplicada para obras...”³¹.

A quantia era de 24 000 réis e o doador exigiu que fosse aplicada com o fim que declarou. Foi uma doença grave que, em 1861, aproximou António José Pinto Brandão do Santuário de sua devoção³².

Noutros casos, a finalidade do dinheiro foi associada a gastos com cera ou com missas cantadas.

Há ainda casos que se reportam a temporais no mar. Gente que estava de partida para o Brasil, para a região de Pernanbuco, ou regressava da América portuguesa e conheceu as tempestades do Atlântico. O agradecimento que João António de Castro, de Taíde, deixou no século XIX, pormenoriza os dias da tempestade. Depois de 12 dias de intempérie, o devoto invocou a protecção da Virgem de Porto de Ave e, de imediato, o temporal “abonançou”. Como manifestação do seu agradecimento, em 1848, deixou em seu testamento 20 mil réis para o Santuário. Também Simão Pereira do Lago, da freguesia de São Romão da Carvalhosa, conheceu a irritação do mar, em 1753, quando entrava na barra de Lisboa. Este devoto de Nossa Senhora invocou o acontecimento num *ex-voto* que lhe dedicou, em 1753. Em 1787, aquando da sua morte, mandou-lhe de Vila Rica, Brasil, 89 600 réis para obras³³. Estas manifestações de agradecimento, constituem testemunhos de ligações fortes que não se perdiam, embora já tivessem passado muitos anos, sobre a partida para a colónia portuguesa da América.

O agradecimento que João António Carvalho fez através da sua pintura mandada para Porto de Ave dizia respeito a uma situação de doença. Este homem que vivia em Ouro Preto, Minas Gerais, estava enfermo de “hua grande malina” e sentenciado à morte pelo cirurgião. Valeu-lhe o recurso à Virgem que lhe deu “saúde perfeita”.

Também José Joaquim Gonçalves e sua mulher Maria Gonçalves, eram moradores no “Império do Brazil”. Temendo serem infectados pela cólera, imploraram a protecção da Virgem porque desejavam vir para sua casa fora de perigo. Recebida a graça, o casal ofereceu “um bom vestido para a Senhora, um lustre de vidro, compor o Orgão e completar a capela do Menino entre os Doutores”. A recepção de tão grande graça levou estes fiéis a participar obras numa capela dos calvários e no Santuário e a realizar algumas compras para o mesmo. Os *brasileiros* recordavam Porto de Ave em situações de aflição. A travessia do Atlântico e a doença constituíam os maiores temores. Por isso, colocavam a sua vida nas mãos da Virgem da sua terra e aguardavam a sua protecção³⁴.

Todo o século XIX foi muito difícil para a irmandade. Em finais deste período, as dívidas acumularam-se e não se vislumbravam soluções para retirar o Santuário do “marasmo” em que se encontrava.

Em 1867, o défice era de 239 000 réis, facto que levou o governador civil de Braga a recomendar que o mesmo fosse “morto pela receita ordinaria do futuro anno economico e pelo producto d’uma subscripção que o actual capelão promove no Império do Brasil”³⁵. Este peditório que o religioso Caetano José da Cruz Barros diligenciou junto de familiares e amigos no Brasil surtiu alguns efeitos. A solução encontrada foi pedir junto de conhecidos no Brasil, ajudando-o a realizar algumas obras e a não agravar o défice.

Assinala-se, contudo, a dificuldade em angariar receitas, bem como o expediente utilizado para facturar novos ingressos. Esperava-se que futuramente o défice fosse amortizado não apenas com as verbas do ano económico, que se sabiam serem sempre pequenas, mas sobretudo com uma verba que viria do Brasil. Também na confraria se nota, especialmente a partir do século XIX, a esperança da chegada de dinheiro do Brasil, aguardando-se que ele solucionasse os problemas da instituição.

A estratégia utilizada pela confraria de Porto de Ave foi comum neste período. Outras instituições seguiram o mesmo método para conseguirem fundos que lhes permitiram obras de remodelação. No século XIX, as Ordens Terceiras do Porto lançaram campanhas de angariação de fundos junto dos emigrantes portugueses no Brasil para prosseguirem com as obras que tinham em curso. Serviram-se de elos de ligação, normalmente, dos próprios irmãos, para mais facilmente chegarem aos benfeitores³⁶.

Se nos séculos XVII e XVIII, o Brasil alimentou muitos sonhos de vidas melhores, no século XIX esperava-se em Porto de Ave que o mesmo resolvesse os problemas financeiros da instituição e promovesse os melhoramentos que a mesma estava impossibilitada de realizar.

Em 1874, com o “terreiro novo” pronto e as capelas em obras, era necessário fazer chegar água das capelas até ao terreiro. Soube deste empreendimento D. Amélia Francisca da Costa Cabral, residente no Rio de Janeiro, a qual mandou 219 300 réis, em 1878, em cumprimento de uma promessa feita pelo seu defunto marido. O dinheiro chegou vinculado às obras já iniciadas “no grande incanamento da nova agoa derigida ao novo terreiro entre as Capellas dos Doutores e fugida para o Egipto”³⁷. O montante chegou em boa hora e com ele se procedeu a um novo impulso nas alterações sofridas por este espaço de culto. Fica-nos, porém, a dúvida sobre o conhecimento apresentado por esta senhora sobre o estado das obras. Teria ela mantido contactos anteriores com a confraria? Ou saberia do andamento das obras através de familiares? Independente da fonte da notícia, realça-se a importância dos *brasileiros* nas benfeitorias que patrocinaram neste e em muitos outros santuários³⁸.

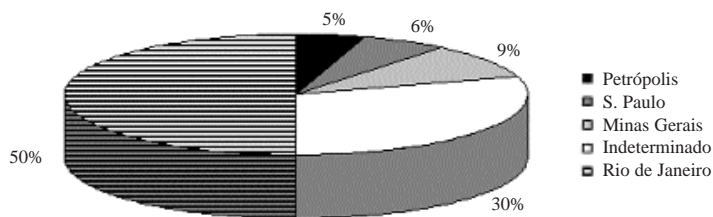
A Porto de Ave chegaram também esmolas que se prendiam directamente com a imagem de Nossa Senhora. Foram vários os devotos que deixaram dinheiro para aquisição de mantos novos, de tal forma que a dádiva chegada do Rio de Janeiro, em 1785, para um manto foi aplicada em obras que estavam em curso, em função da Senhora “ter Mantos sufficientes”³⁹.

Em 1926, a confraria recebeu uma esmola de 100 escudos de um benfeitor, residente no Rio de Janeiro, embora natural da freguesia de Arosa. Este devoto mandou ainda um manto para Nossa Senhora que o próprio arcebispo do Rio escolheu.

A oferta de paramentos, mantos, alfaías litúrgicas, jóias com pedras preciosas foi muito corrente. Os *brasileiros* procuravam engrandecer a instituição a que estavam ligados, muito frequentemente da sua terra ou de terras vizinhas, sua conhecida, associando o seu nome a acções de melhoramento e de promoção. Estes gestos ficavam, normalmente, assinalados com a sua inscrição como irmãos beneméritos e/ou com retratos que a confraria mandava fazer, perpetuando a sua memória⁴⁰.

Os livros de registo existentes para os finais do século XIX e para o século XX possibilitam analisar os *brasileiros* já não apenas como doadores mas também como membros da instituição. Mesmo longe, estes portugueses mantinham-se ligados a uma instituição, que muitos nunca chegaram a conhecer.

Gráfico 1: Distribuição geográfica dos irmãos emigrantes no Brasil (1903)



Fonte: ACNSPA – *Livro de registo dos irmãos*, 1903, fls. 8-8v.-78v.

O gráfico 1 regista a morada dos *brasileiros* inscritos na confraria, em 1903. Trata-se de uma síntese feita pelo secretário no ano assinalado, embora muitos se tenham alistado antes. Sabemos também que até 1929, os portugueses residentes no Brasil continuaram a ingressar como confrades.

A análise do gráfico permite constatar que metade dos inscritos residia no Rio de Janeiro.

Só esta cidade recebeu 75% da emigração total portuguesa entre 1870 e 1874⁴¹.

Estudamos em particular a residência dos irmãos *brasileiros*, de ambos os sexos, e como se demonstra no gráfico, o maior número habitava nesta altura no Rio de Janeiro⁴².

Assinala-se também o número de indeterminados, gente de quem não se conhecia a morada. Embora distantes, estes devotos da Virgem de Porto de Ave mantinham-se interessados em integrar o corpo de irmãos.

Quem eram estes *brasileiros*? O livro de matrículas possibilita conhecer o perfil destes confrades. Normalmente, alistava-se o casal e os seus filhos ao

mesmo tempo ou outros membros da família que estavam no Brasil. José Ribeiro Guimarães, homem de 59 anos, casado e proprietário, residia em Ouro Preto, Minas Gerais, em 1888. Alistou-se com seu irmão Joaquim Ribeiro Guimarães, também casado, proprietário, de 46 anos e igualmente residente em Ouro Preto, Minas Gerais. No mesmo dia foi registada D. Joaquina Clara Guimarães, casada, de 33 anos, proprietária e moradora em Ouro Preto, Minas Gerais⁴³. Esta senhora seria esposa de um dos mencionados, mas o seu marido não foi identificado.

Embora os casos registados sejam de pessoas casadas, muitos que se alistaram na irmandade de Porto de Ave eram solteiros. Em 1887, foram integrados Maximiliano Joaquim de Almeida, Constantino Joaquim Vieira, Manuel José Alves e António Ribeiro da Silva, todos solteiros e negociantes. Os três primeiros mantinham-se no Brasil, mas António Ribeiro da Silva já tinha regressado e morava em Braga⁴⁴.

Sobre muitos *brasileiros* não foi referida a proveniência geográfica, mas sabe-se que alguns eram dos concelhos da Póvoa de Lanhoso, Braga e Guimarães. Quando regressavam iam frequentemente viver para Braga, onde instalavam a sua vida e mantinham negócios com o Brasil.

Como a vinda a Portugal não ocorria muitas vezes, aproveitava-se algum amigo ou familiar que vinha ao país para fazer a matrícula de todos os que desejassem. Era o transportador da incumbência que fornecia os dados, os quais eram passados para os livros, registando-se juntamente todos os *brasileiros*. Joaquim Gomes de Castro, natural de Taíde e residente no Rio de Janeiro, inscreveu-se em 1899, conjuntamente com sua mulher Josefa Lucas de Castro e a sua filha Leocádia Gomes de Castro⁴⁵.

Neste mesmo ano, alistou-se o visconde de Taíde, natural da freguesia de Taíde e residente no Rio de Janeiro, tendo-lhe sido facultada a entrada gratuita em “signal de respeito”. Também sua esposa ingressou gratuitamente por ser benemérita⁴⁶. A entrada deste homem interessava à irmandade. Tratava-se de uma pessoa rica da terra que a prestigiava e, simultaneamente, podia contribuir para patrocinar melhoramentos. Por isso, e por “respeito”, os mesários decidiram incorporá-lo no rol de irmãos.

Todos os casos que foram integrados como membros eram homens e mulheres de posses que desempenhavam actividades lucrativas e/ou tinham alcançado sucesso na sua vida de emigrantes. Ligados pela sua crença a Porto de Ave, mantiveram-se também recordados pelo significado das suas dádivas, constituindo um capital simbólico muito importante para a confraria. Os gestos que, simultaneamente, procuravam salvar a alma do benfeitor, ao associar o seu nome a um acto público reconhecido e ao recordá-lo eram também colocados no rol mais estreito dos *melhores* beneméritos.

O envio de esmolas, o “cumprimento de promessas”, a participação financeira em melhoramentos e a invocação da graça recebida nos *ex-votos*, conferiu uma forte presença aos *brasileiros* no Santuário. Marcas perpetuadas nos livros de registo, nos retratos, que se ostentavam na sala dos benfeitores e na

memória dos confrades, fazem recordar a comparticipação deste grupo, que os confrades invocavam sempre que necessitavam para angariar novas esmolas e outras comparticipações destes beneméritos.

FONTES

- ACNSPA (Arquivo da Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave, 1734) – *Estatutos da irmandade de Nossa Senhora dos milagres do Porto de Ave na freguezia de Sam Miguel de Thaide concelho de Lanhoso*, fl. 1 e 6.
- ACNSPA (1772-1795) – *Este livro ha de servir pera nelle se assentarem todas as esmolas de dinheiro e peças de ouro, prata e mais trastes*, fl. 126, fl. 210, fl. 236v.
- ACNSPA (1774-1888) – *Este livro ha de servir para o reverendo cappelam administrador Manuel Francisco Mattos que actualmente para os mais que renovo e entrarem, e servirem alguas esmolas particulares e alguns prometimentos com applicação de obras certas e especificadas para este Santuario de Nossa Senhora de Porto de Ave*, fl. 16, fl. 20, fl. 35, fl. 39.
- ACNSPA (1886-1942) – *Este livro ha de servir para matricula dos irmãos da confraria de Nossa Senhora de Porto d’Ave erecta na freguesia de S. Miguel de Thaide do concelho da Povoada de Lanhoso*, fls. 29-30, fls. 78-78v, fl. 198v, fl. 203v.
- ACNSPA (s.d) – *Livro do recebimento do dinheiro...*, fl. 172v.
- ACNSPA (1903) – *Livro de registo dos irmãos da confraria*, fls. 8-8v.-78v.
- ACNSPA (1886) – *Projecto de estatutos para a confraria de Nossa Senhora de Porto d’Ave*, fl. 2.
- ACNSPA (1886-1892) – *Tera de servir este livro para n’elle se escripturar a receita e despesa do Santuario de Nossa Senhora de Porto d’Ave*, fl. 4v.
- Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos Noronha no anno de 1639 e mandadas emprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa Arcebispo e Senhor de Braga Primas das Hespanhas em Janeiro de 1697, 1697, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes.

BIBLIOGRAFIA

- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado (1997), *Os senhores da terra: famílias e sistema sucursal entre os senhores do engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*, Campinas: Centro de Memória-UNICAMP.
- CARVALHO, Joaquim Ramos de; PAIVA, José Pedro (2001), “Visitações”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, Lisboa: Círculo de Leitores.
- CAVALCANTI, Nireu (2004), *O Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construção da cidade. Da invasão francesa até à chegada da Corte*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- COUTINHO, João António Rodrigues de Azevedo (2005), *Descrição do Santuário e Romaria de N.ª S.ª do Porto de Ave*, S.l., Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave.
- DURÃES, Margarida Pereira Varela (2000), *Herança e sucessão. Leis, práticas e costumes no termo de Braga (séculos XVIII-XIX)*, vol. I, Braga: Universidade do Minho.
- FERREIRA, Manuel José V. (1994), “Santuário de Nossa Senhora da Fé (Castelões, Vieira do Minho)”. *Theológica*, II série, vol. XXIX, fasc. 2.
- FRAGOSO, João (2001), “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e da sua primeira elite senhorial (séculos XVI-XVII)”, in *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVII)*, org. João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvea, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo (2001), “Negociantes, Mercado Atlântico e Mercado Regional. Estrutura e dinâmica da praça mercantil do Rio de Janeiro entre 1790 e 1812”, in *Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*, org. Júnia Ferreira Furtado, Belo Horizonte: Editora UFMG.
- LAGES, José Manuel Gonçalves da Silva (1998), *A Confraria de Nossa Senhora do Carmo, a sua influência no Vale do Este e o papel dos “Brasileiros”*, Braga: Universidade do Minho.
- LEAL, Pinho (1876), *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário geographico, estatistico, choro-graphico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, VII Volume, Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia.
- LOPES, Maria Antónia (2001-2002), “Emigração e população em finais do século XIX. A miragem do Brasil no concelho de Meda (1889-1896)”. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV.
- PUNTONI, Pedro (2004), “As guerras no Atlântico Sul: a Restauração (1644-1654)”, in *História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores.
- RODRIGUES, Henrique (2000), “Análise à emigração para o Brasil através dos livros de recenseamento militar”. *Cadernos Vianenses*, tomo 28.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (2000), “Misericórdias, Portugueses no Brasil e *Brasileiros*”, in *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.
- SCHWARTZ, Stuart (1998), “A ‘Babilónia’ colonial: a economia açucareira”, in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores.
- SERRÃO, Joel (1982), *A emigração portuguesa*, 4.^a edição, Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVA, Francisco Ribeiro da Silva (1998), “Brasil, *Brasileiros* e Irmandades/Ordens”, in *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.
- SOARES, Franquelim Neiva (1997), *A arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)*, Braga, Universidade do Minho/Governo Civil de Braga.
- VIEIRA, José Augusto (1887), *O Minho pitoresco*, tomo I, Lisboa, Livraria António Maria Pereira.

NOTAS

- 1 ACNSPA, 1734, fl. 1.
- 2 CARVALHO e PAIVA, 2001: 365-369.
- 3 Constituição *Sinodais do Arcebispado de Braga...*, 1697: 480.
- 4 ACNSPA, 1886, fl. 2.
- 5 SOARES, 1997: 554-556.
- 6 Para o Santuário de Nossa Senhora da Fé (Castelães, Vireira do Minho) contam-se duas lendas. Uma delas passa-se também com uma criança e descreve acção protectora de Nossa Senhora a uma jovem que estava perdida na neve, sem conseguir encontrar o caminho para casa, sendo a Virgem Maria que a iluminou e a colocou na direcção da sua morada (FERREIRA, 1994: 311-319).
- 7 VIEIRA, 1887: 509.
- 8 COUTINHO, 2005: 20-22.
- 9 Entre 1728 e 1741 a igreja bracarense viveu um período de *Sede Vacante*.
- 10 ACNSPA, 1886, fl. 2.
- 11 ACNSPA, 1734, fl. 1.

- 12 ACNSPA, 1886, fl. 2.
13 ACNSPA, 1734, fl. 6v.
14 ACNSPA, 1734, fl. 1v.
15 As fontes para este período são escassas e não permitem avaliar com segurança os legados recebidos.
16 SERRÃO, 1982: 107.
17 SÁ, 2000: 119.
18 SCHWARTZ, 1998: 214.
19 FRAGOSO, 2001: 31.
20 BACELLAR, 1997: 110.
21 PUNTONI, 2004: 283-288.
22 Alguns destes negociantes mantinham relações comerciais com o reino e com África (CAVALCANTI, 2004: 75-76).
23 LEAL, 1876: 555.
24 VIEIRA, 1887: 772.
25 ACNSPA, 1772-1795: fl. 126.
26 DURÃES, 2000: 62.
27 ACNSPA, 1772-1795: fl. 236v.
28 ACNSPA, 1774-1888: fl. 20.
29 ACNSPA, 1772-1795: fl. 210.
30 SILVA, 1998: 138.
31 ACNSPA, 1774-1888: fl. 35.
32 RODRIGUES, 2000: 95-108.
33 ACNSPA, s.d: fl. 172v.
34 Esta situação foi corrente. Muitos emigrantes portugueses no Brasil recorreram aos santos que conheciam bem num momento particularmente difícil das suas vidas para implorarem a sua protecção.
35 ACNSPA, 1866-1892: fl. 4v.
36 SILVA, 1998: 142.
37 ACNSPA, 1774-1888: fl. 39.
38 Para a confraria e Nossa Senhora do Carmo, concelho de Vila Nova de Famalicão, ver LAGES, 1998: 139-182.
39 ACNSPA, 1774-1888: fl. 16.
40 LAGES, 1998: 343-345.
41 LOPES, 2001-2002: 393.
42 Desde finais do século XVIII que o Rio de Janeiro era uma praça dinâmica em termos comerciais e não apenas com o reino, mas também com o estrangeiro (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001: 155-177).
43 ACNSPA, 1886-1942: fls. 78-78v.
44 ACNSPA, 1886-1942: fls. 29-30.
45 ACNSPA, 1886-1942: fl. 198v.
46 ACNSPA, 1886-1942: fl. 203v.

AS COMUNIDADES PORTUGUESAS NO BRASIL NO PRESENTE

Francisco Knopfli

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PORTUGUESA NO BRASIL

De acordo com os elementos disponíveis – quando era embaixador em Brasília (2001) – a população portuguesa residente no Brasil era estimada entre 500 000 e 700 000 pessoas. O número de portugueses inscritos era de 322 381 e o número de luso-descendentes, em primeiro grau, situava-se em 1 330 000.

Comparativamente com os dados sobre a estimativa da população residente, de 1996, ano em que a população se situava entre 800 000 e 1 000 000 indivíduos, registou-se um decréscimo que poderá ter resultado de um número significativo de famílias ter regressado a Portugal, sobretudo as que se fixaram neste país depois do 25 de Abril, e, por outro lado, provavelmente a ocorrência de óbitos devido ao envelhecimento da população. A população originária portuguesa apresentava faixas etárias elevadas, existindo uma grande percentagem de indivíduos com idades compreendidas entre os 55 e os 75 anos.

De notar, que estes valores resultaram de elementos apurados pelos consulados portugueses e associações existentes, razão pela qual apenas poderão ser considerados como uma estimativa. Aliás e como que testemunhando a grande dificuldade na obtenção de valores mais exactos, poder-se-á referir que o Recenseamento Geral Brasileiro de 1980 apresentava um valor total de portugueses de cerca de 348 815. O Censo de 1991 apresentava um total de 263 616 nacionais (140 325 homens e 123 291 mulheres), correspondendo o número de cidadãos naturalizados brasileiros a 14,71% do total. No Rio de Janeiro residiam 105 711 portugueses, dos quais 4,71% estavam naturalizados brasileiros. Por outro lado, os portugueses residentes em São Paulo ascendiam a 131 248, encontrando-se 7,17% do total, naturalizados brasileiros.

Dados sobre inscrições consulares activas, de Maio de 2003, indicavam que o seu número se situava em 652 396 (451 352 e 143 921, respectivamente nos Consulados Gerais do Rio de Janeiro e de São Paulo).

Quanto às zonas de fixação, verificava-se em 2001, que os portugueses se encontram distribuídos por todo o país, havendo uma maior incidência nos Estados do Rio de Janeiro (40,9%) e de São Paulo (40,2%). Nestes Estados, residiam 75,2% dos luso-descendentes.

A população portuguesa é em grande parte originária do norte e centro e das Regiões Autónomas da Madeira e Açores. A partir de 1974/1975 verificou-se a entrada de um número apreciável de portugueses oriundos das ex-colónias, em particular de Angola.

Os trabalhadores portugueses apresentam uma actividade altamente produtiva e diversificada, fazendo-se sentir em quase todos os ramos económicos, designadamente no comércio, indústria, hotelaria, agricultura, pecuária e serviços.

Verifica-se, no entanto, uma melhoria do estatuto profissional dos portugueses durante as últimas décadas, registando-se um ingresso significativo de indivíduos no grupo das profissões científicas, liberais, técnicas e artísticas.

MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Existem no Brasil 237 instituições portuguesas e luso-brasileiras em actividade, muito embora nem todas mantenham contactos regulares e/ou assíduos com os serviços.

A maioria delas está filiada na Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, fundada em 1931 e sediada no Rio de Janeiro.

As actividades a que se dedicam as associações portuguesas e luso-brasileiras são de natureza cultural, recreativa, desportiva e beneficente.

Tendo em conta o envelhecimento da comunidade portuguesa, o movimento associativo é extremamente tradicional e as actividades recreativas são privilegiadas em detrimento das de natureza cultural propriamente ditas.

Esse mesmo envelhecimento é ainda responsável pelo progressivo desaparecimento de algumas tradições populares como o ensino do folclore.

Num número bastante significativo de associações, no entanto, começa a verificar-se um grande esforço no sentido da modernização de estruturas, da reformulação dos estatutos e da criação de departamentos para jovens, por forma a inverter esta situação. Nos últimos anos não se processou o necessário rejuvenescimento quer da massa associativa quer dos corpos directivos das associações. No entanto, parece haver sinais de que está a surgir um maior interesse da juventude luso-brasileira pelas associações e clubes de origem portuguesa e pelas respectivas responsabilidades de Direcção.

ÁREA CONSULAR DO RIO DE JANEIRO

Para além do Estado do Rio de Janeiro, esta área consular engloba ainda o do Espírito Santo, dela dependendo também os Consulados Honorários de Portugal em Duque de Caxias, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis e Vitória. Conhecem-se 59 associações em actividade.

Embora existam outras espalhadas por todo o Brasil, é nesta área consular que se encontra concentrado o maior número de Casas Regionais:

- Arouca Barra Clube, fundado em 1967;
- Casa dos Açores, fundada em 1952;
- Casa das Beiras, fundada em 1935;
- Casa de Espinho, fundada em 1964;
- Casa de Lafões, fundada em 1944;
- Casa do Minho, fundada em 1924;
- Casa do Porto, fundada em 1945;
- Casa dos Poveiros, fundada em 1930;
- Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, fundada em 1923;
- Casa Regional de Aveiro, fundada em 1958;
- Casa da Vila da Feira e Terras de Santa Maria, fundada em 1953;
- Casa de Viseu, fundada em 1966;
- Casa de Gondomar, fundada em 1984.

ÁREA CONSULAR DE SÃO PAULO

Esta área consular engloba os Estados de São Paulo (com exceção dos municípios que integram a área consular de Santos) e Mato Grosso do Sul, dela dependendo os Consulados Honorários de Portugal em Baurú, Botucatu, Campinas, Corumbá, Marília, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e Tupã. Conhecem-se 68 associações em actividade.

Associações portuguesas e luso-brasileiras (datas de fundação)

As datas de fundação de algumas das associações do Brasil, com base na lista facultada pela Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, são:

- Gabinete Português de Leitura de Pernambuco-Recife (1850);
- Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará-Belém (1854);
- Real Hospital Português de Beneficência – Recife PE (1855);
- Real Associação Portuguesa de Beneficência Dezasseis de Setembro Salvador BA (1857);
- Sociedade Humanitária 1.º de Dezembro – São Luís do Maranhão (1862);
- Gabinete Português de Leitura de Salvador BA (1863);
- Grémio Literário e Recreativo Português – Belém PA (1867);
- Sociedade Beneficente Portuguesa Dois de Fevereiro – Goiânia GO (1872);
- Real e Benemérita Sociedade Beneficente do Amazonas – Manaus (1873);
- Sociedade Portuguesa de Beneficência 1.º de Dezembro – Corumbá/Mato Grosso (1892);
- Associação Vasco da Gama – Belém PA (1898).

Aspirações da comunidade portuguesa

Segundo o relatório de Janeiro de 2001, da Embaixada de Portugal em Brasília, que na altura chefiava, “as principais aspirações desta Comunidade ligar-se-ão ao reforço da sua influência local, através do reacentuar da identidade cultural e histórica da presença portuguesa no Brasil, de forma a potenciar a sua imagem e actuação, nomeadamente junto da opinião pública, onde é pouco referida. São frequentes as comparações com a pujança de afirmação de outras comunidades, nomeadamente as italiana, japonesa, sírio-libanesa e alemã”.

Outra das aspirações da comunidade portuguesa do Brasil, ainda segundo aquele relatório, é a de “constituir uma grande Fundação Portugal, que teria como principal objectivo supervisionar e controlar a transferência dos portugueses para os luso-brasileiros de todo o património reunido pelo movimento associativo no Brasil”.

Na verdade, apesar do considerável poder económico da comunidade portuguesa, o património pertencente a múltiplas instituições tem vindo a degradar-se, quer em termos de conservação material das instalações, quer no que se refere aos métodos de gestão e à qualidade das iniciativas promovidas. A preservação, conservação e inventariação do património existente é uma questão que exige não só elevados meios financeiros como uma gestão profissionalizada que assegure uma visão integradora e global por forma a permitir a apresentação de soluções viáveis e com perspectivas de rentabilização.

Rede consular no Brasil

De acordo com os elementos disponíveis, existem 700 000 portugueses e luso-descendentes espalhados por todo o Brasil, havendo, contudo, uma maior incidência nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Dos elementos analisados poderemos concluir que a comunidade portuguesa residente no Brasil tem características diversas das restantes redes consulares.

A rede consular no Brasil engloba 9 consulados de carreira e a Secção Consular da Embaixada de Portugal em Brasília. No Brasil forma praticados, em 2004, 131 051 actos consulares, o que corresponde a 12,8% do total de actos da rede consular de Portugal no estrangeiro. É a segunda maior rede consular, depois da França, em número de Postos e de actos consulares praticados.

Do total dos postos consulares existentes no Brasil, cabe destacar os Consulados Gerais de Portugal no Rio de Janeiro e em São Paulo, os quais praticaram, em 2004, cerca de 68,3% do total dos actos praticados no Brasil. Os actos de notariado (reconhecimento de assinaturas), pedidos de bilhetes de identidade e passaportes e Registo Civil são os principais actos praticados nestes Postos.

Os restantes postos consulares do Brasil têm uma actividade consular muito mais reduzida sendo de salientar, no entanto, que quase todos aumentaram os actos consulares nos últimos 3 anos. Este crescimento deveu-se, por um lado,

ao aumento do número de turistas que visitaram Portugal e, por outro, aos importantes investimentos portugueses na hotelaria e outras áreas diversas da economia. A rede consular no Brasil é completada por uma rede de postos honorários, com mais de 30 postos providos.

CONCLUSÃO

A importância económica, cultural, social e política da comunidade portuguesa no Brasil é sobejamente conhecida; a sua dimensão e o seu prestígio são maiores do que se pode aferir em termos concretos, designadamente, no que se refere à sua imagem.

É reconhecida pelas autoridades federais e estaduais, nos meios empresariais e sociais. No que se refere ao peso e influência reais na sociedade brasileira, está aquém do que seria desejável. A imagem tem vindo a melhorar nos últimos anos. Aguardemos, acreditando na juventude.

**FONTES PARA A HISTÓRIA DA EMIGRAÇÃO
DE PORTUGAL PARA O BRASIL**

PORTUGUESES DO NORTE DE PORTUGAL COM DESTINO AO BRASIL (1805-1832)

*Fernando de Sousa
Teresa Cirne*

INTRODUÇÃO

Em trabalho já publicado, com o título *A Companhia do Alto Douro e a emissão de passaportes para o Brasil*¹, tivemos oportunidade de chamar a atenção para os portugueses do Norte de Portugal que, entre 1805 e 1832, saíram para o Brasil, até 1822 como “passageiros”, no quadro do império colonial, e a partir de então, como emigrantes.

Independentemente de terem deixado de Portugal antes ou depois da independência do Brasil, a verdade é que todos eles eram obrigados a levantar passaporte, para a obtenção do qual tinham de “justificar-se”, de forma a poderem demonstrar que obedeciam às condições legais exigidas para abandonarem Portugal Continental rumo ao Brasil.

Como já indicámos no artigo referido, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, com sede no Porto, fundada em 1756 com poderes majestáticos, a partir de 1762 passou a emitir as atestações necessárias e obrigatórias para todos aqueles que pretendiam obter passaportes para o Brasil.

A série *Justificações de passaportes* existente no Arquivo da Companhia do Alto Douro, por nós inventariado², e que abrange os processos de justificação, os pedidos de segundas vias de justificação e o registo de atestações, diz respeito ao período compreendido entre 1805 e 1832, desconhecendo nós qual a razão por que, embora autorizada desde 1761, só de 1805 em diante temos documentação relativa a esta competência da Companhia – muito provavelmente, porque só a partir deste último ano é que a Companhia passou a conservar os processos de justificação e a registar em livros próprios (a partir de 1812), as atestações para passaportes.

Na época em causa, a Companhia emitiu 373 atestações para titulares de passaportes e 637 indivíduos acompanhantes daqueles, o que dá um total de 1 010 pessoas que, em princípio, obtiveram autorização para sair do Reino, das quais 91% para o Brasil.

Se tivermos em consideração apenas os titulares de passaportes, verificamos que 338 (91%) vão para o Brasil e que apenas 35 (9%) pretendem deslocar-se para outros destinos.

Das 373 pessoas referidas, 156 (41,8%) são do sexo masculino e 217 (58,2%) são do sexo feminino, a revelar a importância da mulher nesta emigração, a qual, embora saindo autonomamente, vai, regra geral, juntar-se ao marido, irmão ou a outros familiares no Brasil.

Pela análise deste fundo documental, foi possível recolher o nome dos titulares de passaportes, sexo, naturalidade, idade, profissão, estado civil, nome do cônjuge, número e nome dos acompanhantes, e ainda uma ou outra observação que entendemos interessante recolher para melhor conhecermos a identificação e as motivações daqueles que pretendiam embarcar para o Brasil.

Com este trabalho, damos agora a conhecer os nomes desses portugueses que, pelas mais variadas razões, pretenderam deslocar-se para o Brasil, a maior parte deles porque já tinha família a viver naquele território, mas também porque eram pobres e não tinham meios de subsistência em Portugal, sobretudo após as invasões francesas (1807-1811).

Tabela 1: Distribuição dos portugueses do Norte de Portugal que emigraram para o Brasil e outros destinos (1805-1832)

PAÍSES OU COLÓNIAS PORTUGUESAS	N.º DE TITULARES	%
Alemanha	3	0,78
América	1	0,26
Angola	1	0,26
Argentina	4	1,04
Brasil	338	90,90
Cabo Verde	2	0,52
Espanha	1	0,26
França	5	1,30
Holanda	1	0,26
Inglaterra	14	3,64
Uruguai	2	0,52
Desconhecido	1	0,26
Total	373	100,00

Mas as fontes consultadas permitem-nos chegar a outras conclusões, nomeadamente a precocidade de saída para o Brasil de famílias inteiras, bem mais comum do que se pensa, e a reconstituição de famílias naquele território, através da chamada do cônjuge, dos filhos, irmãos, sobrinhos ou outros parentes; o fenómeno do retorno definitivo ou temporário, mas também o de brasileiros que pretendem radicar-se no Continente; o movimento daqueles que apenas se deslocam ao Brasil para tratar dos seus negócios, uma vez que as relações económicas do Porto com o Brasil, pelo menos até 1822, eram muito importantes; e a presença da criadagem, da escravatura, mas também da miscigenação.

Resta-nos fazer algumas observações quanto aos quadros que se seguem. Nas profissões dos titulares de passaportes, consideramos como “negociantes” os que se intitulam como tal, mas também os que dizem ir “tratar do seu negócio”, mesmo sabendo que nem sempre pode haver tal identificação; e como “caixeiros”, os que afirmavam ir trabalhar com comerciantes. Na coluna dos “acompanhantes”, os números que vão entre parêntesis, imediatamente a seguir aos nomes, referem-se à idade dos mesmos. E, finalmente, na coluna das observações, todos os titulares de passaportes solicitados que não fazem menção expressa do seu destino, vão para o Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- SOUSA, Fernando de (2003) (coord.), *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Porto: CEPESE.
- SOUSA, Fernando de; CIRNE, Teresa; CARDOSO, Duarte Nuno (2005), “A Companhia do Alto Douro e a emissão de passaportes para o Brasil”, in *O Vinho do Porto em Gaia & Companhia*, Porto: CEPESE,

NOTAS

- ¹ SOUSA, CIRNE e CARDOSO, 2005: 71-110.
- ² SOUSA, 2003.

Tabela 2: Portugueses do Norte de Portugal que emigraram para o Brasil e outros destinos (1805-1832)

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Luísa Maria Machado	Braga - Lages	22-05-1805	?		C	João Gabriel de Freitas Braga	1	Filho: Custódio José (14)	O marido está ali estabelecido
Luís Correia de Amorim	Porto	20-08-1806	34	Comerciante	C	Josefa Joaquina	5	Mulher: Josefa Joaquina (40). Filha: Ana Vitória (10). Criados: António José (24); Francisco José Teixeira (25); António Pinto (18)	Vai tratar de negócios que tem ali
Maria Delfina Rosa	Amarante - S. Salvador de Lufrei	11-07-1807	21		C	Manuel Francisco de Oliveira	3	Filha: Maria (2). Outros: Joaquina Machado (19); Manuel Pinto de Queirós (67)	Joaquina Machado é sobrinha de Manuel Pinto de Queirós e mulher de João Mendes de Queirós, com quem ambos vão ter
José Pinto de Queirós	Porto	18-02-1809	?		C	Ana Antónia Rosa	7	Mulher: Ana Antónia Rosa. Filhos: Quitéria; Antónia; Albina; Rita Tomás; Teodoro	
Maria do Carmo	Porto	23-07-1809	30		C	António José Barbosa			O marido está ali estabelecido
Joana Rosa de Sousa	Porto - S. João da Foz	30-08-1809	30		C	José de Sousa Pição (capitão de navios)	1	Filho: João José de Sousa (10)	O marido é capitão de navios na carreira para o Brasil

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Maria Rosa do Nascimento	Porto - Rua Nova de Santo António	21-09-1809	49		C	António José de Azevedo (capitão)	7	Filhas: Ana Maria do Céu (19); Clemência Rosa (27); Antónia Rosa (30). Genro: Bento José Pereira de Carvalho (42). Netas: Ana Rosa (6); Maria dos Santos (4); Rita (11 meses)	
Maria Martins	Sousa	10-01-1810	29		S				Vai para o Brasil "como pobre, e para melhor se poder sustentar."
João Ferreira dos Santos	Porto - Lordélo do Ouro	17-02-1810	?	Capitão e piloto de navios	C	Maria Tomásia	8	Mulher: Maria Tomásia. Filhas: Maria; Josefa; Ana; Tomásia. Sogra: Maria Ledónia. Cunhadas: Ana Catarina (37); Josefa Joaquina (30)	
José Gonçalves da Silva	Porto - Lordélo do Ouro	18-02-1810	45		C	Ana Maria da Costa	2	Mulher: Ana Maria da Costa (40). Filha: Maria Margarida (10)	Afirma que está "sem poder obter navio para navegação, por falta de navegações"
António Osório Rebelo	Lamego - Vila de Canha	20-06-1810	64		C	Maria Jacinta	2	Mulher: Maria Jacinta (64). Filha: Ana Rita de Sá Mendonça (28)	

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
Ana Vitória	Porto - Cedofeita	27-06-1810	63		V	José Pereira dos Santos (capitão)	5	Filhas: Maria Vitória (40); Rita Vitória (21); Luísa Vitória (17). Criadas: Maria Rosa (13); Maria Rosa (10)	O filho está esta- belecido com casa de negócio
António José Afonso	Porto - Rua do Cimo de Vila	27-06-1810	45	Comerciante	C	Angélica Maria	2	Mulher: Angélica Maria (33). Filha: Judite Rosa (18 meses)	Tem ali "a sua casa de negó- cio estabelecida".
José Esteves da Costa Baião	Porto - S. João da Foz	27-06-1810	35		C	Tomásia Maria Rosa	5	Mulher: Tomásia Maria Rosa (27). Filhas: Felizarda Emília (9); Maria Carolina (4). Cunhada: Ana Felizarda (23). Criada: Maria Rita (35)	
Luís António Machado Reis	Maia	27-06-1810	40		C	Rosa Bernardina da Cunha Reis	6	Mulher Rosa Bernar- dina da Cunha Reis (35). Mãe: Maria Quitéria (70). Sobrinha: Ana Joa- quina (19). Filhos: Luís António (7); Guilherme (4). "Preto"; Manuel (22)	Vai para o Brasil porque em Portu- gal não dispõe de "meios de conti- nuar a sua ocupa- ção para alimentar a sua família". Tem ali negócios
João Francisco Lima	Porto - Cedofeita - Rua da Falperra	07-07-1810	50	Capitão e piloto de Navios	C	Ana Raimunda	2	Mulher: Ana Rai- munda (46). Filhas: Maria Cândida (18); Ana Raimunda (6)	Tem o seu negó- cio naquelas cidade

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
José Mendes Braga	Porto	11-07-1810	33	Negociante	?		1	Irmão e caixeiro: Francisco Mendes Braga (17)	Vai "por conta dos seus negócios", pois tem ali "sociedade em casa de negócio"
Brás de Abreu Aranha e Araújo	Porto	13-08-1810	64	Cavaleiro da Ordem de Cristo	?				Passa primeiro por Inglaterra
Luís Martins	Leça da Palmeira	29-08-1810	44	Proprietário e negociante	C	Gertrudes Maria Batista	3	Mulher: Gertrudes Maria Batista (46). Filhas: Ana (16); Maria (12)	Possui "negócios e fazendas" no Maranhão e em Pernambuco, bem como em outras cidades
José da Costa Carvalho	Porto - Lordelo do Ouro	07-09-1810	36	Negociante	?				Pretende fazer ali "certos arranjos do seu negócio"
Manuel Luís Cardoso da Silva	Porto	07-02-1811	?	Comerciante	V	Antónia Joana da Cunha e Silva	4	Filhas: Francisca Felizarda (20); Ana Albina (16). Criadas: Maria Correia (33); Ana Maria (25)	
Ana Rita de Sousa	Matosinhos	20-02-1811	50		C	Gaspar Francisco	2	Filhos: Francisca Rita (17); João (11)	O marido está ali estabelecido
António Domingues Rodrigues	Espanha - Santiago de Compostela	16-03-1811	50		C	Francisca Martins	3	Mulher: Francisca Martins (50). Filhas: Maria (17); Ana (14)	Reside no Porto há mais de 30 anos

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
António Gonçalves da Rocha	Porto?	27-03-1811	23		?				O justificante estava no Brasil. Veio a Portugal para tratar da saúde
António José de Azevedo	Porto - Rua de Santo André	08-05-1811	12	Negociante	S				Filho de Luis Miguel de Azevedo e de Ana da Encarnação. Vai-se estabelecer no comércio e tratar de negócios de seus pais
Custódia Angélica	Porto - Cedofeita - Rua de Vilar	22-05-1811	30		V		2	Filhas: Joana Maria (10); Ana Maria (9)	Filha de José Francisco de Andrade e de Custódia Angélica. Os pais têm ali negócio
Mateus da Silva	Barcelos - S. Salvador de Tebosa	25-05-1811	75		C	Domingas Ribeiro	10	Mulher: Domingas Ribeiro (50). Filhos: Pedro José da Costa (25); Gertrudes da Silva (22); Josefa da Silva (20); Teodósia da Silva (18); Custódia da Silva (14); Maria Teresa da Silva (27). Nora: Maria Josefa da Costa (22). Genro: João Garcia (26). Neto: João José da Silva (?).	

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Ana Joaquina	Porto	30-05-1811	21		C	Joaquim Borges de Araújo	4	Filhos: Manuel (6); Francisco (2); Francisco (11 meses). Primo: José Pereira Rebelo (27)	
Alexandre José de Sá	Mirandela	05-06-1811	27		C	Vicência Clara da Ressurreição Pegado	1	Mulher: Vicência Clara da Ressurreição Pegado (27)	A mãe e o irmão estão ali estabelecidos
Catarina Micaela de Freitas	Brasil - Pará	11-06-1811	58		S				Reside no Porto, em Cedofeita
Ana Miquelina da Luz e Matos	Porto - Miragaia	04-07-1811	26		C	Custódio Manuel de Matos	1	Irmã: Gertrudes Magna da Luz (16)	O marido está ali estabelecido
António Joaquim Mendes	Porto - Miragaia	26-08-1811	36	Negociante	?				
António da Silva	Fânzeres	28-08-1811	?	Caixeiro	?				O irmão é comerciante. Vai para o ajudar na "lavora ção do seu comércio"
António Xavier Lopes de Paiva	Póvoa de Varzim	28-08-1811	35	Comerciante	?				Pretende ali tratar de outros negócios pen-dentes
Manuel Alves de Pinho	Vila Nova de Gaia - lugar das Azenhas	02-11-1811	59	Trabalhador da Fábrica de Louça do Cava-quinho	C				Filho de Francisco Álvares e de Vitória de Pinho

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
Manuel José Rodrigues	Vilarinho da Castanheira - S. Lourenço	11-11-1811	44	Comerciante	C	Maria Joaquina	8	Mulher: Maria Joaquina (40). Filhos: Ana (18); Leonor (16); Antónia (14); Maria (12); Luísa (9); Isabel (5); Daniel (7)	Os irmãos e os primos estão ali estabelecidos no comércio
Ana Maria	Vila da Feira - Mozeiros	17-03-1812	36		C	Joaquim José Pinto de Cerqueira			
Rita de Cássia de Jesus	Porto - S. Nicolau	13-05-1812	25		C	António José Teixeira	2	Filhos: Francisco (2); Ana (5)	O marido é marinho do navio Bizarria
Mariana Domingues	Bragança - Vila Meã	10-06-1812	70		V		2	Sobrinho: Julião Teixeira Maia e Melo (31). Outra: Rosenda de Paiva Reis	Alega a sua avançada idade e a pobreza em que vive depois de ter sido "roubada" pelo inimigo (invasões francesas). Rosenda de Paiva Reis vai para a companhia de seu tio, o padre Florêncio de Paiva Reis
Joaquina Margarida Garcez	Porto	23-06-1812	50		V		4	Filhas: Maria Margarida Felizarda Garcez (30); Rita Ermelinda Garcez (28). Reverendo: Francisco Vitorino de Castro (47). Criado: João Ribeiro	

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Ana Felizarda de Menezes	Lousada - Santa Marinha de Ludares	03-07-1812	33		S		1	Criada: Maria do Nascimento	
José Vicente de Azevedo	Porto - Santo Ildefonso	07-08-1812	13		S				Filho de Luís Miguel de Azevedo e de Ana da Encarnação
Ana dos Prazeres Brandão	Porto?	14-08-1812	35		C	António Pinto da Costa	1	Primo: António Pereira da Silva (26)	O primo é caixeiro
Ana Josefa Margarida	Vila Nova de Gaia	14-08-1812	24		S		1	Criada: Joana Rosa (27)	
João Rodrigo Xavier Vidal	Porto - Miragaia	07-11-1812	33	Proprietário	C	Maria Claudina Xavier	4	Mulher: Maria Claudina Xavier (34); Filha: Maria do Nascimento (13); Balbina Benedita (5). Mãe: Leocádia Josefa Margarida (50)	Esteve estabelecido em Pernambuco, tendo ali bens de raiz
Maria Rita de Lacerda Pereira e Vasconcelos	Cinfães - S. Cristóvão da Nogueira	07-11-1812	20		S		1	Criada: (?)	Filha de João Bernardo Pereira de Vasconcelos e de Joaquina Felizarda de Melo Alvim
Bernardina Gomes	Vila Nova de Gaia - Rua de S. Roque	13-11-1812	50		C	Benito José Teixeira	3	Filhas: Ana de S. José (22); Maria de S. José (16); Rita de S. José (12) O marido está estabelecido na Corte do Rio de Janeiro	

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Joana Francisca da Silva	Vila da Feira - Pegueiros	04-12-1812	28		S				Pretende casar-se com o primo
Maria Margarida	Porto - S. Mamede de Infesta	04-02-1813	42		?		1	Filha: Rosenda Ricardina Rosa (19) Vivem na maior indigência	O tio é reverendo.
Margarida Rosa	Vila Nova de Gaia	02-03-1813	40		C	António de Almeida Serolico	2	Filha: Mariana (12), Sobrinho: Manuel (6)	O marido é mestre tanoeiro
Francisco Pereira Borges	Porto?	06-04-1813	39		C	Feliciana Teresa	1	Mulher: Feliciana Teresa (40)	Estabelecido e ambos residentes na Vila de Alcântara, Brasil
Manuel Rodrigues de Amorim	Vila Nova de Gaia	12-04-1813	15		S				Filho de Vicente José de Amorim e de Rosa Ricarda Camila e Castro. Administrado por seu tutor e avó, Domingos de Castro. O tio está estabelecido no Rio de Janeiro
Arnaldo Pinto de Castro Tameirão	Porto	14-05-1813	11		S				Administrado por sua tia, Margarida Custódia da Silva Vaz. O tio está estabelecido no Rio de Janeiro

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
José Felipe Chaves	Vila Real	28-05-1813	46	Escrivão e tabelião	?				Pretende ir tratar de "urgentes coisas" na Corte do Rio de Janeiro
Bernardino António de Barros Rebelo da Silva	Penafiel - Unhão - Vila Verde	06-07-1813	12		S				Filho do bacharel Francisco de Barros Silva
Margarida Rosa da Estrela	Porto - Cedofeita	06-07-1813	38		C	Domingos da Silva Maia	1	Filho: António da Silva Maia (11)	
Manuel Ribeiro	Penafiel - S. Simão de Gouveia	24-07-1813	25		C	Rosa Pereira Basto	4	Mulher: Rosa Pereira Basto (20). Tio: Joaquim Monteiro (60). Tia: Rosa de Miranda (42). Primo: João Pereira (9)	Vivem todos na pobreza. Os tios formam um casal, sendo o primo filho destes
Manuel António da Costa Delgado e Neves	Porto	02-08-1813	35	Ajudante de escrivão dos direitos reais do pescado da Casa de Bragança	?				Filho de Raimundo da Costa Neves, escrivão dos direitos reais do pescado fresco da Casa de Bragança
Francisco José Nunes	Rio de Janeiro - Campos dos Gottacazes	09-08-1813	25	Bacharel em leis	C	Ana Joaquina Coelho de Faria	2	Mulher: Ana Joaquina Coelho de Faria (30). Filho: Custódio (4)	Veio estudar para a Universidade de Coimbra. Filho de Custódio José Nunes

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
José Joaquim de Azevedo	Lisboa	13-08-1813	14		S				Filho de José Joaquim de Azevedo e de Mariana Carolina Mascarenhas. Regido pelo tio Francisco de Paula Azevedo
Maria Rosa Marques	Porto - Santo Ildefonso - Rua de Santa Catarina	17-08-1813	33		C	Basílio José da Trindade	6	Filhos: Ana (10); Ismael (8); Rita (7); Bernardo (5). Afilhado: Herculano (11). Criada: Antónia Rosa de S. José (15)	
Luís Mendes de Matos	Porto - Santo Ildefonso - Rua do Bonjardim	20-08-1813	44	Negociante	?				Pretende liquidar contas com os seus correspondentes e acautelar os seus negócios
Maria Pinta da Assunção	Porto - S. João da Foz do Rio Douro	23-08-1813	51		V		1	Neto: Lino José Teixeira (9)	
Joana Margarida Rosa	Porto - Sé	27-08-1813	45		V	Pedro de Oliveira Santos	2	Filhas: Rita Emília (16); Maria (12)	
Joana Rosa	Porto - Loredelo do Ouro	07-09-1813	30		C	Manuel José Godinho	2	Filhos: Manuel (11); António (3)	O marido é carpinteiro
Maria Leonor Lopes Pereira Negrão	Porto - Santo Ildefonso	14-09-1813	25		C	José Ferreira de Oliveira	1	Criada: Maria do Carmo (19)	

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Luíz José da Silva	Porto - Sé	28-09-1813	13		S				Filho de José Luís da Silva e de Ana Joaquina
Luísa do Sacramento	Porto - S. Pedro de Miragaia	02-10-1813	33		C	João Ferreira Brandão	2	Filha: Maria do Sacramento (9). Criado: José Soares (10)	O marido é negociante. O criado Filho de Ana Rosa Soares e de Luís Soares, natural do Porto - Miragaia
Paula Maria da Assunção	Bragança - Vinhais	05-10-1813	22		S				O tio é capitão
António José da Cama Freitas	Santiago da Galiza - São João de Grijó	15-10-1813	54		C	Antónia Margarida	2	Mulher: Antónia Margarida (39), Filho: Carlos (8) A mulher é preta e o filho é pardo	
João da Silva Maia	Porto - Cedofeita	29-10-1813	45	Mestre carpinteiro	?				
Ana Margarida	Porto - S. Pedro de Miragaia	29-10-1813	23		S				Filha de José Rodrigues de Sousa e de Maria Rosa de Freitas
Maria Rosa	Braga	04-11-1813	19		S		1	Irmã: Antónia Rita (18)	São filhas de José Pereira. O tio é negociante
Francisco António de Sá	Vila da Feira - S. Nicolau	09-11-1813	46	Comerciante	?				Pretende tratar das suas dependências

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
João Batista Fontana Júnior	Porto - Vitória	26-11-1813	14	Caixeiro	S				Filho órfão de João Baptista Fontana e de Margarida Arantes. O familiar que o recebe é negociante. O seu tutor é João Batista Arantes
Agostinho Carneiro da Costa Barros	Braga	07-12-1813	30	Negociante	?				Filho de João Domingues da Costa e de Maria da Conceição. Pretende ir para a Janeiro para ali tratar pessoalmente de negócios que tem na presença de S. A. R."
Maria Joaquina	Porto - Ramalde	16-12-1813	28		V	José Rodrigues	3	Filhos: Manuel (5); Maria (4); José (5 meses)	
Francisco Dias de Paiva	Arouca	18-12-1813	16		S		2	Irmãos: Joaquim Dias de Paiva (14); João Dias de Paiva (7)	Filhos órfãos de José Dias de Paiva e de Mariana Joaquina. O tio é comerciante

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
João António Coelho	Lamego - Entre-os-Rios	24-12-1813	31	Comerciante estabelecido na Ilha de Santiago, Cabo Verde	?		5	Parentes: António Monteiro (24); Ana Amália (19); Francisco Dionísio (12); Leonor Tomásia (23); Ana Joaquina (15)	Filho de Manuel Francisco e de Maria Coelho. Os parentes que leva consigo são da freguesia de Arcozelo (Bispado de Lamego), e extremamente pobres em virtude das invasões francesas que lhes queimaram os bens. Pretende ir para Cabo Verde.
Joaquim José de Meireles	Porto	25-02-1814	12		S				Filho de Francisco José de Meireles (capitão) e neto paterno de João Lourenço de Meireles Freire (coronel de infantaria). O tio é comerciante
Manuel Joaquim Rodrigues Camelo	Porto - Aguiar de Sousa	05-03-1814	12		S				Filho de Anacleto José Alves Pinheiro

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
José Joaquim de Meireles	Porto	18-03-1814	12	Caixeiro	S				Filho de Francisco José de Meireles (capitão) e neto paterno de João Lourenço de Meireles Freire (coronel de infantaria). O tio é comerciante
José Joaquim Machado e Andrade	Celorico de Basto	27-06-1814	19		?				Filho de Rafael Alves Machado e de Ana Joaquina de Magalhães
António Maria Leite	Celorico de Basto	02-07-1814	21		?				Filho de José Ferreira Leite e de Maria Rodrigues Pinto
Luís António Teixeira de Carvalho	Celorico de Basto	05-07-1814	29	Negociante	?				Filho de Manuel António Coelho de Mesquita e de Maria Teixeira de Carvalho. Pretende ali "tratar dos negócios de sua utilidade"
António Ribeiro de Freitas	Porto - Santo Ildefonso - Rua de Santo António	12-07-1814	46		?		1	Sobrinho: Manuel Ribeiro de Freitas (17)	O sobrinho é filho de Manuel Ribeiro de Freitas

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Antónia de Jesus Maria	Porto	16-08-1814	66	Proprietária	V		11	Filha: Geneveva Rosa Delfina (35). Netos (?); Maria (17); Ana (14); Geneveva (7); Carlota (7 meses); João (17); António (11); José (9); Elias (5); Nicolau (3). Familiar: Vitorino de Sousa Monteiro (17)	A justificante vai "tratar de negócios de sua casa".
António Lopes de Araújo	Porto - Santo Ildefonso	30-08-1814	56	Comerciante	V	Maria Engrácia Lopes Pereira Negrão	3	Filho: António Araújo Lopes Pereira Negrão (17); Ana Leonor Pereira Negrão (18). Criada: Maria Francisca Mindela (28)	
Ana Maria de S. José	Porto - Santo Ildefonso - Largo da Batalha	09-09-1814	48		V	António José da Silva	4	Filhas: Maria (26); Rita (24); Margarida (?); Ana (22)	O filho é comerciante
António José de Oliveira Tau	Vila Nova de Gaia	20-09-1814	15	Caixeiro	S				Filho de António José de Oliveira Tau e de Ana Joaquina Rosa Tau. Pretende trabalhar na capitania da Baía, "instruindo-se e aplicando-se a negócio"

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Ana Clara de Passos Seabra	Porto - Santo Ildefonso	21-10-1814	42		V	Manuel Gonçalves Seabra			
Maria Antónia	Vila Real - Celeirós	09-11-1814	30		C	João António	1	Filha: Maria do Rosário (13)	
Cândido José dos Santos	Visu	11-11-1814	17		S				Filho de José dos Santos e de Maria de Jesus
Joaquina Rosa das Neves	Porto - Santo Ildefonso - Praça de S. Lázaro	12-11-1814	34		C	Manuel Joaquim da Costa	1	Filha: Maria Máxima (12)	Filha de António José da Silva, o qual se encontra ali estabelecido
Custódia Margarida	Gondomar	09-12-1814	50		S				Residente no Convento da Avé Maria (Porto)
João José de Carvalho Madeiros	Pernambuco	17-01-1815	24	Capitão de navios	C	Margarida Cândida da Cunha	3	Mulher: Margarida Cândida da Cunha (24). Filho: João Cândido (6 meses). Criada: Maria Josefa (40)	A mulher é portuguesa, natural do Porto (Campanhã). Casou com ela em Novembro de 1812, naquela freguesia
António da Silva Bizarro	Vila Nova de Gaia	28-02-1815	26	Comerciante	?				Estabelecido há anos no Brasil (Baía), veio a Portugal visitar os seus pais

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Domingos Alves Neves	Porto?	14-03-1815	46	Comerciante	C	Joana Maria de Bastos	7	Mulher: Joana Maria de Bastos (26). Filhos: João (15); Maria (8); Matilde (5); Domingos (3). Outros: António José Teixeira (37); José Cardoso (17). Escrava: Clemência (30)	Estabelecido no Brasil (Rio de Janeiro). Todos eles vieram do Brasil a Portugal e pretendem regressar
Manuel Garcês Pinto de Madureira	Penafiel	05-06-1815	18		S				Filho de José Cardoso Pinto de Madureira Garcês (Capitão-Mor) e de Maria Libéria Vilhelmina da Silva Carneiro Gomes. Os irmãos são comerciantes
Domingas Antónia Fernandes	Maiã - S. Martinho de Bougado	14-07-1815	62		?		1	Sobrinho: Manuel Dias do Couto (36)	O irmão é comerciante
Joana Maria Frutuosa	Porto - S. Nicolau - Rua Nova de S. João	14-07-1815	16		C	João António Frutuoso	1	Irmão: Ricardo António (8)	Filha de Manuel António Nogueira Data atribuída (data imediata-mente anterior). Pretende ir para Inglaterra.

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
Ana Maria de Santa Ana	Porto - S. João da Foz	04-09-1815	34		C	Manuel Ferreira	1	Filha: Rosa Gertrudes da Conceição (11)	O marido é comerciante
Custódia Raimunda	Porto	31-10-1815	24		C	José Joaquim dos Santos	1	Filha: (7)	O marido é comerciante
Francisco António Furtado	Vila Nova de Gaia	03-11-1815	48	Negociante	C				Pretende tratar da "arrecadação de várias dívidas, procedidas do seu negócio"
António Rodrigues	Penafiel - S. Tiago da Capela	18-11-1815	75		?				
Joaquim Dias Moreira	Brasil - Rio de Janeiro	22-12-1815	?		?				
Francisca Rosa Pegada	Mirandela	13-02-1816	36		V	José Inácio de Sá			O irmão é "padre mestre freire" e "lente no semi- nário de Olinda"
Francisco de Sá de S. Paio	Mirandela	13-02-1816	20		?				Pretende acom- panhar a cunhada, a justificante Francisca Rosa Pegada
Gaspar António Pusso	Porto - Santo Ildefonso	05-03-1816	73		?		1	Filha: Maria Rosa do Espírito Santo (40)	O filho é comerciante
José Mendes Ferreira	Vila da Feira - Rio Mau	29-03-1816	32	Negociante	?				Pretende tratar de seus negó- cios

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Manuel José Ribeiro	Vila Real - Cunheira	30-04-1816	62	Padre	S		1	Criado: António Porfírio Ribeiro (11)	O justificante é reverendo. Pretende tratar da "cobrança de várias quantias de dinheiro que se está devendo a sua casa"
José Pereira da Silva	Porto	30-04-1816	47		?		1	Criado: José Lourenço de Sousa (22)	Pretende "tratar de requerimentos que tem perante S.A.R."
João José	Póvoa de Lanhoso - S. Miguel de Vilela	21-05-1816	13		S				Filho de António Pereira
António Santiago Salazar	Brasil - Minas Gerais - Mariana	21-05-1816	55		C	Ana Maria de Morais	2	Mulher: Ana Maria de Morais (53). Sobrinho: Raimundo (9)	A mulher é portuguesa, natural de Vimioso (Miranda do Douro)
Joana Inocência da Silva Lira Vilaça	Porto	21-05-1816	25		S				O irmão é tenente-coronel
Maria Teresa de S. José	Barcelona - S. Miguel de Gemezes	15-07-1816	48		S				O primo é comerciante
Maria Ramos	Porto	15-07-1816	26		S		1	Imã: Ana Ramos (29)	O irmão é médico estabelecido na cidade.

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
João José Tulling	Colónia (de Sacramento)	19-12-1816	31	Caixeiro	C	Joaquina Rosa da Silva	3	Mulher: Joaquina Rosa da Silva (26). Filhos: Maria do Carmo (6); Pedro José (7)	O tio está estabelecido em negócio
Libânia Bernardina	Porto	04-02-1817	66		V	João da Fonseca Coutinho	4	Filho: Manuel da Fonseca Coutinho (28). Sobrinhas: Florinda Emília (21); Carlota Joaquina (17). Criado: José Nogueira (41)	Pretende "tratar de dependências que naquela Corte tem"
Quitéria Rita Leite de Moraes	Porto	06-03-1817	34		C	José Joaquim Pereira de Moraes	1	Criada: Maria (30)	
Joaquim José Ferreira da Cruz	Brasil - Rio de Janeiro	18-03-1817	?	Negociante	?				Veio ao Porto tratar de negócios
Luís José do Couto Alão	Porto	26-06-1817	35	Padre	S				É "reverendo padre (...) presbítero do hábito de S. Pedro da freguesia de Cedofeita"
Maria Angélica Ferreira	Porto - Sé	26-06-1817	22		V				O irmão está estabelecido naquela capitania
Gabriel Soares Pinto	Porto	26-07-1817	20		?		1	Irmão: António Soares Pinto (19)	Pretende "tratar de suas dependências"

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Francisco de Paula e Melo	Porto	31-07-1817	23		?				Pretende "tratar de suas dependências"
Ana Efigénia Pinto Pereira	Porto - Santo Ildefonso	06-09-1817	50		S				Filha de João Pinto Pereira e de Ana Francisca dos Santos. Pretende "tratar de negócios que tem de sua utilidade"
Ana Cândida da Rocha	Porto	19-09-1817	39		S		2	Criadas: Rosa Francisca (20); Maximila Maceda (16)	Filha de Custódio da Rocha Leão e de Ana Joaquina da Rocha
Joana Emília de Ataíde	Porto	01-10-1817	14		S				
Francisco Leite Pereira de Melo	Penafiel - S. Martinho de Lagares	18-10-1817	18		S				Pretende "tratar de suas dependências"
Ana Joaquina de Sá e Queda	Braga	12-12-1817	27		?				Filha de José Mena das Neves (capitão de milícias) e de Francisca Eufrásia de Sá Queda
José Inácio Guedes de Barros	Trofa	12-12-1817	26	Comerciante	?		2	Outros: João Manuel Pinto (17). Plácido José Ferreira de Matos (22)	Pretende estabelecer-se

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
José Ribeiro dos Santos	Vila Nova de Gaia	08-01-1818	21	Comerciante	?				Pretende "tratar de vários negócios seus próprios"
Manuel Timóteo de Araújo	Porto	07-02-1818	22		?		1	Irmã: Maria Joaquina da Assunção (32)	
Luís José Saraiva	Porto	12-02-1818	37		C	Maria Teixeira Lopes	1	Mulher: Maria Teixeira Lopes	O cunhado está estabelecido
Melchior José Pereira Enes	Valongo	19-02-1818	40	Comerciante	?				Pretende "tratar ali de seus negócios"
José António dos Santos	Porto?	02-04-1818	27		C	Joana Rosa de Oliveira	2	Mulher: Joana Rosa de Oliveira (28). Filho: Manuel (2)	
Margarida Luísa Couto	Porto	03-04-1818	28		C	João José da Silva Campos	7	Filha: Carolina (6). Orfã: Maria (7). Irmãs: Ana (37); Rita (35). Cunhada: Maria Luísa de Sousa Campos (30). Sogra: Luísa Maria (62). Sobrinhos: António (6); Leandro (4)	
João António de Carvalho Sequeira	Porto	21-04-1818	30	Negociante	?		1	Caixeiro: Brás António da Costa (25)	Pretende "tratar de negócios que ali tem"

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Nicolau Coelho Messeder	Porto	16-06-1818	30	Negociante	C	Francisca Pereira Rangel de Azeredo Sousa Coutinho	4	Mulher: Francisca Pereira Rangel de Azeredo Sousa Coutinho (21); Filhos: Manuel (5); Nicolau (2); Guilhermina (2 meses)	Pretende "tratar de seus negócios"
Onofre José da Costa	Aveiro - S. Salvador da Trofa	16-07-1818	36	Negociante	C	Maria Joaquina da Conceição	6	Mulher: Maria Joaquina da Conceição (26). Filhos: Onofre (8); António (4); Serafina (12); Delfina (6). Caixeiro: João Teodoro Ferreira (17)	Pretende "tratar de seus negócios"
José Coelho da Rocha Júnior	Vila Nova de Gaia	06-08-1818	24	Negociante	C	Maria Cândida da Rocha	3	Mulher: Maria Cândida da Rocha (20). Filha: Carlota Joaquina (6 meses). Criada: Felicidade (15)	Pretende "tratar de seus negócios"
João José de Carvalho Medeiros	Porto?	21-08-1818	27		C	Margarida Cândida da Cunha	4	Mulher: Margarida Cândida da Cunha (28). Filhos: João (4); Maria (20 meses). Criada: Maria (15)	
Joana Delfina da Silva	Porto	01-09-1818	36		C	Francisco José de Meireles	1	Filho: Francisco José de Meireles (18)	O marido é "major graduado"
Rosa Maria de Jesus	Porto - Massarelos	10-09-1818	15		S				

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
José dos Santos Primeiro	Porto - Massarelos	10-09-1818	54		?				
Domingos José da Fonseca	Porto	01-10-1818	30		C	Rita Margarida	1	Mulher: Rita Margarida (23)	
José Luís Pinto de Queirós	Porto	20-10-1818	38	Negociante	?				Pretende "tratar de seus negócios"
José de Queirós Botelho de Almeida e Vasconcelos	Vila dos Arcos	20-11-1818	50	Negociante	?		1	Criado: António José Gomes (20)	Pretende "tratar de seus negócios"
Custódia Angélica da Luz	Porto	09-03-1819	52		V	Manuel André	2	Filhas: Angélica Amália da Luz (26); Prudência Perpétua da Luz (21)	
Joana Pires	Viana do Castelo	18-03-1819	38		C		4	Filhos: Joaquina Rosa (27); Inês Pires (11); Alexandre Pires (7). Criada: Teodora Bernarda (27)	
José Machado de Melo e Castro	Porto	30-03-1819	28	Padre	S				Pretende "tratar de seus negócios"
Ana Cândida da Cunha	Porto - Lordelo do Ouro	30-06-1819	19		?				
Bárbara Maria de Azevedo	Porto - Rua da Lapa	09-07-1819	27		C		1	Filho: António Joaquim (9)	
Maria Joaquina dos Santos	Porto	16-07-1819	36		C		2	Filho: Francisco José dos Santos (12). Sobrinho: Manuel José Vieira da Silva (8)	

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Francisca Felizarda Nance	Porto	28-09-1819	29		?		2	Filha: Maria (8). Criada: Isabel Joaquina (60)	
Ana Gomes Correia	Porto	21-10-1819	40		V				
José Lopes dos Santos	Porto - Loredelo do Ouro	05-11-1819	31		C	Custódia Maria dos Anjos	1	Mulher: Custódia Maria dos Anjos (40)	
Manuel Ribeiro dos Santos	Porto - Loredelo do Ouro	11-11-1819	48		C	Ana Joaquina Rosa	3	Mulher: Ana Joaquina Rosa (49). Filha: Maria Joaquina Rosa (16). Criada: Rosa (16)	
Maria Ferreira da Silva	Santiago de Sima Dum	31-05-1820	26		?				Filha de José Ferreira da Silva e de Ana Maria
Feliz José Teixeira	Santa Marta de Penaguião - Moura Morta	08-06-1820	63		C	Engrácia Rosa de Sousa Cabral	1	Mulher: Engrácia Rosa de Sousa Cabral (63).	
Custódio Nunes Moreira	Vila Nova de Gaia - Vilar de Andorinho	08-06-1820	43		C	Maria Francisca dos Reis	1	Mulher: Maria Francisca dos Reis (45)	
Ana Maria	Porto - Cedofeita	2-07-1820	31		C		2	Filhas: Ana (10); Maria (8)	
Ana de Sousa	Porto - Sé	15-07-1820	32		C		1	Sobrinha: Teresa de Jesus (20)	
Maria Emília Moreira	Porto	15-07-1820	16		?		1	Irã: Rita Delfina Moreira (12)	
Manuel Cardoso Coelho Botelho Serpa	Porto - Miragata	15-07-1820	24	Negociante	C	Guilhermina Rita Pinto	1	Mulher: Guilhermina Rosa Pinto (37)	Pretende "tratar de seus negócios"

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
Maria Joaquina da Silva	Porto - S. João da Foz	24-11-1820	37		C	Vicente Ferreira	1	Filho: Francisco Pereira da Silva (14)	O irmão tem casa de negócio naquela cidade. O marido foi para o Brasil há muitos anos e nunca mais voltou
António Gonçalves Bastos	Porto	29-11-1820	43	Caixeiro	C	Tomásia Rita Bastos		Mulher: Tomásia Rita Bastos (42); Filha: Maria (5). Criada: Maria da Conceição (30)	O irmão está ali estabelecido
José Manuel de Lima	Matosinhos	05-12-1820	40		C	Ana Joaquina	5	Mulher: Ana Joaquina (34); Filhos: Joaquim (12); Eusebia (9); Manuel (5); Maria (1 ano)	
Custódio José de Sousa	Maia - Águas Santas	07-12-1820	28	Negociante	?		11	Irmã: Engrácia Moreira de Sousa (19). Criados: Domingos (19); Joana (23). Filho da criada: Teodoro (3). Outros: Manuel José de Azevedo Machado (71) e mulher: Ana Maria Cirne (56) e filhos: João Antónimo de Azevedo Cirne (25); Ana Luísa Cirne (19); Gertrudes de Azevedo Cirne (18); Margarida de Azevedo Cirne (16); Pulquéria de Azevedo Cirne (12)	Pretende regressar para tratar dos seus negócios, pois tem "casa de negócios estabelecida naquela cidade". Os criados são "pretos". Manuel José de Azevedo Machado (mulher e filhas) vai ter com os filhos (3 ou 4) ali estabelecidos "com grande negócio"

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Ana Margarida Moreira	Porto	22-02-1821	21		C	José Moreira da Costa Lima	1	Criada: Maria Rosa (38)	O marido é "capitão de navios". Vai na companhia deste
Maria da Silva	Vila Nova de Gaia	02-03-1821	56		C	Manuel José da Silva			
Guilherme Frederico de Oliveira Maia	Porto?	17-07-1821	18		?				Pretende ir para a Alemanha.
Maria do Rosário	Porto - Santo Ildefonso	06-08-1821	55		S		1	Irmã: Ana do Nascimento (46)	
Maria Antónia da Costa	Maia - S. Martinho de Forno	10-08-1821	41		C	António Joaquim Vairão	1	Filha: Luísa da Conceição (11)	
Joaquina Vieira da Silva	Porto - Mêdas	11-08-1821	?		C	Manuel Correia Porto	1	Filho: José (5)	
Joaquina Margarida	Porto - Loredelo do Ouro	14-08-1821	43		V	Manuel António	1	Filho: José (5)	
Joana Pereira	Porto	24-09-1821	42		V		1	Filha: Ana Pereira (10)	O primo é padre no Rio de Janeiro
Gabriel José	Chaves - Parada de Santiago da Ribeira	18-10-1821	35		C		4	Mulher: (33); Filhos: menina (7); menino (4); bebé (?)	
Ana Joaquina Rosa Tau	Vila Nova de Gaia	19-11-1822	44		V	António José de Oliveira Tau			
Rodrigo José Ferreira Brandão	Brasil - Rio de Janeiro	17-05-1823	32		?				Pretende ir para o Uruguai

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
João Francisco Moreira	Brasil - Rio de Janeiro	17-05-1823	18		?				Pretende ir para o Uruguai.
Salvador António Pereira	Santa Maria da Feira - Pigeiros	23-05-1823	30		C	Teodora Maria do Rosário	1	Mulher: Teodora Maria do Rosário (26)	A mulher é brasileira, natural de Pernambuco
João Batista Moreira	Porto	02-09-1823	27	Negociante	C	Maria Margarida Moreira	5	Mulher: Maria Margarida Moreira (27). Filhos: menina (3); menino (8 meses). Criados: Maria (26); rapaz (14)	Pretende tratar de "negócios que lhe respeitam"
Manuel Gonçalves Régio	Vila Nova de Gaia - Avintes	02-12-1823	30	Comerciante	?		1	Criado: José (23)	O criado é preto. Pretende ir para a Argentina.
António Tomás de Sousa Lobo	Porto	14-01-1824	23		?				
António Manuel de Meireles	Vila Flor	16-03-1824	45		C	Joaquina Maria do Amor Divino	5	Mulher: Joaquina Maria do Amor Divino (22). Filhos: menino (8); menino (4); menino (2). Criado: José (20)	O criado é preto
Domingos José Gonçalves Viana	Porto	20-03-1824	37	Negociante	?				Pretende "tratar de seus negócios". Pretende ir para Inglaterra

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Manuel de Clamouse Brown	Porto?	02-04-1824	33	Negociante	C	Maria do Couto Brown	2	Mulher: Maria do Couto Brown (26). Criada: Maria Ana da Costa Coelho (58)	
Ricardo da Silva Maia	Porto	03-04-1824	18	Negociante	?				Pretende "tratar de seus negócios"
José Joaquim da Silva Maia	Porto	03-04-1824	17	Negociante	?				Pretende "tratar de seus negócios"
Maria Perpétua Gonçalves	Porto - Miragaia	04-05-1824	21		C	José Gonçalves Santos Silva	3	Irmão: José Alves de Sousa (9). Filha: (5). Criada: Teresa Maria (29)	Pretende tratar de "negócios interessantes da sua casa, e família". Pretende ir para Inglaterra.
Joaquim Pereira Rodrigues	Porto - Santo Ildefonso	21-05-1824	12		S				Filho de Manuel Pereira Rodrigues
José da Silva Lemos Júnior	Porto - Miragaia	25-05-1824	30	Negociante	?		1	Irmão: Casimiro da Silva Lemos (19)	Tem negócio na cidade do Rio de Janeiro
Tibúrcio Valeriano da Silva Tavares	Brasil - Baía	28-05-1824	21	Bacharel	?		3	Família: 3	Pretende "tratar de seus negócios". Pretende ir para a Argentina.
João Gualberto Pinto	Madeira - Calheta	18-06-1824	53	Militar	?				É coronel reformado do Regimento de Milícias. Pretende "tratar de suas próprias dependências". Pretende ir para Inglaterra.

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
António Ferreira de Morais	Porto	23-06-1824	23		?				Filho de António Ferreira da Silva Barreto e de Ana Albina de Morais
Jerónimo José Barbosa	Leça do Balio	05-07-1824	64		C	Ana Nogueira	3	Mulher: Ana Nogueira (66). Filha: Joaquina Nogueira (21). Criado: Joaquim (12)	
Ana Joaquina Leite	Porto	24-08-1824	32	Comerciante	C		4	Irmã: Angélica Ermelinda (21). Afilhada: Ermelinda (6). Escravas: Maria Conga (17), Josefa Rosa (30)	O marido está ali estabelecido
Manuel José de Araújo Franco	Porto	27-08-1824	25	Negociante	C	Teresa Amália de Araújo	6	Mulher: Teresa Amália de Araújo (26). Filha: Maria Carlota (7); Joana (2); Guilhermina (?). Criadas: Mariana (14); Joaquina (27)	
Rosa Margarida	Porto	02-09-1824	40		V	João Teixeira	1	Filha: menina (5)	O tio está ali estabelecido
Ana Rita de Sousa Castro	Porto	08-10-1824	25		?		3	Filhos: Luís (2); Maria (1 ano). Criada: Filipa (40)	O pai está ali estabelecido. A criada é de cor preta.

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
António José Pena	Porto	22-10-1824	31		C	Agnes Gray Payne	2	Mulher: Agnes Gray Payne (37). Sobrinho: John Mayem Allem (13)	A mulher e o sobrinho são ingleses. Pretendem fazer escala em Buenos Aires
João Pereira de Magalhães	Brasil - Baía	15-11-1824	31		C	Leonor Teresa Cordeiro	6	Mulher: Leonor Teresa Cordeiro (29). Filha: Joana (7). Criado: Francisco de Sousa Martins (13). Escravos: Justina (13); Felicidade (6); José (9)	Os escravos são de cor preta
Rosa Maria Balbina	Porto	16-11-1824	28	Comerciante	C	Joaquim Balbino de Sousa	2	Filhos: António (5); Maria (4)	O marido está ali estabelecido
Teresa Gonçalves	Brasil - Pará	19-11-1824	50		?		1	Filha: Ana (8)	
Alexandre José Cardoso Silva	Porto	25-11-1824	56		C	Bernardina do Espírito Santo	6	Mulher: Bernardina do Espírito Santo (42). Filho: João (12). Escravos: Luísa (26); Estanislau (2); João (17); Salvador (28)	A mulher e os escravos João e Estanislau são de cor "parda". Os escravos Luísa, Estanislau e João são pretos. Estanislau é filho de Luísa

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
António de Queirós Monteiro Regadas	Vila Nova de Gaia - Santa Marinha	03-12-1824	41		C	Rosa Francisca Regadas	14	Mulher: Rosa Francisca Regadas (31). Filhos: António (11); Ana (10); Manuel (7); Maria (5); Rosa (4); Joaquim (2 meses). Escravos: Joaquim (32); Isabel (32); Isabel Canguengue (28); Susana (25); Luísa (13); Antónia (13); Joaquim (2 meses)	Pretende fazer escala no Brasil. A mulher é angolana. Os escravos são pretos. Pretende ir para Angola.
Ana Rosa Aguiar de Sousa	29-12-1824	53			?		1	Filha: Angélica (18)	O irmão está ali estabelecido
António Joaquim Pereira de Almeida	Brasil - Baía	06-02-1825	38		C	Joana Francisca de Carvalho	1	Mulher: Joana Francisca de Carvalho (26) Vieram há pouco tempo do Brasil	
Josefa Francisca	Porto - Ramalde	10-03-1825	30		C	Manuel Custódio	4	Filhos: Manuel (13); Joaquim (12); António (11); Francisco (9)	
Joana	Brasil - Baía	10-05-1825	23		?				É escrava, de cor preta, de Serafim José Pereira, emigrante brasileiro a residir em Coimbra. Pretende ir para a América.

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
José Ribeiro da Costa	Brasil - Pernambuco	16-05-1825	35		C	Ana Alexandrina do Nascimento	2	Mulher: Ana Alexandrina do Nascimento (17). Cunhada: Ana Maria do Nascimento (40)	É emigrado do Brasil
Maria Rita	Porto	17-05-1825	34		?		1	Filho: menino (1 ano)	Pretende ir para a Holanda.
Maria Rita	Porto	19-05-1825	34		?		1	Filho: menino (1 ano)	
Domingos António Fernandes	Porto	19-05-1825	53	Negociante	?				
José Nunes Pacheco	Porto	21-05-1825	41	Comerciante	C	Maria Francisca Aureliana	13	Mulher: Maria Francisca Aureliana (31). Filhos: José (?); António (?); Francisco (?); Luís (?); Maria (?); Maria (?); Maria (?). Sobrinho: ?menino (15). Criados: Teresa Maria (45); Sebastião (?). Escravos: Tomás Monjolo (35); António Cassange (25); Policarpo Mossumbe (20)	
Luís Gomes da Silva	Porto	03-06-1825	20		?		1	Irmã: Maria Joana Gomes da Silva (22)	Pretende ir para Inglaterra.
José António da Cunha	Vila Nova de Gaia	21-06-1825	41		C	Ana Joaquina	1	Mulher: Ana Joaquina (49)	

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
António Lucas Soares	Porto	28-06-1825	42		C	Miquelina Albina da Cruz	1	Mulher: Miquelina Albina da Cruz (50)	
Antónia Maria Duarte	Porto	23-07-1825	36		C	José Gomes Duarte	2	Filhos: José (10); António (5)	
José Alves Carneiro	Brasil - Rio de Janeiro	18-08-1825	34		?				
Ana Angélica de Babo	Marco de Canaveses	27-08-1825	35		V				O irmão está ali estabelecido
João Manuel de Castro Sousa Batorim	Porto	29-08-1825	38		C	Francisca Inácia Gaspar de Castro	2	Mulher: Francisca Inácia Gaspar de Castro (28). Sobrinho: Manuel Cunha (10)	
Francisco Xavier Lopes	Brasil - Pernambuco	13-09-1825	55		?		2	Filho: Manuel Xavier Lopes (17). Criado: José Ribeiro Mendes (21)	É emigrado do Brasil, residente no Porto
Luis António José Lopes de Araújo	Brasil - Rio de Janeiro	16-09-1825	28		?				É emigrante residente no Porto
António Francisco da Silva	Porto	22-09-1825	36		C	Rita Mariana da Silva	1	Mulher: Rita Mariana da Silva (24)	
António Ribeiro da Fonseca Guimarães	Porto	23-09-1825	33		C	Maria Moreira de Sousa	2	Mulher: Maria Moreira de Sousa (35). Primo: Francisco de Paula Ferreira (11)	
Joaquim António da Fonseca	Brasil - Baía	06-10-1825	34		?		1	Sobrinha: Henriqueta Amália (14)	É emigrado do Brasil, residente no Porto

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Domingos Moreira Cardoso	Porto	10-10-1825	34		C	Ana Marques de Assis	1	Mulher: Ana Marques de Assis (21)	
Ana Rita Augusta do Nascimento Crespo	Matosinhos - Bouças	11-10-1825	26		C	Luis Ângelo Vitorino do Nascimento Crespo	6	Filhas: Ana (?); Clara (?). Irmãos: Joaquim Jerónimo da Silva (25); Francisco Pereira da Silva (20). Criadas: Maria Tomásia (52); Francisca Rita de Azevedo (18)	As filhas têm entre 2 a 3 anos de idade. O marido é juiz de fora da cidade do Maranhão
Maria Luísa do Nascimento	Porto	13-10-1825	55		C	José António do Nascimento	2	Netos: Maria Luísa (17); José Inácio Maia (11)	O marido está ali estabelecido
Maria Felícia Soares de Sousa	Brasil - Pernambuco	17-10-1825	54		V		12	Filhas: Joana Batista (37); Paulina Caetana (33); Maria da Pureza (18). Genros: José Nunes Lima (39); João da Silva Santos (30). Netos: Maria da Penha (12); Isabel Jerónimo (9); Manuel Caetano (12); José Cecílio (10); António Agostinho (6). Escravas: Teodora (28); Constância (30)	É emigrada do Brasil, residente no Porto
António Pereira Marques	Porto	03-11-1825	42		C	Ana Maria do Sacramento	2	Mulher: Ana Maria do Sacramento (34). Filha: Maria dos Santos (10)	

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
Gabriel José Nunes	Porto	03-11-1825	30	Bacharel for- mado em leis	?				É bacharel for- mado em Leis pela Universidade de Coimbra. É advogado dos auditórios da Relação do Porto
Gregório José de Sousa	Porto	03-11-1825	40		C	Maria Emília de Sousa	1	Mulher: Maria Emí- lia de Sousa (25)	
Manuel Joaquim Alves de Sousa	Porto	18-11-1825	67		?		2	Nora: Teresa Alves de Sousa (34); Filho: José Joaquim Alves de Sousa (46)	
António Cardoso de Melo	Brasil - Baía	29-11-1825	59		C	Ana Joaquina do Amor Divino	8	Mulher: Ana Joaquina do Amor Divino (32). Filhas: Querubina (13); Rubina (7); Jose- fina (6). Escravas: Ermelinda (7); Maria (7). Sobrinhos: Jacinto (10); Manuel José Teixeira (28)	É emigrado do Brasil, residente no Porto
António Gonçalves Ferreira Basto	Porto	30-12-1825	45		?		1	Criado: José Henri- que dos Reis (35)	
António Francisco Baía	Brasil - Baía	05-01-1826	28	Soldado do 1º Regimento de Milícias	?				É emigrado do Brasil
Francisco José Teixeira	Brasil	10-01-1826	36		C	Elidónia Joaquina	4	Mulher: Elidónia Joa- quina (32). Filhos: (3 filhos de menor idade)	É emigrado do Brasil

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
João Alves da Cunha	Porto	10-01-1826	42		?				
Domingos Francisco da Silva	Porto	10-01-1826	56		?		1	Escravo: Clemente (30)	O escravo é preto
Joaquim Rodrigues Braga	Porto	14-01-1826	37	Negociante	?				Pretende "tratar de seu negócio". Pretende ir para França.
Domingos da Fonseca Rocha	Porto	04-02-1826	50		?				
Domingos de Oliveira Maia	Porto	21-02-1826	27		?				Pretende "viajar aos países estrangeiros"
Manuel Alves Ferreira	Brasil - Baía	25-02-1826	33		?				É emigrado do Brasil, residente no Porto
Maria dos Santos	Vila Nova de Gaia - Avintes	03-03-1826	46		C	Domingos Pinto Soares	2	Filhos: Joaquim Pinto Soares (12); Francisca dos Santos (18)	O marido está ali estabelecido
Ana Moreira	Porto	12-03-1826	15		S		1	Irmã: Margarida Moreira (12)	Filha de Maria da Apresentação Pereira e de António José Moreira
Ana Moreira	Porto	08-04-1826	15		S		1	Irmã: Margarida Moreira (12)	
Inácia Pires Mourão	Brasil - Baía	24-04-1826	40		?				É emigrada do Brasil, residente no Porto. É de cor preta

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
António Leite Pereira	Porto	26-04-1826	29		C	Maria Correia da Silva	4	Mulher: Maria Correia da Silva (29). Filhos: Maria; Henrique; Manuel (todos menores de 7)	O pai está ali estabelecido
Francisco de Oliveira	Aveiro - S. João de Souto	03-07-1826	38		C	Teresa Marques da Silva	2	Mulher: Teresa Marques da Silva (40). Filha: Ana (de menor idade)	Residente no Porto
Maria da Conceição Freire	Porto	24-07-1826	25		C				O marido está ali estabelecido
Manuel da Costa Lima	Brasil - Paraíba do Norte	21-08-1826	60		?				Residente no Porto
António Bernardo Pereira de Carvalho	Guimarães - Moreira de Rei	28-08-1826	36	Negociante	C	Maria Ana	5	Mulher: Maria Ana (31). Filhos: (3 menores). Escravo: Francisco (32)	É emigrante brasileiro, residente no Porto. Filho de Manuel José de Carvalho Pereira de Barros e de Teresa Maria de Oliveira e Andrade
Joaquim Luís dos Santos	Porto - Loredelo do Ouro	05-09-1826	32		C	Olímpia dos Santos	3	Mulher: Olímpia dos Santos (30). Filha: (menor idade). Criado: André Quintela (26)	É emigrante brasileiro, residente no Porto. Ver o registo posteriormente feito, 03-10-1826, que vem completar este

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
João José Fernandes	Porto	16-09-1826	39	Negociante	?				Pretende ir para Inglaterra
António de Castro Leite	Guimarães - S. S. Romão de Arões	16-09-1826	26	Bacharel de Direito	?				Filho de João Francisco Leite de Castro. É bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra
Rosa Albina	Porto	10-10-1826	28		C		1	Filho: José (?)	Filha de Rodrigo da Silva Maia e de Ana Rosa
Maria Amália Cândida de Sousa	Porto	10-10-1826	29		C	André Gonçalves de Sousa	9	Filhos: (6 filhos menores). Criadas: Maria Joana (36); Henriqueta (19). Outro: José Maria Ribeiro (14)	Filha de Custódio Rodrigues e de Maria Angélica da Conceição
Maria Joaquina	Felgueiras - Margaride	18-10-1826	33		S				Filha de Maria Joaquina e de António Francisco
António Francisco da Silva	Vila Nova de Gaia - Serzedo	23-10-1826	42		S				É emigrante no Rio de Janeiro, residente no Porto. Filho de João Francisco e de Maria de Sá

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
Maria Joaquina	Felgueiras – Margaride	26-10-1826	33		?				Filha de Maria Joaquina e de António Francisco
António Joaquim Pereira de Azevedo e Vasconcelos	Bem Viver - Magrelos	02-11-1826	39		?				
Cândida Adelina	Aveiro	06-11-1826	21		?		1	Irmão: João António Teixeira (19)	Filha de José Tei- xeira Carlos e de Ana Guilhermina
Manuel Gonçalves Régio	Vila Nova de Gaia - Avintes	06-11-1826	33		?		1	Criado: António Gomes Nunes (48)	Filho de Manuel Gonçalves Neto e de Joana Antó- nia Lopes
Bartolomen de Sousa Lobo	Porto - Santo Ildefonso	16-11-1826	36		C		1	Mulher: Ana Joaquina de Sousa Lobo (31)	Filho de João Tomás de Sousa Lobo e de Rita Raimunda da Costa Lobo
José Peres	Vila Nova de Gaia - Mafamude	23-11-1826	12		S				Filho de Jacinto José Peres e de Maria de Jesus
Maria Emília Couto	Porto - Miragata	15-12-1826	36		C	José	2	Filha: Virgínia Maria Couto (5). Cunhada: Maria José de Jesus (30)	Filha de Filipe José Pereira do Couto e de Luísa da Piedade Couto
António José Dias Lopes	Porto	23-12-1826	44	Negociante	?				Filho de Narciso José Dias Lopes e de Maria Marga- rida Rosa. É emi- grante no Brasil

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
António Joaquim de Oliveira Castro	Porto - Vitória	23-12-1826	33	Negociante	?				Filho de José Joaquim de Oliveira e de Ana Cândida de Castro. É emigrante do Brasil, residente no Porto
Maria Marcelina	Porto - S. Nicolau	10-01-1827	50		V	Joaquim Teotónio			Filha de João Lopes da Silva e de Teresa de Jesus
José Alves de Magalhães	Porto	27-01-1827	42		C	Paula Maria	1	Mulher: Paula Maria (30)	Filho de Francisco Alves de Magalhães e de Gertrudes Maria
José de Sousa Coimbra	Viseu	12-02-1827	40		?		1	Caixeiro; Henrique de Araújo Jordão (28)	Filho de Domingos José de Oliveira e de Felícia Maria
Domingas Teresa de Jesus	Braga	13-02-1827	37		C	Carlos José Rodrigues	2	Filhos: João (12); Manuel (11)	Filha de Manuel Nunes da Cunha e de Isabel Teresa O marido está ali estabelecido
António Pinto	Vila Nova de Gaia - Grijó	30-03-1827	42		C	Maria Josefa	2	Mulher: Maria Josefa (44). Filha: (11)	Residente em Ramalde. Filho de Manuel Soares e de Leonarda Pinto

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registro	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
Ana Moreira	Baltar	02-04-1827	43		?		1	Irmã: Angélica Moreira (47)	Filha de José Pereira Botelho. Vão ao Brasil para receber a herança de um irmão falecido
Joaquina Rosa de Jesus	Vila Nova de Gaia - Santa Marinha	05-04-1827	46		C	Baltasar António Soares	2	Filhas: Ana Joaquina Rosa (22); Albina Joaquina Rosa (21)	Filha de Agos- tinho José e de Teresa de Jesus
José de Sousa Lima	Porto	30-04-1827	30		C	Ana do Espírito Santo	2	Mulher: Ana do Espí- rito Santo (26). Filho: José de Sousa Lima (?)	Filho de Domín- gos José Osório e de Ana Teresa
Isabel Joaquina	Barcelos	30-04-1827	26		C	António Ribeiro da Silva	2	Filhos: António (9); Rita (?)	Filha de João Pereira e de Maria Luísa
Ana Coelho da Silva	Penafiel - Duas Igrejas	14-05-1827	34		C	Joaquim António da Silva	1	Criada: Rosália (16)	Filha de José de Sousa e de Teresa Coelho da Silva
José António da Cunha	Porto	22-05-1827	40		C	Helena Rosa de Jesus	4	Mulher: Helena Rosa de Jesus (38). Filhos (menores de 8): Emi- lia; Luís; Joana. Criada: Ana (50)	Filho de Manuel António da Cunha e de Ana de Lima de Jesus
Guilherme Teodoro Rodrigues	Porto	18-06-1827	28	Bacharel	C	Maria Ermelinda Ribeiro	6	Mulher: Maria Erme- linda Ribeiro (21). Filhos: Maria (5); Henrique (3); Adelaide (2). Criados: Luís José da Silva (27); Albina Urbana (45)	Filho de Custó- dio Rodrigues

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Joaquim Nunes Ferreira Pacheco	Porto - Couto de Ferreira	19-06-1827	30		?		1	Sobrinho: Lino Ferreira da Silva (15)	Filho de Manuel Nunes Ferreira e de Ana Maria Pacheco
João António Martins Novais	Vieira do Minho	28-06-1827	18		?				Filho de Domingos Martins Antunes e de Teresa Francisca da Silva
Perpétua Rosa Garcia Furtado	Bragança	28-06-1827	28		C	Gabriel José Nunes Furtado	5	Filhos (todos menores): Constância; Felisbena; Emílio. Cunhado: Manuel José Nunes Furtado (30). Criada: Maria Tomásia (21)	Filha de Manuel António Garcia e de Maria Inácia
Francisco José Alves de Sousa	Santa Maria de Vermoim	06-07-1827	38		C	Maria Marques	7	Mulher: Maria Marques (27). Filhos (todos menores): Maria (16); João; Carolina. Enjeitado: Manuel (4). Sogra: Ana Margarida dos Santos (44). Cunhado: Evaristo Joaquim Alves (17). Cunhada: Rosa Margarida dos Santos (24)	Filho de Jerónimo Alves de Sousa e de Custódia Pereira

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
António Joaquim de Oliveira	Fafe	02-08-1827	14		S				Filho de António José de Oliveira Natividade e de Ana Joaquina Pereira de Sam-paio
José de Paiva Guedes	Mesão Frio	27-08-1827	54		?		1	Filha: Maria Rita da Assunção (23)	Filho de José de Paiva e de Antónia Maria
José Pereira da Rocha Cláudio	Porto	10-01-1828	38		C	Rosa da Rocha Monteiro	6	Mulher: Rosa da Rocha Monteiro (37). Filhos (todos menores): António (9); Vicente (6); Rosa (5); Gertrudes; José	Filho de José Pereira e de Maria da Rocha Monteiro
José Joaquim Correia	Porto	29-01-1828	12		S				Filho de José Joaquim Correia e de Maria Bernarda da Assunção Correia
Delfina Luísa	Porto	12-02-1828	23		C	José António de Oliveira			Filha de João Gonçalves Rio-Tinto e de Maria Luísa
Luís Pereira Campos da Silva	Porto - Cedofeita	21-02-1828	31		?				Filho de Ponciano José da Silva e de Maria Rosa Campos da Silva

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Luísa Maria da Encarnação	Porto - S. Nicolau	11-03-1828	40		C	António Caetano Pereira	1	Filha: Margarida (9)	Filha de António José e de Vitória Rodrigues. O marido está ali estabelecido
Francisco José Leite	Santa Maria da Feira - Sanfins	15-03-1828	44		C	Joaquina Rosa de Amorim Benevides	7	Mulher: Joaquina Rosa de Amorim Benevides (24). Filhos (menores de 7): Francisco; Justino; Bernardino; Vitorino. Irmã: Genoveva Margarida Leite (26). Sobrinho: António (12)	Filho de Luís Leite da Silva e de Maria Leite
Francisco Gomes Carvalhal	Barcelos	15-04-1828	18		?				Filho de Manuel Gomes e de Ana Josefa
António José de Oliveira Moraes	Braga - Sé	26-04-1828	19		?				Filho de João Alves de Oliveira e de Isabel Tomásia
Ana Margarida Lacerda	Vila Nova de Gaia - Santa Marinha	26-04-1828	32		C	António Soares de Azevedo	7	Mãe: Ana Maria de Jesus (70). Sobrinha: Teresa Joaquina Lacerda (16). Outros: Manuel da Cunha Torres (24); Teresa Pereira Coelho (47); Josefa Margarida da Purificação (32). Filhos: José (10); Ana (5)	Filha de José Constantino Botelho e de Ana Maria de Jesus

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
António da Silva Monteiro	Porto - Loredelo do Ouro	10-05-1828	40		?		1	Caixeiro: Manuel Francisco das Neves (25)	Filho de António da Silva Monteiro e de Tomásia Rosa de Santa Ana
Maria de Brito	Fão	10-05-1828	39		C	José Fernandes Veloso	2	Filhos: Manuel (14); Maria (16)	Filha de João de Brito e de Joan da Assunção
Luís Saturnino de Castro	Guimarães	26-07-1828	29	Presbítero secular	S		2	Irmã: Clara Cândida (19). Criado: Joaquim de Castro (16)	Filho de Francisco José Nogueira e de Antónia Maria. Pretende ir para Cabo Verde.
Joana Margarida	Porto - Sé	07-08-1828	30		?		4	Filhos: João (8 meses); Joaquim (4); Aurélia (2). Criada: Ana (33)	Filha de Luís Manuel da Silva e de Teresa Margarida
Jerónimo José da Costa	Leça da Palmeira	07-08-1828	15		S				Filho de António José da Costa e de Joana Maria Francisca
Ana Adelaide Carvalhais Vanzeller	Porto	05-09-1828	?		C	Francisco Inácio Vanzeller	3	Filhos: Henrique (9); Eduardo (8); Cipriano (7)	Pretende ir para Inglaterra
Rita Emília Monteiro de Carvalho	Porto	27-09-1828	35		C	António Praça	1	Criado: Bento Bernardino do Carmo (29)	Filha de João Monteiro de Carvalho e de Rita Monteiro de Carvalho. Pretende ir para Inglaterra

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Simão José Ferreira Pinto	Santo André de Sobrado	04-10-1828	24		?				Filho de José Pinto Fernandes e de Ana Moreira
Manuel de Almeida e Silva Pereira	Vila Nova de Gaia - Vilar do Paraíso	06-12-1828	16		S				Filho de Manuel de Almeida Silva e de Teresa Joaquina
Bernardo Duarte dos Reis	Vila Nova de Gaia - Valadares	10-12-1828	14		S				Filho de Manuel Duarte dos Reis e de Maria Francisca da Assunção
Domingos José Pereira	Cabeceiras de Basto - Santo André de Rio Douro	12-12-1828	48		C		4	Mulher: Joaquina Domingues (58). Filha: Felicidade Pereira da Fonseca (16). Parente: Maria Rosa (40). Criado: Francisco (10)	Filho de Pedro Pereira e de Germana Barroso. Os familiares estão ali estabelecidos.
Augustal Benedito de Almeida	Lisboa	18-12-1828	16		S				Filho de José Cláudio de Almeida e de Bárbara Maria Benedita de Almeida. Pretende ir para a Argentina.
Cláudio José de Almeida	Lisboa	18-12-1828	30		?				Filho de José Cláudio de Almeida e de Cândida Josefa de Almeida. Pretende ir para a Argentina

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
Maria Rita Ferreira	Porto - Lor- delo do Ouro	17-01-1829	46		?		1	Criada: Maria Antó- nia (40)	Filha de José Ferreira dos Santos e de Ber- nardina Ferreira
Domingos Manuel	Barcelos - S. Salvador de Novais	29-01-1829	75		C	Leonarda Maria	1	Mulher: Leonarda Maria (59)	Filho de Bento Manuel e de Maria Fernandes
Maria do Carmo Moreira Barraca	Penafiel	16-02-1829	22		C	António Teixeira da Silva			Filha de Vicente José Moreira e de Maria do Carmo Barraca
Ricardo António Nogueira	Porto	24-03-1829	23	Negociante	?		1	Irmã: Cristiana Maria Nogueira (19)	Filho de Manuel António Nogueira e de Teresa Nogueira. Pre- tende ir para Inglaterra.
Maria Perpétua Gonçalves	Porto - Miragaia	24-04-1829	27		?		8	Filhos: José (8); Antó- nio (4); Rosa (9); Perpétua (7). Criados: José Garcia (27); Maria Rosa (25). Mulher do criado: Ana Rosa (23). Filha do criado: Rosa (11 meses)	Filha de Joaquim Alves de Sousa e de Perpétua Felicidade de Sousa
Maria Joaquina Rosa	Porto - Campanhã	30-04-1829	21		C		3	Filhos: (2 menores). Criado: Francisco António Moreira (32)	Filha de Manuel Ferreira e de Florência Rosa

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Joaquim Moreira	Maia - Alvarelhos	07-05-1829	14		S				Filho de Joaquim Moreira da Costa e de Joaquina Maria
Luís Caetano da Silva	Ponte de Lima	15-05-1829	29		C	Maria Cândida da Silva	1	Mulher: Maria Cândida da Silva (30)	Filho de Caetano José da Silva e de Ana Isabel
Mariana Rosa de Jesus Maltez	Vila Nova de Gaia	19-05-1829	23		C	Francisco Pereira da Silva Maltez	1	Filha (menor)	Filha de José António Frazão e de Ana Rosa
Maria Emília Ferreira	Porto - Lordelo do Ouro	26-05-1829	22		C	José Coelho	5	Filhos: Augusto (6); Alexandre (5); Adriano (3); Emília (1 ano); Criada: Maria Joaquina (28)	Filha de João Ferreira dos Santos e de Maria Tomásia. O marido está ali estabelecido
Manuel António de Oliveira	Guimarães - S. Torquato	04-06-1829	69		?		1	Filha: Ana Rita de Oliveira Guimarães (23)	Filho de André Gomes de Freitas e de Maria de Oliveira. Pretende ir para Espanha.
João Miguel de Barros	Porto	11-06-1829	29		?				Filho de Miguel António de Barros Guimarães e de Maria do Carmo. Pretende ir para a Alemanha

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registro	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
Manuel Pereira de Miranda	Barcelos	16-06-1829	25		?				Filho de Gabriel Pereira de Abreu e de Antónia de Miranda
José Constantino Pereira de Araújo	Vila Real - S. João de Covas	16-06-1829	24		?				Filho de Bernardo Pereira dos Santos e de Leonarda Pereira. Pretende ir para França.
Adriana Rosa	Matosinhos	07-07-1829	63		V	António da Fonseca			Filha de pais incógnitos. Pre-tende ir depois para Porto Alegre, onde se encontra o filho
Ana Maria Vieira	Matosinhos - Lugar da Barranha	07-07-1829	42		C	Manuel Francisco Vieira	2	Filhos: José (11); Manuel (7)	Filha de António José da Silva e de Ana Joaquina de Jesus
Maria Emília Belona Jardim	Porto - Massarelos	28-07-1829	22		C	Lourenço Justiniano Jardim	1	Filho (menor)	Filha de José Francisco Belona e de Teresa Joaquina da Costa
Margarida Preciosa Xavier	Porto	04-08-1829	19		C		5	Filhos: Emília (3); Ermelinda (2); Francisco (?). Criada: Umbelina (35). Amai: Ana Teresa de Jesus (30)	Filha de Francisco Xavier de Carvalho e Silva e de Maria Máxima de Carvalho

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Anaclea Vitória de Aragão Nascimento	Porto?	07-08-1829	39		C	João da Rocha Carvalho	1	Filha: Ana Rufina (13)	Filha de Félix de Lima e Matos e de Maria Teresa de Aragão
António Bernardo Ferreira Júnior	Peso da Régua	08-08-1829	18		?		1	Outro: Joaquim Máximo Gomes (38)	Filho de António Bernardo Ferreira e de Josefa Gertrudes Ferreira. Pretende ir para Inglaterra.
Antónia Ermelinda	Viana do Castelo	13-08-1829	40		C	José de Miranda	3	Filha: Joaquina Cândida Lobo (23). Neta: Adelaide (menor idade). Criado: Lourenço (12)	Filha de Manuel José de Moura
Maria Maximiana	Guimarães	21-08-1829	36		C		1	Filha: Maria Carolina (19)	Filha de José António de Miranda e de Maria Joaquina Rodrigues de Miranda. Pretende ir para a Alemanha.
Bernardo António de Passos	Chaves	05-09-1829	35		C	Maria Bernardina do Nascimento	2	Mulher: Maria Bernardina do Nascimento (33). Filho: António (6)	Filho de José António de Passos e de Maria dos Reis

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Maria Emília de Oliveira Castro	Porto	15-09-1829	30		C	Luís Joaquim de Oliveira e Castro			Filha de José Moreira de Castro e de Bernardina Moreira de Castro
Francisco Domingues de Araújo	Monção - Valadares	19-09-1829	40		C	Isabel Joaquina	1	Mulher: Isabel Joaquina (31)	Filho de António Domingues de Araújo e de Maria Domingues de Araújo
João da Silva Passos Júnior	Porto	22-09-1829	22		?				Filho de João da Silva Passos e de Maria Teresa de Jesus. Vai ali "tratar de seus negócios"
António Martinho de Almeida	Vila Nova de Gaia - Vilar do Paraíso	10-10-1829	18		?				Filho de António de Almeida e de Maria Carvalho
Umbelina Ferreira de Jesus	Porto - Campanhã	31-10-1829	21		S				Filha de José Ferreira dos Santos e de Josefa Maria Joaquina
Joaquina de Lemos	Felgueiras - S. Tomé	12-11-1829	30		?				Filha de José Manuel de Lemos e de Ana Joaquina

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Manuel Luís da Silva Leça	Porto	16-11-1829	14		S				Filho de Manuel Luís da Silva Leça e de Francisca Cândida da Silva Leça
Maria José da Silva	Porto	16-11-1829	14		S				Filha de José Tomás da Silva e de Maria José. O pai está ali estabelecido
Maria José Ferreira Cachapó	Bragança	23-11-1829	40		V		1	Filha: Eugénia (10)	Filha de Francisco Ferreira e de Josefa de Jesus
Manuel Joaquim de Andrade Basto	Celorico de Basto - Mollares	27-11-1829	61	Negociante	?				Filho de Francisco de Andrade e de Ana Moreira. Vai "tratar dos seus negócios". Pretende ir para Inglaterra.
Bernardina Moreira de Castro	Porto	07-12-1829	53		V	José Moreira de Castro	3	Filhas: Marcelina Cândida (20); Carlota Cândida (15); Maria Augusta (14)	Filha de Luís Caetano de Almeida e de Ana Joaquina de Oliveira

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
Joaquim José Dias Lopes de Vasconcelos	Porto	21-01-1830	26		?		1	Maria da Assunção Alves Pereira (7)	Filho de José Dias Lopes e de Clara Jacinta de Vasconcelos. Leva Maria da Assunção Alves Pereira (natural de Vila Real) para junto do pai ali residente, Fran- cisco Inácio Pereira. Pretende ir para França.
Senhorinha Pereira	Porto	22-01-1830	32		C		2	Filho: Manuel José (9). Irmã: Ana Miquelina (26)	Filha de Manuel José Barroso e de Senhorinha Pereira
Jerónimo José Loureiro	Porto	27-02-1830	34		C	Joana Rosa da Costa	3	Mulher: Joana Rosa da Costa (38). Filhos: Augusto da Costa Guimarães (9); Joa- quim da Costa Gui- marães (7)	Filho de José Loureiro e de Josefa Loureiro
Rita Rosa Pereira da Costa	Porto	08-03-1830	60	V			2	Filha: Isabel Maria da Costa (32). Afi- lhada: Maria Isabel (17)	Filha de João Francisco Santiago e de Rosa Maria de S. José

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
Joana Rosa de Oliveira	Porto	08-03-1830	40		C	José António Botelho	4	Filhos: Emília (idade inferior a 4); Joana (idade inferior a 4). Irmãs: Maria de Jesus (50) e Delfina Emília (33)	Filha de Manuel de Oliveira e de Maria Teresa
Maria Rosa Pereira	Felgueiras - Vila Cova	08-03-1830	50		C	Francisco José dos Anjos	6	Filhos: Joaquina (18); Maria (16); Guilhermina (8); Gertrudes (8); Francisco (12); Francisco José dos Anjos (5)	Filha de Manuel Pereira e de Maria Josefa
António de Almeida Morais Pessanha	Vila Real - Paradela de Guiães	23-04-1830	22		?				Filho de António de Almeida Morais Pessanha e de Luísa Rosa Pereira da Silva. Vai "frequentar os estudos". Pretende ir para França.
Manuel de Clamouse Brown	Porto	05-05-1830	38		?		1	Filho: Manuel de Clamouse Brown Júnior (13)	Filho de Domingos Brown e de Maria Custódia Brown. Pretende ir para Inglaterra
Ana Margarida	Porto - Sé	22-05-1830	57		V	Domingos José Ferreira			Filha de António Martins Magalhães e de Maria Angélica. O filho é negociante

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registro	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
Ricardo Vanzeller	Porto	11-06-1830	30	Arceiago de Oliveira do Douro	S		5	Irmã: Doroteia Vanzeller (25). Sobrinhos: Susana (11); Doroteia (8); Nicolau (7). Criada: Margarida Rosa (25)	Filho de Henrique que Pedro Vanzeller e de Maria Juliana Vanzeller. Os sobrinhos são filho de Cristiano Kopke e de Leonor Vanzeller Kopke. Pretende ir para Inglaterra
Manuel Pereira Lamego	Porto	19-06-1830	14		S				Filho de José Pereira Lamego e de Doroteia Casimira
Manuel António Malheiro	Porto	10-07-1830	18		?				Filho de Miguel António Malheiro e de Maria Albina das Neves Malheiro. Pretende ir para Inglaterra, para aí se instruir não só na língua inglesa, mas também em tudo o mais que é necessário à profissão do comércio, a que se destina.

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
João José da Costa	Guimarães - S. João de Rei	04-08-1830	51	Negociante	?				Residente no Porto. Filho de João Félix da Costa e de Catarina Josefa Mendes. Vai tratar dos seus negócios, ajustar contas com os seus correspondentes Bruno Silva & C.ª, D. Macarthur & C.ª e M. J. Soares. Pretende ir para Inglaterra.
Maria Rosa de Sousa	Porto - S. João da Foz	09-09-1830	51		V	Faustino José Pereira	1	Filha: Ana Rosa de Sousa (14)	Filha de José Francisco de Sousa e de Ana Rosa de Sousa
Maria Clementina Guerner Viana	Porto	17-09-1830	38		V		2	Criados: Ana Rosa (30); João António Martins (20)	Filha de Cristovão Guerner e de Maria Clementina
Luísa Maria da Silva	Porto - Santo Ildefonso	16-10-1830	60		V	José António Ferreira	3	Filha: Rosa Viterbo (28). Netos: Luís (7); Maria (6)	

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
Rita Teresa de Oliveira	Bragança - Santa Maria	04-11-1830	44		C	Marcos António Miranda	8	Filhos: Ana de Miranda (26); Maria (16); Ofélia Miranda (11); Carolina (10); Gumercindo (22); José de Miranda (21); Francisco de Miranda (12)	Filha de José Carvalho Vieira e de Rosa de Oliveira
Maria do Carmo	Lisboa	08-11-1830	48		?				Filha de Fran- cisco Borges Cal- das e de Joana Teresa de S. José. Reside em Vila Nova de Gaia
Bernardo Dias Lima	Porto	18-11-1830	32	Negociante	?		1	Caixeiro: António Marques Nogueira (12)	Filho de Joaquim Dias Lima e de Maria Marques Nogueira
Rosa Rita de Mendonça e Melo	Porto	18-11-1830	60		?				Filha de Manuel de Mendonça Freire e de Felícia Rosa de Melo
Joaquina Maria de Novais	Guimarães	11-12-1830	42		?		1	Irmã: Maria Teresa de Novais (29)	Residente no Porto (com sua irmã). Filha de pais incógni- tos

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registo	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acompanhantes	Acompanhantes	Observações
António Aires Pimenta	Porto - Vitória	22-01-1831	35		C	Maria de Sá Maia	3	Mulher: Maria de Sá Maia (21). Filha: Ana de Jesus (14). Criada: Teresa Costa (23)	Vai tratar de negócios. Filho de Manuel Luís Pimenta e de Ana Francisca de Paula. A filha é do 1.º matrimónio do justificante
António Bento de Lima	Porto - Vitória	22-01-1831	32		?		3	Irmãos: Francisco Luís Ferreira Torres (28); José Gouveia (21); Manuel Luís Ferreira Torres (16)	Filho de José da Silva Ferreira Lima e de Águeda Maria Eugénia
Mónica Maria Dias	Porto - S. João da Foz	14-02-1831	38		C	Custódio Dias Moreira	6	Filhos: Tomásia Joaquina (14); Joaquina Rosa (13); Joaquim Antunes (6); Custódio (5); Guilherme (3); Guilherme (3) Manuel (11 meses)	Filha de Frutuoso de Lemos e de Tomásia Joaquina
João Rodrigues da Cruz	Vila Nova de Gaia - Mafamude	07-03-1831	13		S				Filho de João Rodrigues da Cruz
Ana do Espírito Santo	Porto - Santo Ildefonso	12-03-1831	27		C	Joaquim José de Figueiredo			Filha de José António de Sousa e de Ana Rita

Cont.

Nome	Naturalidade Residência	Data do registro	Idade	Profissão	Estado Civil	Nome do Cônjuge	N.º de Acom- panhantes	Acompanhantes	Observações
João Soares de Brito	Vila Nova de Gaia - Santa Marinha	22-09-1831	12		S				Filho de António Soares e de Ana Josquina de S. José
Maria Amália Pimentel	Porto - Santo Ildefonso	10-04-1832	26		?		1	Filha (menor)	Filha de Agos- tinho José de Matos e de Mar- garida Violante. Pretende ir para França.

Tabela 3: Portugueses do Norte de Portugal que emigraram para o Brasil (1805-1832)

NOME	
Adriana Rosa	António Domingues Rodrigues
Agostinho Carneiro da Costa Barros	António Ferreira de Moraes
Alexandre José Cardoso Silva	António Francisco Baía
Alexandre José de Sá	António Francisco da Silva
Ana Angélica de Babo	António Gonçalves Bastos
Ana Cândida da Cunha	António Gonçalves da Rocha
Ana Cândida da Rocha	António Gonçalves Ferreira Basto
Ana Clara de Passos Seabra	António Joaquim de Oliveira
Ana Coelho da Silva	António Joaquim de Oliveira Castro
Ana de Sousa	António Joaquim Mendes
Ana do Espírito Santo	António Joaquim Pereira de Almeida
Ana dos Prazeres Brandão	António Joaquim Pereira de Azevedo e Vasconcelos
Ana Efigénia Pinto Pereira	António José Afonso
Ana Felizarda de Menezes	António José da Cama Freitas
Ana Gomes Correia	António José de Azevedo
Ana Joaquina	António José de Oliveira Moraes
Ana Joaquina de Sá e Queda	António José de Oliveira Tau
Ana Joaquina Leite	António José Dias Lopes
Ana Joaquina Rosa Tau	António José Pena
Ana Josefa Margarida	António Leite Pereira
Ana Margarida	António Lopes de Araújo
Ana Margarida Lacerda	António Lucas Soares
Ana Margarida Moreira	António Manuel de Meireles
Ana Maria	António Maria Leite
Ana Maria de S. José	António Martinho de Almeida
Ana Maria de Santa Ana	António Osório Rebelo
Ana Maria Vieira	António Pereira Marques
Ana Miquelina da Luz e Matos	António Pinto
Ana Moreira	António Ribeiro da Fonseca Guimaraães
Ana Rita Augusta do Nascimento Crespo	António Ribeiro de Freitas
Ana Rita de Sousa	António Rodrigues
Ana Rita de Sousa Castro	António Santiago Salazar
Ana Rosa	António Tomás de Sousa Lobo
Ana Vitória	António Xavier Lopes de Paiva
Anacleta Vitória de Aragão Nascimento	Arnaldo Pinto de Castro Tameirão
Antónia de Jesus Maria	Bárbara Maria de Azevedo
Antónia Ermelinda	Bartolomeu de Sousa Lobo
Antónia Maria Duarte	Bernarda Gomes
António Aires Pimenta	Bernardina Moreira de Castro
António Bento de Lima	Bernardino António de Barros Rebelo da Silva
António Bernardo Pereira de Carvalho	Bernardo António de Passos
António Cardoso de Melo	Bernardo Dias Lima
António da Silva	Bernardo Duarte dos Reis
António da Silva Bizarro	Brás de Abreu Aranha e Araújo
António da Silva Monteiro	Cândida Adelina
António de Castro Leite	Cândido José dos Santos
Catarina Micaela de Freitas	Joana Inocência da Silva Lira Vilaça
Custódia Angélica	Joana Margarida
Custódia Angélica da Luz	Joana Margarida Rosa
Custódia Margarida	Joana Pereira

NOME	
Custódia Raimunda	Joana Pires
Custódio José de Sousa	Joana Rosa
Custódio Nunes Moreira	Joana Rosa de Oliveira
Delfina Luísa	Joana Rosa de Sousa
Domingas Antónia Fernandes	João Alves da Cunha
Domingas Teresa de Jesus	João António de Carvalho Sequeira
Domingos Alves Neves	João António Martins Novais
Domingos António Fernandes	João Batista Fontana Júnior
Domingos da Fonseca Rocha	João Batista Moreira
Domingos Francisco da Silva	João da Silva Maia
Domingos José da Fonseca	João da Silva Passos Júnior
Domingos José Pereira	João Ferreira dos Santos
Domingos Manuel	João Francisco Lima
Domingos Moreira Cardoso	João José
Feliz José Teixeira	João José de Carvalho Medeiros
Francisca Felizarda Nance	João José Tulling
Francisca Rosa Pegada	João Manuel de Castro Sousa Batorim
Francisco António de Sá	João Pereira de Magalhães
Francisco António Furtado	João Rodrigo Xavier Vidal
Francisco de Oliveira	João Rodrigues da Cruz
Francisco de Paula e Melo	João Soares de Brito
Francisco de Sá de Sampaio	Joaquim António da Fonseca
Francisco Dias de Paiva	Joaquim Dias Moreira
Francisco Domingues de Araújo	Joaquim José de Meireles
Francisco Gomes Carvalho	Joaquim José Ferreira da Cruz
Francisco José Alves de Sousa	Joaquim Luís dos Santos
Francisco José Leite	Joaquim Moreira
Francisco José Nunes	Joaquim Nunes Ferreira Pacheco
Francisco José Teixeira	Joaquim Pereira Rodrigues
Francisco Leite Pereira de Melo	Joaquina de Lemos
Francisco Pereira Borges	Joaquina Margarida
Francisco Xavier Lopes	Joaquina Margarida Garcez
Gabriel José	Joaquina Maria de Novais
Gabriel José Nunes	Joaquina Rosa das Neves
Gabriel Soares Pinto	Joaquina Rosa de Jesus
Gaspar António Pusso	Joaquina Vieira da Silva
Gregório José de Sousa	José Alves Carneiro
Guilherme Teodoro Rodrigues	José Alves de Magalhães
Inácia Pires Mourão	José António da Cunha
Isabel Joaquina	José António dos Santos
Jerónimo José Barbosa	José Coelho da Rocha Júnior
Jerónimo José da Costa	José da Costa Carvalho
Jerónimo José Loureiro	José da Silva Lemos Júnior
Joana Delfina da Silva	José de Paiva Guedes
Joana Emília de Ataíde	José de Sousa Coimbra
Joana Francisca da Silva	José de Sousa Lima
José dos Santos Primeiro	Manuel José Ribeiro
José Esteves da Costa Baião	Manuel José Rodrigues
José Felipe Chaves	Manuel Luís Cardoso da Silva
José Gonçalves da Silva	Manuel Luís da Silva Leça
José Inácio Guedes de Barros	Manuel Pereira de Miranda

NOME	
José Joaquim Correia	Manuel Pereira Lamego
José Joaquim da Silva Maia	Manuel Ribeiro
José Joaquim de Azevedo	Manuel Ribeiro dos Santos
José Joaquim de Meireles	Manuel Rodrigues de Amorim
José Joaquim Machado e Andrade	Manuel Timóteo de Araújo
José Lopes dos Santos	Margarida Luísa Couto
José Luís Pinto de Queirós	Margarida Preciosa Xavier
José Machado de Melo e Castro	Margarida Rosa
José Manuel de Lima	Margarida Rosa da Estrela
José Mendes Braga	Maria Amália Cândida de Sousa
José Mendes Ferreira	Maria Angélica Ferreira
José Nunes Pacheco	Maria Antónia
José Pereira da Rocha Cláudio	Maria Antónia da Costa
José Pereira da Silva de Sousa e Meneses	Maria Clementina Guerner Viana
José Peres	Maria da Conceição Freire
José Pinto de Queirós	Maria da Silva
José Ribeiro da Costa	Maria de Brito
José Ribeiro dos Santos	Maria Delfina Rosa
José Vicente de Azevedo	Maria do Carmo
Josefa Francisca	Maria do Carmo Moreira Barraca
Libânia Bernardina	Maria do Rosário
Luís António	José Lopes de Araújo Maria dos Santos
Luís António Machado Reis	Maria Emília Belona Jardim
Luís António Teixeira de Carvalho	Maria Emília Couto
Luís Caetano da Silva	Maria Emília de Oliveira Castro
Luís Correia de Amorim	Maria Emília Ferreira
Luís José da Silva	Maria Emília Moreira
Luís José do Couto Alão	Maria Felícia Soares de Sousa
Luís José Saraiva	Maria Ferreira da Silva
Luís Martins	Maria Joaquina
Luís Mendes de Matos	Maria Joaquina da Silva
Luís Pereira Campos da Silva	Maria Joaquina dos Santos
Luísa do Sacramento	Maria Joaquina Rosa
Luísa Maria da Encarnação	Maria José da Silva
Luísa Maria da Silva	Maria José Ferreira Cachapó
Luísa Maria Machado	Maria Leonor Lopes Pereira Negrão
Manuel Alves de Pinho	Maria Luísa do Nascimento
Manuel Alves Ferreira	Maria Marcelina
Manuel António da Costa Delgado e Neves	Maria Margarida
Manuel Cardoso Coelho Botelho Serpa	Maria Martins
Manuel da Costa Lima	Maria Pinta da Assunção
Manuel de Almeida e Silva Pereira	Maria Ramos
Manuel Garcês Pinto de Madureira	Maria Rita de Lacerda Pereira e Vasconcelos
Manuel Joaquim Alves de Sousa	Maria Rita Ferreira
Manuel Joaquim Rodrigues Camelo	Maria Rosa
Manuel José de Araújo Franco	Maria Rosa de Sousa
Maria Rosa do Nascimento	Ricardo da Silva Maia
Maria Rosa Marques	Rita de Cássia de Jesus
Maria Rosa Pereira	Rita Rosa Pereira da Costa
Maria Teresa de S. José	Rita Teresa de Oliveira
Mariana Domingues	Rosa Albina

NOME	
Mariana Rosa de Jesus Maltez	Rosa Margarida
Mateus da Silva	Rosa Maria Balbina
Melchior José Pereira Enes	Rosa Maria de Jesus
Mónica Maria Dias	Rosa Rita de Mendonça e Melo
Nicolau Coelho Messeder	Salvador António Pereira
Onofre José da Costa	Senhorinha Pereira
Paula Maria da Assunção	Simão José Ferreira Pinto
Perpétua Rosa Garcia Furtado	Teresa Gonçalves
Quitéria Rita Leite de Morais	Umbelina Ferreira de Jesus

Nota – Desta lista apenas constam os nomes dos pretendentes a passaportes, não os acompanhantes que vão indicados na tabela anterior.

CONCLUSÕES

A presente publicação constitui mais uma prova da pertinência dos estudos migratórios de Portugal para o Brasil que o CEPESE elegeu como uma das suas linhas de investigação, que recebeu o apoio da FCT e outras instituições (Governo Civil do Porto, Câmara Municipal do Porto, GRICES e FAPERJ) através do projecto *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil* e para o qual reuniu interlocutores abalizados do outro lado do Atlântico, onde também assinou protocolos de cooperação.

Esta rede de saberes que se pretende solidificar, ampliar e até institucionalizar, tem já demonstrado as virtualidades de uma investigação coordenada e dialogante que permite desafios sucessivos, experimenta caminhos novos, multiplica possibilidades.

As questões inicialmente colocadas vão sendo gradualmente respondidas, suscitando outras que surgem com o apuramento e definição das problemáticas em estudo, bem como com a descoberta e alargamento das fontes documentais em análise.

Os estudos aqui apresentados, em número superior a três dezenas, representam diferentes abordagens do fenómeno migratório, com objectos e propósitos variados, inseridas em reflexões mais ou menos amplas consoante a amplitude das investigações já realizadas:

- perspectivas globalizantes sobre a temática migratória;
- fontes sobre emigração/imigração;
- estudo de passaportes e cartas de chamada;
- emigração do Norte de Portugal para o Brasil;
- representações e modalidades de emigração;
- integração de portugueses (e galegos) em diferentes comunidades brasileiras;
- imigração portuguesa no Brasil – associativismo e marginalidade;
- emigração e retorno.

Diversos entre si nas temáticas que privilegiam e na panóplia diversificada de fontes que compulsam, estes trabalhos demonstram a relevância da temática para a compreensão da história contemporânea dos dois países, das suas intensas relações sociais, económicas e culturais, enfim para o seu conhecimento mútuo e para a promoção da sua memória e identidade.

Os organizadores deste Seminário não podem deixar de reafirmar a importância do diálogo luso-brasileiro que, pelas pesquisas dos seus académicos e investigadores, promove o debate científico e o estabelecimento de nexos lógi-

cos, permitindo também gizar rumos de investigação paralelos e convergentes, nomeadamente através da planificação do estudo de fontes complementares existentes nos arquivos de ambos os países. Esta metodologia permitirá o verdadeiro cruzamento dos dados, a aferição dos resultados sectoriais, a construção criteriosa da informação com vista a leituras ulteriores, problematizantes e interpretativas.

CONCLUSIONS

This publication confirms the pertinence of the studies regarding Portuguese emigration to Brazil, which constitutes one of CEPESSE's research groups, supported by FCT and other institutions (Porto's Civil Government, Porto's City Hall, GRICES and FAPERJ) through the project "Emigration from the North of Portugal to Brazil in the 19th and 20th centuries" and for which we gathered renowned experts from the other side of the Atlantic, where several cooperation protocols have also been established.

This scientific network that we intend to strengthen, to extend and even to grant an institutional character, has already showed the potentialities of a coordinated and dialoguing research that allows successive challenges, trying new approaches and multiplying possibilities.

The initially placed questions are gradually being answered, and new questions arise as the research progresses and the team members discover and analyze additional documental sources.

More than thirty studies presented in this book represent different approaches on the migratory phenomenon, with various objects and purposes, wider or shorter reflections depending on the amplitude already achieved of the research:

- globalizing perspectives regarding the migratory thematic;
- sources on emigration/immigration;
- study of passports and "letters of call";
- emigration from the north of Portugal to Brazil;
- emigration representations and modalities;
- integration of Portuguese (and Gallegos) in different Brazilian communities;
- Portuguese immigration in Brazil - associations and marginality;
- emigration and return.

With diverse themes and using different sources, these works demonstrate the relevance of the emigration phenomenon for the understanding of the contemporary history of both countries, their intense social, economic and cultural relations, in short, for their mutual knowledge and for the promotion of their memory and identity.

The coordinators of this Seminar must reaffirm the importance of the dialogue between Portugal and Brazil that, by means of the research achieved by experts from both countries, promotes the scientific debate and the establishment of logical nexuses, also allowing to draw parallel and convergent research

lines, namely by planning the study of complementary sources present in the archives of both Portugal and Brazil. This methodology will allow a real data-crossing, the attainment of sectorial results and the rigorous construction of the information aiming at posterior, inquiring and interpretative readings.

SOBRE OS AUTORES

MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS

Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora do CNPq. Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorada na Université Lumiere Lyon 2, França.

Entre as suas publicações mais recentes destacam-se: *Trama e Poder*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 2003; *Melodia e Sintonia: o masculino, o feminino e suas relações em Lupicínio Rodrigues*, Rio de Janeiro, Bertrand, 1999; *Dolores Duran: Experiências Boêmias em Copacabana nos anos 50*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005; *O imaginário em debate*, São Paulo, Olho d'água, 2002; *Por uma história das mulheres*, Bauru, EDUSC, 2003; *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*, São Paulo, Nacional, 2003; *Sonhos e Identidades*, São Paulo, EDUSC, 2004; *Âncora de Emoções*, Bauru, EDUSC, 2005; *Gênero e Terceiro Setor*, São Paulo, Catavento, 2005.

BRASILINA ASSUNÇÃO PEREIRA DA SILVA

Professora do ensino básico. Licenciada em Animação Sociocultural (Educação, Museologia e Gestão) pela Escola Superior de Educação de Viseu.

Publicações recentes: *A Lapa: a Terra, o Homem, a Cultura: reflexão histórico-antropológica*, Viseu, Santuário da Lapa, 2002; "Terras do Demo: comer e beber como acto de cultura", in *Cooperativa Agrícola do Távora: 1955-2005*, 2005.

ZEILA DE BRITO FABRI DEMARTINI

Professora da Universidade Metodista de São Paulo. Directora do Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Licenciada em Ciências Sociais, mestre e doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

Publicações recentes: "Pesquisa no campo educacional: dos documentos aos relatos orais", *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, vol. 2, n.º 1, 2006; "Immigration in Brazil: The Insertion of Different Groups", *Journal of Immigrant & Refugee Studies*, vol. 4, 2006; "Reconstruindo identidades múltiplas: imigrantes portugueses e luso-africanos em São Paulo", *Athenea Digital*, vol. 10, 2006; "Memórias na Educação", in *Educação & linguagem*, vol. 8, n.º 11, 2005; *Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa, Pro-posições*, vol. 15, n.º 3 (45), 2004; "Marcas da guerra em terra distante: relatos de japoneses em São Paulo", *História oral*, n.º 7, 2004.

PAULA MARQUES DOS SANTOS

Professora auxiliar na Universidade Lusíada do Porto e na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego. Investigadora do CEPESE.

Licenciada em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto e doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: "The Portugal-Brazil Relations (1930-1945) – the relationship between the two national experiences of the Estado Novo", in *e-journal of portuguese history*, http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/, vol. 4, n.º 2, 2006; "A

emigração do distrito de Viseu para o Brasil – as principais fontes documentais”, in *Portugueses no Brasil: migrantes em dois actos*, Rio de Janeiro, FAPERJ, 2006; *Os Bombeiros Voluntários de S. João da Madeira. 77 anos de história* (co-autora com Fernando de Sousa), S. João da Madeira, Câmara Municipal de São João da Madeira, 2005; “Uma nova Globalização – a emergência das questões sociais”, in *Revista de Relações Internacionais*, Universidade Lusíada do Porto, vol. 5, 2004.

JENIFER FERREIRA

Professora do ensino básico. Licenciada em Ensino Básico (1.º ciclo) pelo Instituto Superior de Ciências Educativas de Mangualde.

TERESA CIRNE

Técnica superior de arquivo no Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia. Investigadora do CEPESE.

Licenciada e mestre em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ANDRÉA TELO DA CORTE

Professora concursada da Rede Pública de Ensino. Pesquisadora do Laboratório de História Oral e Imagem do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

Licenciada e mestre em História pela Universidade Federal Fluminense.

Publicações recentes: “Imigração e História Oral: Algumas Observações” in Martins, Ismênia de Lima (org.), *História: Estratégias de Pesquisa*, Ijuí, Ed. Unijuí, 2001; “Não há gente como a gente breve perfil dos imigrantes madeirenses em Niterói. 1930-1990”, *Revista Convergência Lusitana*, RJ, RGPL, 2002; “Emigração: sugestões para uma nova abordagem do conceito” in *Livro de Resumo do XXI Simpósio Nacional de História*, Niterói, ANPUH, UFF, 2001; “Emigração e História oral: a emigração do ponto de vista do imigrante”, in *Livro de Resumo do XXI Simpósio Nacional de História*, Niterói, ANPUH, UFF, 2001; “O Cotidiano das Imigrantes Madeirenses em Niterói – 1930-1990: Trabalho e Casamento”, in *Caderno de Programação e Resumos do XXII Simpósio Nacional de História*, João Pessoa, ANPUH, Universidade Federal da Paraíba, 2003.

MARIA ADELINA AZEVEDO PILOTO

Professora do ensino básico e secundário. Investigadora do CEPESE.

Licenciada e mestre em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: *S. Gonçalo de Mosteiro – Subsídios Monográficos*, Vila do Conde, 2000; *José Régio. Correspondência familiar: Cartas a seu irmão Apolinário*, Vila do Conde, 2001; *Associação de Socorros Mútuos em Modivas*, Vila do Conde, 2002; *In Memoriam do Dr. Serafim Lima – Centenário do Nascimento, 1902-2002*, Vila do Conde, 2002; *26 de Março 2005 – Sinopse Histórica do Dia de Vila do Conde*, Vila do Conde, 2005.

ANTÓNIO MONTEIRO DOS SANTOS

Paleógrafo. Investigador do CEPESE.

Publicações recentes: *Eça de Queiroz – Vila do Conde Terra do Nosso Berço*, Vila do Conde, 2000; “Igreja Matriz de Vila do Conde – Meio Milénio de História”, *O Tripeiro*, n.º 1 Janeiro/2003; “Júlio/Saúl Dias – Pintor e Poeta do Belo e da Vida”, *O Tripeiro*, n.º 2, Fevereiro/2003; “Vila do Conde comemora 1050 anos de vida”, *O Tripeiro*, n.º 3, Março/2003; “A ‘Casa da História’ de Vila do Conde”, *O Tripeiro*, n.º 6, Junho/2004; “Eça de Queirós. A contínua infelicidade”, *O Tripeiro*, n.º 2, Fevereiro/2005.

ISILDA BRAGA DA COSTA MONTEIRO

Licenciada e mestre em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutora em História pela Universidade Portucalense. Investigadora do CEPESE.

Os trabalhos publicados mais recentes incluem: “Registo escrito do discurso parlamentar – uma (re)construção”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006; e “Um Exército em mudança (1851-1910)”, in *O Homem, o Uniforme e a Arma. Catálogo da Exposição*, Porto, Museu Militar do Porto, 2006

MARIA XAVIER VILLAS BÔAS

Investigadora no CIES/ISCTE. Coordenadora de programação na Casa da América Latina em Lisboa.

Licenciada em Sociologia e Política (PUC - Rio de Janeiro) e mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação (ISCTE).

Últimas publicações: *Redescobrimo o Brasil: processos identitários de brasileiros em Portugal*, dissertação de mestrado, ACIME, 2007; “Brasileiros em Portugal: identidades e integração”, *Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, n.ºs 8-9, 2006; “Tensões e dificuldades no ciclo migratório de brasileiros em Portugal”, in *Actas da VI Reunião de Antropologia do Mercosul (GT51)*, 2005.

BEATRIZ PADILLA

Professora no Instituto Superior de Gestão e investigadora sénior no CIES-ISCTE.

Licenciada em Administração Política e Ciências Políticas pela Universidade de Cuyo, Argentina. Doutorada em Sociologia pela Universidade de Illinois at Urbana-Champaign and Master em Políticas Públicas pela Universidade de Texas at Austin.

Publicações recentes: “A imigração brasileira no feminino – características, estigmas e formas de inserção – Brazilian female immigration: characteristics, stigmas and ways of insertion”, in *A Imigração Brasileira a Portugal – Brazilian Immigration in Portugal*, in ACIME, Lisboa, 2007; “Brazilian Migration to Portugal: Social Networks and Ethnic Solidarity”, CIES-ISCTE working paper n.º 12, 2006; “Le reti sociali dei brasiliani recentemente arrivati in Portogallo: solidarietà etnica o empatia etnica?” in M. Ambrosini, L. Queriolo Palmas, *I latinos alla scoperta dell'Europa. Nuove Migrazioni e spazi della cittadinanza*, Franco Angeli, Milano, 2005.

VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA

Professor do curso de História da Universidade Gama Filho e técnico superior no Arquivo Nacional do Brasil.

Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense.

Actualmente é vice-presidente do Comité de Normas Profissionais e Boas Práticas do Conselho Internacional de Arquivos (ICA/Unesco) e presidente da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística do Conselho Nacional de Arquivos.

MIGUEL MONTEIRO

Professor Adjunto na Escola Superior de Educação de Fafe. Investigador do NEPS – Núcleo de Estudos de População e Sociedade, da Universidade do Minho. Coordenador e director do Museu da Emigração: Comunidades e Luso-Descendentes.

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mestre em História pela Universidade do Minho. Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: “*O Público e o Privado*”, in *O Brasileiro de Torna Viagem*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000; *Migrantes, Emigrantes e “Brasileiros” (1834-1926)*, Fafe, Ed. autor, 2000; “Representações materiais do «Brasileiro» e construção simbólica do retorno”, *Camões*, número 11, Outubro-Dezembro de 2000; *Visita Guiada a Fafe – Sugestões para um olhar*, Fafe, Junta de Freguesia de Fafe, 2004; “Emigração para o Brasil (1834-1926): os números e autobiografia - sair, viver e regressar na primeira pessoa”, in *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso, 2004.

MARIA BEATRIZ DA ROCHA-TRINDADE

Professora catedrática da Universidade Aberta. Coordenadora Científica do Centro do Centro de Investigação do Museu da Emigração.

Doutorada pela Universidade de Paris V (Sorbonne) e Agregada pela Universidade Nova de Lisboa (FCSH).

Introdutora em Portugal do ensino da Sociologia das Migrações e autora de várias publicações neste campo, entre os quais se destacam: *Sociologia das migrações*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995; *Bibliografia da Emigração Portuguesa*, Inst. Port. de Ensino à Distância, Lisboa, 1984 (em colaboração com Jorge Arroiteia); *A Emigração*, Centro de Estudos Judiciários, Lisboa 1986; “Espaços de herança cultural portuguesa – gentes, factos, políticas”, *Análise Social* 100 (24), 1988; “A presença dos ausentes”, *Sociedade e Território* n.º 8, 1989.

MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA

Professora associada no departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vice-presidente do CEPES e directora da revista *População e Sociedade*.

Licenciada, mestre e doutora em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: “Entre Portugal e Brasil: Ficções e Realidades”, in *Os Brasileiros de Torna-Viagem. Catálogo da Exposição*, Lisboa, C.N.C.D.P., 2000; “Os Brasileiros Notáveis e... os Outros”, in *Os Brasileiros de Torna-Viagem. Catálogo da Exposição*, Lisboa, C.N.C.D.P., 2000; “Relações entre Portugal e Espanha na Época Contemporânea. Ponto da situação historiográfica”, in *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, FLUP, vol. 4, 2003; “Ocidente –

Imagens e Fronteiras da Europa e da Cultura Ocidental (1938-1948)”, in *Ideias de Europa: que Fronteiras?*, (coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro), Coimbra, Quarteto Editora, 2004; “Imprensa e Regionalismo em Bragança. Do Liberalismo aos Alvores do Estado Novo”, in *O Património Histórico-Cultural da Região de Bragança/Zamora*, Porto, Edições Afrontamento/CEPESE, 2005.

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO

Professora auxiliar do Departamento de História da Universidade do Minho e membro do Núcleo de Estudos Históricos da mesma universidade.

Licenciada em Ensino de História e Ciências Sociais, mestre em História das Populações e doutora em História Social.

Publicações recentes: “Hospitais Reais”, in Capela, José Viriato (coord.), *As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho 2005; “O tratamento de militares no hospital Real do Espírito Santo da Misericórdia de Vila Viçosa no contexto das invasões napoleónicas”, in Leandro, Maria Engrácia; Araújo, Maria Marta Lobo de; Costa, Manuel da Silva (org.), *Saúde. As teias da discriminação social*. Actas do Congresso Internacional *Saúde e Discriminação Social*, Braga, Universidade do Minho, 2002.

FRANCISCO KNOPFLI

Conselheiro da Universidade Técnica de Lisboa, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). Ex-embaixador de Portugal em Brasília.

Publicações recentes: “Um relance sobre as relações diplomáticas Portugal-Brasil no V centenário da descoberta do Brasil”, in *Revista Internacional da Língua Portuguesa*, 2000; “A aliança lusófona”, in *Brasil e Portugal, 500 anos de enlaces e desenlaces*. Rio de Janeiro: Real Gabinete de Leitura, 2001; “A América Latina face ao factor terrorista actual. O caso do Brasil em Portugal”, in *Lusíada. Relações Internacionais*, n.º 5, 2004; *As políticas exteriores de Brasil e Portugal* (coordenação), Lisboa, ISCSP, 2004.

FERNANDO DE SOUSA

Professor catedrático da Universidade do Porto. Professor da Universidade Lusíada do Porto. Presidente do CEPESE.

Licenciado e doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Publicações recentes: “Em torno da herança cultural de duas nações: a emigração portuguesa para o Brasil”, in *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*, CEPESE/FAPERJ, Rio de Janeiro, 2006; “A democracia, face política da globalização?”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.º 1, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasília, 2006; *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*, Edições Afrontamento, Porto, 2006; *A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)*, CEPESE, Porto, 2006; *A evolução administrativa do distrito de Bragança (1835-2006)*, *Brigantia. Volume de homenagem a Belarmino Afonso*, vol. XXVI, n.º 1/2/3/4, Bragança, 2006; *Douro Reserva Histórica e o Vinho do Porto* (catálogo da exposição), Porto, 2006.

RESUMOS / ABSTRACTS

RESUMOS

MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS

Imigração portuguesa em São Paulo: perspectivas e possibilidades de investigação

A imigração portuguesa para São Paulo foi um processo contínuo que envolveu experiências múltiplas e diversificadas, diferentes levas de imigração, alguns que vieram subsidiados, outros por conta própria; alguns que chegaram no início do processo de imigração (nos anos finais do século XIX e nos inícios do XX), outros logo após a Primeira Grande Guerra e também os que vieram devido as tensões durante o governo de Salazar. Assim, apesar de disperso resta um amplo mosaico de documentos sobre as múltiplas experiências de imigração portuguesa. Nesta comunicação será focalizado o potencial da documentação existente e já organizada na Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo.

BRASILINA ASSUNÇÃO PEREIRA DA SILVA

Cartas de chamada: a emigração para o Brasil no concelho de Sernancelhe (1900-1920)

Foi no concelho beirão de Sernancelhe que, no quadro de uma peculiar investigação, situamos os episódios de emigração para o Brasil que, entre 1900 e 1920, produziram esses impressionantes testemunhos de sociabilidade que são as Cartas de Chamada. Os 90 documentos de que extraímos hoje, decerto, uma parcelar lição acerca da compreensão, ao tempo, da família nuclear, carece, para entendimento daquilo que pretendemos aduzir, de duas breves notas que caracterizem, em simultâneo, a sua geografia física e humana.

ZEILA DE BRITO FABRI DEMARTINI

Imigrantes portugueses em São Paulo e a educação em Portugal nos inícios do século XX

Focalizamos nossa atenção na imigração portuguesa, ainda pouco estudada no contexto metropolitano de São Paulo, visando apreender as representações de integrantes de famílias de imigrantes sobre seus cotidianos, as vivências e estratégias que desenvolveram no contexto da pluralidade de grupos sociais e das transformações ocorrentes nesta cidade; também conhecer as instituições ligadas aos mesmos, sua estrutura e funcionamento. Tratamos de modo especial das relações estabelecidas no campo educacional, evidenciando como havia simultaneamente uma preocupação dos imigrantes com a melhoria da educação em Portugal, assim como uma inserção no campo educacional paulista.

PAULA MARQUES DOS SANTOS / JENIFER FERREIRA**A emigração do distrito de Viseu para o Brasil entre as duas Guerras Mundiais (1918-1940)**

A emigração portuguesa para o Brasil constitui um dos principais elementos na continuidade da ligação estreita entre os dois países lusófonos. De facto, o elemento humano permitiu nos dois últimos séculos, não só a manutenção do diálogo luso-brasileiro, mas também da continuidade da especificidade lusófona no mundo. O período entre as duas Guerras Mundiais tem características específicas que se reflectem, quer no número de cidadãos que partem (essencialmente de Portugal em direcção ao Brasil), quer nas suas características socioeconómicas, bem como nas formas que permitem esses movimentos migratórios. Também no distrito de Viseu assistimos à transformação desses parâmetros dos cidadãos que são autorizados a emigrar. Neste artigo procuramos apresentar fundamentada e pormenorizadamente quais as principais características da comunidade local que vai para o estrangeiro, procurando estabelecer tipologias genéricas.

TERESA CIRNE**A emigração para o Brasil. Famílias de Vila Nova de Gaia no século XIX**

Esta comunicação baseia-se no estudo detalhado do movimento emigratório legal ocorrido entre 1834 e 1900, relativamente ao concelho de Vila Nova de Gaia. Desta forma, procurou-se apurar não a totalidade dos titulares de passaporte que embarcaram pela barra do Douro, mas o conjunto dos naturais ou domiciliados naquele espaço concelhio que obtiveram passaporte no Governo Civil do Porto, quer saíssem pela barra desta cidade, quer por outro lugar. Tivemos por finalidade contextualizar o movimento emigratório do concelho de Gaia no panorama nacional e compreender as diversas manifestações arquitectónicas, económicas, políticas e sociais produzidas pelos brasileiros gaienses naquele espaço geográfico.

ANDRÉA TELO DA CORTE**Contribuição para o estudo da imigração subsidiada para o Brasil**

Este trabalho pretende estabelecer uma comparação entre o contingente de imigrantes de um navio de carreira e de um navio contratados, especificamente para tal fim. A análise contemplará as informações detalhadas no projeto Portal Autonomo na internet proposto pelo Cepese: nome, naturalidade, estado civil, profissão, acompanhantes, destino no Brasil, idade, sexo e nível de alfabetização.

ADELINA PILOTO / ANTÓNIO MONTEIRO DOS SANTOS**A emigração de Vila do Conde para o Brasil (1860-1875)**

O valioso e avultado acervo documental do AHMVC integra no fundo da Administração do Concelho 27 livros de Termos de responsabilidade e fiança, que se espraiam temporalmente desde 1865 até 1912. Na impossibilidade de apresentarmos a corrente migratória numa perspec-

tiva global, optamos por analisar detalhadamente o movimento migratório durante uma década (1865-1875), nas trinta freguesias que formam o concelho de Vila do Conde. O estudo desenvolvido permitiu-nos obter uma variedade informativa do emigrante, tal como: nome, idade, data de embarque, nome do fiador, destino da viagem, a pessoa a quem ia recomendado e, mesmo nalguns casos, quem assumia o pagamento da viagem, o grau de parentesco das pessoas envolvidas e outros pormenores pessoais.

ISILDA BRAGA DA COSTA MONTEIRO

A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar – uma questão em debate na segunda metade do século XIX

Entre outros problemas com os quais o regime liberal se teve de confrontar na segunda metade do século XIX, a emigração para o Brasil, assumiu especial relevância. A falta de mão-de-obra nos campos do norte do país e a falta de homens para o Exército colocavam essa questão no centro de um debate protagonizado sobretudo pelos deputados com assento na Câmara Alta do Parlamento e pelos articulistas que escreviam na imprensa. Ao se procurarem as razões para um fluxo migratório cada vez mais forte, quase todos os olhares convergiram para o recrutamento e o serviço militar. Como procuraremos demonstrar no nosso estudo isso será apenas uma meia verdade, a que os historiadores deverão, hoje, estar mais atentos.

MARIA XAVIER VILLAS BÔAS / BEATRIZ PADILLA

Rumo ao Sul: emigrantes portugueses no Sul do Brasil

Este artigo pretende dar visibilidade aos portugueses do Sul do Brasil, contribuindo para o conhecimento sobre razões de saída, escolhas do destino, inserções e percursos, sem esquecer o lado íntimo da imigração, também explorado por nós em campo, e que toca a sentimentos de pertença ou distinção, típicos da circunstância migratória. Propomos, consoante as vagas, três perfis deste emigrante a partir da segunda metade do século XX.

VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA

Monumentos à imigração: as sedes das associações portuguesas no Rio de Janeiro no início do século XX

Os estudos sobre os locais de residência e trabalho dos imigrantes portugueses no Rio de Janeiro demarcam sua inscrição no espaço urbano, vinculando-os a determinados bairros e possibilitando perceber sua expansão a par da mobilidade social do grupo. O presente trabalho relaciona um conjunto de sedes de associações beneficentes, de auxílio mútuo, culturais, recreativas ou políticas portuguesas no início do séc. XX. A localização dessas instituições em espaços nobres da cidade, assim como suas configurações arquitetônicas esmeradas e monumentais são analisadas como estratégias desse grupo nacional para alcançar maior visibilidade no todo social em que se insere.

MIGUEL MONTEIRO / MARIA BEATRIZ DA ROCHA-TRINDADE

Emigração e Retorno: imagens cruzadas num Webmuseu e o papel da tecnociência no caso de www.museu-emigrantes.org

A história económica, social e cultural, associada às migrações, constitui hoje uma das mais amplas formas de conhecimento do ser humano. A amplitude, riqueza e particularidades do fenómeno, decorrentes da dimensão quantitativa das movimentações humanas e da qualitativa que é visível nas biografias, bem como no que é a história particular de carácter local e regional, constitui uma das centralidades mais vincadas da inquietação científica dos nossos dias, nas quais se inscreveram as expressões maiores da vivência humana. Os museus, a ciência e as novas tecnologias permitem hoje novas abordagens ao fenómeno das migrações, ampliando a articulação entre os métodos e procedimentos, nomeadamente pela aplicação das novas tecnologias ao permitirem trabalhar grande volume de informações e das que se inscrevem no domínio da comunicação, em particular da web, e que dão sentido à perspectiva Web (WebMuseu) no *Museu da Emigração: Comunidades e Luso-Descendentes*.

MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA

O Brasileiro no teatro musicado português – duas operetas paradigmáticas

Este estudo analisa duas operetas escritas no Porto e de assinalável sucesso popular – *O Brasileiro Pancrácio* (1893) e *Os Poveiros* (1921) – cujos protagonistas representam dois tipos de *brasileiro* de torna-viagem com inevitáveis similitudes mas de índole distinta. O primeiro persevera no estereótipo veiculado pela literatura portuguesa oitocentista: originário do Minho, humilde, com pouca instrução mas honesto, regressa rico na meia-idade após prolongado período de emigração, investindo o seu dinheiro na terra natal em benfeitorias diversas, pelo que é recompensado com os inevitáveis títulos honoríficos. A segunda personagem representa um tipo de retorno diverso: regressa ainda jovem por razões patrióticas, isto é, recusou a nacionalização brasileira que a lei exigia e prefere o repatriamento com honra mas sem dinheiro; assume foros de herói nacional que coloca o orgulho de ser português à frente de qualquer ambição material. Duas personagens de *brasileiros* distintos mas simultaneamente idênticas: ambas idolatradas no regresso a casa, uma porque representa a possibilidade de investimento e progresso, a outra porque, em tempos de crise nacional, representa a esperança na regeneração da pátria, mesmo abatida.

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO

A presença de brasileiros no Santuário de Nossa Senhora de Porto de Ave (séculos XVIII a XX)

A confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave (Taíde, concelho da Póvoa de Lanhoso) conserva marcas que atestam a presença dos emigrantes portugueses no Brasil desde o século XVIII, data da sua fundação até ao século XX. Fundada em 1732, a confraria contou desde o começo com a devoção e a ajuda dos *brasileiros*, sendo, em algumas ocasiões, ajudas fundamentais para a prossecução das obras e o engrandecimento do Santuário. O envio de esmolas, o “cumprimento de promessas”, a participação financeira nos melhoramentos do templo, dos quartéis, dos calvários e a invocação da graça recebida através dos ex-votos, materializam a presença destes emigrantes e dão corpo a uma religiosidade popular que estimulava as participações dos beneméritos.

FRANCISCO KNOPFLI

As comunidades portuguesas no Brasil no presente

Dentro de poucos anos, os portugueses no Brasil ficarão reduzidos a um número pouco significativo. Isto resulta do facto da grande maioria estar já numa faixa etária bastante elevada e de não ter havido, nas últimas décadas, fluxos regulares de emigração. Tal facto não pode prejudicar a nossa presença naquele país, estando a resposta numa lusofonia efectiva a que o espírito da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, não deverá ser estranha.

FERNANDO DE SOUSA / TERESA CIRNE

Portugueses do Norte de Portugal com destino ao Brasil (1805-1832)

Em trabalho já publicado, com o título *A Companhia do Alto Douro e a emissão de passaportes para o Brasil*, tivemos oportunidade de chamar a atenção para os portugueses do Norte de Portugal que, entre 1805 e 1832, saíram para o Brasil, até 1822 como “passageiros”, no quadro do império colonial, e a partir de então, como emigrantes. Com este trabalho, damos agora a conhecer os nomes desses portugueses que, pelas mais variadas razões, pretenderam deslocar-se para o Brasil, a maior parte deles porque já tinha família a viver naquele território, mas também porque eram pobres e não tinham meios de subsistência em Portugal, sobretudo após as invasões francesas (1807-1811).

ABSTRACTS

MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS

Portuguese immigration in São Paulo: perspectives and possibilities of research

Portuguese immigration for São Paulo was a continuous process that involved multiple and diversified experiences, different batches of immigrants, some of them subsidized, the others at their own expenses. Some of the immigrants arrived in the beginning of the immigration process (in the final years of the 19th century and in the beginnings of the 20th century), others soon after the First World War and many of them during the tensions of the government of Salazar. Thus, although dispersed, a wide mosaic of documents on the multiple experiences of Portuguese immigration still remains. In this paper, we focus the potential of the existing and already organized documentation in the “Inn of the Immigrants of São Paulo”.

BRASILINA ASSUNÇÃO PEREIRA DA SILVA

Letters of calling: the emigration to Brazil in the municipality of Sernancelhe (1900-1920)

It was in the Portuguese municipality of Sernancelhe where, in the context of a peculiar research, we decided to highlight the episodes of emigration for Brazil that, between 1900 and 1920, produced these impressive testimonies of sociability known as Letters of Calling. These 90 documents are now able to teach a lesson about the understanding, at that time, of the nuclear family, together with two brief notes that enable us to characterize, simultaneously, its physical and human geography.

ZEILA DE BRITO FABRI DEMARTINI

Portuguese immigrants in São Paulo and the education in Portugal in the beginning of the 20th century

Our attention is focused on the Portuguese immigration, a subject scarcely studied in the metropolitan context of São Paulo. We aimed at apprehending the representations of the members of immigrant families about their everyday life, the experiences and strategies they have developed in the context of the plurality and transformations of social groups that occurred in this city. Besides, we intended to study the institutions related to them, their structure and way of operating. We gave a particular attention at the relationships established in the educational field, trying to demonstrate the simultaneity of their concern about the improvement in education in Portugal and their integration in the educational field of São Paulo.

PAULA MARQUES DOS SANTOS / JENIFER FERREIRA

The emigration of the district of Viseu to Brazil between the two World Wars (1918-1940)

Portuguese emigration to Brazil constitutes one of the main elements in the continuity of the close relationship between the two Portuguese-speaking countries. In fact, the human element allowed in the last two centuries, not only the maintenance of the dialogue between Portugal and Brazil, but also the continuity of the lusophony specificity in the world. The period between the two World Wars has specific characteristics that reflect the number of citizens who leave (essentially from Portugal towards Brazil) and their social and economical characteristics, as well as the ways allowing these migratory movements. The Portuguese district of Viseu also witnessed the transformation of these parameters of the citizens who are authorized to emigrate. In this paper we present in a grounded and detailed manner, the main characteristics of the local community travelling to Brazil, trying to establish generic typologies.

TERESA CIRNE

Emigration to Brazil. Families of Vila Nova de Gaia in the 19th century

This work is based on the detailed study of the legal migratory movement between 1834 and 1900, relatively to the municipality of Vila Nova de Gaia. We did not intend to achieve the total number of passport bearers that embarked at Douro port, but instead, we studied the group of individuals living or coming from that municipality who got their passports in the Civil Government of the Port, independently of the port of departure. We had for purpose of contextualizing the migratory movement of the municipality of Gaia in the national panorama and to understand the diverse architectonic, economic, political and social manifestations produced by the Brazilians from Gaia in that geographic space.

ANDRÉA TELO DA CORTE

Contribution for the study of the immigration subsidized for Brazil

This paper intends to establish a comparison between a group of immigrants travelling in a regular ship and a group hired specifically for such end. The analysis will include the information detailed in Cepese's project for the internet portal: name, hometown, marital status, profession, escorts, destination in Brazil, age, gender and alphabetization level.

ADELINA PILOTO / ANTÓNIO MONTEIRO DOS SANTOS

The emigration from Vila do Conde to Brazil (1860-1875)

The valuable and immense documental set of the Historical Municipal Archive of Vila do Conde integrates in the fund of the Council Administration 27 books of Terms of Responsibility and Bail, from 1865 to 1912. In the impossibility to present the migratory flux in a global perspective, we opted to analyze in detail the migratory movement during one particular decade (1865-1875), in the thirty parishes who compose the municipality of Vila do Conde. The study

carried out allowed us to get an informative variety of the emigrant, such as: name, age, date of embark, name of the bailer, destination, the person they went recommended to, and even, in some cases, who assumed the payment of the trip, the relations of the people involved and other personal details.

ISILDA BRAGA DA COSTA MONTEIRO

The emigration to Brazil and the escape to the military recruitment – a question in debate in the second half of the 19th century

Among the several problems that characterize the Portuguese Liberal Regime in the second half of the 19th century, the emigration to Brazil assumes a particular relevance. The lack of workforce in farms of the Northern region of Portugal as well as the lack of men enlisted in the army contributed to the most interesting debates by members of Parliament and by the press. Trying to understand the increasing of the emigration movement towards Brazil, the explanations tend to consider recruitment made by the army as the first and unique cause. With this paper, we will try to understand the problem as a whole, bearing in mind that the need of men in the army is not the only fact that explains this phenomenon.

MARIA XAVIER VILLAS BÔAS / BEATRIZ PADILLA

Rumo ao Sul: emigrantes portugueses no Sul do Brasil

The purpose of this paper is to give visibility to Portuguese migrants in the south region of Brazil. We reveal their main reasons to depart, the choices of destination, specific insertions and trajectories, as well as a more intimate side of migration, analysed through the expression of feelings such as belonging and distinction, typical of the migrant circumstance. The authors, based on their field research, propose three different profiles of this migrant for the period (from the second half of the XX century to the present time).

VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA

Monuments to immigration: the headquarters of the Portuguese associations in Rio de Janeiro in the beginning of the 20th century

The studies on the residence and work places of the Portuguese immigrants in Rio de Janeiro indicate their mark in the urban space, associated with specific neighborhoods. Those studies make possible to perceive the territorial expansion of the group in synchronicity with its social mobility. The present text analyses a set of headquarters of beneficent, mutual, cultural and political Portuguese associations at the beginning of the 20th century. The localization of these institutions in noble spaces of the city, as well as their cared architectonic configurations and monumental architecture are strategies of this national group to reach greater visibility in Rio de Janeiro society.

MIGUEL MONTEIRO / MARIA BEATRIZ DA ROCHA-TRINDADE

Memories of the Museum of the Emigration: communities and Portuguese-descendants in a webmuseum

Today the economic, social and cultural history associated to the migrations, constitutes one of the widest forms of knowledge of the human being. The amplitude, richness and particularities of the phenomenon, as a consequence of the quantitative dimension of the human movements but also the qualitative dimension that it is visible in the biographies, as well as in the particular history with a local and regional character, constitutes one of the main central points of the scientific curiosity of our days, in which the greatest expressions of the human life experience are present. Nowadays, museums, science and the new technologies allow new approaches to the migration phenomenon, extending the articulation between methods and procedures. It is possible to use the new technologies in order to work on a great volume of information and namely the technologies in the communication field, such as the web, giving sense to the web perspective (*webmuseum*) in the Emigration Museum: Communities and Portuguese-Descendants.

MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA

The Brazilian in the Portuguese music theatre – two paradigmatic operettas

This study analyses two operettas composed in Porto that achieved an undeniable popular success – the *Brasileiro Pancrácio* (1893) and *The Poveiros* (1921) – whose protagonists represent two kinds of returning *Brazilians*, with the inevitable similarities but distinctive characters. The first one insists on the stereotype of the Portuguese literature from the eighteenth century: humble, poorly educated but honest, returning rich, at his midlife, after a long period of emigration, investing his money in his homeland, thus being rewarded with several honorific titles. The second character represents a different kind of return: coming back at a young age for patriotic reasons, refusing Brazilian citizenship demanded by law, preferring repatriation with no money but preserving his honor, he assumes the character of a national hero, placing his pride in being Portuguese ahead of any material ambition. Two different but simultaneously identical characters: both idolized at their comeback, one because represents the possibility of investment and progress, the other because, in a time of national crisis, represents the hope in the regeneration of the country, despite its depression.

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO

The presence of “brazilians” in the Sanctuary of Nossa Senhora do Porto de Ave (18th to 20th centuries)

The brotherhood of Nossa Senhora do Porto de Ave (Taíde, municipality of Póvoa de Lanhoso) preserves signs that testify the presence of Portuguese emigrants in Brazil since the 18th century, date of its foundation, to the 20th century. Founded in 1732, the brotherhood had since its beginning relied in the devotion and help of the “Brazilians”, who were, in some occasions, essential for the prosecution of their works and the enlargement of the Sanctuary. The sending of donation, the “payment of promises”, the financial participation for the improvement of the temple and its quarters, and the invocation of the grace received by the “ex votos”, made the

presence of these emigrants visible and showed a popular religiosity that incited the contribution of the benefactors.

FRANCISCO KNOPFLI

Portuguese communities in Brazil at the present time

In a few years, the Portuguese in Brazil will be reduced to an insignificant number. This comes from the fact that the most part of the Portuguese emigrants already have an advanced age and to the absence of regular waves of emigration during the last decades. This problem should not harm the presence of the Portuguese in that country, and the answer can be found in the effective lusophony to which the spirit of CPLP (the Community of the Portuguese-speaking Countries) must not to be a stranger.

FERNANDO DE SOUSA / TERESA CIRNE

Portuguese of the North of Portugal travelling to Brazil (1805-1832)

In a previous work, under the title *Royal Oporto Wine Company and the issuing of passports to Brazil*, we had the chance to refer the Portuguese the North of Portugal who, between 1805 and 1832, left for Brazil, until 1822 as "passengers", in the picture of the colonial empire, and, from then on as emigrants. With this work, we now present the names of these Portuguese, who due to the most varied reasons traveled to Brazil, most of them because they already had their families living in that territory, but also because they were quite poor and they did not have means of subsistence in Portugal, especially after the French invasions (1807-1811).

NOTÍCIAS

Reconhecimento Internacional da revista *População e Sociedade*

População e Sociedade no European Reference Index for the Humanities

A revista do CEPESE, *População e Sociedade*, é uma das dezasseis revistas portuguesas na área das ciências sociais e humanas que passaram a constar do *European Reference Index for the Humanities*, uma iniciativa conjunta da *European Science Foundation* e da *HERA – Humanities in the European Research Area*. Este índice pretende identificar a excelência na investigação desenvolvida na Europa no quadro das ciências sociais e humanas.

Provas Académicas

José Augusto de Sotto Mayor Pizarro

José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, professor associado do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador do CEPESE, prestou provas de agregação, nos dias 9 e 10 de Julho de 2007, na disciplina de *História Medieval Peninsular*, tendo o candidato sido aprovado por unanimidade. A respectiva lição incidiu sobre as relações entre a nobreza portuguesa e a castelhana no período medieval, nomeadamente ao nível da mobilidade fronteiriça. O júri foi composto pelos professores doutores Jorge Fernandes Alves, Armando Luís de Carvalho Homem, Luís Miguel Duarte, todos da FLUP, Maria Helena da Cruz Coelho, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e Manuel González Jimenez, da Universidade de Sevilla.

Maria da Conceição Meireles Pereira

Em 16 e 17 de Julho de 2007, Maria da Conceição Meireles Pereira, professora associada do Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e vice-presidente do CEPESE, realizou provas de agregação tendo sido aprovada por unanimidade. Foi arguente do *Curriculum Vitae* o professor doutor Gaspar Martins Pereira (FLUP), do relatório pedagógico-científico da disciplina de *História da Cultura Contemporânea de Portugal* a professora doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), e da lição síntese *Iberismo e Nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre Utopia e Distopia* o professor doutor Fernando de Almeida Catroga (FLUC). O júri foi composto pelos professores doutores Jorge Fernandes Alves, Armando Luís de Carvalho Homem (ambos da FLUP) e Fernando Rosas (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

Protocolos

Protocolos com entidades portuguesas

Polícia Judiciária

O CEPESE e a Polícia Judiciária celebraram, em Julho de 2007, um protocolo de colaboração com vista a estreitar as relações de cooperação entre ambas as instituições. O protocolo estabelecido pretende garantir que ambas as partes beneficiem de acções de colaboração nos domínios de actividade a que se dedicam, nomeadamente no que se refere à implementação e desenvolvimento de um projecto de investigação científica, subordinado ao tema *A Economia da Corrupção em Portugal*.

Universidade Fernando Pessoa

Em Julho de 2007, foi celebrado um protocolo de colaboração entre o CEPESE e a Universidade Fernando Pessoa com vista à criação de condições para o intercâmbio de investigadores de ambas as instituições, programas, conhecimentos técnico-científicos e métodos de desenvolvimento de investigação, bem como de recursos humanos e físicos. É objectivo deste protocolo desenvolver uma série de actuações como a realização conjunta de projectos/trabalhos de investigação; a incorporação de colaboradores na constituição de grupos de trabalho; a disponibilização de recursos materiais e humanos para o desenvolvimento de actividades e/ou trabalhos de investigação; e a colaboração e realização conjunta de actividades socioculturais, de interesse para ambas as instituições.

PME Portugal

A Associação das PME – Pequenas e Médias Empresas de Portugal e o CEPESE estabeleceram, em Julho de 2007, um protocolo de cooperação e intercâmbio nos domínios da investigação e estudos de casos, da formação especializada e pós-graduada, de estágios científicos e técnicos, de projectos de I&D aplicado, apoio à criação de empresas, acesso a redes de informação, desenvolvimento de projectos de investigação relacionados com o potencial do desenvolvimento científico ao nível da actividade empresarial. Este protocolo pretende que a colaboração entre as duas instituições contribua para a prossecução de objectivos específicos a definir, podendo mesmo ambas as entidades realizar acções que assumam a forma de contratos de prestação de serviços.

Fundação Casa Índigo

O CEPESE celebrou com a Fundação Casa Índigo, em Junho de 2007, um protocolo de colaboração tendo em vista a realização e desenvolvimento de actividades e programas, em termos científicos e pedagógicos, com o objectivo de aprofundar os conhecimentos e o debate de temas relacionados com as crianças índigo. Considerando a capacidade pedagógica de ambas as instituições, assim como a vertente científica e humanística, o protocolo estabelecido pretende que as entidades participem em iniciativas relevantes para o conhecimento deste tema, incluindo a participação de investigadores em trabalhos, seminários e conferências e na organização de acções conjuntas no âmbito referido.

Protocolos com entidades portuguesas

Liceu Literário Português

Tendo em consideração as relações entre Portugal e o Brasil, os laços de amizade que nos unem, a língua portuguesa como elemento de união e, particularmente, o fenómeno da emigração como realidade estrutural das relações entre os dois países, o CEPESE e o Liceu Literário Português estabeleceram, em Junho de 2007, um protocolo de colaboração, visando a cooperação em iniciativas de investigação e a organização de actividades conjuntas e de interesse comum, através da disponibilização de meios humanos e materiais e do financiamento necessário, incluindo a participação de investigadores em conferências e seminários, de forma a promover o desenvolvimento das relações luso-brasileiras em termos científicos e culturais.

Novos projectos de investigação

História dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto

Uma equipa de investigadores do CEPESE, coordenada pelo professor Fernando de Sousa encontra-se a elaborar a História dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto desde 1820 à actualidade. Este projecto visa, essencialmente, traçar as biografias de cada um dos presidentes

do município portuense (idade, naturalidade, área socioprofissional, tempo de mandato, outros cargos políticos, etc.), detectar a sua acção à frente do Município e traçar a evolução do quadro legislativo no âmbito do qual os diferentes presidentes da Câmara do Porto exerceram as suas funções.

As relações diplomáticas e económicas de Portugal com a Rússia

O grupo de investigação do CEPESE sobre “Relações Externas de Portugal” está, presente-mente, a iniciar um projecto que visa estudar as relações diplomáticas e económicas de Portugal com a Rússia, desde o início do Governo pombalino ao estabelecimento definitivo do liberalismo em Portugal (1750-1834), um período durante o qual a cidade do Porto desempenhou um impor-tante papel no estabelecimento de uma Casa Portuguesa de Comércio em São Petersburgo, na nomeação do primeiro cônsul português na Rússia e como parceiro determinante nas relações comerciais entre os dois países naquela época. Este projecto pretende publicar as *Instruções sobre o Comércio com a Rússia (1779)*, um manuscrito inédito da maior importância para a história da situação económica do império russo, bem como um livro sobre *As relações entre o Porto e a Rú-sia (1755-1834)*, e ainda organizar um Seminário Internacional sobre o mesmo tema.

Sócios Colectivos

Mota Engil

Ao abrigo do estatuto de mecenato científico, a Mota Engil SGPS SA, uma das principais empresas nacionais nas áreas de engenharia e construção, ambiente e serviços, concessões de transportes, indústria e Energia, concretizou a sua adesão ao CEPESE, passando a ter o estatuto de sócio colectivo do nosso Centro.

Publicações

Maria do Céu Pinto – *As Nações Unidas e a manutenção da paz (e as actividades de peacekeeping de outras organizações internacionais)*, Coimbra, Almedina, 2007

O livro, da autoria de Maria do Céu Pinto, professora da Universidade do Minho e coordenadora do Grupo de Investigação do CEPESE sobre “Europa, Segurança e Migrações”, é uma reflexão sobre a panóplia de actividades das Nações Unidas na manutenção da paz, em especial as operações de paz ou *peacekeeping* que nos últimos 20 anos cresceram em número e comple-xidade e são uma das actividades mais notórias das Nações Unidas, ao ponto de se confundirem com a própria Organização. As intervenções da ONU no pós-Guerra Fria (Cambodja, Somália, Bósnia-Herzegovina e Ruanda) ocorreram em ambientes voláteis e de alto risco e em guerras civis violentas. O *peacekeeping* é o elemento mais original dos mecanismos de resolução de conflitos da ONU e desde a sua criação está em constante definição e afinamento. Esta edição conta com o prefácio do embaixador António Monteiro.

Armando Luís Carvalho Homem – *O Traje dos Lentos. Memória para a história da veste dos universitários portugueses (séculos XIX – XX)*, Porto, FLUP, 2007

O professor Armando Luís Gomes de Carvalho Homem publicou o livro *O Traje dos Lentos. Memória para a história da veste dos universitários portugueses (séculos XIX-XX)*”, no âmbito da colecção FLUP-edita (2007). A apresentação deste volume esteve a cargo do ex-reitor da Uni-versidade do Porto, prof. doutor José Novais Barbosa.

Seminários

Moncorvo. Da Tradição à Modernidade

O CEPESE, com o apoio da Câmara Municipal de Moncorvo, realizou na Biblioteca deste Município, nos dias 16 e 17 de Fevereiro de 2007, o Seminário *Moncorvo. Da Tradição à Modernidade*, no qual participaram investigadores e professores universitários portugueses e espanhóis. Com este Seminário, pretendeu-se dar um contributo para um melhor conhecimento da História de Moncorvo, mas também para se criar um espaço de reflexão em ordem à definição de um Projecto de afirmação cultural de Moncorvo no contexto do Alto Douro, de Trás-os-Montes e mesmo a nível nacional, que tenha em conta a autenticidade, identidade e potencialidades deste Centro urbano

III Seminário Internacional *O Património Cultural da Região de Bragança/Zamora*

O CEPESE, em colaboração com a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Trasmontano, a Asociación Ibérica de Municipios Ribereños del Duero e a Fundação Rei Afonso Henriques, no âmbito do projecto *Douro/Duero Virtual2*, realizou nos dias 14 e 15 de Junho de 2007, no auditório da Fundação Rei Afonso Henriques, em Zamora, o III Seminário Internacional sobre *O Património Cultural da Região de Bragança/Zamora*, no qual participaram investigadores e professores universitários portugueses e espanhóis, onde foram debatidas questões relacionadas com as políticas transfronteiriças de preservação e valorização do património comum desta região, e com o papel que a população residente e os meios de comunicação podem desempenhar no âmbito desta problemática.

Crusading at the Periphery of Europe – Crusades in the Iberian Peninsula and the Baltic Region

De 12 a 14 de Setembro de 2007, teve lugar na Universidade de Aalborg (Dinamarca) uma conferência sobre *Crusading at the Periphery of Europe – Crusades in the Iberian Peninsula and the Baltic Region*, onde vários investigadores do CEPESE estiveram presentes. Luís Adão da Fonseca proferiu uma conferência intitulada «The crusade ideal in the Medieval Portugal: political aims and ideologic framing» e Paula Pinto Costa e Cristina Pimenta fizeram uma apresentação sobre «The Military Orders in Portugal: an approach to the aims of each foundation».

International Medieval Congress – Medieval Cities

De 9 a 11 de Julho de 2007, teve lugar em Leeds, o *International Medieval Congress*, subordinado ao tema *Medieval Cities*, onde Maria Cristina Cunha, investigadora do CEPESE, apresentou um trabalho sobre *Notaries-public versus episcopal notaries: the examples of Braga and Porto, two portuguese cities of episcopal rule (13th century)*, em parceria com Maria João Silva. Esta comunicação incluiu-se no painel nº 224 – *Writing professionals and the structuring of political and institutional fabric of Portuguese cities in the Late Middle Ages*.

**CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES
DO CEPESE**

10 ANO 100 ANOS DE REVISTA

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE
Oportunidades, Inseguranças
e o Papel da Governança
em Políticas Sociais

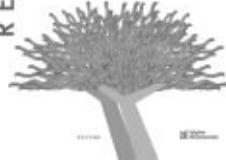


CEPES

11 CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO
ECONOMIA E SOCIEDADE

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE
DESAFIOS DA DEMOCRATIZAÇÃO
DO BEM-ESTAR



CEPES

CEPES

12 CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO E SOCIEDADE

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

ESTRUTURA E DIVERSIDADE DE RENDAS
E O DESENVOLVIMENTO



CEPES

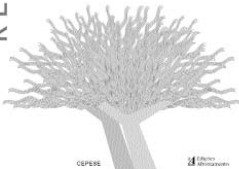
CEPES

13 CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO
ECONOMIA E SOCIEDADE

REVISTA

POPULAÇÃO E SOCIEDADE

III ENCONTRO RELAÇÕES PORTUGAL-ESPANHA
O Vale do Douro no Âmbito das Regiões Europeias
(Zamora, 10 e 11 de Outubro de 2002)



CEPES

CEPES

LIVROS DE ACTAS



*Relações
Portugal-Espanha
Cooperação
e Identidade
I Encontro
Internacional*

CEPESE
FRAH
2000



*Relações
Portugal-Espanha
Uma História
paralela, um destino
comum?
II Encontro
Internacional*

CEPESE
FRAH
2000



*Relações
Portugal-Espanha
O Vale do Douro
no Âmbito das
Regiões Europeias
II Encontro Internacional*

CEPESE
2006



*O Património
Histórico-Cultural
da Região de
Bragança-Zamora*

CEPESE
Edições Afrontamento
2005



*Os Arquivos do Vinho
em Gaia e Porto*

CEPESE
2000



*Os Arquivos da Vinha e do
Vinho no Douro*

CEPESE
Edições Afrontamento
2003



*O Vinho do Porto em
Gaia & Companhia*

CEPESE
Edições Afrontamento
2005

COLEÇÃO ECONOMIA E SOCIEDADE



A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1835-1870)

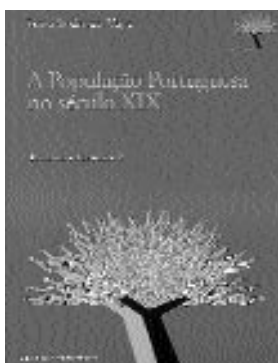
CEPESE
Ed. COSMOS
2001

Preços:

Instituições € 16,76

Individuais € 16,76

Estudantes € 16,76



A População Portuguesa no Século XIX

CEPESE
Edições Afrontamento
2004

PUBLICAÇÕES AUTÓNOMAS



Desafios da Democratização no Mundo Global

CEPESE
Edições Afrontamento
2004



Estudos e Ensaios em Homenagem a Eurico Figueiredo

CEPESE
Edições Afrontamento
2005

PUBLICAÇÕES AUTÓNOMAS (continuação)



Dicionário de Relações Internacionais

CEPESE
Edições Afrontamento
2005



História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes

CEPESE
Edições Afrontamento
2006



Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos

CEPESE
FAPER
2006



O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro - Real Companhia Velha

CEPESE
2003



O Património Cultural da Real Companhia Velha

CEPESE
2004



A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)

CEPESE
2006

NORMAS DE CITAÇÃO DA REVISTA *POPULAÇÃO E SOCIEDADE*

Normas de publicação:

- a. Cada artigo terá um máximo de 25 páginas A4, a espaço e meio, em letra Arial 12, incluindo anexos e ilustrações. Todos os artigos devem ser acompanhados de dois resumos, um em português e outro em inglês, entre 15 a 25 linhas cada um.
- b. O artigo deverá ser enviado por e-mail, em documento *Microsoft Word* ou compatível, para o endereço electrónico do CEPESE (cepese@cepese.pt).
- c. Cada autor deverá indicar sempre a instituição a que pertence e o seu endereço electrónico, preferencialmente um endereço institucional.
- d. Depois de analisados pela Direcção, os artigos serão remetidos, sob anonimato, a dois *referees*, que apresentarão os seus pareceres por escrito. A decisão da publicação terá em consideração os pareceres dos *referees*. Em momento oportuno, a revista *População e Sociedade* publicará uma lista dos *referees* da revista.
- e. A revisão das provas tipográficas dos artigos é feita pelos autores, em prazo a fixar.
- f. A cada autor serão oferecidos 5 exemplares da revista *População e Sociedade* em que se encontra o seu artigo.
- g. As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores.
- h. Visando-se uniformidade nos princípios de citação documental e bibliográfica, deverão ser seguidas pelos autores as normas de citação e referência que seguem.

Normas de citação:

1.1. Citações de documentos

As citações documentais deverão integrar, como norma, todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo embora a abreviaturas ou siglas. Estas deverão ser desenvolvidas no final do artigo, junto à bibliografia. A indicação dos fundos documentais deverá ser em itálico.

Exemplo:

IAN/TT – *Chancelaria D. Afonso V*, lv. 15, fl. 89.

1.2. Citações bibliográficas

Em texto, qualquer citação bibliográfica (de monografia, artigo de publicação ou contribuição em obra colectiva) deverá ser referenciada em nota de pé de página e de acordo com os critérios a seguir exemplificados, incluindo o apelido do autor, em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página ou páginas a que a citação se reporta.

Exemplos:

THOMAZ, 1994: 259.

MACEDO, 1982a: 45-54.

NB. Todas as citações em nota de rodapé deverão seguir este critério, excluindo-se, assim, menções como as de: *op. cit/ob.cit.*; *Idem/ Idem-Ibidem*

2. Bibliografia final

2.1. Citação de monografias

Exemplos:

THOMAZ, Luís Filipe R., 1994 – *De Ceuta a Timor*, Linda-a-Velha, Difel.

MACEDO, Jorge Borges de, 1982a – *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, 2.^a ed., Lisboa, Moraes Editores.

MACEDO, Jorge Borges de, 1982b – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, 2.^a ed., Lisboa, Querco.

2.2. Citações de publicações periódicas

Exemplo:

MORENO, Humberto Baquero, 1997 – “As ordens militares na sociedade portuguesa do séc. XV. O mestrado de Santiago”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, Faculdade de Letras, II Série, Vol. XIV, p. 65-89.

2.3. Citações de estudos insertos em obras colectivas

2.3.1. Congressos

Exemplo:

MATTOSO, José, 1986 – “A Mulher e a família” in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do colóquio, Coimbra, 20 a 22 de Março 1985*, Coimbra, Faculdade de Letras – Instituto de História – Instituto de História Económica e Social, Vol. I, p. 35-49.

2.3.2. Outras obras que integram contribuições múltiplas

Exemplo:

MAGALHÃES, Joaquim Romero de, 1993 – “O enquadramento do espaço nacional” in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, III Volume. “No alvorecer da Modernidade” (1480-1620), Lisboa, Ed. Estampa, p. 13-60.

Outras indicações

Todas as tabelas e quadros inseridos nos artigos devem ser elaborados em formato *Microsoft Word* (nunca em formato de imagem).

Todos os gráficos inseridos nos artigos devem ser elaborados em formato *Microsoft Word*. O ficheiro *Excel* original deve acompanhar o artigo respectivo.

ÍNDICE

ARTIGOS

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM SÃO PAULO: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÃO	5
<i>Maria Izilda Santos de Matos</i>	
CARTAS DE CHAMADA: A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL NO CONCELHO DE SERNANCELHE (1900-1920)	19
<i>Brasilina Assunção Pereira da Silva</i>	
IMIGRANTES PORTUGUESES EM SÃO PAULO (A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL) NOS INÍCIOS DO SÉCULO XX	25
<i>Zeila de Brito Fabri Demartini</i>	
A EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE VISEU PARA O BRASIL ENTRE AS DUAS GUERRAS MUNDIAIS (1918-1940)	33
<i>Paula Marques dos Santos / Jenifer Ferreira</i>	
A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL. FAMÍLIAS DE VILA NOVA DE GAIA (1834-1900)	51
<i>Teresa Cirne</i>	
CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA IMIGRAÇÃO SUBSIDIADA PARA O BRASIL	73
<i>Andréa Telo da Corte</i>	
A EMIGRAÇÃO DE VILA DO CONDE PARA O BRASIL (1865-1875)	85
<i>Maria Adelina Azevedo Piloto / António Monteiro dos Santos</i>	
A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL E A FUGA AO RECRUTAMENTO MILITAR – UMA QUESTÃO EM DEBATE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	99
<i>Isilda Braga da Costa Monteiro</i>	
RUMO AO SUL: EMIGRANTES PORTUGUESES NO SUL DO BRASIL	115
<i>Maria Xavier Villas Bôas / Beatriz Padilla</i>	
MONUMENTOS À IMIGRAÇÃO: AS SEDES DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS NO RIO DE JANEIRO, EM INÍCIOS DO SÉC. XX	131
<i>Vitor Manoel Marques da Fonseca</i>	
EMIGRAÇÃO E RETORNO: IMAGENS CRUZADAS NUM WEBMUSEU E O PAPEL DA TECNOCIÊNCIA NO CASO DE www.museu-emigrantes.org	151
<i>Miguel Monteiro / Maria Beatriz da Rocha-Trindade</i>	
O BRASILEIRO NO TEATRO MUSICADO PORTUGUÊS – DUAS OPERETAS PARADIGMÁTICAS	163
<i>Maria da Conceição Meireles Pereira</i>	
A PRESENÇA DE BRASILEIROS NO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DE PORTO DE AVE (SÉCULOS XVIII A XX)	181
<i>Maria Marta Lobo de Araújo</i>	
AS COMUNIDADES PORTUGUESAS NO BRASIL NO PRESENTE	195
<i>Francisco Knopfli</i>	

FONTES PARA A HISTÓRIA DA EMIGRAÇÃO DE PORTUGAL PARA O BRASIL	201
PORTUGUESES DO NORTE DE PORTUGAL COM DESTINO AO BRASIL (1805-1832)	203
<i>Fernando de Sousa / Teresa Cirne</i>	
CONCLUSÕES	271
SOBRE OS AUTORES	275
RESUMOS / ABSTRACTS	283
NOTÍCIAS	297
CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES DO CEPESE	303
NORMAS DE CITAÇÃO DA REVISTA <i>POPULAÇÃO E SOCIEDADE</i>	313

